UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

BRUNO DE BARROS

*A imprensa diária de Sorocaba: análise dos jornais Cruzeiro do Sul e
Diário de Sorocaba entre 1964-1974*

Versão Corrigida

São Paulo

2015

Bruno de Barros

*A imprensa diária de Sorocaba: análise dos jornais Cruzeiro do Sul e
Diário de Sorocaba entre 1964-1974*

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social do
Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção
do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida
de Aquino

De acordo

Versão Corrigida

São Paulo

2015

Nome: BARROS, Bruno de

Título: *A imprensa diária de Sorocaba: análise dos jornais Cruzeiro do Sul e Diário de Sorocaba* entre 1964-1974

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À professora Maria Aparecida de Aquino, pelo apoio e orientação durante todo período da pesquisa.

À professora Tania Regina de Luca e ao professor Francisco Cabral Alambert Junior, que compuseram a banca de qualificação e deram sugestões altamente proveitosas para o prosseguimento dessa pesquisa. Ao professor Walter Cruz Swensson Junior por suas valiosas arguições durante a defesa da dissertação.

Ao professor Júlio César Pereira, por esclarecer e auxiliar na composição da amostragem das fontes para a pesquisa.

Aos funcionários do Gabinete de Leitura Sorocabano pelo pronto atendimento aos pedidos do pesquisador.

Ao amigo Thiago William Monteiro pelas conversas, leituras do texto produzido e dicas preciosas de livros que tanto ajudaram e enriquecer esta pesquisa.

Por fim, mas não menos importante, aos meus pais que desde sempre contribuíram para essa trajetória. Assim como, para Sula, com gratidão por sua compreensão, carinho, presença e apoio ao longo do período deste trabalho.

RESUMO

BARROS, Bruno de. *A imprensa diária de Sorocaba: análise dos jornais Cruzeiro do Sul e Diário de Sorocaba entre 1964-1974*. 2015. 165 f Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

O presente trabalho é um estudo dos editoriais dos jornais *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba* entre os anos de 1964 e 1974, no contexto do Estado Autoritário, sob o governo militar, com o objetivo de compreender o papel dos dois principais jornais da cidade de Sorocaba, com influências em outras cidades da região, durante esses dez anos de construção e consolidação da ordem autoritária. A investigação dos editoriais permitiu observar e reconstituir as trajetórias destes jornais demonstrando aspectos importantes tanto para a história social e política do período, quanto para a história da cidade de Sorocaba e de sua imprensa diária local.

Palavras-chave: História e Imprensa, Estado Autoritário, *Cruzeiro do Sul*, *Diário de Sorocaba*.

ABSTRACT

BARROS, Bruno de. *A imprensa diária de Sorocaba: análise dos jornais Cruzeiro do Sul e Diário de Sorocaba entre 1964-1974*. 2015. 165 f Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This Paperwork is a study of the editorials from “*Cruzeiro do Sul*” and “*Diário de Sorocaba*” newspapers between the years of 1964 and 1974, in the context of the Authoritarian State Regime, under the Military Government Rule, in order to understand the role of the major newspapers from Sorocaba city, which also had influence in the other cities in the region, during these period of ten years of construction and consolidation of the authoritarian order. This Editorials Research allowed observation and recognition these newspapers trajectories demonstrating important aspects for both the social and the political history of the period, as for the history of the city of Sorocaba and its local daily press.

Keywords: History and press, Authoritarian State, *Cruzeiro do Sul*, *Diário de Sorocaba*

Sumário

Introdução	8
Parte I – A imprensa de Sorocaba no contexto do golpe de 1964	
1. - O jornal <i>Cruzeiro do Sul</i>	30
1.2 - O jornal <i>Diário de Sorocaba</i>	43
1.3 - A posição dos jornais contra o governo Goulart e o apoio ao golpe	50
1.4 - Opiniões discordantes no interior dos jornais	55
Parte II – Convergências e Divergências entre jornais e entre jornais e governo militar.	
2. Convergências. O Apoio ao governo militar	60
2.1 - A segunda marcha da família pela liberdade e a Campanha do Ouro	64
2.2 - O julgamento e a “absolvição” do governo militar	72
2.3 - Diferenças e divergências – entre jornais e em relação ao regime	82
2.4 - Governo militar, a juventude estudantil e os jornais	94
2.5 - O agravamento da crise política e a resposta autoritária	107
2.6 - A presença dos jornais no debate político local. Eleições de 1966 e 1968	111
Parte III – Adesão e difusão da Ideologia de Segurança e Desenvolvimento	
3. - Os jornais no final da década de 1960	120
3.1 - A difusão dos ideais do governo militar por meio da educação formal	123
3.1.1 - A formação na ideologia de segurança nacional	131
3.2 - A defesa do regime e o tipo de censura nos jornais locais	135
3.3 - Desenvolvimento e modernização da cidade	138
Considerações finais	153
Referências Bibliográficas	157

Introdução

Nessa pesquisa se estudou os jornais *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba*, os dois principais da cidade de Sorocaba, em suas trajetórias durante os dez primeiros anos de regime militar pós 1964.

O governo militar se instituiu a partir da tomada do Estado e de acordo com Maria Aparecida de Aquino compreende-se que “*O Estado não é algo pairando por sobre as classes. Ao contrário o Estado é concebido como fruto das contraditórias e conflitantes relações sociais estabelecidas entre as camadas da sociedade*”¹. Nesta concepção, o Estado não esteve fora da própria dinâmica política e social do Brasil, a qual levou ao golpe de 1964.

Com a consolidação do golpe e a instituição dos fundamentos de continuidade e manutenção do governo militar, o Brasil passou a um período em que esteve sob um “*Estado Autoritário*”.

Conforme Maria Aparecida de Aquino o termo Estado Autoritário “*amplia a concepção e melhor se adapta ao uso extrapolado da autoridade sobre a sociedade que se fez durante os governos posteriores ao golpe de 1964*”². Dessa forma o Estado autoritário é aqui entendido como aquele cuja autoridade, fruto da coerção perde continuamente sua legitimidade navegando na direção da exacerbação do autoritarismo.

Mario Stoppino demonstrou, em análise sobre o conceito de “*Autoritarismo*”, existir, na oposição entre autoritarismo e democracia, sua afirmação fundamental. Dentre seus aspectos característicos se encontram ausentes elementos considerados democráticos, como parlamento e eleições. Estes, em regimes autoritários, se existem, tem papel cerimonial e estão em boa medida submetidos pelo poder executivo. Ainda, estes regimes também se distinguem pela ausência de liberdades políticas e de organização social capazes de pressão em geral.

Em sua explicação Mario Stoppino menciona qual seria o tipo de regime autoritário existente no Brasil:

Os regimes autoritários burocrático-militares são caracterizados por uma coalizão chefiada por oficiais e burocratas e por um baixo grau de

¹AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário* (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de S. Paulo e Movimento. 166 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990, pp. 138-140.

²Idem, *ibidem*.

*participação política. Falta uma ideologia e um partido de massa; existe frequentemente um partido único, que tende a restringir a participação; às vezes existe pluralismo político, mas sem disputa eleitoral livre.*³

Assim, conforme o autor, o regime militar brasileiro detinha um caráter Autoritário, por estar sob a tutela de um grupo em coalizão, formado por burocratas e militares, na condução do governo, por um lado e, por outro lado, uma baixa participação política, em aspectos formais ou não.

Durante a vigência do Estado Autoritário decorreram transformações radicais na vida da sociedade brasileira. Nos quatro primeiros anos ocorreram as edições dos Atos Institucionais, a criação de serviços de informação, a promulgação de uma Constituição e novas leis de controle político e social, até, enfim, ocorrer o recrudescimento mordaz do regime. A partir de então o governo militar amplia as práticas de repressão, procura convergir a sociedade para sua ideologia de segurança, institui agência de propaganda para difusão de seus ideais, os quais foram empolgados pelo sucesso econômico sempre recordado, a ser em algum momento supostamente aproveitado pela população.

A explicação dos motivos de conspiração e tomada de poder pelos militares não são consenso entre os autores especializados sobre o tema. Carlos Fico⁴ refletiu sobre as versões e modelos explicativos sobre esse período da história nacional. O autor tratou, também, sobre os limites dessas explicações e, sobretudo, procurou analisar aquilo que definiu como controvérsias, ainda recorrentes, nas pesquisas históricas e na memória sobre o regime militar.

O autor, ao refletir sobre a história do golpe de 1964 e do regime militar, mostrou alguns pontos, em estudos, constituídos em duas vertentes e produzidos a partir da década 1970. A primeira, de cientistas políticos, dispostos a explicações sistemáticas acerca do golpe e da intervenção militar, voltados para a construção de modelos explicativos dos eventos e do sistema político brasileiro. A segunda vertente, formada pelas obras assinaladas pela memória de políticos, militares e membros da esquerda – participantes ou não da luta armada – contribuiu para produzir a narrativa histórica sobre o período. Esta criou mitos e interpretações diversas, apontou à questão relacionada a

³STOPPINO, Mário. “Autoritarismo”. In: BOBBIO, Norberto et alii (org.s). *Dicionário de Política*. 12.^a ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 102.

⁴ FICO, Carlos. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p. 29 - 60.

união entre os militares e formalizou uma pintura romântica da esquerda armada no Brasil⁵.

Dentre os pontos apontados por Carlos Fico, como merecedores de atenção, se destacam a desmistificação de Castelo Branco, e seu governo como moderado, ausente de violência e repressão, assim como, fruto de consenso entre os militares, na escolha para o governo do país. Ainda nesse aspecto, o autor questiona a suposta divisão dicotômica nas forças armadas, entre “moderados” e “linhas dura”⁶, da qual saiu não apenas a narrativa sobre o fim do primeiro governo militar, mas, buscou atender as explicações das razões do recrudescimento do regime a partir de 1968. Em outra medida mostrou em seu texto aspectos diversos e cotidianos a serem observados e possíveis de serem pesquisados, sob a ótica do contexto gerado pelo regime militar e seu autoritarismo. A respeito da censura, por exemplo, trouxe a diferenciação a respeito da mesma, ao distinguir a censura política, fruto da ação repressiva sobre jornais e jornalistas, de delimitação das informações a serem apresentadas a público, da censura a diversões públicas, a qual por sua vez, atingiu a filmes e peças teatrais e já existia antes do golpe de 1964, porém, passou a sofrer penetração exercida pela dimensão da censura política⁷.

Dentre autores que trataram o golpe civil-militar alguns elaboraram argumentações sólidas, como Maria Helena Moreira Alves. A autora em sua análise apresentou as condições antagônicas, geradas por incompatibilidade de interesses na sociedade do período como fator para a sucessão dos acontecimentos:

O desenvolvimento dependente e os específicos interesses internacionais e nacionais a ele associados formam o pano de fundo indispensável à avaliação da conspiração civil e militar que derrubou o governo constitucional de João Goulart [...]. Esta conspiração foi consequência direta de uma série de tendências e contradições que vinham ganhando vulto nos anos anteriores. O governo de Goulart promovera uma série de restrições aos investimentos multinacionais, configuradas, entre outras medidas, numa severa política de controle das remessas de lucros, de pagamento de royalties e de transferências de tecnologia, assim como em legislação antitruste e em negociação para a nacionalização de grandes corporações estrangeiras. Adotou também uma política nacionalista de

⁵Em um artigo, e entrevista, mais recentes Carlos Fico apresentou como fruto de nova documentação a maior participação do governo norte-americano, no golpe de 1964. AREND, Silvia Maria Fávero, HAGEMeyer, Rafael Rosa, LOHN, Reinaldo Lindolfo. Entrevista. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. *Revista Tempo e Argumento*, vol. 5, nº 10, ano 2013, pp. 464-483.

⁶ FICO, 2004, p. 32 - 33

⁷ Idem, p. 37

*apoio e concessão de subsídios diretos ao capital privado nacional, sobretudo aos seus setores não vinculados ao capital estrangeiro.*⁸

As explicações da autora integram uma avaliação do modelo econômico, no qual o país estava inserido, conjuntamente com uma análise política. Em sua observação se destacam os desdobramentos de políticas realizadas no campo da economia por João Goulart. O cerne da explicação da autora está na compreensão da condição do Brasil, no grupo de países capitalistas, como um país de “*desenvolvimento dependente*”.

A definição do conceito de “*desenvolvimento*” no livro de Maria Helena Moreira Alves se compreende como a expansão da capacidade produtiva de uma sociedade. Amplamente este termo se refere a todo espectro de mudanças tecnológicas, sociais, políticas e culturais, acompanhantes e facilitadoras, da expansão citada acima.

Por outro lado, enquanto “*dependente*” está em contraposição a um sistema “*autônomo*” e capaz de gerar seu próprio crescimento. Para a autora as economias dependentes funcionam na periferia do sistema mundial, afastadas dos recursos para o crescimento autogerado. Em caso extremo está restrita ao papel de fornecedora de matérias primas para economias avançadas. Sofre com a limitação tecnológica, pois, dependente de economias autônomas, sua industrialização se manifesta essencialmente como um reflexo distorcido da expansão capitalista das economias avançadas.

Noutra medida, demonstrou a autora, a crescente transformação na sociedade brasileira teve como consequência a ampliação da participação política da população, em especial, urbana. O conjunto de contradições na sociedade levou a crises institucionais e conforme Maria Helena Moreira Alves: “*Foi em reação a este tipo de crise que as classes clientelísticas brasileiras vieram desempenhar um papel decisivo na criação e desenvolvimento de uma forma autoritária de capitalismo de Estado*”⁹.

As classes clientelísticas dependentes do Estado, mas também do capital estrangeiro, a frente do esforço de conspiração contra o governo Goulart, aspiraram um capitalismo de perfil concentrador também ao gosto dos tecnocratas associados aos militares¹⁰.

Ainda segundo Maria Helena Moreira Alves esse aspecto dependente do desenvolvimento brasileiro foi base para criação da ideologia de segurança nacional. Segundo a autora, essa ideologia seria: “*um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a*

⁸ ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1964/1984)*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 26

⁹ Idem, p. 27.

¹⁰ Idem, p. 29

perpetuação por meios não-democráticos de uma modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente”¹¹. O perfil não democrático e centralizador descrito por Maria H. M. Alves se enquadrou de maneira perfeita no Estado autoritário a se constituir a partir de 1964, pois, transferiu da sociedade para o Estado a condução das decisões políticas nacionais.

Segundo Maria Helena Moreira Alves: “A *ideologia de segurança nacional contida na Doutrina Nacional de Desenvolvimento foi um instrumento importante para a perpetuação das estruturas de Estados destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente*”¹². A Doutrina de Segurança e Desenvolvimento foi inspirada na ideologia de segurança nacional em conjunto com as Doutrinas de Segurança Nacional desenvolvidas na Escola Superior de Guerra. Estas assumiram como diretrizes a proteção do país, em confronto contra o “inimigo” seja externo ou interno. No Brasil desse período prevaleceu a “*luta contra um inimigo interno*” acusado de ser interessado em solapar as bases políticas de desenvolvimento do país. As bases para a DSN são encontradas nos manuais da ESG e tiveram como principal teórico Golbery do Couto e Silva¹³ e foi uma das funções da Doutrina oferecer elementos para as metas de planejamento político administrativo.

Paralelamente a DSN, a qual apontava como bases de formação política e ideológica do inimigo interno ou externo países como Cuba, China ou URSS, o anticomunismo na sociedade local nas décadas de 1960 e 1970 não fugiu dos aspectos comuns a essa propensão em outros recantos e contribuiu para formar o caldo cultural do período.

Rodrigo Patto Sá Motta em seu livro sobre o anticomunismo na sociedade brasileira demonstrou as origens e desdobramentos dessa tendência no país. Alertou sobre os cuidados referentes às interpretações do anticomunismo para que suas características não se reduzissem a um movimento de elite, como se esta realizasse um aparelhamento de setores da sociedade, em prol da manutenção de seus interesses.

O autor demonstrou que algumas das características do anticomunismo se repetiram em momentos de “*virada autoritária*”, como em 1935/1937 e posteriormente em 1964. Por sua vez, também destacou o papel da grande imprensa, instigadora da oposição ao comunismo. Na pesquisa o autor demonstrou ser o repertório anticomunista

¹¹ Idem, p. 27.

¹² Idem, p. 31.

¹³ Idem, ibidem.

constituído de “denúncias acerca dos sofrimentos no mundo comunista a associação do comunismo à imagem do mal (demônio, doença, violência) e a práticas imorais, bem como a concepção de que se trataria de proposta estrangeira”¹⁴. Segundo o autor os temas anticomunistas foram repetitivos, o que indica a continuidade de ser essa propensão forte em determinados grupos da sociedade, os quais requestravam suas afirmações e argumentações.

Conforme Rodrigo P. Sá Motta, na esteira do perigo soviético, como “*planta exótica*” foi muito frequente a oposição direta entre comunismo e democracia. Segundo o autor:

A oposição entre “comunismo” e “democracia” foi outro elemento marcante no conjunto das representações do período. Inúmeros grupos anticomunistas denominaram-se democratas e se declararam defensores da democracia, bem como propuseram reformas democráticas em lugar das reformas “comunistas” atribuídas ao governo Goulart. A tendência devia-se, em parte, a uma tentativa de identificação com os valores do mundo ocidental, quer dizer, com os EUA. [...].

Em grande medida ‘democracia’ não passava de um rótulo vazio de conteúdo, ou melhor, era apenas um designativo para demarcar o campo anticomunista.

[...]

Por outro lado, alguns setores consideravam ‘democracia’ mero sinônimo de regime de livre iniciativa. O conteúdo político da expressão ficava para segundo plano, e partia dos pressupostos de que uma sociedade democrática deve se basear, necessariamente, na liberdade econômica e na primazia da propriedade privada.¹⁵

As diferenças apontadas pelo autor entre democracia e comunismo estavam na correlação do comunismo com totalitarismo, ditadura, usurpação ou contraposição das liberdades individuais ou religiosas e, por fim, uma antítese do modelo norte americano da democracia ocidental.

Todos esses aspectos definiram parte do conjunto de valores sob os quais os “defensores da democracia” se agruparam em oposição ao comunismo, então identificado com o governo de Goulart e as reformas propostas. Tais características expressaram temores contra um suposto fim da sociedade cristã e a submissão ao totalitarismo soviético – ou outro – caso não fosse levado adiante anteposição as aspirações “comunizantes” de Goulart.

João Luiz Gonzaga Peçanha realizou pesquisa na qual analisou os jornais diários de Sorocaba, no contexto do golpe civil-militar de 1964. Em sua discussão o autor

¹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, Perspectiva: FAPESP, 2002, p. 244.

¹⁵ Idem, p. 247-249.

comentou sobre a crescente oposição as reformas do governo Goulart e a correlação realizada pelos jornais diários da cidade entre reformas e comunismo. O autor afirmou ser comum a contextualização entre termos, como revolucionário e subversivo, com comunismo.

Para João Luiz Gonzaga o crescente anticomunismo no decorrer dos meses precedentes ao golpe foi um alinhamento de tendências iniciadas na década de 1950, no contexto do fim da segunda Guerra com a bipolarização da Guerra Fria. Para este autor: “*O Brasil foi integrado ao bloco capitalista e isto aumentou o incentivo para um anticomunismo interno*”¹⁶. Para o autor, eventos externos, como a Guerra Fria e a Revolução em Cuba, impulsionaram o incremento do anticomunismo no Brasil.

Durante a análise dos jornais *Cruzeiro do Sul*, *Diário de Sorocaba* e *Folha Popular*, João Luiz Gonzaga notou comportamentos comuns, em especial com relação a propaganda ou posição anticomunista. O autor observou no noticiário uma mobilização para que a população associasse o governo ao comunismo, e com o tempo, a passagem dos jornais “como atores em cena” na condução e realização direta dessa correlação.

João Luiz Gonzaga percebeu nos jornais a divulgação da crescente propaganda de oposição para derrubada do governo com alguns matizes, conforme sua leitura e interpretação das folhas locais. Segundo o autor, desde janeiro o *Cruzeiro do Sul* esteve mais empenhado que seus parceiros de imprensa em influenciar seus leitores contra o governo, algo a se modificar a partir de março e abril. Conforme João Luiz Gonzaga isto decorria do fato da *Folha Popular* e o *Diário de Sorocaba* não saberem “*ao certo no que resultaria a situação política de janeiro a abril*”¹⁷. Assim como o *Cruzeiro do Sul* não saberia. A adesão ao golpe se deu mais pelo perfil da imprensa local do que por uma ação refletida e planejada com objetivos delineados via destituição de Goulart.

A interpretação de João Luiz Gonzaga é, no entanto, convergente de sua compreensão do papel da imprensa e dos jornais na sociedade. Segundo o autor:

A liberdade, a objetividade e a representatividade dos setores da sociedade, através da imprensa são defendidas pelos próprios defensores do poder, quando se consideram ameaçados por noticiário oriundo da base da sociedade de grupos adversários. [...]
Nesse sentido é importante considerar que os jornais são meios de veiculação política e ideológica, ao transformarem a informação em notícia, ou seja, passando-a ao leitor de modo a convencê-lo segundo os interesses

¹⁶PEÇANHA, João Luiz Gonzaga; SANFELICE, José Luís. O golpe civil-militar de 1964, nos jornais diários de Sorocaba: reflexões sobre a imprensa como aparelho ideológico. Sorocaba, SP, 2005. 70 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2005, p 45.

¹⁷ Idem, 64.

*do setor político e ideológico representado por aqueles veículos de imprensas.*¹⁸

Este autor considera existir integração evidente entre imprensa e poder “*político-ideológico*”. Assim se pode considerar que para o autor a imprensa é um instrumento em defesa do Estado e do *status quo* do poder. Os valores liberais, ou da Democracia liberal, se apresentam nos jornais, conforme, João Luiz Gonzaga, como oposição a ameaça de convulsões ou desorganização social produzida na e pela base da sociedade. Esta perspectiva acaba por restringir demais o papel da imprensa na sociedade, pois, confina-a em uma relação, cujo suas ações ou intervenções, sobre o meio social, são planejadas e programadas sempre com a mesma intenção.

A perspectiva dos periódicos não é apenas característica do momento histórico, mas, também do tipo de imprensa na qual podem ser inseridos. Nesse sentido, se torna necessária a discussão em torno do papel da imprensa como elemento importante da vida em sociedade e da história social.

A transformação da estrutura de produção de jornais ao longo do tempo envolveu a relação entre opinião do jornal, sua manutenção econômica e sua complexidade enquanto empresa e se fez presente de maneira constante nos jornais *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba*. Entre os anos de 1960 e 1970 estes jornais procuraram se consolidar enquanto empresas capazes de atender a cidade na qual estavam locados, não apenas com suas opiniões, mas, também, como empresas capazes de ser bons veículos de propaganda. A transformação, observada na imprensa de Sorocaba, em boa medida, seguiu o mesmo sentido já experimentado pela “*grande imprensa*”. Esse processo de mudanças pode ser assim caracterizado:

As inovações não se limitaram às mudanças na estrutura de produção, organização, direção e financiamento, mas atingiram também o conteúdo dos jornais e sua ordenação interna, que começou a exigir gama variada de competências, fruto da divisão do trabalho e da especialização. Esta, por sua vez, não se circunscreveu à composição e a impressão propriamente ditas, mas atingiu a própria fatura do conteúdo, que passou a contar com redatores, fotógrafos, articulistas, críticos, repórteres, revisores, desenhistas além de empregados administrativos e de operários encarregados de dar materialidade aos textos.

Sem abandonar a luta política, os diários incorporaram outros gêneros, como notas, reportagens, entrevistas, crônicas e, ao lado da produção ficcional, que só lentamente perdeu espaço nos grandes matutinos [...].

*Aos poucos delineava-se a distinção entre matéria de caráter informacional ou propriamente jornalística, supostamente neutra e objetiva, e o texto de opinião, que tomava posição e defendia idéias e valores.*¹⁹

¹⁸ Idem, 18.

Tania Regina de Luca, autora do trecho citado acima, demonstrou por meio da apresentação da trajetória da imprensa, de fins do século XIX, até a primeira metade do século XX o quanto a correlação entre jornais e sociedade se estreitou. No entanto, como bem mostrou a autora, esse estreitamento não se deu pela integração da sociedade nas páginas dos jornais, mas, sim com os jornais constituindo espaços para suas representações ou imagens da sociedade. A complexidade dos jornais se voltou cada vez mais para a constituição e atendimento de um público leitor, ávido pela verdade dos fatos, pela novidade e pela informação.

Porém, estas “*mudanças sem volta*”, como comentou a autora, não fizeram os jornais prescindir de suas relações com o mundo da política, mesmo que dentro dos limites instituídos dos jornais empresa²⁰.

A atuação política dos jornais em correlação com a sociedade pode ser notada de várias maneiras, dentre elas, por meio, das campanhas na qual a empresa/jornal esta disposta a enveredar. Campanhas por muitas vezes de viés público, de atendimento de interesses considerados pelos jornais como essenciais. Entretanto, a imprensa não é um reflexo claro e límpido das demandas da sociedade, ao contrário, reflete os interesses de uma empresa, propriedade de um grupo ou indivíduos, cuja condição e status na sociedade definem as campanhas na qual investe.

Nesse sentido, os jornais se mostram inseridos no mundo social e apresentam interesses e projetos de sociedade localizáveis. Francisco Weffort em seu artigo “*Os jornais são partidos?*”²¹ encarou a imprensa por esta perspectiva. Para o autor em um país, onde partidos políticos não tem força e organização suficiente para representar a sociedade, a imprensa assume o papel de arregimentar e organizar as opiniões em torno de uma determinada posição com vistas a agir efetivamente. O cientista político apontou na imprensa momentos e que jornais passam da opinião para a ação. Segundo Weffort: “*Fique claro, desde já, um ponto. Existem circunstâncias em que a opinião só pode se expressar se conjugar, de modo direto e imediato com a ação*”²². De acordo com o autor, nessa conjugação, se demonstra como, a tomada de decisão de alguns jornais em

¹⁹ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 152.

²⁰ Idem, p. 152 – 155.

²¹ WEFFORT, Francisco. Jornais são partidos? *Revista Lua Nova*. Vol. 1. Nº 2, São Paulo, set. de 1984, 37 -40.

²² Idem, p. 38.

apoiar o golpe de 1964 se deu como reflexo do posicionamento de seus diretores ou proprietários.

Para Weffort se tornou essencial, portanto, apontar à diferenciação entre partidos políticos e jornais:

O problema é que embora se pareçam, às vezes, com partidos, jornais são de fato, empresas e um público de leitores é muito mais um público de consumidores do que de adeptos de uma causa política. Esta é a diferença mais significativa entre a opinião de um partido e a opinião de um jornal. As opiniões de um jornal são, normalmente, parte de uma mercadoria que envolve também palavras cruzadas, histórias em quadrinhos e anúncios classificados.²³

O aspecto de mercadoria, também sentido em jornais pequenos, muito sensíveis a reveses econômicos, necessitados da repetida propaganda e publicidade, leva-os a não se aventurar em destoar daqueles a contribuir para seu caixa. Ou seja, a vinculação entre opinião e propaganda não deve, em nenhum momento ser desconsiderada. Porém, noutra medida, existe a busca por reconhecimento e legitimidade, base da mentalidade das empresas jornalísticas cuja finalidade é se consolidarem, também, como formadoras de opinião. Cabe identificar nos jornais qual papel prevalece em cada momento.

Por exemplo, na relação entre Estado e imprensa que pode ser observada, também, no complexo legislativo estabelecido nas leis de imprensa e controle de informação.

Após o golpe em 1964, substanciais reformas legislativas foram impostas e o Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, embora não tenha se referido propriamente a liberdade de pensamento ou de imprensa, dispõem no seu artigo 1º manter a Constituição de 1946, “com as modificações incluídas por esse Ato”²⁴.

O Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, foi mais explícito na sua intervenção em relação à imprensa e outras liberdades, sobretudo políticas. Em seu artigo 24, retirou do júri e passou a competência do Juiz de Direito, o julgamento de abusos da imprensa, antes definidos pela lei de imprensa de 1953²⁵, aumentou o prazo

²³ Idem, p. 38-39.

²⁴ BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro-GB, 9 de abril de 1964. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>> e BREGUÊS, Sebastião Geraldo. A Imprensa brasileira após 64. Coleção *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, nº 2, agosto, 1978, p. 148.

²⁵ BREGUÊS, 1978, p. 149.

para as prescrições das ações penais²⁶, alterou a última alínea do parágrafo 15, do artigo 141 da Constituição e sua redação ficou: “*Não será, porem, tolerada propaganda de guerra, subversão da ordem, e de preconceitos de raça e de classe*”, entretanto, o governo definia o que seria subversão e viria a incluir nesta definição, a divulgação de notícias desagradáveis para o regime. Este Ato que reiniciou novo ciclo de cassações e suspensão de direitos políticos em seu artigo 16 promulgou: “*III – a proibição de atividade ou manifestações em assuntos de política*”²⁷. Caso o crime fosse praticado por meio de imprensa, rádio ou televisão, o responsável pelo órgão de divulgação seria julgado e processado, incorrendo na mesma pena do cassado, além de multa²⁸.

A lei de imprensa de 1953 foi substituída pela Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, apresentada como a anterior, de regulamentação da liberdade de imprensa e informação e no primeiro parágrafo desse artigo, dispõem não ser “*tolerado a propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social [...]*”²⁹ e estabeleceu penas de 1 a 4 anos de detenção³⁰. A nova Constituição de 1967 entrou em vigor sem maiores alterações na fachada da Lei 5.250. Isto talvez se deva ao fato de dois dias antes entrar em vigência, por atribuições conferidas a Castelo Branco, por meio dos Atos Institucionais 2 e 4, o Decreto-lei nº 314, em 13 de março, com a definição dos “*crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social [...]*”³¹ cujo poder de coerção e punição foi dirigido, entre outros, para os meios de comunicação³².

²⁶“Parágrafo único - A prescrição da ação penal relativa aos delitos constantes dessa Lei (da imprensa) ocorrerá dois anos após a data da publicação incriminada, e a da condenação no dobro do prazo em que for fixada.”. BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução de 31.03.1964 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 de outubro de 1965. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>>.

²⁷ Idem, *ibidem*.

²⁸ BREGUÊS, 1978, p. 149 – 150.

²⁹ BRASIL. Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Regula a Liberdade de manifestação do pensamento e de informação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 de fevereiro de 1967. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm>>.

³⁰ Idem, *ibidem*.

³¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 de março de 1967, Seção 1. Disponível em: <<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>>.

³² Como se pode ver nos artigos seguintes: “Art. 31. Ofender a honra ou a dignidade do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado, ou do Superior Tribunal Federal [...]Parágrafo único. Se o crime fôr cometido por meio de imprensa, radiodifusão ou televisão, a pena é aumentada de metade. Art. 33. Incitar publicamente: I - à guerra ou à subversão da ordem político-social; II - à desobediência coletiva às leis; III - à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis; IV - à luta pela violência entre as classes

Os editoriais de um jornal constituem seu “espaço nobre”, pois, é o local em que expressam sua opinião, por este motivo, a escolha para a análise recaiu sobre esta coluna, na qual o jornal vinha a tratar diretamente com seu público leitor. A análise do editorial teve por objetivo compreender o modelo político e social ideal dos mesmos, destacar que pontos de vista expressaram e quais foram suas opiniões e projetos.

No entanto, o formato como estas colunas foram apresentadas para o seu público leitor, no conjunto do jornal, deve ser considerado. De acordo com Barbara Weinstein é *“apropriado proceder a uma descrição da diagramação, do conteúdo padrão e da estrutura do jornal, desses que são provavelmente as características diárias, que revelam sobre os leitores do jornal e sobre [suas] preocupações gerais”*³³. Trata-se da relação a envolver a transmissão de informações, notícias e opiniões, enquadradas em um espaço delimitado, voltado à persuasão e, também, a atração do olhar do leitor. Outro aspecto da afirmação da autora aponta para a melhor compreensão do objeto a ser estudado, na percepção da materialização de seus vícios e trejeitos.

Robert Darton demonstrou ser o espaço hierárquico das redações, refletido no espaço atribuído a cada jornalista visível nas páginas do jornal ³⁴.

Conforme Eliana Kati Caetano o conjunto de textos jornalísticos, formatado em jornal/mercadoria, contém diferenças observáveis, pela disposição das notícias ou dos artigos de opinião³⁵. Nesse sentido, a autora chama atenção para a forma e lugar onde foi publicado o texto - se está no alto da página ou em seu rodapé -, se é acompanhado de ilustrações ou fotografias, qual a disposição do título da manchete ou destaque de uma determinada página - as quais seguem, segundo a autora, uma distinção em sua

sociais; [...]Parágrafo único. Se o crime fôr praticado por meio de imprensa, panfletos, ou escritos e de qualquer natureza, radiodifusão ou televisão, a pena, será aumentada de metade. Art. 38. Constitui, também, propaganda subversiva, quando importe em ameaça ou atentado à segurança nacional: I - a publicação ou divulgação de notícias ou declaração; II - a distribuição de jornal, boletim ou panfleto; [...] Art. 39. Se a responsabilidade pela propaganda subversiva couber a diretor ou a responsável de jornal ou periódico, o Juiz poderá impor, ao receber a denúncia, a suspensão da circulação dêste até trinta dias, sem prejuízo de outras comunicações previstas em lei.”, Idem, ibidem.

³³ WEINSTEIN, Barbara. Apêndice – Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária. A cobertura da greve em O Estado de S. Paulo. 1902-1907. In. CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*(Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1980, p. 137.

³⁴ DARTON, Robert. Writing News and telling stories. Dedalus, vol. 104, nº 2, Wisdom, Revelation, and Doubt: Perspectives on the first Millennium B.C. (Spring, 1975), pp. 175-194. Disponível em: << <http://www.jstor.org/stable/20024337>>>

³⁵CAETANO, Kati Eliana. *História, sociedade e discurso jornalístico*: análise de alguns jornais veiculados em Corumbá-MS durante o Estado Novo. Dissertação, 192 f., Dissertação de Mestrado na área de linguística, Faculdade de Filosofia E Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1981, p. 14.

importância - com as páginas ímpares, normalmente mais valorizadas para leitura, que as páginas pares devido à constituição do próprio olhar dos leitores³⁶.

Ainda, segundo esta autora, a primeira página tem importância superior a todas as outras e nesta, por sua vez, existem recursos para dar maior destaque para determinadas matérias, como dispô-la na metade superior da folha³⁷. Logo, de acordo com Eliana Caetano, é parte privilegiada do jornal, a superior da primeira coluna à esquerda na primeira página³⁸.

Cabe ressaltar que os jornais não circulavam as segundas-feiras, porém, ao se considerar a localidade e o período, assim como a importância do dia de domingo em uma época em que o capitalismo não era ainda frenético como nos dias atuais pode-se considerar o *Cruzeiro do Sul* e o *Diário de Sorocaba*, como diários locais. Ainda mais pela razão dos próprios jornais se verem enquanto diários. Outro ponto a destacar é a respeito do espaço editorial nos jornais. Nos primeiros meses de 1964 não era bem demarcado o espaço dos textos opinativos dessas folhas, as opiniões estavam diluídas entre suas seções e notícias. Assim, enquanto não definiam ou determinavam um espaço para seu editorial e conforme as informações dos autores acima sobre a configuração do espaço dos jornais, as manchetes e destaques de primeira página foram priorizados para compreender a postura dos jornais.

O jornal *Diário de Sorocaba*, em 21 de maio de 1964, publicou ainda sem referência direta, texto opinativo no espaço a ser dedicado, dali a poucos dias, à sua coluna editorial, denominada “*Opinião do Diário*”³⁹. Este formato e local foi mantido até meados de 1969. A partir desse momento a publicação do editorial se tornou esporádica. A esse respeito Claudio Grosso recordou não ser “*por uma questão de pressão sobre o jornal, mas, por sobrecarga de trabalho para o seu diretor, responsável pela maioria dos editoriais*”⁴⁰. O jornal entre o fim de 1960 e primórdios da década de 1970 passou por uma ampliação de suas páginas e, também, de seus textos opinativos, noticiosos ou de reportagens, portanto, a explicação do atual editor chefe do *Diário de Sorocaba*, sobre a razão da ausência da coluna “*Opinião do Diário*” é nesse sentido aceitável.

³⁶ Idem, ibidem.

³⁷ Idem, ibidem.

³⁸ Idem, p. 15.

³⁹ Previdencia. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 21 de mai. de 1964, p. 3.

⁴⁰ GROSSO, Claudio. Entrevista [Jan.2015]. Sorocaba-SP. Entrevista concedida ao autor.

A coluna editorial deste jornal, em novo formato e constantemente, retorna apenas em janeiro de 1973⁴¹. Assim, por mais ou menos três anos e meio, este jornal diluiu sua opinião em suas colunas e notícias. Para se avaliar as opiniões que fossem expressão da mentalidade da direção do jornal nesse período se deu atenção para os artigos escritos por João Dias de Souza Filho, pois, este além de escrever alguns editoriais anteriormente, detinha confiança do diretor do jornal⁴².

O *Diário de Sorocaba* publicou frequentemente durante a década de 1960 pequenas notas logo abaixo de seu editorial. Dentre estas, a acompanhar a opinião do jornal, foi comum encontrar trechos extraídos de outros jornais, em especial os da grande imprensa como *O Globo*, *Correio da Manhã*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *Ultima Hora* e também, alguns jornais de circulação mais restrita, porém de impacto, como *Jornal do Comercio*, *Tribuna da Imprensa* e *Estado de Minas*. Os trechos recebiam o título de “Uma opinião” ou simplesmente “Opinião” e na maioria dos casos se alinhava com o texto editorial ou com notícia publicada na mesma edição e foram considerados nesta pesquisa como uma extensão do editorial⁴³.

O *Cruzeiro do Sul* publicou de maneira descontinua artigos opinativos em sua primeira página por algum tempo. Posteriormente os artigos editoriais foram publicados no espaço da parte esquerda de sua segunda página, abaixo do quadro no qual se informavam os membros diretores, executivos e de redação, da folha e de sua Fundação mantenedora. O jornal era preenchido com textos extraídos de várias agências de notícias, de sua primeira página às páginas internas, entretanto, nunca misturou estas notícias ou outras opiniões com sua coluna editorial. Esse espaço da segunda página se tornou a partir de 1965 o local de publicação definitiva do editorial do jornal até 1972, momento em que o editorial ganhou outro formato e disposição nesta mesma página. No final de 1973 o editorial foi repaginado e publicado no canto direito da parte superior na quarta página do jornal.

⁴¹Nesse mesmo espaço, por algumas ocasiões, foi publicada a coluna “Notas e opiniões”, também considerada como espaço de expressão da opinião desta folha. A coluna editorial do jornal não retornou a seu espaço anterior. Em princípio foi publicado na primeira página, por poucos dias, depois passou a página nove na qual se manteve por mais tempo.

⁴² OLIVEIRA, Sérgio Coelho. Entrevista [Jan.. 2015] Sorocaba-SP. Entrevista concedida ao autor. GROSSO, entrevista concedida ao autor, 2015, CAMARGO, Roberto Gill. Entrevista [Dez. 2014]. Sorocaba-SP. Entrevista concedida ao autor.

⁴³ Antes de aparecerem junto ao editorial do jornal alguns trechos de opiniões, colhidos de outros jornais foram publicados na coluna “Notas e opiniões”: Notas e opiniões. *Diário de Sorocaba*, 25 de abr. de 1964, p. 3.

No mesmo sentido, a importância concedida a uma determinada seção dos jornais, deve ser observada para os jornais enquanto fontes históricas. Assim como, é importante reconhecer o papel dos jornais como fontes de sua própria história.

Na década de 1970, segundo Tania Regina de Luca, afora a multiplicidade de material impresso, devido ampliação e difusão da imprensa no país, poucos estudos haviam sido escritos sobre a imprensa ou se valiam desta⁴⁴.

A escolha da imprensa como fonte é relacionada com os objetivos da pesquisa, no entanto, não se deve encarar os jornais que os tome como “*meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e selecionadas ao bel prazer do pesquisador*”⁴⁵, para não incorrer em risco do equívoco, de buscar nos periódicos, respostas prontas, preparadas para confirmação de nossas hipóteses e afirmações prévias, pois como afirma a Ana Luiza Martins:

*Os jornais, pois, são produções cuja finalidade é ganhar o leitor, seduzi-lo, conquistá-lo e convencê-lo, assim, a leitura amena e ligeira, decorrente do mero folhear dessas publicações de época acabam por envolver o leitor/historiador no tempo pretérito que busca reconstruir. O processo de aliciante sedução é passível de levá-lo a registros precipitados e equivocados decorrentes, sobretudo, das mensagens edulcoradas da publicidade, ou por vezes enviesadas da propaganda. Razão pela qual a fonte requer cuidados, em face dos apelos que transportam e induzem o pesquisador a configurações quase pictóricas do passado. A pertinência desse gênero de impresso como testemunho de um período só é válida se levarmos em consideração as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que se assistia e, em especial, da natureza dos capitais nele envolvidos.*⁴⁶

Reconhecer a intencionalidade na produção a mover e mobilizar os impressos, as mensagens transmitidas e dirigidas para seus leitores dos quais os jornais têm uma imagem prévia, auxiliam para que o historiador não se perca, ou, se deixe envolver pelo material, capaz de desviar a atenção, pois, produzido para atingir a mais de uma finalidade. Por esta razão, as condições de produção dos periódicos, jornais ou revistas deve ser considerada, pois, estes encerram além de questões materiais, os vínculos entre grupos distintos, seus acordos e confrontos, e mostram a sociedade, por seu interior, em suas tensões e negociações.

⁴⁴ LUCA, Tania Regina de. História dos nos e por meio dos periódicos, In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p 111-155.

⁴⁵Idem, p. 116.

⁴⁶MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História*, São Paulo, 22 (1); 59-79, 2003.

Heloísa de Faria Cruz em consideração sobre os jornais como fontes históricas afirmou:

De há muito, acertamos que o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela intencionalidade histórica que o constitui.

Os diversos materiais da Imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridade próprias e requer ser trabalhada e compreendida como tal desvendando, a cada momento as relações entre imprensa e sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe⁴⁷.

Por estas considerações é possível compreender os jornais, como fontes importantes da história social, por demonstrarem as práticas de parcela da sociedade em um determinado tempo e condição. A articulação com o período histórico no qual estão inseridos se apresenta em vários sentidos, interferem em sua materialização, na configuração de suas páginas e colunas, nos projetos aos quais procuram dar sustentação ou levar a frente.

Para se realizar o estudo das fontes, os editoriais do *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba*, se adotou inicialmente uma amostragem do material⁴⁸. O procedimento contou com o auxílio do professor Júlio César Pereira, da Universidade Federal de São Carlos.

O formato da amostragem procurou adotar critério baseado nas experiências de Maria Aparecida de Aquino em sua tese de doutorado⁴⁹. A autora, frente à grande quantidade de material produzido pelo jornal *O Estado de S. Paulo* resolveu proceder por uma amostragem linear e cronológica para seleção do material para ser analisado. Conforme a autora o procedimento foi o seguinte: “*Tomamos um exemplar por mês e, dentro dele, destacamos o editorial de interesse [...]*”⁵⁰. A solução encontrada pela autora possibilitou acompanhar um longo período e grande quantidade de jornais.

⁴⁷ CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: conversas sobre História e imprensa. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 35, dez. 2007, p. 258.

⁴⁸ Os jornais analisados, *Cruzeiro do Sul* e o *Diário de Sorocaba*, foram durante as décadas de 1960 e 1970, praticamente diários, não circulando apenas as segundas-feiras. O montante de jornais publicados pelas duas editoras entre 1964 e 1974 foi em torno de 5760 edições.

⁴⁹ AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados. Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-80)*. 1994, 310 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

⁵⁰ AQUINO, 1994, p. 20.

Escolheu a edição do segundo domingo do mês, por ser dia propício para o aumento de vendas nas bancas de revistas e jornais, pois, é dia em que aumentam as tiragens dos periódicos. Este dia do mês, por sua vez, é aquele após o pagamento de salário e contribui como incentivo em consumir um produto, para muitos, prescindível. Com base nesses fatores, para esta pesquisa, se optou, portanto, por constituir a amostra com os jornais publicados no segundo domingo de cada mês e analisar o editorial respectivo a estas edições.

Em um primeiro momento, o conjunto dos jornais foi dividido em duas partes, por parâmetro cronológico. A primeira compreende o conjunto de jornais entre meados do mês de março de 1964 até o de dezembro de 1968. A segunda compreende, por sua vez, o conjunto de jornais publicados entre o mês de janeiro de 1969 e o mês de dezembro 1974. O recorte tem, portanto, a edição do Ato Institucional nº 5, como divisor político principal. A divisão foi escolhida para observar as possíveis mudanças decorrentes do AI -5 sobre os jornais escolhidos para análise.

Após esta divisão o material, ao todo, 236 editoriais, foi fichado e organizado em temas. O fichamento do texto editorial procurou destacar, além de seu tema, os assuntos transversais inseridos no texto, referências a locais, nomes ou citações de discursos de autoridades ou livros, e mesmo, outros elementos legitimadores do discurso da opinião ou posição do jornal.

O estudo da amostragem das edições dos jornais revelou temas ou situações candentes que mereciam maior atenção, pois, indicavam questões ou situações frente às quais os jornais se posicionaram ou mesmo se colocaram em ação. Estes temas estavam relacionados ao papel dos jornais durante o golpe militar que destituiu João Goulart, o papel dos mesmos nas ações de legitimação do golpe e do novo governo, a situação enfrentada pela imprensa com o aumento das restrições impostas pelo regime, as contradições expressas pelos jornais frente aos Atos Institucionais do governo militar ou a relação desse governo com a juventude estudantil, e, a adesão ao projeto modernizador para o país, refletido sobre a cidade de Sorocaba, à luz de seus periódicos. Portanto, junto com a amostragem foram considerados outros editoriais que contribuíram para explicar o papel e a ação dos jornais, em assuntos que os editoriais da amostra apontaram estarem os mesmos interessados e envolvidos.

A metodologia para análise dos textos jornalísticos aproveitou estratégias elaboradas pela análise de discurso. A análise das fontes tomou por referência os estudos dos professores José Luiz Fiorin e Haquira Osakabe, com renomados trabalhos

na área da linguística e análise do discurso. Assim, os livros *O regime de 1964: discurso e ideologia*⁵¹ e *Argumentação e discurso político*⁵² forneceram as bases sobre as quais os editoriais seriam analisados.

Analisar a determinado discurso, conforme estes professores é remeter ao problema das relações sociais neste instituídas, pois, a noção de discurso pressupõe a de sujeito, e só se trata deste no quadro estabelecido no interior de uma formação social. Por sua vez, a opinião política dos jornais, neste sentido, foi analisada em sua estrutura contextual, considerada como fruto de uma realidade empírica na qual foi produzida, em tempo e espaço, com elementos recorrentes e singulares⁵³. Nesse sentido se compreende o discurso da imprensa como produzido com caráter objetivo, interessado e parcial.

O discurso é regido por leis de estruturação para ganhar sentido. Isto é, está dotado de mecanismos com operações que visam criar efeito de realidade e verdade. Em todo caso o objetivo é convencer. A análise, desta forma, levou em consideração o fato dos jornais emitirem discursos diversos conforme a imagem que fazem de seu público, assim como, conscientemente procurarem despertar reações objetivas em seus leitores.

A estratégia discursiva organizada nos textos, segundo José Luiz Fiorin, constitui um jogo de imagens. Este jogo de imagens estabelece a imagem de autor e leitor, assim como, aquela que se tem do leitor ou do destinatário, a imagem que pensa que o leitor tem do autor, a imagem que se deseja passar para o leitor⁵⁴.

Estes mecanismos se apresentam no formato do discurso e demonstram, segundo Fiorin, aspectos distintos. Neste sentido de acordo com Maria Aparecida de Aquino os efeitos estilísticos não se desvinculam dos conteúdos e objetivos apresentados⁵⁵. Assim, se observou os aspectos formais dos editoriais analisados, como sua extensão, tamanho dos parágrafos, a utilização de discurso direto ou indireto, palavras de difícil compreensão ou floreadas. Assim, se procurou reconhecer como um determinado tema era sentido e transmitido pelos jornais.

As perguntas: Quem proferia o discurso (?), de “onde” esse discurso era proferido (?) e para quem se dirigia esse discurso (?). Direcionadas para os editoriais

⁵¹ FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. 1ª ed. São Paulo: Atual, 1988.

⁵² OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

⁵³ Idem, p. 66.

⁵⁴ FIORIN, p. 30

⁵⁵ AQUINO, 1999, p. 25.

procuraram, nesse aspecto apontar o enunciado pelos jornais. O enunciado, conforme José Luiz Fiorin é o dito, enquanto a enunciação é o ato de dizer⁵⁶.

Para identificar as respostas às perguntas, dirigidas aos editoriais se observou as palavras que realizassem alguma ligação ou representassem os indicadores dos enunciados – sujeito, tempo e lugar. Neste aspecto a técnica relacionada à análise de conteúdo foi bem produtiva.

Segundo Laurence Bardin⁵⁷ a análise de conteúdo é uma reunião de técnicas de análise da comunicação e procura facilitar a identificação de dados em um documento para pesquisas. Segundo a autora os textos escritos são frequentemente submetidos a este tipo de análise, “prima próxima da análise de discurso”⁵⁸.

Segundo a autora:

*A análise de conteúdo tenta compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado, com o contributo das partes observáveis [...] toma em consideração as significações (conteúdo), eventualmente a sua forma e a distribuição destes conteúdos e formas nos textos [...].*⁵⁹

Neste aspecto essa técnica pôde contribuir com a análise das matérias dos jornais, pois, contribuiu para apontar os emissores, aqueles a enviar as mensagens ao público leitor, por meio dos termos relacionados ao enunciado contido no texto.

Das questões relativas ao enunciado do discurso, foi elaborado um conjunto de outras perguntas, a ser aplicado sistematicamente aos editoriais.

As perguntas feitas aos editoriais de forma sistemática, com a finalidade de expor suas opiniões e argumentos, foram as seguintes: Quem está expressando a opinião? Contra quem se está expressando? Como a posição ou opinião foi expressa? A quem os produtores do editorial se dirigem?⁶⁰

Outra forma de complementar o conteúdo dos editoriais se abriu com a possibilidade de realização de entrevistas com os membros da imprensa de Sorocaba

⁵⁶ FIORIN, p. 20. Enunciação - Cursos livres UNIVESP TV. Universidade Virtual do Estado de São Paulo. São Paulo: UNIVESP TV, 2014. 2h 30 min. (5 partes), son., color. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=0FmN3h6GM80>>>.

⁵⁷ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

⁵⁸ Idem, p. 43-44

⁵⁹ Idem, p. 42

⁶⁰ Outros trabalhos realizaram, nesse sentido, propostas semelhantes, com a elaboração de questionamentos para suas fontes como em um roteiro. VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *A preservação do legislativo pelo regime militar brasileiro? (1964-1968)* – Rio de Janeiro, 2004. 334p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Rio de Janeiro, 2004, p. 16.

daquele período. Há dentre estes quem ainda desempenha funções nos jornais locais, ou mantém relações com o jornal ao qual dedicou seus serviços.

A realização de entrevistas necessita de métodos teóricos para sua condução prática correta. Verena Alberti forneceu boas orientações e a base precisa para a condução, realização e inserção destas fontes na pesquisa.

A entrevista é resultado de um ato duplo, de entrevistado e entrevistador, pois, ambos pretendem desencadear o passado por meio da memória de ações ocorridas anteriormente. Existe na ação de entrevistar, uma constante busca de sentido para a memória. A transformação, do que foi vivenciado em linguagem segue um construto lógico e em acordo com o contexto da realização e motivação da entrevista.

Por sua vez, para a realização das entrevistas alguns pontos devem ser considerados e definidos de antemão, como o conhecimento do tema ou assunto referente ao objetivo da entrevista, as condições para sua realização e a consciência do tipo de tratamento dado a estas.

No âmbito da preparação das entrevistas se inclui a escolha de quem e quantos serão os entrevistados. Segundo Verena Alberti essa escolha deve se basear em critérios qualitativos como “*a posição dos entrevistados no grupo e sua experiência*”. De acordo com a autora, como entrevistados para a pesquisa foram escolhidos cinco membros da imprensa da cidade. Os srs Geraldo Bonadio, Sérgio Coelho de Oliveira, Claudio Grosso, Roberto Gill Camargo e Aldo Vannucchi. Todos vivenciaram o período em estudo como jornalistas, em algum jornal da cidade.

O número reduzido de entrevistados se explica pela intenção em se utilizar da história oral como um complemento e contraponto para com as fontes primárias conforme afirmação da autora: “*Se for apenas uma afirmação, complemento ou contraponto de documentos, o número de entrevistados pode ser reduzido*”⁶¹.

Dentre as pessoas procuradas para entrevista o sr. Geraldo Bonadio foi o único que decidiu contribuir para a pesquisa apenas respondendo a um conjunto de perguntas enviadas por correio eletrônico. O Sr. Sérgio Coelho de Oliveira, também respondeu a perguntas enviadas por correio eletrônico, entretanto, concedeu em seguida uma entrevista pessoalmente. Geraldo Bonadio e Sérgio Coelho de Oliveira passaram pelos dois jornais estudados como jornalistas. Sérgio Coelho de Oliveira foi redator-chefe do *Cruzeiro do Sul* e teve outras experiências como jornalista nesse período, como membro

⁶¹ ALBERTI, VERENA. Histórias dentro da História. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 175.

do jornal *O Estado de S. Paulo*, e ainda, chegou a ser secretário na administração municipal nas décadas de 1960 e 1970.

A única entrevista realizada em mais de um dia foi com o sr. Aldo Vannucchi. Este entrevistado foi dentre os outros o único colaborador de um único jornal local, e não propriamente um jornalista membro da redação seja do *Cruzeiro do Sul* ou do *Diário de Sorocaba*. No entanto, o contraponto dado por sua experiência no período, como padre membro da ala “progressista” da Igreja católica, tanto na imprensa, com acesso a jornal e rádio local, quanto diretor da Faculdade de Filosofia, o incluíram na escolha dos entrevistados.

Por sua vez o sr. Claudio Grosso praticamente cresceu junto ao *Diário de Sorocaba*, ligado por parentesco com seu proprietário Vitor Cioffi de Luca, que foi casado com sua irmã. Foi membro da redação do jornal, e posteriormente vice-prefeito e prefeito da cidade por algum tempo. Atualmente ainda exerce a atividade de editor-chefe no jornal *Diário de Sorocaba*.

Por fim, o sr. Roberto Gill Camargo, esteve integrado a equipe do Suplemento cultural In, do jornal *Diário de Sorocaba*.

As perguntas elaboradas para os entrevistados foram diretas, objetivas e abertas, para se possibilitar, e aproveitar, os desdobramentos decorrentes do relato do entrevistado.

Para a realização das entrevistas, Verena Alberti orienta:

O entrevistador deve treinar sua sensibilidade para reconhecer os fatores que influenciam o andamento da entrevista e leva-los em conta quando de sua análise. Em uma relação de entrevista, o que se diz depende sempre de a quem se diz. Qual a percepção que o entrevistado tem de seu interlocutor e como isso determina sua fala? Fazer uma entrevista é avaliá-la e analisá-la constantemente – enquanto é gravada e, mais tarde, quando é objeto de análise.⁶²

Conforme o trecho da autora, e de acordo com a metodologia de história oral que indica, desdobramentos fazem parte da realização de entrevistas e são até mesmo bem-vindos, cabe ao entrevistador a sensibilidade de analisá-los, no decorrer da mesma, e posteriormente. Para esta sensibilidade ser aguçada deve o entrevistador, além de preparado quanto ao tema e assunto, estar atento a aspectos subjetivos, relacionados a relação entre os indivíduos, cujo encontro se caracteriza por uma questão objetiva em torno da memória e do passado.

⁶² Idem, p. 178.

Por fim, o trato posterior das entrevistas deve considerá-las como documentos históricos, e como tal, as mesmas devem ser analisadas. Segundo a autora, se deve estar atento para o caráter intencional de perpetuação de uma memória sobre o passado e este caráter é dado pelo próprio entrevistador, e em geral, recebe aprovação do entrevistado.

A análise sobre as entrevistas deu atenção aos aspectos dos relatos dados aos elementos mais importantes recorrentes aos jornais e ao período histórico, como, por exemplo, a utilização das expressões “golpe” e “ditadura” ou “revolução de 64” e “movimento militar ou de 64”. No mesmo sentido as denominações e definições em torno do papel político dos jornais na cidade, seus princípios e valores e a menção comparativa entre *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba* foram apreciados para compreensão e utilização dos relatos.

1. - O jornal *Cruzeiro do Sul*

O *Cruzeiro do Sul* iniciou sua publicação em 12 de junho de 1903 como bissemanal, passou a ser trissemanal em 1907 e no ano seguinte se tornou diário⁶³. Fundado por Joaquim Firminiano de Camargo Pires, líder político local, tem sua origem relacionada a essa circunstância e logo “*que apareceu [...] um grupo de pessoas contrarias á sua orientação politica planejou a publicação de outra folha, essencialmente adversaria.*”, e por duas vezes tentaram empastelar as oficinas do jornal⁶⁴.

Os confrontos políticos refletidos nos periódicos locais naquele momento, estiveram em torno das disputas na chamada “*República velha*”⁶⁵, e o caso do *Cruzeiro do Sul*, em particular, com a dissidência do Partido Republicano Paulista, durante o governo de Campos Sales⁶⁶. Este jornal no decorrer de seu percurso teve inúmeros proprietários. Entre 1926 e 1940 o jornal passou por sucessivas mudanças, com a saída de Joaquim Pires passou a pertencer a firma Cesar & Cia, cujos proprietários foram o

⁶³Ao tratar sobre a imprensa de Sorocaba, ainda nas primeiras décadas do século XX, Francisco Camargo César comentou sobre o *Cruzeiro do Sul* o seguinte: “*O importante quotidiano actual era então distribuído duas vezes por semana ao preço de doze mil réis anual e sete mil semestral. No decorrer do anno de 1907 o Cruzeiro passou a ser editado trisemanalmente e em 1908, afim de attender á importância da sua representação, foi resolvida a sua publicação diária*”. CESAR, Francisco Camargo. *A Imprensa Sorocabana (1842-1913)*. Allmanach ilustrado de Sorocaba, 1914: Repositorio histórico, literário e recreativo com ilustrações. Fac-simile. Taquarituba-SP, Juracy Tenor, 2006, p. 171. No livro de José Aleixo Irmão sobre a loja Perseverança III e Sorocaba foi inserido o texto, do mesmo autor, que relata o contexto histórico e a fundação do jornal *Cruzeiro do Sul* publicado no suplemento comemorativo do jornal de 12 de junho de 1982. ALEIXO IRMÃO, José. *A Perseverança III e Sorocaba*. (Do suicídio de Vargas à Sagração do Templo). Sorocaba – SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1996, p. 221-226.

⁶⁴ Esta outra folha chamava-se *O Tempo* e nem chegou a ser impressa, segundo: CESAR, 1914, p. 172. Uma das tentativas de empastelamento do jornal ocorreu após seis meses de fundação e foi, segundo Aleixo Irmão, decorrente de denúncias da folha da participação de autoridades policiais em jogatins locais. Inclui-se na informação, ter o jornal acusado, também, atos ilícitos da Câmara, mas não menciona mais nada além da jogatina. Relata o ataque ao jornal como liderado por um alferes, que com doze pessoas armadas tenta, durante a noite, invadir as oficinas do jornal. Não empastelaram o jornal por que João Clímaco de Camargo Pires armado de uma carabina atirou algumas vezes para o alto. ALEIXO IRMÃO, 1996, p. 225-226.

⁶⁵ O termo “República Velha” procurou definir genericamente o período no qual está incluída a proclamação da República em 1889 até 1930, momento em que passa a ocorrer a ruptura com o modelo antigo – tido como caótico, ausente de ideias e ideais, europeizante e oligárquico – daí a inserção do termo “velha” para adjetivar República. Para uma discussão e reflexão a respeito do termo República Velha: GOMES, Ângela de Castro e ABREU, Martha. *A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia*. Disponível em << <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a01v1326.pdf>>>.

⁶⁶ Mediante a consciência de ter a situação apoio pela imprensa – expressa no jornal *Correio Paulistano* – e por meio dela atacar a dissidência, Aleixo Irmão relata que tomou corpo a ideia, após inúmeras reuniões, da necessidade de se fundar um jornal para se defenderem dos ataques. O autor, porém, exalta ser este defensor independente dos ideais políticos republicanos, também, defensor das classes oprimidas na busca pela justiça social. Dessa maneira para formar sua narrativa construindo a memória sobre o jornal mescla seu texto com trechos de manifestos e declarações de princípios publicados a época de fundação do periódico. ALEIXO IRMÃO, op. cit., p. 225-226.

jornalista Francisco Camargo Cesar, A.J. Castronovo e, o líder do PRP local, Affonso Pereira de Campos Vergueiro. Depois, ficou apenas com Castronovo e em 1936 foi comprado por Ignácio da Silva Rocha e Carlos Correia e se tornou vespertino⁶⁷.

Em 1940 o jornal foi adquirido por Orlando Silva Freitas e ficou sob a direção de seus filhos até 1963. Orlando S. Freitas foi um comerciante e empresário das comunicações locais. Fundador de uma das primeiras rádios da cidade, com o prefixo PRD-7, posteriormente adquiriu o *Cruzeiro do Sul* e constituiu uma correlação entre rádio e jornal a qual se manteve, mesmo após sua morte, em 1954.

O *Cruzeiro do Sul* no começo do ano de 1963 no dia 12 de janeiro publicou, em sua primeira página, o seguinte comunicado:

Aos anunciantes, colaboradores e leitores do Cruzeiro do Sul.

Após vários anos que respondi pela orientação e administração do CRUZEIRO DO SUL na qualidade de seu diretor-responsável, deliberei transferir os encargos destas funções ao meu irmão APRÍGIO DA SILVA FREITAS, com quem deve ser tratado, a partir desta data, todo assunto a que se refira a este matutino.

Deixo o CRUZEIRO DO SUL para me dedicar mais inteiramente a atividades outras [...] em especial, a emissora pioneira, PRD-7, Rádio Clube onde permaneço ao inteiro dispor dos que me têm honrado até aqui pela sua atenção.

Tenho a sensação do dever cumprido, dentro das limitações materiais e humanas peculiares ao nosso jornalismo de interior. Procurei não desmerecer o espírito de idealismo e de combate que animou aos que me antecederam na direção do CRUZEIRO DO SUL. E chego até aqui com consciência tranqüila, ante a certeza de que não fugi à responsabilidade e não faltei com o dever.

*Hélio da Silva Freitas*⁶⁸

Aprígio Freitas aparece como diretor do jornal de 13 de janeiro até 28 de fevereiro de 1963.

O jornal passava por déficits financeiros e um processo de venda de sua oficina⁶⁹. Articulada a passagem do jornal para futuros proprietários, no dia 01 de março de 1963, o nome de diretor do jornal é de Paulo Pence Pereira. Neste dia foi publicado um editorial com o título “60 anos depois”, no qual se tratou da transferência da direção do jornal.

⁶⁷ Suplemento de aniversário. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 12 de junho de 1983, p. 4.

⁶⁸ Comunicado. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 12 de jan. de 1963, p. 1.

⁶⁹ Em reportagem mais recente do jornal, ao contrário de suplementos anteriores, sobre a história do *Cruzeiro do Sul*, se afirmou claramente sobre os problemas financeiros do jornal. Loja Maçônica Perseverança III completa 142 anos. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 31 de jul. de 2011, p. A10.

A partir desse ponto a história desse jornal se torna inalienável da história da loja maçônica Perseverança III⁷⁰ por dois aspectos: o primeiro pelo esforço de reconstituição de memória, na qual, jornal e loja se tornam organicamente ligados por atribuição de valores naturais a ambos. O segundo diz respeito a utilização do jornal como porta voz e defensor dos interesses políticos e sociais do grupo desta loja.

Segundo José Aleixo Irmão, a loja avoca-se como defensora do ideal de Rousseau, de fraternidade entre os homens, defesa da liberdade e luta por igualdade, defendido com “*sangue e lágrimas na Revolução Francesa*”, vitoriosa em 1789⁷¹. Neste sentido se apresentava como vinculada a ideias pautadas por expoentes iluministas. Porém, ser maçom, e membro da loja, era uma exclusividade, pois, nos dizeres de Luiz Garcia Duarte, durante a sessão do dia 26 de março de 1962, “*Não se pode ser maçom quem quer, mas quem pode*”⁷².

Ser membro da loja não significava ser parte de um grupo homogêneo e coeso, pois, existiam embates internos. Em eleições internas, em 1959, agitadas ocorreria o início de uma “*mudança de posição administrativa*”, pois, o grupo liderado por Paulo Pence Pereira, segundo Aleixo Irmão, procurou fazer oposição “*renhida, violenta e às vezes desagradável*” ao grupo vencedor. Ainda segundo o autor, por meio de um esquema bem sucedido, consegue conquistar os mecanismos de real controle e direção da loja ao reunir todas as comissões em suas mãos. A “*situação ficou assim colocada: quem presidia a Loja era a situação, mas, quem dirigia realmente era a oposição*”⁷³. O jornal *Cruzeiro do Sul* foi adquirido, durante o período de fortalecimento desse grupo da loja P. III e na sessão de 4 março de 1963 se comunicou sua compra, do irmão, Hélio da Silva Freitas⁷⁴.

⁷⁰ A loja maçônica Perseverança III, filiada ao Grande Oriente do Brasil, instituída em 31 de julho de 1869, surgiu de uma dissidência em outra loja, Constância, “*primeira loja maçônica de Sorocaba, fundada em 1847*” e como o jornal, tem seu histórico envolvido com adeptos dos ideais republicanos. Na década de 1960, ao menos, três lojas maçônicas existiam na cidade, a Perseverança III, a Acácia e a Brasil III. . ALEIXO IRMÃO, 1996, p. 194-195, e Loja Maçônica Perseverança III completa 142 anos, 2011, p. A10.

⁷¹ Os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade foram evocados algumas vezes nas sessões da loja transcritas por Aleixo Irmão da mesma maneira como foi lembrado a data comemorativa a 14 de julho de 1789. ALEIXO IRMÃO, 1996, p 7 e p. 235.

⁷² ALEIXO IRMÃO, 1996, p. 188.

⁷³ Ao comentar sobre as eleições, com bastante parcialidade, Aleixo Irmão relatou: “*Corria o ano de 1959. Depois de uma sessão bastante movimentada, foi eleito [...] Aureliano Corrêa dos Santos. Evidentemente, isso não podia acontecer, não estava previsto nos planos de continuidade administrativa [...]. A ala derrotista, a ala inerte, a ala vegetante da Oficina triunfava [...]. Era o caos.*”. Idem, p. 65.

⁷⁴ Hélio Freitas não apenas vendia o jornal, mas, a rádio fundada por seu pai em 1933, para um grupo religioso espírita de São Paulo. A antiga rádio PRD-7 se tornou pertencente a rede Boa Nova de rádio. Idem, p. 215 e Um século de jornalismo: *Cruzeiro do Sul* 30.000 edições - Fascículo 13. “Fundação

O jornal de 1º de março de 1963, além da nova direção, trouxe em seu editorial algumas informações e afirmações em relação aos novos rumos da direção e do jornal:

A longa trajetória de um jornal que se mantém na vanguarda da imprensa interiorana durante 60 anos, confere aos que a ele estão afeitos a responsabilidade de não denegrir um nome que é, antes, uma tradição. Basta lembrar que, em nenhum momento destes sessenta anos, passando por mãos diversas, o CRUZEIRO DO SUL, jamais se converteu num balcão de oportunidades, nem se abastardou num mercado de transações inconfessas. Vibrando por um ideal – interpretado com maior ou menos ardor, segundo o temperamento próprio de seus responsáveis o CRUZEIRO DO SUL ligou-se a tal modo à história de Sorocaba [...]. Esta responsabilidade nos a sentimos [...] em que a propriedade e direção do CRUZEIRO DO SUL estiveram sob a tutela da família Freitas. [...] Uma sensação suavizante de dever cumprido nos anima o coração, nesta hora emotiva em que transferimos a propriedade e a direção do CRUZEIRO DO SUL a um grupo de sorocabanos liderados por Paul [sic] Pence Pereira. São figuras da maior estirpe moral que Sorocaba conhece. Ao nos despedirmos, fixamos o passado para agradecer aos que nos animaram até aqui. E cremos que o futuro não negará prosperidade aos que no presente assumem o passivo heróico de sessenta anos de luta e de vitórias pela grandeza de nossa terra⁷⁵.

Sobressai o empenho do editorialista em procurar estabelecer uma perspectiva de continuidade, evita-se assim, pensar alguma ruptura, ou refletir sobre alguma dificuldade. O mesmo se pode dizer da explicação dada pelos novos proprietários da empresa. Segundo Aleixo Irmão, as palavras de Paulo Pence Pereira foram: “o *Cruzeiro do Sul* era órgão publicitário tradicional em Sorocaba; por isso, sugeriu que a Loja o adquirisse para não desaparecer com a venda das suas máquinas, separadamente em São Paulo, pois o jornal fazia parte da história local.”⁷⁶. Uma parte do interesse dos novos proprietários estava no controle de um órgão de informação, não apenas por ser veículo de publicidade, apontado como tradicional, mas como defesa e promulgação de interesses vinculados a esse grupo na cidade. Nesse momento com afincos se iniciou a tentativa de se relacionar a aquisição do jornal por Paulo Pence Pereira⁷⁷ à loja maçônica por inteiro⁷⁸.

Ubaldo do Amaral amplia circulação e influência do jornal” – 1964. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 4 de setembro de 2005, p. 196.

⁷⁵ 60 anos depois. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 01 de mar. de 1963, p. 1.

⁷⁶ ALEIXO IRMÃO, 1996, p. 228 e 60 anos depois. *Cruzeiro do Sul*, 1963, p. 1.

⁷⁷ Apontado inúmeras vezes como de destaque, na compra e posteriormente da diretoria do jornal, Paulo Pence Pereira, havia sido comerciante do ramo de imóveis – comprava e loteava terrenos na cidade de Sorocaba e teve negócios semelhantes em outras regiões. Uma vida marcada por grandes ideias. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 02 de dez. de 2011, p. A5.

⁷⁸ Propôs-se “que os maçons que quisessem ajudar na aquisição avaliassem títulos a serem emitidos, pagando-os mensalmente”, dos quais 21 se prontificaram a participar e cada um deles contribuiu com 30 mil cruzeiros por mês pelas promissórias adquiridas. Na sessão da loja de 11 de março de 1963, Benedito

No dia seguinte, o jornal publicou o editorial “*Valores Supremos*”, no qual procurou demonstrar a importância do nome *Cruzeiro do Sul* para a cidade como algo incalculável,

*Qualidade, produção e utilidade são valores facilmente ponderáveis. Mas, a tradição, o prestígio e a penetração de um nome, como julgá-los? Como estimar em algarismos o inestimável? Como medir em números o imponderável? Quanto daria o leitor pelo nome e pelas tradições do CRUZEIRO DO SUL?*⁷⁹

O editorialista, após comparar a “*moral do jornal*” a valores nada consensuais, como liberdade e verdade se esforçou em elevar a qualidade do mesmo, ao afirmar, a tradição de “*um nome que, durante sessenta anos, vem presidindo, passo a passo, dia a dia, a vida de Sorocaba e do seu povo*”⁸⁰. Segundo o editorialista, os novos diretores da folha herdaram a responsabilidade de zelar pelo bem da cidade e suas tradições, por meio do jornal representado como arauto desses valores⁸¹. O *Cruzeiro do Sul* no trabalho de reiterar sua história e memória continuamente afirmou ter se voltado para: “*lutar, encetando campanhas meritórias em prol da sociedade local, buscando o aperfeiçoamento cada vez maior da sociedade e, conseqüentemente, da humanidade e*

Dias lembrou que recairia sobre todos da loja a ajuda a reativar o jornal. Sugeriu campanha para novas assinaturas. Percebe-se que a compra reuniu na loja um grupo maior de membros, em torno dos maçons de maior articulação naquela loja, no momento. Benedito Dias afirmou ser a compra do jornal, não de um grupo e sim da oficina, e que a compra se fez em nome dos irmãos do quadro, despendendo desses, responsabilidade para com a campanha de assinaturas. Porém, ao tratar sobre a semana comemorativa de 60 anos do jornal, o orador da loja, Luiz Garcia Duarte, ressaltou a ausência de inúmeros irmãos durante toda a semana de conferências e celebrações. Tais situações demonstram ser a empreitada objetivo almejado, por parte interessada em deter controle sobre um veículo de informações local. ALEIXO IRMÃO, José. 1996, p. 228 e p. 233, e Um século de jornalismo: *Cruzeiro do Sul* 30.000 edições - Fascículo 13, 2005, p. 198.

⁷⁹ Valores Supremos. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 02 de mar. de 1963, p. 1.

⁸⁰ Idem, ibidem.

⁸¹ Também no dia 02 de março de 1963, o jornal *Diário de Sorocaba* publicou uma pequena nota, sobre a mudança na direção do jornal *Cruzeiro do Sul*, e da visita dos novos donos àquele jornal, fato a primeira vista de mera modicidade, porém, ao ser inserido no contexto local revela, entretanto, algo mais abrangente, pois, no jornal *Folha Popular*, de oposição ao grupo representado pelo *Cruzeiro*, nada saiu a respeito, e assim, parece ter sido a visita, dos novos donos do antigo diário, programada e objetiva, ao invés de puramente cordial. A nota publicada foi a seguinte: “*Cruzeiro*” passou para novas mãos. O jornal *Cruzeiro do Sul* o mais antigo órgão da imprensa local, foi transferido ontem a novos proprietários, constituídos num grupo, liderado pelo Sr. Paulo Pence Pereira, e que conta ainda com a participação dos srs. Antonio Novais e Paulo Breda Filho. Os novos responsáveis pelo tradicional órgão, que ontem mesmo assumiram a direção daquele matutino fizeram uma visita de cordialidade ao Diário, mantendo demorada palestra com nosso diretor. Agradecendo a essa visita gentil, formulamos aos novos proprietários e dirigentes do *Cruzeiro*, nossos prezados colegas, os melhores votos de felicidade.” “*Cruzeiro*” passou para novas mãos. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 02 de mar. de 1963, p.1. Um chiste nesta nota: abaixo da notícia o jornal publicou sua propaganda: “*Leia e assine Diário de Sorocaba*”.

da democracia”⁸². Em algumas ocasiões fez menção a seu primeiro editorial, intitulado “O nosso programa” como exemplar de seu compromisso para com seus princípios:

De longa data acariciávamos a idéia de publicar uma folha que não estivesse adstricta a conveniências de partidos políticos: que existisse por si, sem depender senão do apoio publico; que dissesse o que precisa dizer, e que defendesse com hombridade os interesses do Direito e da Justiça. Essa idéia realizamos agora com a publicação do Cruzeiro do Sul.
Apparece sem outros intuitos senão os de cooperar para o engrandecimento da terra onde vê a luz. E, se tanto conseguir ainda mesmo em diminuta parcela, dar-nos-emos sobejamente recompensados.
Não é órgão partidário: é uma folha republicana e nada mais.
Acolherá em suas columnas todos os artigos de utilidade publica.
Até onde lhe fôr possível, defenderá com independencia os direitos do povo, garantidos pela Lei, e pugnará em prol das classes oprimidas.
Não irá provocar discussões de caracter privado, nem a ellas dará abrigo.
Quando, no desempenho de nossa missão, tivermos de entrar na critica e na apreciação dos actos públicos, o faremos na região serena dos princípios, sem rancor e sem paixão.
Esta folha é propriedade de uma associação que não visa interesses pecuniários, nem aspira posições officiaes.
*<<O Cruzeiro do Sul>> ao tomar humilde posição nas fileiras da imprensa, sauda cordialmente a seus confrades e ao publico benévolo de quem espera favorável acolhimento.*⁸³

Assim, por meio de retomada de fundamentos o jornal procurou afirmar ser uma folha republicana, como meio de expressar uma independência ou autonomia, no entanto, sua existência como visto anteriormente se fundou em uma posição política, pois seu proprietário era uma liderança política local. Ainda, esse discurso não deixa de ser recorrente na imprensa, no qual se exalta imparcialidade, no entanto, a própria afirmação de ser “republicano” apontava para uma posição parcial, pois, em contrapartida fazia frente a outros periódicos, que assim também se assumiam. As contradições evidentes dessas afirmações aparecem conforme o jornal se expressa no cotidiano, pois, a imprensa, produto social não é, e tampouco se constitui, de imparcialidade.

Em 1964 o jornal publicou editorial, no qual, tratou a respeito de sua visão da profissão e ética, do jornal e do jornalismo. Neste, ambos teriam por função executar o serviço de assessores do povo, como numa responsabilidade recebida de mandato direto da população⁸⁴. Afirmava o texto: “*Cremos que a supressão de noticias por qualquer*

⁸² ALEIXO IRMÃO, 1996, p. 225.

⁸³ Nosso Programa. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 12 de jun. de 1903, p. 1.

⁸⁴ Para o autor do texto as bases do jornalismo seriam o “*embasamento claro, informações verdadeiras, exatidão e honestidade das noticias e comentários, cremos que o jornalismo deve escrever o que sua própria consciência julga ser verdadeiro*”. A Lei de Bronze do Jornalismo. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 10 de maio de 1964, p. 1.

*motivo que não o bem-estar da sociedade é inadmissível*⁸⁵, chama atenção por estar inserida na missão de formar e informar a população, a seleção de notícias com as quais se deveria ou poderia ter acesso em determinado momento.

Nesse artigo o jornalista é comparado a um cavalheiro, responsável pelo que publicou e por manter um padrão de comportamento, no qual está incluído o “*temor a Deus e a honra, como modelo para o sucesso e o agir correto da profissão*”⁸⁶. Ainda, nesta medida, jornal e jornalista, deveriam ser surdos “*ao apêlo de privilégios ou ao clamor das massas mal orientadas*”⁸⁷.

Durante a mudança administrativa no *Cruzeiro do Sul* ocorreu uma greve entre seus funcionários. Segundo Aleixo Irmão, Paulo Pence Pereira afirmou ser uma “*greve ilegal dos empregados*” fruto da ação “*encabeçada por conhecidos agitadores*”. Em nota ao relato sobre a sessão da loja, o mesmo comenta: “*Um dos agitadores era um tal de Ximbuca, gráfico, que foi dispensado pela direção do jornal*”⁸⁸.

Na época já estava consolidado e reconhecido pelo Ministério do Trabalho, o sindicato dos gráficos de Sorocaba, seu presidente na época, desde o período anterior, da Associação dos Gráficos, foi Osmair de Almeida⁸⁹. Segundo Geral Bonadio estaria o mesmo envolvido nessa greve dos gráficos do jornal⁹⁰.

Em 04 de maio foi composta comissão com “*Paulo Pence Pereira, José Aleixo Irmão, Paulo Breda Filho, Laelso Rodrigues e Luiz Garcia Duarte para efetuar estudos sobre os estatutos da Fundação Cruzeiro do Sul*”, e, em 1º de junho foi apresentado “*o projeto de estatutos da Fundação mantenedora do jornal Cruzeiro do Sul*”⁹¹. O projeto

⁸⁵ Idem, ibidem.

⁸⁶ Idem, ibidem.

⁸⁷ Idem, ibidem.

⁸⁸ ALEIXO IRMÃO, 1996, p. 239-240.

⁸⁹ Segundo folheto comemorativo dos cinquenta anos de atividade do sindicato, o mesmo surgiu a princípio como uma associação em 1960, com a união dos trabalhadores das maiores empresas gráficas de Sorocaba. Osmair de Almeida, seu primeiro presidente, foi mencionado no jornal Terra Livre, por fazer parte de comissão que levou solidariedade ao líder camponês preso, Jofre Corrêa Neto. Esta comissão foi formada durante Congresso Estadual dos Gráficos, onde foi publicada resolução em apoio as reformas de base. Gráficos Paulistas Solidários com Jofre: Cresce a Aliança Operário-Camponesa. Jornal Terra Livre, São Paulo, 5 de maio de 1963, Suplemento de Aniversário, p. 4. Disponível em: <<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=xx0556&PagFis=457>>>. Acessado em: 20-10-2014.

⁹⁰ BONADIO, Geraldo. Entrevista [Jan.2015]. Sorocaba-SP. Entrevista respondida ao autor por correio eletrônico.

⁹¹ As Fundações são consideradas pela legislação do Código Brasileiro de 1916, vigente na época de formação da FUA, como pessoas jurídicas de direito privado, assim como, sociedades civis, sociedades mercantis e partidos políticos, submetidas a permissão e fiscalização do Ministério Público para exercer atividades. Brasil. Lei nº 3.071, de 1º de novembro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, DF, 1º de janeiro de 1916. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm>> Acessado em 12/12/2014.

da instituição foi nos dizeres de Paulo Pence Pereira “*essencialmente maçônica*” e batizada de Fundação Ubaldino do Amaral, homenagem a um dos fundadores da loja⁹².

Por outro lado a influência e participação da loja sobre o jornal⁹³ foi por vezes matizada pelos membros da loja integrantes da Fundação. Estes afirmavam certa independência entre o jornal e a loja⁹⁴. No entanto, confirmavam a orientação dos ideais da FUA e do *Cruzeiro do Sul*, adequados à filosofia maçônica⁹⁵. Isto se explica pela definição de ser o jornal pertencente a FUA e não a loja maçônica, apesar da Fundação ser formada apenas por membros da P.III. Assim, os membros da FUA procuraram estabelecer uma relação de solidariedade entre os membros da loja maçônica e o jornal, no entanto, em contrapartida afirmavam ser o controle do jornal pertencente aos vinte e um membros da Fundação.

Quanto da administração da Fundação caberia a um Conselho Superior cuja competência seria:

*Designar, anualmente, um Conselho de Redação, composto de três elementos que, juntamente com a Diretoria Executiva opinará sobre tudo quanto interesse a assuntos publicitários e redatorial, cabendo [sic] a esse Conselho fixar a posição e orientação do jornal em face dos problemas e da situação do momento, na promoção de campanhas para esclarecimento e orientação pública, em perfeito entrosamento com a Diretoria citada.*⁹⁶

Dessa maneira ficou concentrada a decisão sobre a linha editorial do jornal à Diretoria Executiva e ao Conselho de Redação, nas quais todos faziam parte do grupo

⁹² ALEIXO IRMÃO, 1996, p. 251 e p. 254. *Cruzeiro do Sul* 30.000 edições. Fascículo 13, 2005, p. 195.

⁹³ Sobre participação e mobilização da loja e não apenas da FUA em torno do jornal: “[...] *O que a Perseverança já realizou não foi com mensalidades, citou a compra do Cruzeiro do Sul e a aquisição recente de novo maquinário, ocasiões em que todos colaboraram de acordo com suas posses.*”. Noutro momento: “*E pede que os irmãos acompanhem mais de perto com bastante carinho todas as atividades de nossa loja. Como exemplo das atividades a nosso encargo cita a Fundação Ubaldino do Amaral pedindo a maior colaboração possível, de todos, para com o nosso jornal Cruzeiro do Sul. Esclarece que o empreendimento cresceu e que, por isso mesmo, atravessa situação financeira não muito favorável.*”. ALEIXO IRMÃO, José. *A Perseverança III e Sorocaba* (Da Sagração do Templo ao Centenário). Volume 5. Sorocaba-SP, Fundação Ubaldino do Amaral, 1996, p. 20 e p. 57.

⁹⁴ A respeito de questionamentos do apoio e posição do *Cruzeiro do Sul*, foi respondido o seguinte: “[...] *a posição do Cruzeiro do Sul, jornal da fundação, agora e sempre, será decidida pelo Conselho Superior da entidade que determinará a conduta a ser seguida pela Diretoria e pela Redação [...] o irmão Paulo Pence Pereira, também pela ordem, reforça os seus esclarecimentos anteriores lembrando que o Conselho Superior da Fundação é que iria dizer da posição política do jornal*”. Idem, ibidem, p. 117.

⁹⁵ Segundo Aleixo Irmão: “*O Ven. responde que a opinião do irmão Brasil será levada ao conhecimento da administração do jornal que pertencendo à Fundação Ubaldino do Amaral tem direção própria não sendo administrado pela Loja. Deixa claro que enquanto a Fundação operar dentro da filosofia maçônica e obedecendo às leis civis e penais do País, não tem como o Altar, nem a intenção de intervir na economia interna daquela entidade. [...]*”, idem, p. 111.

⁹⁶ Idem, ibidem.

de instituidores da FUA. O entrosamento entre Diretoria e Conselho Redatorial estava, portanto, garantida. Dentre os membros de ambos estavam alguns dos formuladores do Estatuto da Fundação, como José Aleixo Irmão e Luiz Garcia Duarte⁹⁷.

No dia 1º de agosto de 1964 foi publicada na primeira página do *Cruzeiro do Sul* nota intitulada “Ao publico” com o texto a seguir:

A partir do dia de hoje, o CRUZEIRO DO SUL passa a pertencer a novo proprietário. Constituída por um grupo de cidadãos que se responsabilizaram pela aquisição das ações da Editora CRUZEIRO DO SUL S/A, organizou-se uma Fundação, de fins filantrópicos e culturais, que recebeu a denominação “FUNDAÇÃO UBALDINO DO AMARAL”, inspirada na ação de um ilustre cidadão de Sorocaba, que tanto dignificou sua terra adotiva.

Conservando tôdas suas características de imprensa livre e independente, voltada para os grandes interesses da coletividade, sem qualquer vinculação político-partidária, ou religiosa sectária, verdadeira tribuna popular, o CRUZEIRO DO SUL vai, doravante, complementar a sua missão.

É assim que nos termos do próprio Estatuto da Fundação, todos os lucros porventura auferidos com a edição do jornal e demais atividades da empresa, serão empregados na sua melhoria, visando dotar a cidade de um matutino à altura de seu progresso e, também, destinados à distribuição a associações de caridade, à concessão de bolsas de estudo científicos e técnicos a jovens necessitados e merecedores de apôio, bem como a outras atividades visando o benefício cultural e moral da cidade

*Trazendo esta comunicação à sociedade sorocabana, aos nossos leitores, assinantes e anunciantes, o Conselho Diretor da FUNDAÇÃO UBALDINO DO AMARAL, ao mesmo tempo em que agradece a preferência que vinha recebendo, expressa sua esperança de continuar merecendo esta preciosa atenção, assegurando de sua parte tudo fazer para manter a tradição do velho diário e dar amplo e cabal cumprimento às finalidades da novel instituição, para o maior progresso de Sorocaba, nossa comum finalidade.*⁹⁸

A partir desse momento o jornal *Cruzeiro do Sul* tem sua imagem associada mais diretamente a maçonaria, especificamente a loja Perseverança III e isto merece atenção, pois, reconhecidamente a maçonaria foi conhecida por ser um círculo fechado⁹⁹ o qual atraía para si desconfianças e mesmo oposições abertas.

Sobre a impressão desse aspecto Aldo Vannucchi recorda o seguinte: “*Naquela época a maçonaria era muito oculta hoje você sabe quem é maçom ou não. Ele próprio [o maçom] se revela sem problema nenhum, maçonaria mudou muito.*”¹⁰⁰. Mais adiante na mesma entrevista: “*Claro que, quanto mais atrás a gente vai no tempo, a gente vê que mais ranço anticatólico, e isso, a libertação disso, a apresentação da maçonaria*

⁹⁷ Idem, 260.

⁹⁸ AO PUBLICO. *Cruzeiro do Sul*. 1º de ago. de 1964, p. 1.

⁹⁹ VANNUCCHI, Aldo. Entrevista. [Jul. 2014]. Sorocaba – SP. Entrevista concedida ao autor e MOREL, Marco. Indústria do mistério. Dossiê Sociedades secretas. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Nº 69, ano 6, junho de 2011, p. 17-21.

¹⁰⁰ VANNUCCHI, Entrevista concedida ao autor, 2014.

como uma sociedade, não tão secreta, e não sectária, isso é coisa de uns trinta anos para cá.”¹⁰¹.

Em certa medida tem razão Aldo Vannucchi ao afirmar um perfil mais oculto, entretanto, a abertura e exposição do papel de membros da maçonaria, se deu na aquisição do jornal, sem mascarar ou melindrar esse viés. Nesse sentido, de acordo com Marco Morel:

*Apontada frequentemente como a mais misteriosa, a maçonaria, entretanto, não é tão secreta (exceto em momentos de intensa repressão). Mas, sim, discreta, como afirmam seus membros. [...] No Brasil existiam publicações assumidamente maçônicas já na primeira metade do século XIX, quando o tema passou a ser tratado abertamente pela imprensa. Desde o pioneiro Hipólito da Costa no Correio Braziliense (1808-1822), a maçonaria era mencionada em centenas de publicações. E várias das entidades, desde então, têm endereço conhecido, placa na porta e publicações periódicas com nomes e fotos de seus membros.*¹⁰²

O posicionamento aberto de membros da loja maçônica¹⁰³, como demonstrou Marco Morel, não seria novidade e por outro lado, como mostrou José Aleixo Irmão, existia um grande interesse por parte de membros da loja maçônica na participação na vida social e política, e não apenas localmente¹⁰⁴.

A Diretoria Executiva da FUA criou os cargos de diretor de redação e diretor administrativo para a reestruturação administrava do jornal. Para diretor de redação foi contratado José Caetano Graziosi, “*na época estudante de direito*” e para diretor administrativo foi chamado José Crespo Filho¹⁰⁵. Outros estudantes de direito foram chamados para compor a redação do jornal¹⁰⁶. Segundo fascículo sobre a história da FUA com a criação desses cargos e com a contratação de outros redatores o “*Conselho Editorial ficou liberado para o jornalismo opinativo*”¹⁰⁷.

Os editoriais desse jornal não eram assinados, porém, é certo que o Conselho de Redação composto de três pessoas era responsável por este espaço. E isto, não se restringia a coluna editorial, pois, o promotor de justiça e membro do conselho de

¹⁰¹ Idem, ibidem.

¹⁰² MOREL, 2011, p. 17-21.

¹⁰³ Porém, isto não significou qualquer abertura de seus interiores para a sociedade Em passagem em seu livro sobre a história da loja maçônica Perseverança III, José Aleixo Irmão transcreveu sobre reclamação do que seria um problema de invasão de privacidade e da necessária cautela a respeito de rituais maçônicos que foram filmados e transmitidos na tv. “*Afirma o orador que isto deve ser evitado pois, o que é nosso, continue exclusivamente nosso*”, IRMÃO, 1996, p. 179.

¹⁰⁴ IRMÃO, op. cit., 286.

¹⁰⁵ Este dirigiu anteriormente o jornal *O Comércio*. Para esta e as outras informações acima ver Jornal Cruzeiro do Sul. Um século de Jornalismo: Cruzeiro do Sul 30.000 edições. Fascículo 13, 2005, p. 200.

¹⁰⁶ Idem, ibidem.

¹⁰⁷ Idem, p. 201.

redação, José Aleixo Irmão teve outros espaços no jornal como o *Enxergo da minha Janela* e *A Nossa de Direito*¹⁰⁸. Assim, foi possível analisar com mais atenção e precisão o modo de pensar e de expressar opiniões de um dos formuladores do estatuto da FUA e do Conselho de Redação que definia a linha editorial do *Cruzeiro do Sul*.

Na coluna *Enxergo de minha janela*, frequentemente destinada a versos de sua autoria, em março de 1967, foi publicada uma crônica narrativa, na qual se apresentam algumas imagens sobre a sociedade e o “povo”, reproduzidas pelo autor, por meio de uma suposta viagem em vagão popular de trem. Nesta representação Aleixo Irmão descreveu o trem, os passageiros e o ambiente ocupado por estes com o claro olhar de alguém de fora, “*envolto a rostos patibulares e ao cheiro de corpo humano sujo o qual tornava o ar pesado e irrespirável a dar engulhos*” acrescentou o promotor. Ressaltou logo de início em sua narrativa a desorganização, ausência de fraternidade e polidez. E a partir do momento que o trem de “*segunda categoria*” se colocava em movimento o observador afirmou: “*Envergonhei-me de mim mesmo e do meu país. Da minha roupa bem posta, bem talhada e de pano bom. Aquê! vagão de ar nauseabundo, semelhava a chiqueiro. Levava rebotalhos humanos para longes terras [...]*”¹⁰⁹.

Assim, o trem constituía um ambiente contaminado pela natureza de seus usuários e espelhava na figura do narrador mais que a pobreza, pois, apontava sua distinção por superior, em condição e caráter, expresso em seu sentimento de vergonha para consigo e o país. Na sequência, acentuou por comparação, a aparência das pessoas passageiras do vagão:

Aquelas caras barbudas, aquelas mulheres esquálidas, envelhecidas tão jovens, cobertas de trapos baratos; aquelas crianças barrigudas, descalças de olhitos famintos e de pernas finas eram o retrato vivo da minha pátria. A sua face real, sofredora. Eu era ali a outra face. A fictícia, a falsa, pintada de carmim e pó-de-arroz.

[...]

*Senti-me ainda mais humilhado no meio daquela gente que falava a minha língua, nascera sob o mesmo céu pontilhado de tanta estrela. Gente bronca, cascuda, que pitava cigarros fétidos feitos de fumo impróprio até para matar piolho de galinha. Gente que cuspinhava no chão, que fossava com os dedos o nariz, que sujava o chão do sanitário. Gente bronca, cascuda humilhada. Gente, porém, que tinha uma alma.*¹¹⁰

¹⁰⁸ A coleção de textos de autoria de José Aleixo Irmão publicados nas duas colunas se tornaram livros. Respectivamente: ALEIXO IRMÃO, José. *Enxergo de minha janela*. Sorocaba, SP. Fundação Ubaldino do Amaral, 1973 e ALEIXO IRMÃO, José. *A Nossa de Direito*. Sorocaba, SP. Fundação Ubaldino do Amaral, 1997.

¹⁰⁹ ALEIXO IRMÃO, José. *Enxergo da minha janela*. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 05 de mar. de 1967, p. 2.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*.

A descrição carregada nas cores procurou distinguir, passageiros e narrador, na representação de um cenário exposto como de horror e miséria humana. Esta intenção de demonstrar piedade para com a população pintada como ignorante é para onde o texto tentou dirigir seu leitor. E consequentemente instituir uma condição de responsabilidade social por aquelas pessoas.

Para exercer a função de dirigente da sociedade, conforme a ideia liberal, demonstrada por Maria Aparecida de Aquino em sua análise desse viés no jornal *OESP*, além do respectivo respaldo econômico, esta o fundamento da racionalidade, dado por este poder, elemento de distinção da capacidade de projetar e orientar o melhor meio para uma determinada sociedade e governo¹¹¹. Este aspecto é claro no texto de Aleixo Irmão, pois, sua permanência no vagão constituiria uma análise, uma pesquisa de campo, pois, “*precisava continuar vendo e observando*” para produzir sua crítica:

*Então essa gente era minha irmã? Ninguém olhava pelos seus sofrimentos? Essa gente era coisa sem valia? Onde estavam os pais da pátria, os governos, os representantes do povo? Eles não viam isso? Por que não os obrigar a andar num trem assim, com gente assim? Meu Deus, por que consentis nisso? [...] O trem parou na minha estação. Desci traumatizado.*¹¹²

A crítica dirigida aos “*pais da pátria*” foi referência generalizada a políticos tidos por demagogos. A imagem reproduzida e vista no exemplo acima, procurou demonstrar serem estes, aproveitadores do povo, interessados na manutenção de sua ignorância e condição.

Por fim, não podem ser isentas as palavras finais do autor, pois, após descer “*traumatizado*” pela experiência, ao olhar para o céu, em uma costumeira representação de busca por caminho e resposta, vê “*Lá em cima a brilhar “o Cruzeiro do Sul”*”¹¹³, ou seja, as estrelas a dar nome para o jornal cuja linha editorial contribui para elaborar.

As afirmações expressas no texto de Aleixo Irmão, por demais exageradas, mostram, entretanto, como pensava e se posicionava frente a noção de responsabilidade social, um dos principais membros do Conselho de Redação de um jornal cujo estatuto dirigente reforçava como objetivo a formação e orientação social dos leitores¹¹⁴.

¹¹¹ AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, estado autoritário, 1968-1978: o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. O Estado de S. Paulo e Movimento. 166 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990, p. 13 - 15.

¹¹² ALEIXO IRMÃO, *Cruzeiro do Sul*, 05 de mar. de 1967, p. 2.

¹¹³ Idem, *ibidem*.

¹¹⁴ José Aleixo Irmão escreveu vários livros, dentre estes, uma coleção sobre a história da loja maçônica em seis volumes. Alguns outros de livros foram: *Euclides da Cunha e o socialismo*, 1960, *Grandezas e*

Outro membro do Conselho de Redação designado para a função foi Paulo Breda Filho. Este teria inclusive formação em alguns elementos do jornalismo e da comunicação dentre seu currículo acadêmico. No ano de 1967 ao ser eleito como presidente do sínodo presbiteriano, o jornal publicou um breve resumo de suas atividades e de sua formação acadêmica. Nascido em Itapetininga, em 1924 exerceu inúmeras funções na Igreja presbiteriana e dentre os cursos que possuía estavam os da “*Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Meckenzie e École Nationale d’Apprendissage de Paris e no campo das Artes Gráficas o da École Supérieure de Journalismo de Paris*”¹¹⁵. Posteriormente Paulo Breda Filho foi reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie entre 1977 e 1980. Além de líder religioso na Igreja Presbiteriana, Breda Filho era, também, coproprietário de empresa em Sorocaba, e se mostrava interessado em questões referentes a indústria, pois, por mais de uma vez o jornal publicou referências a sua participação em convenções, ou mesmo textos apresentados pelo membro da loja nas mesmas¹¹⁶.

O terceiro membro do primeiro Conselho Redatorial do *Cruzeiro do Sul*, nesse primeiro momento, foi Luiz Garcia Duarte, professor da faculdade de medicina de Sorocaba e que conforme José Aleixo Irmão há muito lecionava na mesma, foi em 1964, promovido a professor da Cadeira de Dermatologia¹¹⁷.

No decorrer do tempo ocorreram mudanças esporádicas, tanto na Direção Executiva do jornal, quanto em seu Conselho de Redação.

No início de 1967, a FUA adquiriu uma nova máquina gráfica, obtida na cidade de São Carlos, a qual foi transferida para Sorocaba¹¹⁸. A modelo rotativa passou a

misérias do júri, 1968, *Grandezas e misérias do júri*, 1968 e *Rafael Tobias de Aguiar, o homem, o político*, 1992.

¹¹⁵ Conselheiro de Redação do CRUZEIRO DO SUL é novo presidente do Sínodo Presbiteriano. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 06 de out. de 1967, p. 1.

¹¹⁶ Em notícia sobre convenção de empresários e representantes da associação de indústrias contém a reprodução do texto de Paulo Breda Filho no qual reivindica segurança para a classe produtora, sobretudo em relação a propriedade, incluindo nessa, a segurança contra o temor causado por quaisquer convulsões sociais. Industriais de todo o interior aprovam proposta de Sorocaba. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 29 de maio de 1968, p. e p. 5, Reprivatização das empresas elétricas. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 1 de set. de 1965, p. 1 e Associações Comerciais examinam atual situação. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 15 de out. de 1969, p. 2. Sobre a participação em propriedade de empresa: Breda S/A – Indústria e Comércio de materiais elétricos. Ata da Assembleia Geral Realizada em 12 de junho de 1969. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 09 de ago. de 1969, p. 6. Nesta publicação da ata foi inserido o parecer do Conselho Fiscal da Breda S/A. cujos conselheiros efetivos eram Antonio Novaes e José Domingues Puglia Neto, outros dois membros de conselhos e diretoria da Fundação.

¹¹⁷ ALEIXO IRMÃO, 1996, p. 260.

¹¹⁸ A transferência da máquina para o jornal da cidade de São Carlos para Sorocaba obteve menção de agradecimento para a loja daquela cidade. “*Com relação à transferência da máquina impressora para o Cruzeiro do Sul, ressaltou o trabalho desinteressado do... que ao saber dos ideais da Fundação dedicou-se extremamente a esse mister. Solicitou fosse oficiado ao mesmo agradecendo o seu interesse. [...]*”.

funcionar com força e êxito no ano seguinte, 1968. A esse respeito membros da Fundação comentavam o sucesso do jornal, então com doze páginas e “records” de tiragem para folha interiorana. Em um domingo de junho chegou a oito e mil e duzentos exemplares e no mês seguinte, em edição com vinte páginas, chegou a rodar oito mil jornais¹¹⁹. Outra transformação considerável na parte de máquinas gráficas do jornal voltou a ocorrer, posteriormente na década de 1970.

Por várias ocasiões este jornal demonstrou seu intuito de “passar a era da off-set”. Isto veio a ocorrer em setembro de 1973, com promessa de novidades para edições seguintes e número comemorativo, com mais de cem páginas e grande tiragem¹²⁰. No entanto, nada assim ocorreu. A crise nacional e internacional, sentida pelos jornais com a falta de papel, levou exatamente ao oposto, ou seja, a diminuição de suas páginas por algum tempo. Entretanto, o jornal além de iniciar nova fase gráfica, reformulou seu quadro de direção jornalística com a vinda de novo editor geral que demarcou nova etapa do periódico¹²¹.

1. 2 - O jornal *Diário de Sorocaba*

Em 06 de julho de 1958, de propriedade e direção de Vitor Cioffi de Luca - formado jornalista pela Faculdade Cásper Líbero em 1951, aos 25 anos – passou a circular o jornal *Diário de Sorocaba*. Vitor de Luca já vivia e trabalhava em Sorocaba

Comunicou que já enviou nossos agradecimentos à Loj. Eterno Segredo de São Carlos, cidade de onde veio a máquina impressora do Cruzeiro do Sul, por ter cuidado de nossos interesses naquela cidade, bem como a todas as pessoas que sollicitamente nos procuramos ser uteis”, ALEIXO IRMÃO, op. cit., p. 26.

¹¹⁹ Tal fato ocasionou elogios à direção da Fundação, na pessoa de Paulo Pence Pereira em sessão da loja P. III de 28 de julho de 1968: “Laelso Rodrigues para se congratular com a atual diretoria executiva da Fundação Ubaldino do Amara”. A edição de vinte páginas deu-se em parte por ser adicionado suplemento infantil nessa edição. Idem, p. 94 e p. 103.

¹²⁰ Aos nossos leitores. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 07 de set. de 1973, p. 1. O jornal prometera para o primeiro dia de dezembro uma edição de estréia com cento e sessenta páginas. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 19 de out. de 1973, p. 1.

¹²¹ Aos nossos leitores, 1973, p. 1. O nome de José Buzzeli Filho apareceu pela primeira vez no quadro de diretores do jornal no dia do comunicado aos leitores. Além da nova aparência do jornal, o novo maquinário possibilitou o investimento em suplementos longos com os quais poderia angariar fonte para propaganda. Os suplementos do jornal, apenas em 1974, foram ao menos três; um comemorativo ao 31 de março, outro para as indústrias e outro no primeiro de maio, apologéticos ao desenvolvimento industrial como em um todo. Março 10 anos construindo o Brasil. Suplemento Especial 10º aniversário da Revolução. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 31 de mar. de 1974, Dia do Trabalho. Suplemento Especial. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 01 de maio de 1974, *Cruzeiro do Sul*. Suplemento Industrial. Sorocaba, 13 de nov. de 1974, em sua primeira página esse suplemento estampou a seguinte mensagem defronte a foto da estatua de um tropeiro: “As gerações do presente estão procurando continuar o progresso dos antepassados. É a fase dinâmica da História de Sorocaba”.

em 1952 e trabalhou por um tempo no jornal *Folha Popular*¹²² o qual deixou para fundar o *Diário*. Segundo Alcir Guedes, esta seria a quarta vez que um jornal com o título *Diário de Sorocaba* seria publicado na cidade¹²³.

No primeiro número do jornal, seu editorial destacou o contrato com agências telegráficas do país e a colaboração com um serviço de notícias com a rádio local *Vanguarda*, realizado diretamente da redação do jornal, com o objetivo de garantir os “*expressos desejos da população*” por notícias e informações¹²⁴. De acordo com Olavo Munhoz, o *Diário de Sorocaba* foi fundado em uma época de várias lutas e tensões políticas locais¹²⁵.

Sobre a fundação do jornal, Vitor Cioffi de Luca dezesseis anos após dar início à empreitada recordou para entrevista realizada pelo próprio *Diário de Sorocaba*:

*Sempre gostei da imprensa. Quando me bacharelei em jornalismo, imediatamente troquei um emprego estavel de gerente de estabelecimento bancario, pela aventura do jornal. Minha vinda para Sorocaba foi circunstancial. Mas a fundação do DIARIO não foi. Ao contrario, foi uma determinação em que muitos não acreditaram. Amigos leais procuraram me alertar sobre a empreitada. Mas o DIARIO pegou, como se diz, desde a sua primeira edição. Agradou aos leitores. E estes lhe garantiram o sucesso.*¹²⁶

O *Diário de Sorocaba* se defina para seu publico leitor como imparcial e independente, com sua base moral estruturada nos postulados cristãos e pelas encíclicas dos últimos Papas e de oposição aos adeptos da doutrina leninista-marxista (formula com a qual identificava, por exemplo, adeptos ou partidários do socialismo ou comunismo)¹²⁷. Comum a outras empresas jornalísticas, a imparcialidade foi transmitida

¹²² Diário de Sorocaba. Edição especial de aniversário. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 06 de jul. de 2006, p. C2.

¹²³ O primeiro dos jornais com o nome de *Diário de Sorocaba* existiu, a partir de 1880, e durou até 1882. O segundo homônimo circulou entre 1900 e 1910 e seu redator e diretor foi Antonio de Oliveira. O terceiro com o mesmo nome e de duração mais curta, começou a circular em 1914 e seu redator foi Pedro Mesquita. GUEDES, Alcir. Jornais III – Imprensa de Sorocaba vivia na raça. Era feita com excesso de idealismo. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 12 de dez. de 1973, p. 16.

¹²⁴ Localizado em prédio na região central, o qual concentrava todas as sessões do jornal - oficina, redação, escritório e distribuição - em sua administração trabalhava, também, Tereza de Luca – esposa de Vitor Cioffi. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 06 de jul. de 2006, p. 1.

¹²⁵ Ocorria, por exemplo, forte embate entre o prefeito da cidade e o proprietário do jornal *Cruzeiro do Sul*, Hélio da Silva Freitas, a frente da direção após a morte seu pai, e que não herdou apenas o jornal, mas, também, um alvo político. Por sua vez o outro diário local, a *Folha Popular*, apoiava o prefeito da época. *Cruzeiro do Sul* 30.000 edições – Fascículo 11 – “Otimismo marca governo JK”. – *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 21 de ago. de 2005, p. 165.

¹²⁶ Diário de Sorocaba. Suplemento In. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 07 de jul. de 1974, p. 22.

¹²⁷ Uma profissão de fé de quase 50 anos, atual ainda hoje. *Diário é Sorocaba*, edição especial de aniversário, *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 6 de jul. de 2006, p.1., SOUZA FILHO, João Dias, Missão

como valor orientador do jornal, no entanto, as inspirações de seu proprietário demonstravam exatamente o oposto, pois, nas palavras do próprio Vitor Cioffi de Luca: “A grande linha mestra em que nos fundamentamos, é o cristianismo, e os seus princípios são os que nos orientam”¹²⁸. Ou seja, a posição da linha editorial do jornal detinha uma perspectiva parcial e a orientação do periódico, para ser mais específico foi a do catolicismo.

Não se pode deixar de recordar a existência de interpretações diversificadas, na forma a seguir a fé cristã, dentro da Igreja Católica, em especial na segunda metade do século XX. Entretanto, é possível identificar com qual parte da Igreja o *Diário de Sorocaba* estava mais afinado, pois, este jornal publicou por anos, na década de 1970, aos domingos, página dedicada à religião católica, denominada *Noticiário Católico*. A página expressava opiniões da ala mais conservadora da Igreja, com temáticas anticomunistas, críticas a mudanças no comportamento da sociedade ou na liturgia do ritual católico, assim como, informações e explicações em torno de documentos ou textos da igreja ¹²⁹.

Com relação a sua opção pelo jornalismo expressava a ideia de missão, de informar e formar, com liberdade de expressão, para contribuir com o “*engrandecimento do país*”, por meio da imprensa “*livre e responsável*”¹³⁰. Em certa medida o jornal realizou papel de oposição e fiscalização local do poder público na cidade. O sentido do qual se utilizava, para se identificar como “*imprensa livre*”, era o de estar afastado dos grupos ou partidos no poder, e limitava esta posição a apontar críticas aos prefeitos e administração locais.

informativa, *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 07 de jul. de 1964, p. 3, Bom Dia!, *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 06 de jul. de 1963, p. 1, Quinto Aniversário, *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 06 de jul. de 1963, p. 4, MUNHOZ, Olavo, O aniversário do filho mais novo, *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 06 de jul. de 1963, p. 7.

¹²⁸*Diário de Sorocaba*. Suplemento In, 1974, p. 22.

¹²⁹Existia na cidade, portanto, um clero que pode ser denominado por progressista, da mesma forma que um clero conservador. Vitor de Luca e sua esposa, conforme Aldo Vannucchi, tiveram tendência a se alinhar com o segundo. VANNUCCHI, entrevista cedida ao autor, 2014. Dentre os nomes recorrentes na página católica do jornal, e talvez na própria organização desta, estava Maria de Lurdes Ayres Moraes. A mesma assinou por certo tempo apenas como M.L.A.M. Sobre o apoio do perfil religioso do jornal: Maria de Lourdes Ayres. Há 14 anos esse jornal labuta. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 12 de jul. de 1972, p. 1 e como exemplar do anticomunismo na página “Mundo Católico”: O Brasil agradece a Deus. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 03 de dez. de 1971, p. 12.

¹³⁰Em uma afirmação de princípios da profissão de jornalista, o *Diário de Sorocaba* publicou: “A imprensa é vista mais do que um órgão divulgador, é vista como um instrumento combativo em prol dos interesses e reivindicações levadas a sociedade por meio dos fatos, analisados e expostos friamente, de maneira independente”. Livre e responsável. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 06 de jul. de 1972, p.1, e “Em silêncio”. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, de 13 de abr. de 1967, p. 3.

No início da década de 1960, pareceu passar por um período de bonança, pois, afirmava haver aumento de circulação, de público leitor e aquisição de uma nova máquina gráfica¹³¹. O *Diário de Sorocaba* também teve outra mudança importante na década de 1960. Iniciou o processo de construção e transferência para sede própria. Anteriormente, segundo o diretor do jornal, apertado em prédio a concentrar com algumas divisórias todas suas seções, passou a ter um prédio próprio, em uma das ruas centrais da cidade, e lá se manteve com algumas ampliações em seu espaço original. Isto, segundo o próprio jornal, mostrou sua capacidade em atingir e conquistar leitores e anunciantes, e se consolidar em um mercado - antes disputado pelo *Cruzeiro do Sul* e a *Folha Popular*. Por outro lado não deixa de chamar atenção para as dificuldades econômicas enfrentadas por pequenas e médias empresas jornalísticas¹³²:

*É evidente que é difícil à imprensa cabocla, à imprensa interiorana, sobreviver às contingências da vida atual. Jornais tradicionais da hiterlândia paulista tem fechado as suas portas, em face das dificuldades crescentes que se apresentam aos homens que fazem da imprensa suas tribunas de luta. Hoje é quase um milagre a manutenção de um jornal no interior. As dificuldades são imensas, diríamos quase que ciclópicas, intransponíveis. Somente um ideal superior pode justificar a presença de uma imprensa sadia no interior [...].*¹³³

Conforme recordou Claudio Grosso o *Diário de Sorocaba* teve um público fiel e interessado pelo periódico, e isto contribui para compreender a evolução econômica da folha, enquanto empresa. Entretanto, além desse aspecto Grosso comentou: “*Mas, na época na verdade, nos tínhamos um departamento comercial muito bom, e que agenciava publicidade de uma maneira muito intensa aqui na cidade e isso ajudou o jornal a ir para a frente*”¹³⁴. Se considerarmos as receitas da imprensa local em uma cidade de porte pequeno, com as oportunidades comerciais para propaganda divididas por três periódicos vemos, de acordo com Claudio Grosso, ter sido fundamental o papel da parte comercial na melhora crescente na condição do jornal, não apenas na mudança para sede própria ou na melhoria do maquinário, mas, também, nas páginas do

¹³¹ Segundo o editorial sobre as dificuldades de um jornal o que parece mais dificultoso encontra-se no custo em se manter a empresa, e, “*Entre essas dificuldades merecem ser mencionadas aquelas de ordem econômica, provocada pelos preços materiais imprescindíveis à feitura de um jornal, que variam a cada dia.*”, como a dispendiosa assistência e manutenção às máquinas. Quinto Aniversário. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 06 de jul. de 1963, p. 3.

¹³² A vez dos pequenos. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, out de 1965, p. 2.

¹³³ 8 anos de luta. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 06 de jul. de 1966, p. 3.

¹³⁴ Claudio Grosso. Entrevista concedida ao autor, 2015.

periódico¹³⁵. Por outro lado, é preciso considerar a influência do fator comercial nas opiniões e posições de qualquer periódico, pois, empresas e indústrias, ou mesmo a propaganda oficial de municípios ou governo federal, poderiam ser retiradas caso o jornal se mostrasse divergente daquilo que tinham como princípio fundamental em política ou sociedade¹³⁶. Ainda mais na Sorocaba de anos 1960 e 1970, onde o trabalho de propaganda e a publicidade traziam grande tom de pessoalidade e laços de amizade entre as partes¹³⁷.

O *Diário de Sorocaba* procurou inovar de tempos em tempos, modificou sua diagramação, tanto da primeira página, quanto das páginas do interior do jornal e procurou introduzir suplemento semanal infantil, ainda em 1967. Na década de 1970, lançou outra inovação na imprensa local, o qual o diferenciou do *Cruzeiro do Sul*, jornal de maior porte técnico e econômico. Entre os anos de 1972 e 1974, o *Diário de Sorocaba* publicou um Suplemento denominado IN, bastante interessante para os moldes da imprensa interiorana, pois inspirado em jornais alternativos ou dedicados a artes em geral.

Além, desse aspecto inovador a direção do jornal garantiu certa autonomia aos integrantes do suplemento. A seu respeito comentou um dos integrantes da produção de suplemento:

O suplemento cultural. Quer dizer, sempre foi meu sonho, quando estava no jornal, era criar um suplemento assim, que fosse cultural, me enquadrava mais. Então, quando nós criamos o In, ele ficou assim, uma coisa muito chic para o jornalismo de Sorocaba, porque era um luxo ter um caderno daqueles. Eram, acho que quatro folhas, dezoito páginas grandes, para você trabalhar com cultura semanalmente, linha temática, cada dia um tema diferente. De caráter até pedagógico, de ensino, acadêmico. [...] Eu acho que a gente fez o In porque a gente queria fazer um Pasquim aqui. Sabe, no fundo talvez fosse isso. Talvez a gente tivesse feito um Pasquim só cultural, só estético e não político de bater de frente como era o Pasquim. Mas era um jornalzinho cultural, porque, não entravam aquelas notícias de polícia, de não sei o que. A ideia era falar de cultura, que era mais interessante. [...] Não sei se o Walter acha isso, o Walter do Diário, você conhece, o filho do Vitor e atual diretor – não sei se ele concorda ou não, mas o In deu outro perfil para o jornal, ele fez frente com o Cruzeiro do Sul. E aqui entre nós, a briga sempre foi do Diário com o Cruzeiro. O Cruzeiro tem, até hoje, uma

¹³⁵ 9 anos de luta. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 06 de jul. de 1967, p. 3.

¹³⁶ Muitos jornais sofreram “sanções econômicas”, ou seja, deixarem de receber propaganda oficial, e viram suas receitas declinarem e consequentemente foram levados a fechar suas portas.

¹³⁷ Com o tempo tanto jornais como seus clientes passaram a investir em propagandas melhor organizadas e direcionadas. “A relação entre propaganda e clientes – loja e mídia – modificou-se, pois, a propaganda passou a ser vista como investimento, e não mais caridade, e assim a se tornar mais sofisticada”. DIAS, Maurício Sérgio. *100 anos de propaganda: a propaganda em Sorocaba no século 20*. Sorocaba, SP; Paratodos: Ipagraf, 2002, p. 45.

*força muito grande e o Diário, seu Vitor e a d. Tereza lutavam bravamente para que o jornal ter uma frente.*¹³⁸

Conforme indicou Roberto Gill Camargo, o Suplemento Cultural In, além de uma novidade na imprensa local, a ponto de ser matéria em revistas, e citação em outros jornais¹³⁹, levou o *Diário de Sorocaba* a fazer frente com jornal potencialmente mais forte economicamente. Nesse suplemento cultural foi encontrado além de temas diversificados, até mesmo críticas a censura da época.

Enquanto empresário de comunicação a realização do suplemento era condizente com as aspirações do dono jornal:

*O jornal vem sofrendo varias transformações técnicas e redatoriais, mas isso é perfeitamente normal, e só benefícios traz ao publico leitor. [...] Para manter seus leitores interessados no que publicam, os jornais tem evoluído tecnicamente, melhorado o seu aspecto gráfico e se aprofundado mais nas informações. A variedade do que se publica, noticias, opiniões, entretenimento, etc..., a diversificação de suas seções (esporte, humorismo, sociedade, etc.) tudo contribui para manter o leitor interessado.*¹⁴⁰

Conforme o próprio proprietário do jornal, mudanças e inovações materiais seriam necessárias para acompanhar o ritmo e interesse do leitor. A questão central estava na manutenção da empresa, nesse sentido compreendida na capacidade de manter o leitor continuamente interessado. Em especial frente a outros meios de comunicação, mas, também na competição com outras folhas.

Segundo recorda Claudio Grosso, os editoriais do *Diário de Sorocaba*, durante as décadas de 1960 e 1970 não foram todos escritos pelo diretor e proprietário do jornal Vitor Cioffi de Luca. Segundo o jornalista, muitos destes artigos eram escritos pelo redator chefe do jornal, função ocupada por diferentes pessoas na história do jornal¹⁴¹. Dentre os membros da redação havia os de grande confiança do diretor do *Diário de*

¹³⁸CAMARGO, Roberto Gill. Entrevista. [Dez. 2014]. Sorocaba-SP. Entrevista cedida ao autor.

¹³⁹ Idem, ibidem.

¹⁴⁰*Diário de Sorocaba*. Suplemento In, 1974, p. 22.

¹⁴¹“Tivemos o Toninho, ah foram vários, viu. Não sei se o Vannucchi, que foi irmão do Aldo Vannucchi [...] Era José Duarte Vannucchi”. GROSSO, entrevista cedida ao autor, 2015. Além desses jornalistas recorda Roberto Gill Camargo outros membros da redação. Dentre eles Alcir Guedes, responsável pela primeira página, possivelmente tenha escrito alguns dos editoriais do jornal durante o tempo em que lá trabalhou, pelos idos da década de 1970. Outro jornalista de quem Camargo se recordou foi Ricardo Dias Neto, e sobre o mesmo comentou: “Então, se tinha alguma coisa de religião, era com ele. Ele tinha um espaço bom no jornal, porque numa época dessa, não podia falar muito na política, e ele vinha com as orações dele, com as interpretações da bíblia. E saia matéria frequentemente, todo o dia”. CAMARGO, entrevista cedida ao autor, 2015.

Sorocaba, como João Dias de Souza Filho. A seu respeito Claudio Grosso comentou: *“O João Dias, eu não sei se ele chegou a ser o redator chefe aqui. Mas o João Dias era gente de confiança do Vitor e escrevia editoriais aqui também”*¹⁴².

Este articulista expressou em sua coluna características próprias a seu perfil e formação pessoal, pois, sua aproximação com o jornalismo se deu por meio de jornais vinculados a Igreja e posteriormente em um jornal de orientação cristã católica. Em artigo tratou, por meio de um relato em torno de sua memória, sobre a cidade durante sua infância. Neste comentou sobre a Igreja e em especial os cultos voltados a imagem de santa da congregação mariana local. Porém, abordou outros aspectos particulares a sua formação.

Em comum com outros jovens que fizeram parte das redações dos jornais locais, nas décadas de 1960 e 1970, estava a formação como bacharel em Direito. Este perfil, de advogado foi percebido em suas colunas por mais de uma ocasião. Em uma delas, sobre a passagem do dia 11 de agosto, o articulista após tratar sobre um breve histórico do papel das faculdades e estudantes de direito no Brasil, comentou: *“Hoje nos anos 70, quando[...]encontramos a sociedade brasileira prestes a receber novos diplomas jurídicos, atualizados e respondendo aos interesses dos homens de nossos tempos [...] inspirados no espírito liberal estão as novas gerações mudando a própria estruturas da sociedade”*¹⁴³.

Apesar da “Opinião do Diário” estar por vezes sob a responsabilidade de outros membros da redação, o redator chefe ou um jornalista de confiança, era o proprietário do jornal, quem, enfim, definia aquilo a ser publicado, segundo Claudio Grosso: *“Quem decidia tudo, principalmente nos primeiros quarenta anos de jornal era o Vitor, porque o Vitor era o dono do jornal. [...] Mas ele chamava o pessoal que escrevia, e dizia pra gente o que era para escrever, o que era para deixar de escrever [...] era o Vitor que decidia sobre isso”*¹⁴⁴. Enfim, por mais que a opinião expressa em uma edição do *Diário de Sorocaba* não fosse escrita por seu diretor, no entanto, a mesma estava em acordo com sua posição frente ao tema em questão.

¹⁴² Idem, ibidem.

¹⁴³ SOUZA FILHO, João Dias de. Consciência Jurídica. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 13 de ago. de 1972, p. 17.

¹⁴⁴ Idem, ibidem.

1.3 – A posição dos jornais contra o governo Goulart e o apoio ao golpe

Nos meses antecedentes ao golpe civil militar de 1964, os jornais, *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba*, demarcavam e convergiam suas posições de oposição ao presidente João Goulart.

Entre março e abril a imprensa de Sorocaba passou a criticar severamente o presidente e os temas abordados pelos jornais em oposição a Jango foram sobre seu suposto continuísmo no poder, as Reformas de Base e sua aproximação com a esquerda, em especial os comunistas.

O comício pelas Reformas de Base se tornou motivo para afirmação anticomunista local. No *Diário de Sorocaba*: “*Enquanto no Rio de Janeiro se desenrolava o comício das reformas de base, em Sorocaba, o povo [...] orava [...] pedindo a proteção de Deus contra o perigo comunista que ameaça nossa terra*” pronto para levar o país a um “*banho de sangue*”¹⁴⁵. Os termos foram escolhidos a risca para suscitar um ambiente de terror, com adição de forte viés religioso.

O *Cruzeiro do Sul* por seu vez foi indireto, porém, o sentido de suas notícias se aproximou das afirmações acima, pois, destacou a fala de Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara, dirigida ao Congresso Nacional, na qual afirmava: “*O Comício foi um assalto à Constituição [...]. A guerra revolucionária esta desencadeada. Seu chefe ostensivo é o sr. João Goulart*”¹⁴⁶. Com a apropriação do discurso do ferrenho opositor de Jango o jornal também difundiu suas ideias e acusações, as quais se observadas tinham por fim causar temeridade e insegurança, pois, se afirmou atos de ataque a Carta Maior e de guerra declarada.

Os dois jornais publicaram com muitos elogios notícias a respeito da “Marcha da Família, com Deus, Pela Liberdade” paulistana em suas primeiras páginas. O jornal *Diário de Sorocaba* sobre esta destacou:

Hoje as mulheres de São Paulo estarão desfilando pelas ruas, numa demonstração grandiloquente de coesão democrática, em face dessa onda de comunização do país que se avizinha nos horizontes da Pátria. A manifestação que irá ocorrer hoje, em São Paulo, será vivida em todos os centros urbanos do Estado e do Brasil, inclusive em nossa cidade. Nesta hora de visível transição histórica, quando o ódio, as paixões e os ranços radicais, ameaçam instituições e as nossas liberdades fundamentais, mister

¹⁴⁵ POVO SOROCABANO OROU CONTRA O COMUNISMO. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 15 de mar. de 1964, p.1

¹⁴⁶ Lacerda pede ao Congresso defesa da liberdade e da paz. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 15 de mar. de 1964, p. 1.

*se faz a união de todos os brasileiros, união essa que implica na defesa tácita e expressa da democracia social cristã. Todos devem partir à luta, por Deus, pela Pátria e pela Família!*¹⁴⁷

O *Diário de Sorocaba* apoiador do mote da marcha - *Deus, Pátria e Família* - ainda conclamava para luta em defesa da democracia social cristã, defendida e utilizada como valor para aglutinar membros em torno do ato em São Paulo. Os termos e expressões são carregados de significados e demarcam um cenário de embate inevitável, o qual ganhou ares de maior importância com a evocação de se atravessar momento histórico.

Por sua vez, o *Cruzeiro de Sul*, de 18 de março, além do texto sobre a organização da manifestação, publicou nota da “*Associação das Irmãs de Anita Garibaldi*”, do Rio Grande do Sul:

*Estamos convosco, mulheres bandeirantes. Podem ficar certas de que as espôsas e mães dos homens que nasceram livres em terras livres também não admitirão aqui o triunfo dos bárbaros vermelhos, inimigos de nosso Deus e de nossa família. Avante para a praça pública para defender as liberdades por que tombaram os nossos heróis de Monte Castelo e de tantas lutas gloriosas. Estamos promovendo idêntico movimento em várias cidades do valoroso Rio Grande do Sul. Os comunistas e seus sequazes não passarão!*¹⁴⁸

A publicação do manifesto das senhoras gaúchas era dotado de um conteúdo fortemente apelativo. De princípio afirmava sua legitimidade em uma oposição entre liberdade – “*homens livres, terra livre*” – e barbárie. Livres eram aqueles ao lado de valores da família e religião. Referenciou batalha da Segunda Guerra Mundial e reconfigurou a história desse mesmo embate, em uma construção na qual o nazi-fascismo e o comunismo foram intencionalmente confundidos.

A repercussão da Marcha em São Paulo, exaltada como vitoriosa e unificadora das forças democráticas, voltaria com força entre os dias 24 e 26 de março nos jornais locais, empolgados com a mimetização do evento na cidade. Segundo o líder sindical Guarino Fernandes: “*parte conservadora da cidade sorocabana formada pelo clero, senhoras católicas, maçonaria, Rotary e Lions, providenciavam manifestações [...]*”¹⁴⁹. Tem razão o sindicalista, o grosso da parcela conservadora da cidade, representada por seus clubes sociais ou sociedades exclusivas, os jornais, *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba*, se uniram na organização da marcha em Sorocaba.

¹⁴⁷ Hoje em São Paulo: Mulheres Paulistas Irão às Ruas Por Deus, Pela Pátria e Pela Família. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 19 de mar. de 1964, p. 1.

¹⁴⁸ Mulher Paulista, Mãe Paulista, Esposa Paulista, Irmã Paulista. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 19 de mar. de 1964, p. 1.

¹⁴⁹ SANTOS, Guarino Fernandes dos. *Nos Bastidores da luta sindical*, São Paulo: Ícone, 1987, p. 100.

Segundo Aldo Vannucchi:

*Eu acho que houve um movimento nacional dessas marchas [...]. A capital deu o exemplo e no interior, depois ocorreram várias, em Sorocaba se apressaram e fizeram. E foi rápido, porque, o clima ajudava, e a força da Igreja [...] era muito grande na época. Naquele tempo [...] o predomínio da igreja católica era de 90% ou 95%. Então era uma programação fácil, bastava às rádios e os jornais darem a notícia.*¹⁵⁰

Conforme comentou Vannucchi, levadas pelo incentivo da capital paulista, cuja ação repercutiu no país, junto a imprensa como amplificadora do clima de temor ao “comunismo ateu”, em uma cidade cujo predomínio era da religião católica, as máximas defendidas pelos organizadores da Marcha, com apoio de membros do clero e do bispo da cidade D. Aguirre¹⁵¹, reuniram colaboradores e grande assistência.

No dia 25 de março o *Cruzeiro do Sul* publicou a divulgação de dois eventos, a “Marcha da família sorocabana” e o comício a favor das Reformas do governo, separados por trinta minutos e alguns quarteirões, com o prefeito integrando a Marcha e o vice-prefeito o comício. No topo da página, acima de seu cabeçalho, o jornal publicou em grandes letras: “Lutamos por uma Pátria livre: Sorocaba defende hoje seu lema”¹⁵². O texto correspondente a manchete do jornal, é um pedido diligente de inspiração na frase escrita no brasão da cidade, no qual se chamou o “povo” para defender o Brasil e a Constituição contra temida “cubanização” acusada de vir para destruir os ideais cristãos da sociedade sorocabana e brasileira¹⁵³.

No jornal *Diário de Sorocaba* se repetiu o mesmo, com a única diferença da localização dos anúncios (em favor das reformas e em favor da marcha da família), do título, voltado para o apelo religioso, “Convocado o Povo Cristão de Sorocaba Para Grande Concentração Democrática”, e do conteúdo do texto no topo da primeira página¹⁵⁴.

Os jornais não noticiaram confrontos entre as diferentes manifestações, entretanto, as notícias sobre a cobertura dada pelos jornais para a marcha da família recebeu destaque, em comparação ao comício pelas reformas no largo do mercado. As notícias publicadas a respeito do “grande movimento”, no entanto, são curiosas, pois, se referem à Marcha do dia 25, como vitoriosa, mas, improvisada, preparatória para outra

¹⁵⁰ Idem, ibidem.

¹⁵¹ VANNUCCHI, entrevista cedida ao autor, 2014.

¹⁵² Lutamos por uma Pátria livre: Sorocaba defende hoje seu lema. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 25 de mar. 1964, p. 1.

¹⁵³ Idem, ibidem.

¹⁵⁴ Convocado o Povo Cristão de Sorocaba Para Grande Concentração Democrática. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 25 de mar. De 1964, p.1.

“marcha-resposta a pregação comunista”¹⁵⁵, programada para o mês de abril¹⁵⁶. De acordo com essa informação é possível levar em conta que as associações e grupos locais decididos a somar forças contra o governo de Goulart e o comunismo, reconheciam precisar de maiores esforços para conseguir qualquer resultado social suficiente.

Entre os últimos dias do mês de março e os primeiros de abril, os jornais destacaram entre as desordens e a crise militar, algumas informações infundadas como nessa manchete do *Diário de Sorocaba*: “Jango Encamparia a Sorocabana em 1º de maio”. A suposta ideia de encampação da ferrovia sorocabana evidentemente ia de encontro a produção de um clima representado como pré-revolução comunista ou similar no contexto do ambiente exacerbado após o comício pelas Reformas de Base na central do Brasil¹⁵⁷.

Desferido o golpe contra o presidente, os jornais bradam a vitória, os títulos das manchetes e notícias das primeiras páginas dos jornais *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba* demonstram a tendência tomada pelos mesmos:

*Prossegue o trabalho contra os comunistas / Manifesto dos maçons: desintoxicada a nação / Sem um tiro: terminada a maior crise brasileira / Min. Da guerra divulga texto do Ato Institucional: combate ao comunismo / Polícia apreende em Sorocaba farta propaganda comunista / Libertaram Porto Alegre as forças da Democracia, Jango pediu e obteve asilo / Caminho de Castro derrubou Goulart / Revistada pela polícia a sede do Partido comunista em Sorocaba / PSP de Sorocaba aplaude Krueel e Ademar de Barros / Lider do PC sumiu / Orgia de dinheiro. Orgão sindical era fonte de lucro para os pelegos da política de JG*¹⁵⁸

Não apenas nas primeiras páginas os títulos acima foram encontrados, mas, nas páginas internas dos jornais, o mesmo clima se viu impresso¹⁵⁹. Sem deixar de apontar para a participação civil, o *Diário de Sorocaba* vibrou com a “vitória” em uma de suas colunas e em nota curiosa tratou a respeito do que seria um costume ou elemento

¹⁵⁵ *Cruzeiro do Sul*, 29 de mar. de 1964, p. 1.

¹⁵⁶ Isto leva a refletir se simplesmente esse comício mesmo muito incentivado não tenha surtido o efeito esperado pelos jornais e outros organizadores. *Cruzeiro do Sul*, 29 de mar. de 1964, p. 1, e, Aviso aos Navegantes. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 26 de mar. de 1964, p. 1.

¹⁵⁷ Notícias desencontradas informavam inúmeros boatos, como a declaração de Estado de sítio até a renúncia de João Goulart, ainda em 31 de março. Jango Encamparia a Sorocabana em 1º de maio. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 27 de mar. de 1964, p. 1.

¹⁵⁸ Para as referências os títulos das manchetes acima seguem respectivamente os dias a seguir: do jornal *Cruzeiro do Sul* – 09 de abr., 11 de abr., 03 de abr., 10 de abr., 4 de abr. de 1964. Do jornal *Diário de Sorocaba* - 3 de abr. (dois títulos), 04 de abr. (três títulos) e 25 de abr. de 1964.

¹⁵⁹ O jornal *Cruzeiro do Sul*, nesse sentido, transcreveu trechos do editorial Basta! do jornal carioca *Correio da Manhã*, considerado como um dos mais incisivos textos contra Jango. Violento artigo do *Correio da Manhã* contra o presidente João Goulart. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 04 de abr. de 1964, p. 2.

cultural do Brasil: “*Solução brasileira- Adotamos para o problema uma solução bem brasileira de acordo com os supremos interesses do povo, não se tendo notícia de derramamento de sangue ou de grande perturbação de ordem social*”¹⁶⁰. O jornal fez alusão a uma suposta vocação brasileira, traduzida na afirmação de ausência de conflitos candentes. Para este, transcorridos os excessos presentes em momentos de crise a outra face da cordialidade brasileira voltava a reinar e logo tudo retornaria a normalidade.

Nos jornais a participação militar passa a ser forte na eminência do golpe. De maneira crescente os militares passam a cena, primeiro no caso da rebelião dos marinheiros no Rio de Janeiro, com a condenação de assembleia proibida por comandante da marinha. Posteriormente, com o golpe, os militares se tornam os defensores da legalidade: “*Tropas do III Exército leais a Democracia entraram ontem em Porto Alegre, sem disparar um único tiro conquistando assim a Capital gaúcha, ultimo foco de resistência janguista e dando fim às operações contra aquela cidade*”¹⁶¹. O golpe foi a partir de então denominado “*movimento militar*” e as forças armadas destacadas como leais a Democracia, em oposição a um governo “*comunista*”.

No *Cruzeiro do Sul* se viu as mesmas características quanto a entrada dos militares em cena:

Foi divulgado na noite de ontem o texto de uma circular que o general Castelo Branco, Chefe do Estado Maior do Exército enviou no dia 20 de março aos comandantes daquela arma. [...] Dizia também que cabia aos militares a garantia aos poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei: que as Forças Armadas não são armas para empreendimentos anti-democráticos e sim para garantir a coexistência dos poderes constituídos.

Novamente o *Cruzeiro do Sul* afirmou sua opinião por vias indiretas, com a citação de texto atribuído a Castelo Branco, no qual estavam afirmações com as quais o jornal concordava, conforme o título escolhido para destacar a matéria no qual esta o

¹⁶⁰ As notas publicadas na coluna Notas e Opiniões mostradas a cima temo os seguintes títulos 1ª – Causa democrática, 2ª – Novo presidente, 3ª Aspirações populares e 4ª Solução a brasileira. Notas e Opiniões. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 03 de abr. de 1964, p. 3.

¹⁶¹ Movimento Militar Contra o Comunismo Triunfou. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 03 de abr. de 1964, p. 1. Cabia aos militares a defesa dos poderes constituídos. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 02 de abr. de 1964, p. 1, e Sem um tiro: Terminada a maior crise brasileira. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 03 de abr. de 1964, p. 1. Para o jornal *Cruzeiro do Sul* parecem ter sido casos de embate e confronto, considerados como exceções a confirmar a tranquilidade, causados por indivíduos dispostos a alterar a normalidade, como mostra a nota a respeito de conflitos em Governador Valadares, em Minas Gerais. Continua a animosidade em Governador Valadares. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 02 de abr. de 1964, p. 3.

trecho acima: “*Cabia aos militares a garantia dos poderes constituídos*”¹⁶². Assim, os militares não foram apenas introduzidos no cenário, mas cumpriram um dever frente a sociedade, o de garantir a ordem e a legalidade.

1. 4 – Opiniões discordantes no interior dos jornais

Dentro do espaço dos jornais foi possível encontrar vozes dissonantes aos mesmos. No caso do jornal *Diário de Sorocaba* foi publicada nota peculiar de apoio ao Comício pelas Reformas de Base, em 13 de março¹⁶³. Poucos dias depois, 19 de março – mesmo dia da manifestação contra o governo em São Paulo – foi publicado artigo na última página dessa mesma folha, assinado por Messias P. de Paula, com o título “*Os Interesses e as Reformas*”. Este articulista divergiu por completo do contexto do qual o jornal que o publica contribuiu para construir:

Jango Goulart fez um comício na Guanabara, assinou dois ou três decretos visando, pelo menos teoricamente visando a emancipação do trabalhador do campo e das cidades das garras de seus exploradores mais diretos, o grande latifundiário e o grande proprietário de imóveis, procurou coibir um pouco a ganancia desenfreada [...] e aí está a quase totalidade da imprensa e das forças nacionais taxando de comunista suas atitudes, de comunizantes suas palavras, de comunistoides a quantos o aplaudem. [...] Torceu-se o sentido das palavras do Presidente por meio de arabescos de raciocínio habilmente planejados e aí estão as forças de esquerda sendo taxadas de anti-cristãs e pró-satanaz [...].

*A imprensa falada e escrita contribuiu com seu quinhão para tumultuar o ambiente. Tem-se a impressão de que estamos às vésperas de uma revolução neste país. Todos correm à praça pública para rezar contra o comunismo. Mas que comunismo? Será contra o comunismo de Goulart que quer dar uma casa a quem não tem, uma gleba pequena de terra ao que não a possui? [...]*¹⁶⁴

O articulista crítica a propaganda contrária às reformas e o papel da imprensa, sobretudo, da grande imprensa – “*falada e escrita*” – na qual denota um discurso arquitetado, de forma hábil e prévia, com a finalidade de se valer do sentimento religioso da população. O autor invoca a consciência de seu leitor, como forma de contraposição ao discurso alarmista articulado pelos jornais: “*você meu caro [...] que*

¹⁶² Cabia aos militares a garantia dos poderes constituídos. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 02 de abr. de 1964, p. 1.

¹⁶³ Diário da política. “É Jango, é Jango”. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 13 de mar. de 1964, p.8.

¹⁶⁴ PAULA, Messias P. de. Os Interesses e as Reformas. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 19 de mar. de 1964, p. 8. Messias P. de Paula, “*muito conhecido por sua atuação de muitos anos nos meios jornalísticos sorocabanos*”, também, publicou livros, dentre eles um que voltado para reflexões em torno de textos bíblicos. PAULA, Messias P. de. *Histórias de 2.000 anos*. Sorocaba-SP, Editora Literatura Universal, s/d.

*paga alugueis extorsivos, trabalha terra que não é sua, mão [sic] pode comprar sua propria tapera e ainda é obrigado a censurar, lançar a pecha de comunista sobre um governo que pelo menos procura os meios necessários para lhe dar casa [...].*¹⁶⁵. Perspectiva lúcida do articulista, não clamava o nome ou em nome do povo, mas se dirigia para o debate, daquilo que em sua opinião seriam as aflições populares. Noutro trecho, do mesmo texto, o autor, procurou apresentar as razões por detrás da ferrenha oposição às Reformas de Base:

*[...] nunca se tentou nada a esse respeito em nosso país. [...] É natural que os grandes proprietários dos super potentes veículos de publicidade com que conta o país não gostem da medida e incitem o povo à rebelião pintando o diabo muito mais feio do que realmente é. Por que, por coincidência, os grandes líderes, os donos das televisões, os políticos de proa são exatamente os grandes industriais, os grandes latifundiários, os proprietários de [...] residencias urbanas [...]. E para estes nenhuma reforma interessa.*¹⁶⁶

O artigo publicado, portanto, visou contrapor toda corrente de oposição ao governo de Goulart. Reconhece-se o perfil crítico da análise, próximo à ideia de justiça social, e ainda, o conhecimento do aprofundamento das reformas propostas, pois, fez menções diretas a problemas a serem expostos e atacados pela reforma urbana. O viés católico de justiça social, no qual se insere Messias de Paula, ficou ainda mais evidente em artigo publicado no dia 27 de março, portanto, dois dias após a Marcha da Família em Sorocaba:

*Realizou-se dia 25, quarta feira, uma passeata cujo objetivo principal ao que nos parece e ao que foi amplamente anunciado, era a defesa da democracia e do regime ameaçados pelo inimigo comunista. Não comparecemos a esta passeata. Não comparecemos para não sermos hipócritas conosco mesmo. [...] Acreditamos plenamente que todos os que compareceram a referida passeata acreditam que o combate ao comunismo deve ser feito com passeatas e campanhas contra reformas e não com a efetivação destas reformas de que necessita o pobre para ter mais pão, mais amor, menos fome.*¹⁶⁷

Deixou claro, o articulista, não ser a Marcha um movimento democrático, pois, via na efetivação das Reformas de Base a solução capaz de harmonizar o país, e torná-lo de fato uma democracia justa, e dessa maneira evitar o que tanto temiam os temerosos participantes da passeata local. Ainda nesse texto:

¹⁶⁵ PAULA, Messias P. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 19 de mar. de 1964, p. 8.

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁷ PAULA, Messias P. de. A Margem de um Sacrifício. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 27 de mar. de 1964, p. 8.

*Cristo não pode ser contra as reformas como se prega por aí. Pois não veio Ele ao mundo para reforma-lo? [...]
A ordem nova de Cristo aí está. Essa ordem nova não manda que o latifundiário explore o trabalhador do campo nem que o grande industrial pague um miserável salário mínimo para seus milhares de empregados [...]
Essa ordem nova não manda que povos super-desenvolvidos explorem povos subdesenvolvidos, tirando-lhes o pão de cada dia na forma de [...] taxações para depois oferecer um quilo de leite em pó para que não morra de fome [...].¹⁶⁸*

Em sua perspectiva o articulista não poupou críticas à exploração do trabalho, tampouco, seus argumentos podem ser confundidos com o dos jornais locais, nos quais a religião foi elemento aglutinador, a ser defendido contra o comunismo. Nota-se na crítica do articulista a presença de viés no qual se denunciava o capitalismo como sistema injusto e causador de males sociais.

Quanto ao jornal *Cruzeiro do Sul* o caso mais exemplar foi o do jornalista Rubens Silva que direcionou algumas reflexões e apontamentos acerca do momento experimentado pelo país e as polêmicas reformas:

*O Visconde, como se dá com muitos juristas, entende que todos os decretos presidenciais em aprêço são legais. É legal o decreto do calçado popular. É legal o decreto do livro didático. É legal o decreto do remédio. É legal o decreto de encampação de refinarias particulares. É legal o decreto da SUPRA. É legal o decreto dos alugueis.
A quem não crê nesta legalidade cumpre recorrer à Justiça.
Noto que todos os decretos estão inspirados em sadios princípios sociais e nacionalistas e, em sua maior parte, procuram atender às exigências da Economia Popular.
Como se deseja manter esta em posição de objeto de especulação e da exploração do Poder Econômico todo ato do governo em benefício do povo é fator de irritação dos poderosos. E isso porque, até ontem, pouco era o que se fazia pelo povo e muito o que se deixava que o Poder Econômico fizesse em proveito de seus interesses exclusivistas contra os interesses populares e nacionais.¹⁶⁹*

O texto acima, no qual o articulista fez suas considerações de apoio as Reformas de Base, e as expôs como de interesse social e nacional, foi publicado no mesmo dia da marcha local, apoiada pelos proprietários do jornal. Mesmo antes de comentar os pontos vistos acima, Rubens Silva fez outros questionamentos a respeito do jargão legalista utilizado como legitimação a esta passeata. Seu argumento se deu em torno da comparação entre o ano de 1961 e o presente momento, de 1964, e apontou para a contradição evidente no discurso “legalista” e defensor da democracia dos organizadores do protesto contra o governo. Em seguida afirmou serem, os decretos

¹⁶⁸ Idem, ibidem.

¹⁶⁹ SILVA, Rubens. Crônicas do Dia. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 25 de mar. de 1964, p. 2.

presidenciais e as reformas, uma questão jurídica e política e não cívico-religiosa, nas quais as tendências conservadoras eram evidentes. No dia seguinte, o autor da coluna *Crônicas do Dia* voltou ao tema. Em sua avaliação e análise assinalou:

Acha o Visconde, a respeito da Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, que os inocentes estão sendo usados para fins políticos, econômicos e sociais muito especiosos.

A propósito, traz aqui, o testemunho da Ação Católica Brasileira, da Arquidiocese de São Paulo, que segue a prudente linha do cardeal Motta. [...]

Certo é que o cardeal Motta não participou da Marcha, a despeito de se alegar que era da Família, que estava com Deus e com a Liberdade.

*Quais foram os que compareceram à Marcha da Família com Deus pela Liberdade?*¹⁷⁰

Na contracorrente o articulista aponta serem outros interesses, bem menos louváveis, a levar a organização e difusão das marchas religiosas pelas cidades. Ao concluir com a pergunta sobre os reais sentimentos a envolver os participantes da marcha, e ainda opor aos mesmos, a figura do religioso da cidade de São Paulo, o cronista contrapõe as máximas do evento a reflexão provocativa de seus verdadeiros significados. As contraposições entre os termos – Família, Deus e Liberdade – e a condição da população, a reivindicar a melhora do nível de vida demonstravam, para o articulista, as contraditórias e ilegítimas afirmações da marcha e, por tal motivo, concluiu “*que o objetivo da agitação nada tem que ver com a Família, com Deus e com a Liberdade!*”¹⁷¹.

Afastado pela direção do jornal, o jornalista afirmou ter a empresa entendido ser sua liberdade de opinião “*desfrutada por mais de 12 anos [...] hoje incompatível com a linha do jornal*”¹⁷². No dia 31 de março, o jornalista, teve publicado seu último texto no jornal, do qual faz parte o trecho acima. Evidentemente a empresa jornal, ao afirmar que a linha jornalística da folha não mais comportava esse membro, se posicionava também a respeito dos textos expostos anteriormente. A dispensa de Rubens Silva pela perspectiva dos proprietários do jornal foi proferida na sessão de 30 de março, na loja P. III, conforme José Aleixo Irmão:

Afastado articulista ateu do Cruzeiro do Sul

Na sessão de 30 de março, sob a presidência de Benedito Dias, com a palavra Paulo Pence comunica que será afastado Rubens Silva, como colaborador do Cruzeiro do Sul, por suas idéias contrárias aos nossos princípios.

¹⁷⁰ SILVA, Rubens. *Crônicas do Dia. Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 26 de mar. de 1964, p. 2.

¹⁷¹ Idem, *ibidem*.

¹⁷² SILVA, Rubens. *Crônicas do Dia. Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 31 de mar. de 1964, p.2.

*Paulo Breda esclarece e justifica o afastamento do articulista Rubens Silva. O orador manifesta-se contra a permanência do colunista ateu no Cruzeiro do Sul, de acordo com a Constituição do GOB. Falou mais tecendo considerações sobre o perigo que ameaça nossas instituições democráticas.*¹⁷³

Os textos acima do jornalista desligado da folha não demonstraram qualquer traço de ateísmo, pelo contrário, em trechos aludem a exemplo de um cardeal, e mencionaram a proximidade popular com a religião. Também, não atacou qualquer instituição democrática, ao contrário, indicou nos órgãos jurídico e legislativo nacional, o local para se resolver as questões ocasionadas pelas ações do governo. A própria nota sobre a sessão da loja, escrita posteriormente por Aleixo Irmão expressa que “*talvez houvera um pouco de exagero da Loja. O articulista não representava perigo eminente à Maçonaria. Enquanto não fizesse proselitismo [sic] e expressasse nos artigos seus pensamentos, não ofenderia a Constituição Maçônica*”¹⁷⁴. Porém, conclui: “*Enfim, prevenir é preferível que remediar...*”¹⁷⁵.

Nos dois jornais foi encontrado ao menos um membro ou colaborador com posições não contrárias as Reformas de Base. Entretanto, as consequências de suas posições foram diversas, assim como, a atitude tomada pelas folhas. O *Diário de Sorocaba* não impediu o articulista, Messias P. de Paula, de colaborar novamente com seus textos¹⁷⁶, enquanto o *Cruzeiro do Sul* em relação a Rubens Silva fez exatamente o oposto.

¹⁷³ ALEIXO IRMÃO, 1996, p. 248.

¹⁷⁴ Idem, ibidem.

¹⁷⁵ Idem, ibidem.

¹⁷⁶ Ano depois, este jornalista publicou um livro voltado a reflexão religiosa cristã, e chamou como comentaristas dessas reflexões várias pessoas, dentre jornalistas, padres e pastores. Dentre os comentaristas estava o diretor do *Diário de Sorocaba* – Vitor C. de Luca – o que demonstra a consideração que se manteve entre ambos. PAULA, Messias P. de. *Histórias de 2.000 anos*, s/d, p. 66 – 70.

2. Convergências. O apoio ao governo militar

Nas primeiras semanas após o golpe contra Goulart os jornais, *Diário de Sorocaba* e *Cruzeiro do Sul*, se demonstraram bem ativos e interessados nos desdobramentos, não sem motivo, pois, ambos se mobilizaram na campanha contra o suposto levante comunista do presidente João Goulart.

O jornal *Cruzeiro do Sul* destacou em sua primeira página a manchete, “*Min. Da Guerra divulga texto do Ato Institucional de combate ao comunismo*”¹⁷⁷. Nos comentários a respeito do tema mostrou ser um ato que permitiria o “*comando revolucionário adotar tôdas as medidas necessárias para extinção radical dos focos comunistas que porventura possam ainda existir no país*”¹⁷⁸.

Jornal ligado a maçonaria, o *Cruzeiro do Sul*, publicou um manifesto de sua instituição máxima no país, sobre a recente situação nacional, com título bem expressivo “*Manifesto dos maçons: desintoxicada a nação*”:

O Grande Oriente do Brasil vem de lançar um manifesto à Nação, através do qual proclamam os maçons a [...] em que a nova fase política brasileira não irromperá o processo histórico da evolução do País. Admite a conciliação da legalidade democrática com realizações das reformas “sem demagogia e muito menos ditadura”.

Acrescenta ainda o manifesto “Esvazia-se o comunismo com a solução dos problemas que propiciam a sua penetração e alimenta o seu desenvolvimento. Cabe a nós, democratas – não aos extremistas – o dever de sustentar a bandeira do bem-esta social para que não passe ela o contrabando do engodo e da tirania.

*Graças à recente atitude das nossas Fôrças Armadas, gloriosas pelo seu destemor e desambição, desde Caxias, no nosso imortal Grão-Mestre, desapareceu a continua tensão emocional que angustiava o país, só própria aos regimes totalitários. Restaurou-se a consciência de verdadeira legalidade. Eclipsaram-se os órgãos espúrios que governavam de fato. Readquiriu o Congresso Nacional a majestade de suas prerrogativas. Numa palavra: desintoxicou-se a Nação”*¹⁷⁹

A mensagem atribuída a instituição maçônica já indica a autoridade com que foi transmitida para, e pelo jornal adepto dessa associação. Com uma mensagem incisiva não deixou espaço para contraposições, pois, foi transmitida pelo lado “vitorioso”, em um momento no qual o golpe estava consumado, com o primeiro Ato Institucional já em vigor e Castelo Branco eleito para presidência da República. Há ainda, outro fator, o

¹⁷⁷ Min. Da Guerra divulga texto do Ato Institucional combate ao comunismo. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba 10 de abr. de 1964, p. 1.

¹⁷⁸ Idem, ibidem.

¹⁷⁹ Manifesto dos maçons: desintoxicada a nação. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 11 de abr. de 1964, p. 1.

discurso assume a autoridade e o direito à defesa da legalidade como justificativa do golpe.

Neste mesmo dia o *Diário de Sorocaba*, também emitia algumas opiniões a respeito da condução da política nacional e se mostrou próximo das perspectivas dadas ao momento pelo *Cruzeiro do Sul*:

ATO INSTITUCIONAL – O país recebe, esse momento de intensa dramaticidade, o ato institucional, através do qual, varias garantias individuais são suspensas. Justifica-se esse ato pelo estado de beligerância em que vivemos ainda, e a necessidade do Governo Central cercar-se de certas garantias, a fim de propiciar a realização de certas medidas, hoje consideradas urgentes e inadiáveis.

LADROES E COMUNISTAS – O Governo precisa agir com rigor, absoluto, contra aqueles que reconhecidamente estavam tramando contra a soberania nacional. Aqueles que queriam nos levar de roldão aos braços da doutrina leninista-marxista. Agora, deveriam, também, as nossas autoridades, levarem a cabo, um completo expurgo contra os corruptos, os ladrões, aqueles que, em satisfazendo seus apetites, ajudaram a levar a miséria ao povo brasileiro.

PECULATARIOS – Quantos não são os peculatórios, que roubaram largado nesse país? Quantos, apesar de se verem processados, ainda hoje ocupam lugares de destaque na vida política nacional? Quantos os que, apesar de serem peculatórios, ainda não militam na política municipal, estadual e nacional? Quantos não são os deputados, enroscados com a Justiça, sem que as Assembleias ofereçam licença para processa-los, numa franca e desabrida afronta ao povo.

EXPURGOS – Aí está. O expurgo deve ser geral. Em todos os escalões. Doa a quem doer. Há necessidade de acabar de uma vez por todas, com todos os ladrões, com todos os que, ideologicamente, ou através do peculato, ajudaram a que o nosso país chegasse ao ponto que chegou. Temos um sub-solo rico, a versatilidade do brasileiro adapta-se aos mais variados misteres, no entanto, somos sub-desenvolvidos, somos pobres perante as demais nações. Isso tudo, deve-se aos maus políticos que nos infelicitaram e nos infelicitam. Devemos, portanto, fazer um expurgo geral em todas as áreas da administração publica.¹⁸⁰

A opinião do jornal, dividida em quatro pontos, converge para um tema central: a cassação dos corruptos e dos comunistas, causas únicas das mazelas nacionais, legitimou qualquer ato do então governo. O texto nitidamente foi proferido por alguém e para aqueles empedernidos a favor do golpe justificado como salvação nacional contra “ladrões e comunista” de toda espécie. Fora esse ponto o jornal demonstra ser desconhecedor dos acontecimentos e ações de maneira profunda, pois, seus argumentos em prol do Ato Institucional se apresentam de maneira generalizada, como se nota nos trechos: “cercar-se de certas garantias” para realizar “certas medidas”¹⁸¹.

¹⁸⁰ Notas e Opiniões. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 11 de abr. de 1964, p. 3.

¹⁸¹ Idem, *ibidem*.

Para Maria Helena Moreira Alves o AI-1 institucionalizava o aparato de poder da “revolução”. Segundo a autora: “*Já no preâmbulo do primeiro Ato Institucional define-se a autoridade como decorrente não do povo, mas do exercício de facto do poder. É o executivo que ‘resolve’ manter a Constituição e o Congresso Nacional, limitando drasticamente seus poderes*”¹⁸². Conforme a autora ocorreu a destituição do poder do legislativo o qual foi transferido para o poder executivo em mão militares.

Ainda segundo Maria Helena Moreira Alves: “*Todavia [...] o Ato Institucional surpreendeu os que haviam apoiado a intervenção dos militares por acreditarem que sua intenção era restaurar a democracia. A reação da imprensa foi quase unanimemente negativa*”¹⁸³. No entanto, tal aspecto não valeu para o *Cruzeiro do Sul* e, em especial, para o *Diário de Sorocaba*.

Tanto *Cruzeiro do Sul* como o *Diário de Sorocaba*, neste momento convergiram na mesma opinião: o país passava por um momento de transição e as medidas do governo golpista eram justificadas e legitimadas, por ambos periódicos, sob o verniz de legalidade, luta pela democracia e limpeza ou saneamento nacional. Não havia contradição para as folhas, tampouco entre estas, pois, o golpe, apresentado como “revolução salvadora” foi desejo e em parte, até mesmo, esforço de ambas.

A edição do primeiro Ato Institucional foi encarada pelas folhas como retomada do processo para a normalidade e instrumento “*jurídico que atende as condições de emergência da Revolução Democrática de 31 de março*”. Parte necessária da “limpeza” no Congresso.

Nos jornais foi ponto comum a opinião de serem as cassações limitadas e que deveriam ter continuidade após o período estipulado para as mesmas, com o intuito de alcançar todos e a fazer jus ao “movimento saneador”. Meses depois em outros textos os jornais lamentam não ter sido tão profunda a limpeza:

*Esta a revolução de março ulitmando a fase de limpeza (que é bom se diga ainda não esta completada, necessitando mesmo expurgar definitivamente todos os aproveitadores da situação, os gananciosos e exploradores do povo, situem-se onde se situarem) e ingressando ao mesmo tempo na fase reformista*¹⁸⁴

¹⁸² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil. 1964 – 1984*. Bauru – SP, Edusc, 2005, p. 65.

¹⁸³ Idem, ibidem.

¹⁸⁴ Voto do analfabeto. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 03 de jul. de 1964, p. 1.

Nesse sentido o *Cruzeiro do Sul* previne o governo federal, de que com a passagem do período das cassações, estariam corruptos e subversivos livres, e junto as “velhas raposas” que continuavam no governo, isentos das penas impostas nos primeiros momentos da ação “revolucionária”¹⁸⁵.

O *Diário de Sorocaba* nesse aspecto propôs ir fundo, para que as cassações alcançassem a todos merecedores de tal punição:

*Hoje mais do que nunca, temos a necessidade de efetivação de reformas sociais em nosso país. Todos os documentos jurídicos que regem a vida da nação, pelo próprio evoluir social, são possíveis de revisões e de reformulações. A própria Constituição do Brasil, em sua rigidez legal, precisa ser alterada neste ou naquele ponto. Um dos artigos que precisam ser revistos é o que trata da imunidade parlamentar. Vamos acabar de vez com essa imoral imunidade que significa impunidade.*¹⁸⁶

A moralização política via cassação de mandatos e direitos políticos, foi apoiada pelo jornal como meio de levar a cabo a limpeza prometida pelos militares. Porém, chamou atenção no texto até qual ponto se estava disposto a ir para tal limpeza, pois, propôs a alteração da Constituição, justamente o código a ser defendido dos supostos interesses “comunizantes” de João Goulart.

Para o *Diário de Sorocaba* e, também, para o *Cruzeiro do Sul* muitos dos corruptos e subversivos estariam escondidos e protegidos sob a segurança do Congresso. Nesse sentido os dois jornais incentivaram “*modificações na vida administrativa do país*”, sobretudo, em aspectos considerados moralizadores e saneadores da política.

Segundo Maria Helena Moreira Alves foram criados os Inquéritos Policiais Militares (IPM's)¹⁸⁷ nos vários níveis de governo e outras organizações, vinculadas ao governo federal. Baixado por decreto de Castelo Branco, estes inquéritos deveriam investigar as atividades de funcionários e identificar os que estariam envolvidos em

¹⁸⁵ Política. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 26 de set. de 1964, p. 5.

¹⁸⁶ Imunidades. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba 10 de jun. de 1964, p. 3.

¹⁸⁷ As perseguições caíram de imediato entre os próprios militares, os sindicalistas, políticos e, pouco depois, funcionários públicos. Na área rural, sobretudo na região nordeste, a perseguição teve um caráter ainda mais violento. De tal maneira que as primeiras visões dos abusos e arbitrariedades, como torturas, foram percebidas nessa região. Por sua vez foram iniciados vários IPMs voltados, conforme o governo, para sanear a administração e os serviços públicos. Para mais informações ver: ARNS, PauloEvaristo (org.). *Brasil Nunca Mais*, Petrópolis: Vozes, 1985, 1985, cap. 10 e 11, e SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 55-63. O *Cruzeiro do Sul* informou a esse respeito: “*Numerosas têm sido as manifestações surgidas nos últimos dias visando o refortalecimento do poder civil que se sente ameaçado pelas atividades revolucionárias oriundas principalmente das ações dos inquéritos policiais militares instaurados em vários pontos do país*”. O poder civil. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 19 de ago. de 1964, p. 2.

atividades tidas por “subversivas”¹⁸⁸. Parte das práticas denominadas como “*Operação Limpeza*”, em mais de uma ocasião se tornaram meio para se alcançar interesses locais¹⁸⁹. Para a autora:

*Os IPM's tornaram-se uma fonte de poder de facto para o grupo de coronéis designados para chefiar ou coordenar as investigações. Configuravam o primeiro núcleo de um Aparato Repressivo em germinação e o início de um grupo de pressão de oficiais de linha-dura no interior do Estado de Segurança Nacional.*¹⁹⁰

Segundo Maria H. M. Alves os inquéritos policiais militares se tornaram fonte de pressão interna, de um determinado grupo no interior do governo militar, com a finalidade de ampliação de poder para coerção, repressão e instauração das diretrizes de Segurança Nacional. Conforme a autora a pressão e as tensões decorrentes destas se tornaram frequentes na medida em que a coalizão civil-militar se enfraquecia e, em contrapartida, se ampliava a dialética entre Estado/oposição.

2. 1. - A segunda marcha da família pela liberdade e a Campanha do Ouro

Alguns eventos relacionados, porém, pontuais ocorreram e demonstraram o engajamento e opinião das folhas a situação social e política do país. Na esteira dos acontecimentos os jornais refletiram na cidade a postura tomada pelos vitoriosos no golpe militar¹⁹¹.

Anteriormente ao golpe, após a primeira edição da referida marcha em Sorocaba, se ventilou a possibilidade de sua repetição. Na edição de 05 de maio do *Cruzeiro do Sul* o convite: “*AO POVO DE SOROCABA*”, datado de 1º de maio, assinado apenas como “*A Comissão*”¹⁹². No subtítulo “*Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade*”

¹⁸⁸ Segundo a autora o decreto-lei instaurando os IPM's, já previstos no Ato Institucional, foi baixado por Castelo Branco em 27 de abril de 1964. ALVES, 2005, p. 68.

¹⁸⁹ Conforme Maria H. M. Alves “*Certos políticos da UDN que frequentemente perdiam as eleições passaram a valer-se do recurso de acusar seus adversários políticos de atividades 'subversivas', envolvendo-os em algum IPM para eliminar a concorrência indesejada*”. A autora exemplifica este fato com o caso do governador de Goiás, Mauro Borges, acusado de permitir e realizar infiltração comunista, por adversário político que viria a ser posteriormente governador daquele estado. Idem, p. 69.

¹⁹⁰ Idem, ibidem.

¹⁹¹ O regozijo pela destituição de Goulart, o ufanismo e sentimento de patriotismo vinculado ao constitucionalismo de 1932 e afinal a limpeza anteriormente proposta por Jânio a qual seria realizada pelos militares. Além disso, muitos grupos tiveram publicados notas de apoio aos militares, como a Brigada Anticomunista local, mas, também, associações estudantis, e professores da Faculdade de Medicina da cidade. Outro exemplo foi o pedido para a Câmara de vereadores para retirar de João Goulart o título de cidadão sorocabano.

¹⁹² AO POVO DE SOROCABA. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba 05 de maio de 1964, p. 1.

acusa sua intenção e seu texto se iniciou em invocações do nome da cidade, como a personalizá-la em torno de um ideal comum:

*SOROCABA, que no dia 13 de março desfiou o seu rosário na Praça Cel. Fernando Prestes, quando as mães sorocabanas rezaram a prece do desespero pelas incertezas do destino da Pátria;
SOROCABA, que no dia 25 de março fez ouvir a sua voz, no Largo de S. Bento, na afirmativa de um protesto contra o comunismo e a corrupção que ameaçavam toda Nação*¹⁹³

O texto partiu da recordação das manifestações anteriores de oposição ao comunismo. Posteriormente tratou novamente a ideia de tradição local de luta pelo civismo para, por fim, anunciar o evento marcado para o dia 9 de maio, o qual seria uma demonstração de “*confiança na recuperação cristã e democrática de nosso amado Brasil*”. Segundo jornal: “*Sorocaba marchará mais uma vez para defender a DIGNIDADE DA DEMOCRACIA [...] A Democracia, como legítima expressão do Povo, não pode admitir que em seu nome falem os comunistas que a negam e os corruptos que a aviltam*”¹⁹⁴.

Em comum nas manchetes sobre a marcha está a ideia de empolgação e participação popular, ao afluir para região central da cidade, com a descrição do evento em alguns pormenores. Comentou-se sobre a “*grande massa popular ali presente que se estendia pelas calçadas laterais da praça [...] superlotando as ruas dos bairros até a praça do Rosário*”. A menção da repetição por duas vezes da execução do hino nacional, ou de seus versos, procurou demonstrar a clara representação de um ato patriótico.

Dois dias depois as fotos do ato foram publicadas com legendas descritivas e opiniões que procuravam expressar o sentimento causado durante o evento. Todas as notas sob as fotos começavam com letras maiúsculas como a imitar ou emitir um discurso público:

*NÃO HAVIA lugar reservado, nem protocolo. As autoridades sorocabanas, muitas das quais trazendo espôsa e filhos, formaram um todo compacto que constituiu um verdadeiro grupo de autênticos líderes. E tomaram a cabeceira do desfile. Eram dirigentes conduzindo a massa ou era a consciência da massa acionando os líderes? Era Sorocab, (sic) por seus filhos todos demonstrando a coesão, a decisão a afirmação de suas convicções democráticas.*¹⁹⁵

¹⁹³ Idem, ibidem.

¹⁹⁴ Idem. AO POVO DE SOROCABA. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba 05 de maio de 1964, p. 1.

¹⁹⁵ CRUZEIRO DO SUL, Sorocaba 12 de maio de 1964, p. 8.

Nas fotos e descrição do evento ficou claro a importância do papel dispensado a ação das autoridades locais, estendido a seus familiares na formação do todo compacto, do grupo no poder - “*grupo de autênticos líderes*” – e a frente do desfile. Conforme o texto do jornal, fosse de uma forma ou de outra, era a elite na condução da “massa”.

Ainda na narrativa do *Cruzeiro do Sul* sobre o acontecimento:

NÃO ERA o desfile rígido de corpos jovens. Era a consciência renovadora a marchar pelas ruas. Não eram passos compassados ao surdo éco das fanfarras; mas eram músculos fortes imulsionados [sic] por enorme força interior. Não eram armas aniquiladoras a serviço do mal em mão talhadas para o bem; mas eram velas e archotes acesos, votados na confiança em Deus e nos destinos da Pátria comum. Não era a juventude despersonalizada mas a mocidade sorocabana consciente de seu dever nesta hora suprema da nacionalidade.

[...]

NÃO FOI preciso a coação ou a movimentação de dinheiro a outros fins angariados para que se fizesse concentrar o povo na praça. A praça é do povo e o povo vai a ela – na Democracia – quando quer. Não vai para ser doutrinado. Vai para reafirmar seus propósitos e suas convicções. Vai à praça como vai as urnas, para escolher livremente o que deseja para si. E o povo sorocabano foi à praça e votou SIM à democracia e NÃO ao comunismo e à corrupção. Só que não foi um voto secreto. Foi um voto de peito aberto e de cabeça alta.¹⁹⁶

As fotos, no jornal, mostram pessoas a assistir a caminhada pelas ruas centrais da cidade. Há um empenho em não se relacionar o evento a um desfile, apesar de contrastarem o discurso e as fotos, com pessoas simplesmente paradas na calçada, a assistir o passar dos grupos em marcha. O jornal procurou dar a este perfil um viés de consciência interior tanto cívico-patriótica quanto religiosa. Outro fator é o papel atribuído a juventude, como participante consciente e espontânea, ordeira e integrada ao ato, a respirar e interiorizar o exemplo da expressão da elite local.

Conforme o curso da ideia expressa pela folha, não se fez necessário qualquer coação ou outro tipo de incentivo que não o de “consciência”. Esta menção se destinou a reforçar outras alusões nos jornais locais quanto a pagamento, por sindicato ou partidos, para a participação em manifestações como as pela Reforma de Base¹⁹⁷. Por fim, a elevação do valor do voto direto e livre, como expressão democrática, nesse momento, contrastava com a edição do primeiro Ato Institucional, o qual exatamente retirou esse direito popular ao eleger indiretamente Castelo Branco.

¹⁹⁶CRUZEIRO DO SUL, Sorocaba 12 de maio de 1964b, p. 8.

¹⁹⁷Tratou-seda participação de uma delegação de 32 pessoas de Sorocaba dentre as outras, compostas por operários e camponeses, de várias regiões do país, dada pelo jornal *Diário de Sorocaba*, conforme: Jango na Guanabara Faz Comício pelas Reformas, *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 13 de mar. de 1964, p. 1.

Por sua vez o *Diário de Sorocaba* demonstrou pouco interesse em divulgar amplamente o ato reeditado em maio, e se pode resumir a exposição do mesmo em um título, exagerado, de manchete – “*Milhares Participaram da ‘Marcha da Família’*”¹⁹⁸ - na primeira página e um pequeno texto:

*Na noite de ontem, conforme estava previsto, realizou-se a Marcha da Família Com Deus, Pela Liberdade. O impressionante cortejo demonstração de civismo do povo sorocabano, contou com a participação de contingentes das escolas secundárias de Sorocaba, operários, mães de família, enfim, pessoas de todas as classes, irmanadas na defesa dos ideais democráticos.*¹⁹⁹

A seguir, o texto destacou ter sido grande a participação e comentou: “*Destaques com relação à Marcha, o grande trabalho desenvolvido pelo prefeito Armando Pannunzio, na coordenação desse grande movimento cívico-patriótico, de respeito à Democracia e de repúdio ao totalitarismo comunista*”²⁰⁰. O jornal atribuiu a realização do evento especialmente ao prefeito, porém, a arregimentação e constituição da referida marcha contou com muitos apoiadores, como se nota em textos do *Cruzeiro do Sul*. Ressalta-se a manutenção e reforço do discurso do embate contra o comunismo, denominado como “totalitário”, mesmo passado mais de um mês do golpe militar.

Entretanto, outra opinião proferida por um membro inserido dentro do grupo por detrás do jornal *Cruzeiro do Sul*, trouxe outra observação para a marcha. Para este na “*manifestação cívica do último sábado*” foi “*pequeno o número de pessoas. [...] Parece que o povo não compreendeu o alcance da revolução, entretanto é preciso notar que muito foi realizado.*”²⁰¹. Ou seja, apesar do esforço para a realização dessa encenação da vitória sobre os inimigos, na reedição da marcha, se sentiu baixa adesão, e se apontou para falta de sensibilidade popular por sua ausência maciça, em grande contraste com os textos do jornal da FUA.

Ainda em maio os jornais e membros das elites locais se reuniram em prol de um mesmo empreendimento, a campanha idealizada e organizada pelo grupo, *Diários e Emissoras Associados*, cuja intenção divulgada, e reproduzida pela imprensa da cidade, foi a de ação coletiva da sociedade, para contribuir com divisas nacionais em um momento crítico. A campanha denominada “*Doe Ouro Para o Bem do Brasil*” coletou grande quantia em ouro e dinheiro - porém, pouco se sabe sobre o destino dessa

¹⁹⁸ Milhares Participaram da “Marcha da Família”. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba 10 de maio de 1964, p. 1.

¹⁹⁹ Idem, p. 8.

²⁰⁰ Idem, ibidem.

²⁰¹ ALEIXO IRMÃO, 1996, pp. 251-252.

arrecadação - e em troca retribuiu o doador com um anel, de material barato, com a frase “*Eu doeí ouro para o bem do Brasil*” em alto relevo²⁰².

Esta campanha recebeu menções contínuas, fossem informativas ou opinativas, durante todo seu decorrer, tanto do *Diário de Sorocaba* quanto do *Cruzeiro do Sul*, com amplo apoio para a mesma e sua coordenação.

A recorrência a campanha de 1932, não pode ser tomada como despropositada:

*Acreditamos que sendo êste movimento uma continuação do de 1932, quando o povo paulista entregou os seus tesouros para que o Brasil retornasse a democracia, cuja ameaça de desaparecimento foi por ora afastada, mas que necessita ser consolidada, a mesma vocação liberal de ontem presidirá as manifestações de hoje e o povo sorocabano, de tantas e tão devotadas campanhas cívicas, acorrerá em massa entregando o máximo do que puder dispor para que, reequilibrado o orçamento, possa o Brasil retomar a sua marcha ascensional e cumprir o lema inscrito na sua bandeira pelos nossos maiores: ORDEM E PROGRESSO!*²⁰³

Da mesma maneira proposital a data de início para a campanha em Sorocaba se dirigiu para a evocação da memória paulista em torno de um sentido de luta liberal e democrática, como se vê publicado no *Diário de Sorocaba*:

*Inicia-se amanhã em todo o interior paulista, a campanha do “Ouro Para o Bem do Brasil”. Coincidindo com as comemorações do Dia do Soldado Constitucionalista, com o 23 de maio, data histórica de São Paulo, dia em que, há 32 anos, tombavam na praça da Sé[...] os primeiros heróis da Constituição abatidos pelos esbirros da Ditadura, teremos em nossa hinterlândia, uma nova arrancada cívica, objetivando desta feita recomposição das finanças nacionais.*²⁰⁴

Os trechos, dos diferentes jornais, repisaram, por meio da correlação entre momentos distintos - em um constante esforço de integração e re(a)presentação - a luta patriótica contra a ditadura, o combate cívico pela ordem e defesa da nação pelo “espírito liberal” atribuído ao paulista.

Apresentado pelo jornal *Cruzeiro do Sul* como “*um dos maiores movimentos cívicos de que se tem notícia neste país, quiçá na América*”, ultrapassaria as fronteiras de São Paulo para pertencer, por meio da relação apontada pelo jornal, a um ideal geral e partilhado nacionalmente²⁰⁵.

²⁰² Perazzo, Priscila Ferreira e Lemos, Vilma. Legionários da Democracia. A construção retórica do governo militar recém-implantado em 2004.; *Revista IMES – Comunicação*, janeiro-junho, 2004 N° 8, pp. 38-43 e Dê ouro para o bem do Brasil. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba 21 de maio de 1964, p.1.

²⁰³ Dê ouro para o bem do Brasil, *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 21 de maio 1964, p. 1.

²⁰⁴ “Ouro para o bem do Brasil”. *Diário da Política. Diário de Sorocaba*, Sorocaba 22 de maio de 1964, p. 8.

²⁰⁵ Dê ouro para o bem do Brasil.op. cit., 1964, p. 1.

O texto do jornal indicou as razões políticas e sociais para levar o dito movimento e por extensão apoiá-lo: “[...] parece que a opinião pública ansiosa para demonstrar o seu apôio e confiança no movimento das classes armadas e no governo ora constituído, encontrou a oportunidade de extravasar os seus anseios”²⁰⁶.

Além desse aspecto, seria a campanha, para este jornal a oportunidade de uma “admirável resposta” do povo “aos detratores do movimento que se cristalizou no pronunciamento militar de trinta e um de março”, um “desmentido aqueles que apregoavam aqui e fora daqui, ser o movimento desvinculado de espírito popular”²⁰⁷. Dessa forma o periódico diário expôs não apenas apoio irrestrito ao governo militar, como refutou opiniões em contrário ou críticas, já apresentadas na imprensa no caso como contrapartida a ação coercitiva desses primeiros momentos após o golpe²⁰⁸. Nesse sentido, as afirmações do jornal dialogavam com seu leitor, identificado como parte da “opinião pública”, de forma correlacionada a opinião popular.

O *Diário de Sorocaba*, por sua vez, também dispensou atenção à causa, a ser iniciada no interior paulista, e publicou em sua sessão de opiniões, o seguinte trecho:

*OURO – Sabado se inicia, em nossa cidade a campanha do “Ouro Para o Bem do Brasil”. Já se nota a boa vontade com que os sorocabanos se preparam para apoiar esse movimento, maior talvez em seu sentido psicológico que em seus resultados materiais. Oxalá os homens que nos governam saibam canalizar esse patriotismo cada vez mais evidente do povo, para a consecução dos altos objetivos da Nação.*²⁰⁹

A opinião desse jornal se mostra mais comedida em comparação a publicada no *Cruzeiro do Sul*, em tamanho e expectativa, pois, acreditava em um resultado mais “psicológico” que material, ou seja, não espera um grande resultado efetivo, em montante de arrecadação. A razão estava na própria condição financeira na qual o jornal inseria o país e a população - apesar de não expressa nesse trecho - foi levantada algumas vezes neste período pelo jornal, inclusive em charges, nas quais demonstrava a dificuldade e mesmo incapacidade do trabalhador, em vencer o custo de vida²¹⁰. O conteúdo da mensagem do jornal se dirige a seu leitor, o qual é identificado primeiro

²⁰⁶ Idem, ibidem.

²⁰⁷ Idem, ibidem.

²⁰⁸ Um exemplo dessa reação na imprensa foi o editorial do *Correio da Manhã* “Terrorismo, não!” de autoria de Edmundo Muniz. Neste editorial o mesmo jornal, que publicou os editoriais que simbolizaram a oposição da imprensa a João Goulart, apresentou sua condenação aos primeiros atos de coerção do regime militar. Terrorismo, não! *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 03 de abr. de 1964, p. 1.

²⁰⁹ Ouro. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba 22 de maio de 1964, p. 8.

²¹⁰ Algumas charges do jornal *Diário de Sorocaba* traziam assinatura Pinochio, e trazem temas diversos, tanto de assuntos locais ou nacionais. PINOCHIO. Custo de vida. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba 22 de maio de 1964, p. 1.

como sorocabano, e depois, como povo. Os dois sentidos atribuídos ao papel do leitor na mensagem do jornal o colocam como alguém preenchido de boa intenção e esperança, frente às ações ainda incertas dos governantes. Além disso, a opinião do jornal é compactuada e ecoada por um de seus articulistas: “*Verdade é, sejamos realistas, que não será apenas a campanha do ouro quem salvará o Brasil, os nossos males são grandes e só poderão ser sanados por todo um complexo de medidas a longo e curto prazo [...]*”²¹¹.

As afirmações, em torno da campanha de 1932, procuraram produzir uma imagem dirigida à emoção do leitor, não apenas pela evocação de ideais relacionados com a luta pela liberdade ou contra ditaduras ou ditadores, mas, na evocação do heroísmo e do sacrifício em particular do paulista, como exposto no editorial do *Cruzeiro do Sul*. Por outro lado, a ideia de se aproveitar o momento para se realizar uma ação patriótica e de apoio ao governo, com a população como participe, esteve presente nos dois jornais, sobretudo, no tratamento cedido à campanha em âmbito local.

A respeito da integração social da cidade publicou o *Cruzeiro do Sul*:

*Sorocaba será chamada a partir do dia vinte e três do corrente, a dizer presente neste movimento, e, este nosso comentário não tem a finalidade de convocar o sorocabano a comparecer, pois, sabemos isto desnecessário, de vez termos certeza que Sorocaba como sempre não desmentirá o seu espírito de brasilidade e civismo significando antes e por isto mesmo um parabéns antecipado pelo êxito seguro do empreendimento.*²¹²

Por sua vez o jornal *Diário de Sorocaba*, na notícia “*Consciência Livre do Povo Sorocabano Vai Dar Ouro Para o Bem do Brasil*”, destacou horário e local do início da campanha, assim como, membros e associações responsáveis pela organização e a frente de algumas das comissões do intento²¹³. A apropriação do lema da campanha estabeleceu por meio da relação intencional entre consciência e liberdade a contraposição a imagem de submissão difundida sobre comunismo ou da “esquerda” de maneira geral.

O *Cruzeiro do Sul*, por sua vez, divulgou toda relação dos indivíduos, e das associações, assim como, das comissões para organização da campanha e arrecadação. Conforme destacado no jornal pertencia a Comissão de Publicidade a “*Sub-Comissão de*

²¹¹PAULA, Messias P. de. “Ouro para o Bem do Brasil”. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 22 de maio de 1964, p. 3.

²¹² Dê ouro para o bem do Brasil. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 21 de maio 1964, p. 1.

²¹³ Consciência Livre do Povo Sorocabano Vai Dar Ouro Para o Bem do Brasil. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 22 de maio de 1964, p. 1.

Imprensa” na qual estavam os três jornais diários da cidade – *Cruzeiro do Sul*, *Diário de Sorocaba* e *Folha Popular* – assim como emissoras de rádio local, serviços de alto falante e serviço de carros-propaganda²¹⁴.

O início das arrecadações foi tratado com excitação, com a mostra de autoridades locais e menção a suas, e outras, doações no primeiro dia de campanha. O *Cruzeiro do Sul* trouxe fotografia da primeira dama da cidade ao doar sua aliança²¹⁵ e incluiu no relato a presença no local de empresários e seus funcionários, estes últimos, no caso aderiram, também, com sua “gota de suor”²¹⁶. A notícia, também mostrou participação de estudantes secundaristas de grupos escolares da cidade, e registrou os valores das doações²¹⁷. Outro destaque nas duas folhas, em suas primeiras páginas, foi a participação de operários da Estrada de Ferro Sorocabana. No *Cruzeiro do Sul* com o título: “*Ferrovários querem entregar aqui seu ‘dia de salário’ para o Brasil*”, e no *Diário de Sorocaba*: “*Ferrovários Vão Dar Mais de 5 Milhões à Campanha do Ouro*”²¹⁸. Com foto a ilustrar a notícia com os ferroviários, vestidos com seus macacões de trabalho, em ato de assinatura, para a doação da “gota de suor”²¹⁹.

A própria afirmação, expressa pelos jornais, na qual as doações, fossem em dinheiro ou outros objetos, seriam fruto da “*consciência livre*” e ato espontâneo, pode ser relativizada, pelo fato de ter se instituído uma condição de distinção, entre aqueles

²¹⁴ Apesar dos principais membros da organização para arrecadação de ouro, dinheiro e outros em Sorocaba, pertencerem ao Rotary Club, outras associações ou grupos locais apoiadores do golpe e do governo militar, participaram e dirigiram comissões - como o Club da Lady e Lions Club - ou fizeram proselitismo da campanha entre os seus pares, como os membros da loja maçônica P.III: “*Colaboração à Campanha do Ouro. Na sessão de 18 de maio, sendo o presidente Benedito Dias, com a palavra Paulo Breda Filho falou sobre a revolução brasileira e a necessidade da continuação no combate aos corruptos.*

O orador comentou as palavras de Breda Filho, discorrendo sobre a Campanha do Ouro, [...] e seu alto significado”. ALEIXO IRMÃO, 1996, p. 253.

²¹⁵ No letreiro abaixo da foto encontra-se o seguinte: “A SRA. NEIDE PANNUNZIO. Primeira Dama da cidade, depositou sua aliança no cofre da campanha do ‘Ouro Para o Bem do Brasil’. O prefeito Armando Pannunzio abriu a campanha juntamente com sua esposa na noite de sábado.” *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba 26 de maio de 1964, p. 1.

²¹⁶ Com o subtítulo “A GOTA DE SUOR” o jornal apresentou alguns dos doadores da campanha: “*Foram registradas ontem entre outras as seguintes contribuições em dinheiro: dos diretores do Hospital e Maternidade Santa Edwiges 100 mil cruzeiros mais 48.500 cruzeiros correspondentes à gota de suor de seus funcionários; Joalheria Monte Serrat, 50 mil cruzeiros, seus funcionários – 22.860 cruzeiros (...) Outros donativos recebidos totalizaram 393 mil e 308 cruzeiros.*”. A GOTA DE SUOR. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba 26 de maio de 1964, p. 1.

²¹⁷ Conforme a manchete da reportagem do *Cruzeiro do Sul* foram arrecadados dois quilos e oitocentos e cinquenta gramas em ouro, no texto foi informado ser o valor de doações em dinheiro o montante de 1 milhão 756 mil e 656 cruzeiros. Idem, ibidem.

²¹⁸ Idem, ibidem.

²¹⁹ Esse fator foi comum a campanha em outras cidades e recorrente na imprensa de Sorocaba. PERAZZO, e LEMOS, 2004, p. 38 – 40. Ferrovários Vão Dar Mais de 5 Milhões à Campanha do Ouro. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba 22 de maio de 1964, p. 1 e Ferrovários querem entregar aqui seu “dia de salário” para o Brasil. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba 21 de maio de 1964, p.1.

que apoiariam a causa nacional e os que se furtariam a ela em uma demonstração de falta de civismo e patriotismo. Nesse sentido, não se dúvida de casos em que as pessoas foram constrangidas a doarem algo, “*nem que fosse um cabral*” como recordou Miguel Trujillo²²⁰.

2.2 – O julgamento e a “absolvição” do governo militar

Em meados de julho de 1965 o tema da radicalização e crise política no governo foi abordado novamente. O *Diário de Sorocaba* identificava como “Radicais” aqueles a quem considerava ausentes de bom senso e prudência, pois, o radicalismo em foco foi relacionado e exposto como “*radicalismo de ontem*”, ou seja, do governo deposto, e por tal motivo, capaz de corromper a “*obra revolucionária*”²²¹. Aos militares recaiu a cobrança, desse jornal, da responsabilidade de manter a ordem na casa - ou caserna – pois, de seu interior vinham críticas desfavoráveis, para a direção da dita “revolução”. Assim o jornal questionava a possíveis influências da ala mais intempestiva sobre determinadas decisões políticas:

*INELEGIVEIS – Também aqui no projeto das inelegibilidades estamos sentindo a mão dos radicais, que querem tornar proibida a participação nas próximas eleições, de todos o que foram ministros do governo deposto. Exatamente nessa medida de ordem geral é que está o perigo da injustiça, quando “inocentes poderão pagar pelos pecadores”. Vamos com calma, minha gente!*²²²

O *Cruzeiro do Sul* legitimou as medidas repressivas, pois, representavam parte de sua própria expectativa e responsabilizou a políticos, ou outras fontes de oposição, pelo crescimento e fortalecimento dos setores da “*linha dura*”. Este jornal apesar de se mostrar preocupado com os resultados de atribuições no interior das Forças Armadas, cujo surgimento da “*linha dura*” seria exemplo, elaborou uma definição para a mesma com a qual pudesse concordar:

Tolerante e bom, paciente e sofredor, não deixa todavia o nosso povo de ser nobre e ativo, e cansado de ver seu esforço malbarato por maus patriotas, como os que nos desgovernavam até março; pôs tôda sua esperança de melhores dias nestes que ora norteiam os seus destinos; e aguarda deles a

²²⁰ Em alguns grupos escolares, nos quais se incentivaram a participação na campanha, professores questionavam os alunos, e mesmo cobravam alguma doação, mesmo que fosse um “cabral”, ou seja, um cruzeiro. Informação verbal fornecida por Miguel Trujillo em 2014.

²²¹ RADICAIS. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 03 de jul. de 1965, p. 3.

²²² INELEGIVEIS. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 02 de jul. de 1965, p. 3.

*limpeza e a ordem da casa, em todos os seus setores militares ou civis, para que, livre da corrupção e da demagogia, possa continuar a trabalhar e produzir para a maior grandeza da Pátria, nos exatos termos que, como o sr. Presidente da República, também êle, povo brasileiro, entende e define “linha dura”.*²²³

No entanto, a compreensão de “*linha dura*” nos dois jornais, especificava neste momento, a radicalização de setores militares. Esta expressão se referiu a um grupo militar de caráter radicalmente reacionário e apto a truculências, visto como opositor a outro grupo militar, mais “moderado”. Costumeiramente o termo foi utilizado nas explicações da dinâmica e composição do governo militar no Brasil. No entanto, de acordo com a afirmação de Lucia Grinberg:

*Na historiografia mais recente sobre o período da ditadura, encontram-se estudos que procuram desmistificar uma ‘arquitetura simplificada’ do regime. Um dos pontos fundamentais é a noção de que a compreensão desse período tem sido diretamente informada pela memória social consolidada posteriormente, já durante o regime democrático.*²²⁴

Partindo do princípio na afirmação da autora concordo com as afirmações e críticas de artigo de João Roberto Martins Filho na qual o autor aponta para a necessária percepção das tensões envolvendo aos quartéis durante o período, inclusive os Serviços de Informação do regime, demonstrando a existência de uma maior diferença dentre os grupos militares, superando a “visão dualista” entre “linha dura” e “moderados” ou “castelistas”²²⁵.

No início do ano de 1965 as questões e dúvidas eram postas no embate sobre a eleição para onze estados da federação. O *Diário de Sorocaba* deixa claro sentir o perigo de intervenções nas eleições vindouras, a impedir e restringir a participação de inúmeros políticos. Porém, pouco depois, o jornal parece ter reencontrado a esperança: “*REVOLUÇÃO – A revolução fará pressão no sentido de que as eleições deste e do próximo ano, não sejam perturbadas por elementos subversivos ou corruptos. As forças armadas do país, através das palavras de seus chefes, estão coesas em torno desse proposito.*”²²⁶. Resolveu acreditar na capacidade do governo de Castelo Branco, junto a

²²³ Linha Dura. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 22 de ago. de 1964, p. 1.

²²⁴GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo P. S. (orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois* (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 51.

²²⁵FILHO, João Roberto Martins. A ditadura revisitada: Unidade ou desunião? In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo P. S. (orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois* (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004, pp. 125 -140.

²²⁶ REVOLUÇÃO. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 10 de ago. de 1965, p. 3.

seus ministros militares, de impor a ordem e fazer realizar as eleições em outubro de 1965.

O jornal apostava na regularidade e manutenção do sistema eleitoral, mesmo sob as imposições, dos atos do governo militar e manteve como premissas estar o país em um momento de transição. Em editorial procurou expressar a aspiração de resolução do impasse experimentado no país entre (e dentre) os militares e a crescente oposição política a ditadura²²⁷. No entanto, noutra medida expunha o desacordo entre políticos tradicionais e o governo Castelo Branco:

*Efetivamente a revolução de março de 1964, esta sofrendo um esvaziamento muito grande, a começar das cúpulas que a realizaram e que a idealizaram. O noticiário nacional, está provando esse fato à sociedade. Os três governadores, tidos e havidos como revolucionários, os srs. Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Ademar de Barros, a seus modos, desvincularam-se da revolução. Em suas declarações à imprensa, usam de autentica virulência ao se referirem a este ou àquele setor revolucionário. Isto é triste. Isso é altamente lamentável. A esses e a outros líderes, o que está faltando é uma grande dose de desapego, em face de suas ambições políticas. Todos querem alcançar a presidência da República e nesse afã não titubeiam em lançar mão de todos os meios de discórdia e de desunião. [...]. E os homens que têm sobre seus ombros a responsabilidade de governarem esta Pátria querida desentendem [sic] entre si [...]. É a ambição política que está mandando e esvaziando um dos mais empolgantes movimentos revolucionários que já tivemos dentro da História do Brasil. Em que dará essa situação?*²²⁸

O jornal se dirige para seu leitor na forma de relato de fatos considerados críticos. Oferece ao destinatário de sua mensagem sua opinião quanto à “revolução”, a política nacional e seus atores centrais, os principais líderes regionais, como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto. Após narrar o pano de fundo, o *Diário de Sorocaba* ofereceu a seu a possibilidade de chegar à própria conclusão, a qual, no entanto não deixou de ser uma suposição. O fato concreto na opinião do jornal esta em sua preocupação com os rumos de um movimento do qual favoreceu e, ainda, mantinha esse apoio. A manutenção da imagem positiva do “movimento militar”, portanto, foi a posição que o jornal procurou transmitir a seu leitor.

O afastamento entre políticos nacionais conhecidos e a “revolução” tornariam ainda mais grave o resultado do embate mostrado pelo jornal. No entanto, o *Diário de Sorocaba* crítica apenas as lideranças políticas, por meio de comparação com o governo

²²⁷ Os militares, no entanto, afirmavam publicamente ser a crítica ao governo, originada da classe política, fruto da intervenção ou ação “revolucionária” contra os interesses desses mesmos indivíduos, como é possível ver na afirmação do general, ainda ministro, Costa e Silva a esse respeito: “*Os políticos quando gritam é porque seus interesses estão sendo atingidos, e a Revolução não foi feita para proteger ninguém*”. Revolução Cumprirá Seus Encargos. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 01 de ago. de 1965, p. 3.

²²⁸ Ontem e Hoje. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 10 de abr. de 1965, p. 3.

deposto, assim, com acusações de serem levados pela ambição, desacreditava os mesmos frente seus leitores.

A credibilidade nas eleições, diretas com políticos civis, para presidência da República também foram vistas em noticiários do *Cruzeiro do Sul*²²⁹. Ao contrário do *Diário de Sorocaba*, as opiniões deste jornal sobre a cisão ou atritos, entre políticos e o governo militar, deram maior atenção a Carlos Lacerda²³⁰.

Realizadas as eleições em outubro os resultados parciais começaram a ser emitidos pela imprensa de todo o país. Guanabara e Minas Gerais apresentavam vitórias de candidatos da oposição e a correlação entre a derrota dos candidatos apoiados pelo governo militar como derrota da “revolução” foi um dos pontos apontados nos textos de notícias e manchetes²³¹.

No dia seguinte o *Cruzeiro do Sul* demonstrou sua opinião a respeito dos resultados eleitorais:

*Caro custou ao Presidente Castelo Branco e aos líderes revolucionários a tolerância demonstrada para com os representantes da subversão e da corrupção no país. Embora não pretenda o supremo mandatário da nação reconhecer no resultado do pleito uma medição da tônica revolucionária na área popular o fato é que a derrota imposta pelas urnas é algo consumado e seus efeitos desagregadores já se fazem sentir no ânimo nacional. Importa rever com urgência, as situações criadas com a volta ao poder de várias parcelas da Federação dos títeres da subversão e do comunismo. Mas, o que mais importa é agir, antes que algum aventureiro lance mão da corôa da soberania nacional.*²³²

O jornal expressou sua posição a respeito tanto da situação vivida pelo governo de Castelo Branco, quanto sua opinião, de qual deveria ser o caminho tomado para sanar tal condição. Em editorial o jornal acusou a tolerância do militar governante, para com o contínuo retorno de subversivos, como a responsável por sua própria derrota. Foi além, indicou aspecto mais contundente, a desaprovação popular. O discurso de necessário endurecimento foi incisivo, retomou o argumento “*contrarrevolucionário*”, no qual se deveria impedir a investida ao poder por “subversivos e corruptos comunistas”:

²²⁹ José Bonifácio: Candidatura de Lacerda é definitiva. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 29 de jun. de 1965, p. 3.

²³⁰ A respeito dos atritos de Carlos Lacerda com o governo Castelo Branco: Carlos Lacerda divulgará carta. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba 19 de mai. de 1965, p. 1, Lacerda: especulação ficou mais impune. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba 20 de maio de 1965, p. 1, Críticas de Lacerda serão respondidas. *Cruzeiro do Sul*. 21 de mai. de 1965, p. 1, Nova carta de Lacerda. Sorocaba 25 de mai. de 1965, p.1 e Carlos Lacerda insiste: quer que se convoque nova convenção de UDN. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba 20 de jul. de 1965, p. 3.

²³¹ Eleições em Minas e Guanabara: vencem candidatos da oposição. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba 05 de out. de 1965, p. 1.

²³² O preço da tolerância. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 06 de out. de 1965, p. 2.

*Só falta agora que Jango e Brizzola deixem o exílio e reassumam a batuta dessa banda que marcou a fase mais negra da história do Brasil. Até quando, tolerante e impassível a Revolução persistirá no erro de brincar com a liberdade e com a segurança do povo brasileiro?*²³³

O *Cruzeiro do Sul* em muito criticou o excesso de tolerância do governo de Castelo Branco em relação aos “subversivos”. A esse respeito comentou: “A boa-fé do Presidente da República, reflexo da lisura de sua própria conduta, fez com que persistisse no plano de afirmar o direito ao voto e a posse aos eleitos, numa fase de franca impopularidade da Revolução”²³⁴. O jornal creditou a honradez de Castelo Branco e sua persistência para a recondução a normalidade política do país, uma suposta permissividade, assim, para o periódico o militar não poderia ter agido de maneira mais equivocada, deveria ter ido além, ser mais duro. O jornal expôs o tipo de tolerância na qual acreditava:

*Tinha razão Karl Popper ao advertir os homens de nosso tempo dos perigos do excesso de liberdade. “A tolerância ilimitada – disse êle – pode levar ao desaparecimento da tolerância. Se estendermos a tolerância ilimitada até àqueles que são intolerantes; se não estivermos preparados para defender uma sociedade tolerante contra os ataques dos intolerantes, o resultado será a destruição dos tolerantes e, com eles da tolerância”.*²³⁵

Liberdade, desde que limitada. O *Cruzeiro do Sul* demonstrou ser o valor de tolerância bem relativo e destinado apenas a quem de direito o merecia. Os adversários da linha política seguida pelo jornal, portanto, não mereciam nem tolerância, tampouco, liberdade e sob o perigo de se ver um colapso da sociedade, o periódico reivindicou novamente intervenção. Além do mais fez uma interpretação distorcida das ideias de Karl Popper para legitimar suas afirmações. O trecho evocado pelo editorialista e atribuído a Popper refere-se a reflexão sobre o “dilema da tolerância” realizado por este pensador e contido no livro *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*. Segundo Rodolfo Silva Marques nesta obra de filosofia política, Karl Popper, em certa passagem, trata sobre o direito a liberdade de expressão e de imprensa, assim como a crítica sem restrições, fatores fundamentais para o aperfeiçoamento das instituições democráticas. Um dos pontos destacados por Marques como necessários a compreensão das salvaguardas institucionais em relação à ideias publicadas e veiculadas na imprensa é o

²³³ Idem, ibidem.

²³⁴ Idem, ibidem.

²³⁵ Idem, ibidem.

fato de Karl Popper ser um exilado de regimes totalitários, tanto quanto testemunho da ascensão desses regimes na Europa²³⁶.

Tal aspecto se torna fundamental para compreensão do “*dilema da tolerância*”, pois, conforme Rodolfo Silva Marques, as salvaguardas institucionais dispostas a barrar ideias intolerantes – propagadoras de ódio, racistas e outras – servem para impedir a propagação de ideais totalitários com finalidade política por meio da imprensa²³⁷. Nem de longe, portanto, salvo distorção intencional, ou incompreensão do “douto” editorialista, se poderia aplicar a ideia de Karl Popper ao caso brasileiro de então.

Poucos dias depois, já superada a fase de apuração dos resultados, o *Diário de Sorocaba* trouxe a clara correlação entre as urnas e o julgamento popular da “revolução”. O editorial destacou a renúncia de Carlos Lacerda a sua candidatura presidencial²³⁸. Considerado como um “revolucionário” de primeiro momento, o distanciamento anunciado publicamente pelo político carioca encontrou respaldo e compreensão do editorialista, o qual, até mesmo, atenuou os comentários de Lacerda em relação ao governo militar ao denominá-los “ponderados”, único elemento a surpreender o articulista. O editorial ao tratar da tomada de posição de Carlos Lacerda, não se dirige a este político e sim para o governo militar, apontado como distante e esvaziado devido aos rumos que escolhera tomar:

*As medidas tomadas pela revolução, ainda não deram os resultados imediatos esperados pelo povo, em face disso, nota-se um retraimento popular, agora patenteado através da voz das urnas. Tirando-se o amargor que o manifesto de Lacerda encerra, temos a aproveitar, críticas positivas que são lançadas no ar. É preciso que os responsáveis pelos destinos da Pátria, nesta emergência, atentem para a realidade e a procedência da argumentação lacerdista. Que se aproveite logo, em tempo de salvar o que ainda há de esperançoso no movimento de março: livrar o país da corrupção e da subversão.*²³⁹

As críticas do jornal remetem a ideia de inabilidade do governo de Castelo Branco. Nesse sentido, o viés de crise social foi o principal argumento, em detrimento do âmbito político. O *Diário de Sorocaba* assim demonstrou ser a insatisfação popular a

²³⁶ MARQUES, Rodolfo Silva. As propostas de regulação da imprensa no Brasil: (Des)equilíbrios de forças entre governo e imprensa no país. In.: VII Seminário de Ciência Política e Relações Internacionais, 2013, Recife. *Anais do Grupo de Trabalho: Eleições e Comportamento Político*. Recife: UFPE, 2013, p. 172-185.

²³⁷ Idem, *ibidem*.

²³⁸ RENUNCIA. *Diário de Sorocaba*, 09 de out. de 1965, p. 3.

²³⁹ Idem, *ibidem*

causa da derrota nas urnas²⁴⁰. No entanto, defendia o jornal que se mantivesse, ao menos, a barreira contra corruptos e subversivos.

A edição do Ato Institucional número dois recebeu as principais manchetes do *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba*. Os editoriais de *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba*, em comum, apontaram a motivação do governo e os culpados pela edição do AI-2, e também, a esperança ou expectativas a virem a partir de então. Publicou o *Diário de Sorocaba* as seguintes afirmações:

*A situação política do país definiu-se quando as autoridades revolucionárias anunciaram à nação, o ato institucional numero 2. O Governo divulgou esse ato, porque não teve outro caminho, para preservar a ação revolucionária, que estava se perdendo graças às cisões e as situações oportunistas que tem saltado à evidencia. Os políticos civis não tiveram uma atuação oportuna e à altura da grandiosidade do momento em que vivemos.*²⁴¹

Por sua vez o *Cruzeiro do Sul* declarou em editorial intitulado “Ato Institucional”:

*Evidentemente grande parte dos homens implicados na condução mais direta da vida nacional, acostumados à posições e situações já tornadas tradicionais, não se enquadraram nos rumos revolucionários pedidos pelo povo e instituídos na nova ordem de coisas, estabelecidas pelo primeiro Ato. Cessada a sua vigência, voltaram a manter o ritmo político e atitudes de vida em total desacôrdo com os novos postulados. Dificuldades de tôda sorte foram aos poucos se evidenciando e emperrando a marcha da condução dos destinos nacionais pelos dirigentes que a Revolução credenciara para tal. Assoberbados pelo descalabro econômico-financeiro, pela crise em todos os setores que encontrara no país aparentemente descuidou-se do aspecto político e daí resultou todo o panorama atual, que forçou o presidente da República a tomar a atitude de hoje, retomando por falta de compreensão de parte dos demais poderes, todas suas prerrogativas revolucionárias.*²⁴²

Os dois jornais destacaram como motivos para edição do Ato Institucional a falta de alternativa do governo militar e a persistência de políticos ou grupos políticos dedicados a interromper a marcha revolucionária. Para ambos, os culpados pelo novo Ato foram os políticos civis, dedicados a tumultuar a vida nacional por buscarem unicamente seus interesses. Para os dois jornais retomar “*prerrogativas revolucionárias*” foi necessário para resolver as incertezas do momento. Não havia

²⁴⁰Na primeira página, principal manchete dessa edição, encontrou-se nesse perfil, apesar de ter um texto comedido, incluso com ressalvas de apoio as decisões governamentais, correlacionou a ausência de alimento com estas ações e o período político “de reformas” pelo qual atravessava o país. Fim de Semana Sem Carne. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 09 de out. de 1965, p. 1.

²⁴¹ Ato 2. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 28 de out. de 1965, p. 3

²⁴² Ato Institucional. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 28 de out. de 1965, p. 2.

espaço para recuos ou arguições em contrário, no *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba*, o Ato Institucional foi transmitido como um ato de salvação.

Ainda nesse viés, de encontrar e apontar responsáveis, para o *Cruzeiro do Sul*, deveria ser atribuído, também, à população responsabilidades pelas “*atitudes drásticas*”:

*Sirva de advertência do eleitorado esta situação atual e que da mesma aprenda de uma vez por tôdas a lição da importância de seu voto, que deve conduzir aos postos diretivos, quando da retomada da marcha normal da vida democrática, elementos capazes, dedicados aos reais problemas da vida brasileira, sem intenções outras que o bem-estar coletivo.*²⁴³

Anteriormente, o jornal já havia apontado o resultado das urnas como a causa para retaliações do governo. Agora responsabilizava diretamente a população pelo voto imaturo e ainda deixava de sobreaviso o comportamento ou a escolha correta para momentos futuros. No mesmo sentido cobrou a seu leitor, também eleitorado, internalizar a posição oferecida em suas campanhas formativas do cidadão eleitor.

Para o *Diário de Sorocaba* mediante a nova situação aberta, bastava a espera, pois: “*A expectativa, agora é que tudo saia bem, de acordo com os supremos interesses da coletividade e que afinal possa o povo brasileiro, ter paz, para produzir e viver em paz, sem agitações inúteis e que somente depauperam a nossa economia e tranquilidade intestinal.*”²⁴⁴. O jornal, anteriormente com opiniões intensas a respeito da participação popular em eleições diretas, agora reproduzia um discurso molenga, no qual debitava à esperança o fim das atribulações políticas e a melhoria da econômica²⁴⁵.

Os jornais estudados, cada um em sua medida, justificaram a edição do Ato Institucional nº 2, com argumentos semelhantes dos quais sobressaiu a defesa da ordem, o retorno a tranquilidade, via superação da crise alcançada com o resultado eleitoral de três de outubro e o quesito de melhoria econômica²⁴⁶, para o qual, seria preciso um país em calma.

A respeito da modificação do sistema político os jornais em comum ressaltam a possibilidade aberta via AI-2 de finalmente moralizar a vida partidária do país, porém,

²⁴³ Idem, ibidem.

²⁴⁴ Ato 2. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 29 de out. 1965, p. 3.

²⁴⁵ Estes pontos apareceram nas notas que acompanhavam os editoriais do *Diário de Sorocaba*. “Situação” e “Faladores”. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 28 de out. de 1965, p. 3

²⁴⁶ Como é possível destacar nesse trecho: “Assim, apesar de criticada em certos setores, a Revolução vinha cumprindo os seus altos destinos que se cifravam em dar ao país o crédito internacional, saneando-lhes as finanças, combatendo a corrupção e o comunismo. Era repor a nação nos trilhos do seu destino histórico que tanto a engrandeceu no passado!”. Ato 2, op cit., p. 3.

há divergências nesse apoio irrestrito a essa solução “revolucionária”. O *Diário de Sorocaba* se expressou nesse sentido da seguinte maneira:

*Decididamente, pouca reação provocou no seio da opinião pública, a deliberação governamental, consubstanciada pelo ato institucional n.º 2, a respeito da extinção de todos os partidos políticos. Velhos e tradicionais partidos desapareceram, tais como o PSD, PTB, UDN, PL e outros. Os partidos políticos, de um modo geral, de há muito estavam divorciados dos reais e efetivos interesses do povo. Transformaram-se, em sua maioria, em instrumentos eletivos, descuidados de mensagens e de soluções ideológicas, que atualmente preocupam a gente brasileira. Afora serem instrumentos de eleição, não representavam mais nada. Nada, mesmo. Não havia formação partidária e nem uma consciência política desenvolvida. Como bem disse um comentarista político bem informado e ilustrado na matéria: “eram partidos sem estrutura interna, sem um programa definido, sem motivações especiais diversas das que interessa a cada um dos seus elementos”. Decididamente, partidos nessas condições não interessavam à gente brasileira. Suas extinções não tiveram merecidamente, maiores ressonâncias. Agora é mister reformulá-los. Esperamos, que sejam menores, numericamente e que sejam guiados por uma nova mentalidade política, com maior patriotismo e civismo!*²⁴⁷

Na opinião do *Diário de Sorocaba* o fim dos partidos políticos já era causa passada pela própria condição atribuída aos mesmos pelo periódico. Encerrava-os todos como equivalentes em suas funções e motivações e ainda afirmou não ser nenhum deles representante da vontade popular, por tal motivo, e não por coerção ou repressão política, ninguém se manifestou com o fim das agremiações partidárias. As mudanças na condução dos grupos partidários por valores – como patriotismo e civismo – assim como a redução dos mesmos para se constituir um sistema capaz de afastar os vícios identificados como anteriormente existentes, seriam exemplos do modelo político a ser seguido e proposto pelo jornal.

O *Cruzeiro do Sul* a esse respeito - a extinção dos partidos – não compartilhou da opinião do *Diário de Sorocaba* e demonstrou não ter apreciado a atitude de governo militar:

Fica-se com saudades do extinto pluripartidarismo vigente na ordem política abolida pelo Ato Institucional n.º 2. Nele havia, pelo menos, a liberdade de se estar só com os seus, num afinamento edificante de caracteres que soam pelo mesmo diapasão moral. Legendas pequenas, que jamais ambicionaram o poder, dada a estreiteza de suas forças, davam-se, porém, por satisfeitas pela minoria qualitativa que representavam. Agora, estes puros da política nacional não poderão sobreviver. Ou aderem à faixa promíscua dos partidos que somam de tudo e de todos ou desistem de fazer política omitindo-se ao chamamento da Pátria.

Idealistas que se alinharam na vanguarda da Revolução não admitem a fórmula que una e misture o jôio ao trigo. Querem a segregação, o que é salutar à hegemonia nacional. Segregação que separa os que são ideológica

²⁴⁷ Partidos Políticos. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 17 de nov. de 1965, p. 3.

e moralmente desunidos e que une os que são moral e ideologicamente inseparáveis.

*Do encontro de udenistas e libertadores com o Ministro da Justiça, sexta-feira última, restou uma melancólica conclusão. Ouvimos de autênticos revolucionários o protesto contra a entrega do Partido aos que não estão isentos de críticas pelos estranhos compromissos de seu passado político. É inegável que estes conseguirão aglutinar maior número de adesistas à política governamental, engrossando as fileiras do neo-partido da Revolução. Mas, quantos estarão realmente sintonizados com os propósitos de combate intransigente à corrupção e ao esquerdismo, combate que definiu a linha antes pura do que dura da Revolução?*²⁴⁸

A opinião do *Cruzeiro do Sul* quanto a consciência política de grandes partidos políticos se assemelhou a do *Diário de Sorocaba*, sobretudo, quanto a concepção generalizada dos mesmos. Entretanto, o jornal da FUA não colocava no mesmo balaio a União Democrática Nacional ou o Partido Libertador - o qual detinha grandes simpatias do jornal - com o Partido Trabalhista Brasileiro, considerado herança do “varguismo” ou “populismo”. O tom de seu discurso se mostrou destinado à sociedade como um todo, e não para um setor isolado do governo, o qual neste editorial foi também criticado. Porém, na mesma medida, a mensagem procurou penetrar a parcela da sociedade, “as pessoas de bem”, que compreenderiam a queixa do jornal, quanto à mistura entre “joio e trigo”.

O jornal afirmou explicitamente ser a hegemonia nacional direito de quem a merecesse, nesse sentido os mais preparados seriam nos dizeres daquele momento: os “autênticos revolucionários”. Não há contradição, nas afirmações do jornal junto a exigência de segregação política, ao contrário, há afirmação de sua convicção, pois, considerava ser este o único caminho para conclusão dos princípios “*democráticos da revolução*”. Falácia a qual se esforçou para retransmitir, pois, tais princípios democráticos jamais existiram.

Seu desencanto com o fim dos partidos foi exatamente nessa direção, pois, criticou a reunião de políticos diversos obrigados para se manterem na vida política dividir o mesmo “guarda-chuva”. O fato de se acenar para a inclusão desordenada, com fins de tornar majoritário o novo partido, piorou o sentimento de frustração, pois, preferiria a seletividade de pessoas. Desiludido restou saudades e a sensação de ver, punidos com a obrigatoriedade de sobreviverem em ambientes eivados e se tornarem desonrados os “*puros da política nacional*”²⁴⁹.

²⁴⁸O Partido da Revolução. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 7 de nov. de 1965, p. 2..

²⁴⁹ Idem, *ibidem*.

2.3 – Diferenças e divergências entre jornais e em relação ao regime

Os jornais, *Diário de Sorocaba* e *Cruzeiro do Sul*, apresentaram opiniões distintas quanto a aspectos sociais e políticos. Nesse sentido delinearão em alguns momentos apoio ao regime militar, e noutros, algumas críticas à suas políticas e imposições.

O jornal *Diário de Sorocaba* chegou a mostrar um otimismo, e interesse social, com relação ao ante-projeto para elaboração “do chamado Estatuto da Terra”²⁵⁰ atribuído ao então ministro da agricultura Oscar Thompson Filho. Destacou entre as propostas a “taxação sobre o latifúndio improdutivo, velha praga deste país, até a definição da situação jurídica de meeiros e posseiros [...]. Teremos assim, uma reforma de nossa estrutura agrária por vias eminentemente democráticas, sem prejuízo do alcance das medidas.”²⁵¹.

O jornal viu nessa possibilidade a resolução de um problema antigo, da mesma maneira como aceitou a intervenção sobre a posse da terra, seja no sentido de taxação, ou em seu usufruto mediante a forma de trabalho, e por fim, aceitava tal proposta por vê-la distanciada do projeto de Reforma de Base no setor agrário, do governo de Goulart. A atual seria preferida por ser “sem prejuízo das medidas alcançadas”, ou seja, não infligiriam expropriações e acalentariam os ânimos dos maiores interessados em manter o status das propriedades, por fim, o apoio do jornal se voltava para valorização da atual condição política do país.

O *Cruzeiro do Sul*, sobre o tema a respeito da condição agrária no Brasil considerava:

*Não vemos o que reformar, pois a nossa agricultura é ainda muito primitiva, carente de meios e métodos que lhe permitam o desenvolvimento; acreditamos muito mais urgente seja ela organizada através mecanização, crédito fácil e barato ao lavrador, garantia real de prêços mínimos, rede de armazéns e silos para estocagem e distribuição, em uma palavra organização então sim reformar o que não corresponder e fôr necessário, muito antes de desapropriações por este ou aquele método de pagamento; acreditamos muito mais importante e urgente no momento “dar homem à Terra que Terra ao homem”.*²⁵²

²⁵⁰ O Estatuto da Terra foi oficializado pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, com o ministério da agricultura dirigido por Hugo de Almeida Leme que sucedeu Oscar Thompson Filho. Estatuto. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 21 de maio de 1964, p. 1.

²⁵¹ Idem, ibidem.

²⁵² Idem, ibidem.

Para o jornal não havia problemas na estrutura da condição agrária do país, mas, sim em sua condução e estágio, segundo o mesmo, a causa da ausência de efetividade produtiva, atraso e ausente modernização, era resultado de sua má organização. Dessa maneira desvinculava a relação entre latifúndio, produtividade e improdutividade e ainda mantinha intocada a questão da grande propriedade.

Ainda no mesmo mês, o *Cruzeiro do Sul* elogiou reunião entre o ministro da agricultura e secretários de Estado para se tratar propostas ao Estatuto da Terra “*o que equivale a se dizer novos termos para a tão propalada Reforma Agrária*”²⁵³. Do encontro esperava o jornal propostas e resoluções para “*medidas realmente interessantes visando o aumento produtivo, e, sobretudo condição mais humanas e justas para o lavrador*”²⁵⁴, o que não incluía a divisão da terra propriamente, mas sim, melhores condições para produção.

Neste texto a principal qualidade apontada foi o fato de ser uma decisão fruto das altas instâncias de governo, ou seja, “*com objetividade e sem interferências políticas subalternas*”²⁵⁵. Portanto, foi a racionalidade das decisões e a ausência de discussões políticas a razão de aceitação da folha em relação a esta questão.

Dessa forma, por meio do planejamento e conformidade entre dirigentes se chegaria a solução de alguns problemas estruturais do país, e assim, se firmariam “*os ideais e o conceito da Revolução de Março, afastando-se de vez os perigos dos extremismos e do desespero da massa sofredora, iniciando-se por fim a fase de reconstrução da Pátria Brasileira*”²⁵⁶. Assim, para o jornal, estava no planejamento adequado a resolução da questão agrária do país e ao mesmo tempo o problema social estabelecido em relação a posse da terra.

Argelina Cheibub Figueiredo²⁵⁷ demonstrou em sua tese de doutorado, transformado em livro, uma análise do sistema político brasileiro em contexto de crise política. A questão das Reformas de Base no governo de João Goulart foram um de seus mais extensos pontos de análise. A autora mostrou existir um consenso, apesar de projetos e visões diferentes, entre setores conservadores, de centro e das “esquerdas”, anterior ao golpe civil militar em 1964, quanto à necessidade de se reformar elementos da vida política nacional. Uma das principais reformas – a agrária – manteve-se na

²⁵³ Fase de reconstrução. *Cruzeiro do Sul*, 31 de jul. de 1964, p. 1.

²⁵⁴ Idem, ibidem.

²⁵⁵ Idem, ibidem.

²⁵⁶ Idem, ibidem.

²⁵⁷ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

pauta do governo militar e levou tanto *Diário de Sorocaba* quanto *Cruzeiro do Sul* a se posicionarem. O *Diário de Sorocaba* com a delegação de apoio e críticas a políticos e interesses que atrasavam a sua aprovação, por outro lado, o *Cruzeiro do Sul* a princípio com forte oposição, suavizou um pouco seu posicionamento, porém, manteve suas ressalvas.

Entretanto, como visto acima, o jornal *Cruzeiro do Sul* em seus argumentos em oposição a Reforma no campo chegou a negar as distorções “*evidentes na estrutura agrária*” no país, conforme Argelina Cheibub Figueiredo:

As propriedades maiores de quinhentos hectares, correspondendo a 2% do número total de propriedades (43 mil de 3,3 milhões), ocupavam 58% de toda área rural. Entretanto, essas propriedades representavam apenas 3,5% da área cultivada total.

[...]

*Existia consenso, entre um amplo espectro de grupos, de que o latifúndio improdutivo constituía um grande obstáculo ao desenvolvimento da agricultura e ao crescimento econômico. Os efeitos positivos de uma reforma agrária na expansão do mercado interno era outro ponto de consenso, particularmente entre setores industriais.*²⁵⁸

Conforme a autora a concentração de terras gerava críticas duras entre o empresariado interessado no desenvolvimento do mercado interno, aspecto levantado no texto do *Cruzeiro do Sul* como de suma importância e orientador de uma organização produtiva no campo, mas não de uma reforma. Tal posição do jornal talvez se explique pela proximidade de membros do grupo editorial e da FUA com partidários da União Democrática Nacional²⁵⁹, partido que manteve oposição ao projeto de Reforma Agrária antes e durante o governo militar²⁶⁰.

Os dois jornais defenderam ou se opuseram projetos apresentados na área política e nem sempre deram ênfase à mesma questão.

O *Cruzeiro do Sul* ressaltou neste sentido o direito ao voto estendido para pessoas analfabetas. A ausência de um “*eleitor mais esclarecido*” foi salientada pelo jornal em mais de uma ocasião e apresentada como uma distinção do eleitorado, entre esclarecido e ludibriado. O segundo tipo seria incapaz de perceber ser enganado, devido

²⁵⁸ Idem, p. 193-194.

²⁵⁹ Conforme José Aleixo Irmão, na sessão do dia 13 de abril, Laelso Rodrigues um dos instituidores da FUA “*comunicou que os membros da União Democrática Nacional de Sorocaba, eram todos maçons.*”. ALEIXO IRMÃO, José. *A Perseverança III e Sorocaba* (Do suicídio de Vargas à Sagração do Templo) Sorocaba-SP, Fundação Ubaldino do Amaral, 1996, p. 250.

²⁶⁰ Segundo Argelina Cheibub: “*É notável que, mesmo depois do golpe que havia apoiado e, portanto, sob um governo em que “confiava”, a UDN continuou se opondo à emenda constitucional para a reforma agrária.*”. FIGUEIREDO, 1993, p. 197.

à estrutura política vigente no país até bem pouco e, também, a sua própria condição social.

A distinção dos eleitores revela muito da opinião do jornal em relação a questão da participação política e o coloca em oposição à proposta de extensão de voto para os analfabetos:

Aplaudiu assim o povo, e aplaudimos, desde a primeira hora, as nossas Forças Armadas, pela limpeza que realizaram; abriu-se um ilimitado crédito de confiança e deu-se apóio total aos novos dirigentes, cuja ação tem merecido aplausos e em quem confiamos. Não vai, todavia, êste aplauso e confiança, a ponto de impedir a crítica e a divergência patriótica e construtiva no afã de se proceder ao reerguimento da Pátria, objetivo comum e primordial de todos nós.

É por isso mesmo que não podemos concordar com a pretendida extensão do direito de voto ao analfabeto, pois julgamos o voto não direito mas dever de consciência a ser exercido por aqueles que tenham os meios para assim exercê-lo. É fundamental para o desempenho de todos os deveres a posse total de todos os meios que permitam ampla informação, e, sem duvida, dêles o mais importante é o saber ler e escrever, pois é lendo que melhor se assimilam as idéias, sedimenta-se conhecimento e mesmo melhor nos informamos das deficiências e dos mais adequados métodos de saná-las.²⁶¹

Na primeira parte do trecho citado acima é claro o apoio devotado aos militares, como novos dirigentes do país, capazes e empenhados em realizar a “limpeza” na política nacional e em outras instâncias. Entretanto, por trás do melindre se reiterou que os civis partícipes do golpe estão presentes e não devem ser alijados das propostas do programa de governo.

Dentro da perspectiva social e política do *Cruzeiro do Sul* o voto foi definido como obrigação e ato executado de maneira consciente, uma ação política praticada por aqueles que dela podem fazer uso, por isso, em sua argumentação, o voto deve ser restrito para os portadores da consciência de seu valor. Por sua vez, a consciência exaltada pelo jornal seria medida e avaliada pela capacidade do saber ler e escrever, expressão de racionalidade. Nota-se no trecho acima a relação entre leitura e assimilação de ideias, ou seja, buscar informações e ser (in)formado, para conhecer os métodos e formas adequadas de sanar problemas postos a sociedade. Algo que o jornal toma como seu papel, pois, se autoriza como portador e formador de consciências.

O jornal explicou a razão de sua posição, em relação à condição para votar, neste editorial:

Numa estrutura partidária arcaica e obsoleta onde um eleitorado menos esclarecido, na sua maioria semi-alfabetizada, tem propiciado as escôlhas

²⁶¹ Voto do analfabeto. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba 03 de jul. de 1964, p. 1.

que temos visto, julgamos temeridade a extensão do voto àqueles que por conta de sua própria condição de analfabetismo seriam menos capazes de selecionar.

Não se argumente ser menos prejudicial por ser apenas municipal. Os fatos tem registrado as péssimas escolhas feitas pelo atual eleitorado de prefeitos e vereadores, para cultos e preparados, e tem mostrado não serem os mais capazes os escolhidos.

Julgamos antes que cuidados maiores devam ser dados ao melhor preparo do povo, que facilidades maiores devam ser propiciadas à alfabetização em toda sua extensão, elevando-se ao máximo o nível cultural da nação, pois já é truismo o dizer-se a civilização é baseada na cultura. Que há urgência na reforma eleitoral não se discute; que a vida partidária deve ser remodelada é óbvio; que o corpo de eleitores deve ser aumentado é claro; mas que se o faça sem cuidados, que se processe um nivelamento por baixo é ao nosso ver, contraproducente e não consulta os reais interesses do país.²⁶²

Conforme o jornal a condição de despreparo de boa parcela da população as impediria de eleger as pessoas certas e, ainda, por serem facilmente enganadas levariam a situações políticas em desacordo com reais interesses do país. Este texto elucida bem a forma como o grupo editorial do *Cruzeiro do Sul* pensa e projeta o modelo político e social em relação a governo e sociedade. Para o jornal, a moralização da vida política e sua reorganização só deveriam se constituir pelos critérios racionais de pessoas capacitadas a tomar boas decisões. Assim, a extensão de voto ao analfabeto, por carecer deste princípio, deveria ser impedida.

O *Diário de Sorocaba*, por sua vez, não viu como atentado grave estender, como experiência a nível municipal – talvez um dos maiores agravantes para o jornal da FUA - o direito de voto a analfabetos: “*O analfabeto irá votar. Assim decidem as supremas autoridades do país. Seu voto será por experiência, apenas em eleições municipais. Vale tentar, a fim de ver se a coisa da certo. Aguardemos o resultado*”²⁶³.

Francisco Weffort em recente entrevista²⁶⁴ sobre o Brasil e sua sociedade durante a década de 1960 destacou a importância do voto como fator de mobilização, instrumento de pressão e reivindicação, dado a crescente participação popular em eleições desde 1930²⁶⁵. Devido a isto ocorreu acirramento conservador o qual viu nesta participação política da população um instrumento de desestabilização do regime e *status quo* a que estavam acostumados²⁶⁶. Por esta perspectiva é possível compreender e

²⁶² Idem, ibidem.

²⁶³ Analfabeto. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 21 de jun. de 1964, p. 3.

²⁶⁴ 1964: Francisco Weffort. 1964: 50 anos depois. Universidade Virtual do Estado de São Paulo. São Paulo: UNIVESPTV, 2014. 30 min., son., color. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=sIX2EYgpPGQ&index=6&list=PLxI8Can9yAHc4knQjGE4JEkP7jtLz7ZCU>>>. Acesso em: 18 de jun. de 2014.

²⁶⁶ Idem, ibidem.

apontar a diferença entre o *Cruzeiro do Sul*, como estritamente conservador nesse quesito e o *Diário de Sorocaba*, aparentemente, mais aberto a nova experiência.

Outro ponto, que demonstrou posições distintas entre os jornais, *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba* foi a respeito da nova Carta a ser instituída por Castelo Branco.

Segundo Maria Helena M. Alves a Constituição a ser aprovada em 1967 legalizou muitas das medidas excepcionais então decretadas. Conforme a autora:

A Constituição de 1967 criava um Estado quase exclusivamente baseado no Poder Executivo. O legislativo teve seu papel limitado à regulamentação de projetos introduzidos pelo Executivo. O Judiciário perdeu seu poder de controle sobre os dois outros poderes. O Executivo foi ainda mais fortalecido pela incorporação ao documento das normas para a eleição indireta do presidente e do vice-presidente, impostas no Ato Institucional nº 2. [...] ²⁶⁷

Dentre as várias alterações instituídas pela nova Constituição muitas visavam a desestimular e encerrar a possibilidade de oposição. Um dos setores atingidos foi o judiciário perdendo prerrogativas para julgar crimes considerados da área de segurança e também questionar as leis propostas pelo governo. O poder Executivo passou a ter prevalência sobre os outros, assim, o país se tornou Estado governado por este poder. A relação entre o governo federal e os estados e municípios também se modificou, pois, o poder federal adquiriu maior propriedade para intervenção em estados e municípios, conforme sua intenção²⁶⁸.

O *Diário de Sorocaba* trouxe uma declaração do então ministro da justiça, o sr. Medeiros da Silva²⁶⁹. No trecho da declaração transcrita pelo jornal, a Constituição em vigor seria liberal demais e desatualizada à realidade brasileira²⁷⁰.

²⁶⁷ ALVES, 2005, p. 129.

²⁶⁸ Idem, pp. 129-136.

²⁶⁹ Será Reformulado o Texto da Carta Constitucional. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 24 de ago. de 1966, p. 3.

²⁷⁰ Idem, ibidem. Em dezembro alguns dos pontos da redação do novo texto a ser entregue para Castelo Branco, o Congresso e partidos, foram apresentados aos leitores do jornal em sua primeira página. Conforme o jornal, estavam fixados no texto os seguintes pontos: “1 – Eleição indireta para presidente e vice-presidente da República a 15 de janeiro e posse a 15 de março. A eleição em caráter secreto será feita por colegio eleitoral composto pelo Senado, Câmara Federal, e representantes das Assembleias Legislativas; 2 – Eleição direta a 15 de novembro para governadores, prefeitos (excetuados os das capitais), juntamente com os pleitos para o Senado, Câmara Federal, Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais; 3 – A suspensão de direitos políticos por crimes não comuns será submetida pelo Executivo ao Supremo Tribunal Federal; 4 – Julgamento de civis enquadrados em crimes contra a segurança nacional, com direito a recurso ao STF; 5 – A presidência do Congresso Nacional será exercida pelo vice-presidente da República e 6 – revigoração do estado de sítio, através de incorporação de dispositivos constantes do estado de emergência que não figurará na Carta.” Como se pode notar, os principais pontos foram estabelecidos por incorporação de artigos do AI-2 e AI-3. Castelo Recebe Amanhã a Redação Final da Nova Constituição. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 04 de dez. de 1966, p. 1.

Entretanto, este jornal não se mostrou nem de acordo com as afirmações do ministro da justiça e, tampouco com o instituído no projeto da nova Carta:

O assunto que está ocupando as tribunas de nossas Casas de Leis, os jornais e os políticos de todo o país e de todas as correntes políticas, é sem dúvida alguma, esse relacionado com a nossa carta constitucional. É o projeto que o presidente Castelo Branco enviou para o Congresso Nacional. Todos os constitucionalistas reconhecem, e isso é certo, e verdadeiro, é exato e coerente, que a Constituição de 1946, é de indole liberal, adaptada ao modus vivendi de nossa gente. A constituição nova, que ainda é projeto, mas que certamente será aprovada pela maioria arenista, é autoritária. Fortalece de maneira irreversível o Poder Central, conferindo ao Executivo, uma soma maior de poderes. Dizem os comentaristas abalizados e especializados que “globalmente, pode-se dizer que, enquanto a Constituição de 1946 se inspira num espírito marcadamente liberal e de prevenções para com o Executivo, o projeto revela uma marcada preocupação autoritária, no sentido de alargar os poderes do Executivo, de um lado, e da União, de outro”. Não sabemos, decididamente, até onde isto é importante para o aprimoramento de nossas instituições políticas. Parece-nos, à primeira vista que o problema é apresentado somente do ângulo revolucionário imediatista. Sucede, porem, que a Constituição é um documento para se projetar no tempo e no espaço (e por bom tempo). E diante dessa perspectiva, não sabemos e nem podemos garantir, que seja interessante esse fortalecimento, exagerado, do Poder Executivo e da União. O liberalismo é o melhor caminho. É o caminho que se coaduna com a formação democrática da gente brasileira.”²⁷¹

O jornal se esforçou para demonstrar que não expressava uma opinião isolada, fruto de suas convicções, mas, em contrário estaria em acordo com grande parcela da sociedade, composta pela imprensa, partidos políticos, o parlamento e políticos de diferentes perfis. Assim, em seu editorial a opinião expressa não seria apenas a opinião do jornal, mas, a opinião da sociedade, a qual se tornava legitimada por “*abalizados e especializados comentaristas*” configurando a autoridade para a crítica ao projeto constitucional.

As críticas do jornal se dirigiram a dois alvos, ao projeto constitucional e ao governo Castelo Branco, ambos condenados como autoritários. Este autoritarismo, no entanto, foi expresso como a centralização do poder executivo, identificado no projeto constitucional, o qual recebeu como contraposição as afirmações em prol do espírito liberal do brasileiro, expressos na Constituição, então vigente, de 1946. Outra posição interessante do jornal, para sustentar sua desaprovação, foi sua oposição entre constitucionalistas e a nova Carta. O *Diário de Sorocaba* reforçou, nesse sentido, a desautorização do projeto Constitucional, conforme o sentido e valor ao qual atribuíra a esta expressão. Por tal motivo, adiciona o viés de incompreensão frente à nova Constituição, assim como, a ideia desta ser fruto de uma atitude insensata e irrefletida,

²⁷¹ Nova Constituição. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 10 de dez. de 1966, p. 3.

como no trecho “*Não sabemos, decididamente, até onde isto é importante para o aprimoramento de nossas instituições políticas*”²⁷².

A opinião foi expressa por motivo de desacordo com a nova Constituição e os princípios a mesma atribuída. O jornal expressou sua posição com a afirmação de desgosto desse projeto por toda a sociedade pelo perfil autoritário identificado na mesma. É interessante destacar que não havia espaço para contraposição, na qual viesse a ocorrer qualquer justificativa aceitável para este novo projeto constitucional. O governo de Castelo Branco destinatário maior da mensagem foi representado como autoritário, em papel político contrário daquele esperado pelos seus simpatizantes. Este jornal apoiador do golpe militar se mostrou, como em poucas ocasiões, claramente desencantado com o regime que auxiliou a constituir.

Informações sobre a possibilidade de uma nova Constituição foram, também, publicadas no *Cruzeiro do Sul*²⁷³ que em dezembro, antes de conhecer o texto integral apresentou algumas posições:

É sem dúvida nenhuma louvável a preocupação e meritória a discussão do assunto, mesmo que feita em bases não muito concretas, pois, desconhecendo-se o real texto do novo diploma, não se poderá com a necessária objetividade, firmar opinião sobre o mesmo e, sobretudo, aplaudir ou condenar suas disposições. Todavia, serve a polêmica para alertar os responsáveis finais pela promulgação sobre o pensamento da opinião pública, de que é a imprensa o espelho refletor, sobre as tendências da mesma em relação ao importante documento.

Claro está que desconhecendo ainda em suas minúcias o texto proposto, não poderemos opinar favorável ou contrariamente, a não ser aplaudindo as opiniões que condenam os possíveis artigos que significassem um retrocesso na nossa vida democrática, ou ainda uma tendência totalitarista por ventura existente, bem como traduzindo o nosso apoio às medidas que possibilitem o pleno exercício democrático e que coibam os abusos que eram permitidos na vigente Constituição.

[...]

*Por isto mesmo, boa parte dos dispositivos dos Atos Institucionais, escoimados dos itens impostos pelas circunstâncias revolucionárias e por isto mesmo transitórias, deverão ser incluídos na nova Carta, a qual deverá permitir ao País o tranqüilo evoluir para os seus altos destinos.*²⁷⁴

O *Cruzeiro do Sul* emitiu uma opinião na qual procurou destacar uma avaliação sobre o assunto em pauta, e não propriamente seu objeto, a nova Constituição. Assim, de antemão, o jornal encontrou um ponto seguro para não se expor muito em sua

²⁷² Idem, ibidem.

²⁷³ Reforma administrativa e da estabilidade: Castelo já tem fórmula para aprovação. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 03 de ago. de 1966, p. 1 e Constituinte: Arena afirma enquanto ministro desmente. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 15 de abr. de 1966, p. 12.

²⁷⁴ Constituição. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 03 de dez. de 1966, p. 2.

posição, pois afirmou serem precoces quaisquer opiniões quanto a um texto ainda inconcluso. Porém, após realizar esta construção na qual poderia se abrigar demonstrou estar propenso em acatar o que a “opinião pública” pensava sobre a questão. Ainda mais, pelo motivo de atribuir a imprensa o papel de tradutor autorizado dessa opinião geral, a qual para o jornal não deveria ser desconsiderada pelos governantes.

A oposição do jornal não se dirigiu à Carta ou ao governo militar, mas a possibilidade de uma “tendência totalitarista” acusada no projeto, a qual se contrapôs. E nesse aspecto o *Cruzeiro do Sul* foi um crítico contundente, porque, até o momento a identificação com o totalitarismo se dirigia apenas para os países comunistas ou nazi-fascistas, ou seja, as maiores referências anti-liberais e anti-democráticas na perspectiva do jornal.

Para este jornal, entretanto, era necessária a modificação do texto constitucional, pois, este permitia “*certos abusos*”. Os abusos do qual tratou o *Cruzeiro do Sul* seriam aqueles cometidos por políticos ou outros, que intocáveis por prerrogativas legislativas, seriam o entrave para uma política realmente saneada, como acreditava o jornal ser o motivo da “revolução”.

Esta opinião do jornal foi expressa como forma de, por um lado, representar seu papel de imprensa liberal, opinativa e contrária a atitudes autoritárias, e por outro lado, para dirimir as polêmicas quanto ao novo texto e as críticas mais duras contra o governo de Castelo Branco, do qual era partidário.

Por tal motivo, a posição do *Cruzeiro do Sul* foi expressa de maneira indireta, com a justificativa de que uma opinião concreta seria nesse momento impossível. Nesse sentido, o próprio jornal realizou a contraposição possível, em prol do governo militar. Ao apresentar a seus leitores um viés de analista sobre a questão, na verdade se esquivou de levar tanto a análise, quanto sua opinião a público.

Os jornais voltaram a comentar a promulgação da nova magna carta no mês de janeiro de 1967. O *Diário de Sorocaba*, em nota na coluna editorial, ao abordar a promulgação da Constituição, em 24 de janeiro: “*Os jornais do dia anunciam reformulações legais. Leis importantes à vida do país, foram votadas com uma rapidez impressionante. Nem sempre a pressa é amiga da perfeição, já se diz a [sic] tantos anos.*”²⁷⁵. Indicação clara da desaprovação, a “toque de caixa”, a despeito de afirmações

²⁷⁵ Leis. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 24 de jan. de 1967, p. 3.

de ocorrerem debates – de um mês e meio – dos termos da nova Constituição. Porém, maiores apreciações a respeito foram empregadas em uma de suas manchetes:

*Hoje, em sessão especial do Congresso Nacional, será promulgada a nova Constituição brasileira, a Constituição revolucionária ou a Constituição de 1967, que na opinião dos observadores, já aparece sob o signo da revisão, condenada assim a viver por pouco tempo intacta. As últimas sessões do Congresso foram assinaladas pelo tumulto, pela exaltação e pelo clima de inconformismo de quase todos os congressistas, inclusive os da ARENA, como bem demonstra a declaração de voto livre pelo deputado Herbert Levy e subscrita por 106 deputados membros da bancada governista. O processo de elaboração constitucional foi, assim, o mais penoso e excepcional de que se tem notícia na história legislativa do país.*²⁷⁶

O *Diário de Sorocaba* apontou nitidamente para dissociação entre o governo e Congresso, mesmo a ARENA se mostrava descontente com a situação imposta no processo de edição do novo texto constitucional. Além disso, não conferia solidez à nova Constituição. Por fim, as adjetivações para o processo de elaboração e promulgação da Carta mostram a opinião do jornal sobre o mesmo.

Existe entre o *Cruzeiro do Sul* e o *Diário de Sorocaba* um ponto discordante. Os dois jornais apontaram a perspectiva autoritária do texto constitucional, porém, o *Cruzeiro do Sul*, por mais de uma ocasião, evitou aprofundar-se na análise a seu respeito, e afirmou tal comportamento devido ausência de conhecimento sobre o texto final, o qual teria “*recebido inúmeras emendas*”. Conforme Thomas Skidmore não ocorreu qualquer alteração no texto constitucional²⁷⁷, como afirmou o *Cruzeiro do Sul* para não comentar o alcance da nova lei. Por sua vez o *Diário de Sorocaba* destacou exatamente o oposto, a ausência de flexibilidade e imposição do texto integral, levaria a efemeridade da nova Constituição.

Praticamente na esteira dos debates da nova Carta a modificação da Lei de Imprensa foi notificada nos jornais de Sorocaba como outro atrito entre o governo Castelo Branco e a imprensa nacional. Esta passou a relatar casos de coerção e repressão aos meios de informação e contra jornalistas²⁷⁸. Ainda em setembro de 1966 o *Diário de Sorocaba* publicou um editorial a respeito:

²⁷⁶ Constituição Será Promulgada Hoje no Congresso Nacional. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 24 de jan. de 1967, p. 1.

²⁷⁷ A passagem no livro de Thomas Skidmore é a seguinte: “*Nem os debates, liderados por ilustres constitucionalistas como Afonso Arinos de Melo Fraco, nem a avalanche de emendas propostas introduziram qualquer alteração no texto final.*”. SKIDMORE, 1988, p. 119.

²⁷⁸ Moção contra a lei de imprensa. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 31 de jul. de 1966, p. 6, e Imprensa. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 11 de fev. de 1966, p. 3.

*Pretende o governo da Republica, editar, proximately uma nova lei de imprensa, desta feita com feições mais severas e que imprimirão aos meios jornalísticos brasileiros, maior severidade informativa. O negocio é serio. Serio até demais e, sem duvida alguma, em corrigindo alguns abusos, essa lei criará problemas para os informantes de um modo geral. A liberdade será restringida e já se fala, sem nenhuma cerimonia, que a lei em referencia, será a do arrocho. Esse documento que até agora está nas confabulações palacianas, vem sendo criticado duramente pelos maiores órgãos informativos do Brasil. Mordaçar a imprensa, ou criar-lhe embaraços em sua missão de formar e de informar, significa retrocesso e é caminho aberto para a ditadura. Já se diz que essa legislação que por aí virá, brevemente, será o pior legado que a revolução de março deixará à posteridade, envergonhando-nos, inclusive, perante o mundo ocidental e cristão. Será uma sombra a caracterizar os rumos que as coisas vão tomando por aqui. Decididamente estamos preocupados com os fatos, que por aí virão. Esperamos que o bom senso predomine e esse novo documento que o presidente da Republica pretende editar, seja, concorde com as melhores tradições da democracia brasileira, tão arranhada e deformada, de tempos à esta parte.*²⁷⁹

O editorial destinava à sociedade sua expectativa sobre a lei de imprensa, assim tomou por interlocutor, em tom de informativo com tangível manifestação, tanto seus leitores quanto a própria imprensa. Com base nas posições de outros jornais o *Diário de Sorocaba* apoiou sua crítica a imposições contra a liberdade de informação. Uma das afirmações, no editorial se dirigiu diretamente contra uma das bases de sustentação da argumentação a favor da “revolução”, pois, a mesma retirava o Brasil do grupo de países defensores da “liberdade ocidental” e produzia exatamente o efeito contrário, “envergonhando-nos perante o mundo ocidental e cristão”²⁸⁰.

O *Diário de Sorocaba* voltou a criticar a Lei de Imprensa proposta pelo governo militar e manteve o mesmo tom do editorial anterior, ainda adicionou ser tal lei atentatória contra a liberdade humana, relacionou liberdade de imprensa e democracia, e assim, sua manutenção interessaria a todos. Comentou o jornal ser esta liberdade a primeira a cair nas ditaduras, pois, após sua queda pouco restaria para impedir a imposição do autoritarismo e por fim transcreveu longo trecho atribuído a Edmundo Monteiro sobre o tema:

É por isto que, achamos oportunas, as palavras de Edmundo Monteiro, sobre o problema: “o projeto da lei da imprensa invoca também uma doutrina, a nova doutrina da Segurança Nacional, para tentar restringir as liberdades e enquadrar a imprensa num regime de servidão ao poder governamental, que se implanta através de uma lei imposta ao Congresso e à nação. As liberdades conquistadas no trabalho e nas lutas democráticas não se podem restringir, mutilar ou destruir sob invocação de qualquer pretexto ou doutrina política. A imprensa não aceita essa tutela antidemocrática e

²⁷⁹ Lei de Imprensa. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 30 de set. de 1966, p. 3.

²⁸⁰ Idem, ibidem.

*adverte o governo da Republica contra os perigos e ameaças contido no projeto de lei de imprensa. Ele abre o caminho para um túnel escuro, no qual não deseja entrar e obscurever-se [sic] a Nação”.*²⁸¹

A Segurança Nacional se tornou um dos principais objetivos do governo militar, e conseqüentemente tornara-se argumento central para imposições sobre a sociedade. Porém, destacou o jornal o viés antidemocrático e impositivo contra a imprensa sob o pretexto de seguir doutrina política de segurança. Para o jornal, neste momento, eram gritantes as contradições, pois, enquanto de um lado se exaltava a Doutrina de Segurança Nacional, como base para solapar a integridade e liberdade da imprensa, por outro se mantinha o favorecimento a jornais próximos a Castelo Branco como *O Globo*, cujo acordo e contrato com empresa estrangeira ia de encontro a leis sobre a introdução de capital estrangeiro nos meios de comunicação²⁸². Além de expor o perfil autoritário de Castelo Branco a notícia demonstrou o tratamento destinado pelo governo militar a seus “amigos próximos”. Porém, o papel deste jornal, enquanto imprensa, em conformar as condições enfrentadas até aquele momento sequer foi lembrado. Assim toda a recente firmeza e indignação podem ser questionadas em seu fôlego.

O *Cruzeiro do Sul* no mesmo dia em que tratou da promulgação da Constituição em 1967 mencionou como parte conjunta a esta, a lei da imprensa: “*Sobre este mesmo diapasão gira a nova Lei de Imprensa, que como a Constituição, sómente nas próximas horas terá o seu texto divulgado corretamente, eis que algumas alterações chegaram a ser introduzidas pelo Congresso.*”²⁸³. O jornal identificou o perfil predominante da orientação da doutrina de segurança nacional e apontou o afinamento da lei de imprensa com essa diretriz. Este jornal, em relação ao *Diário de Sorocaba*, tratou de maneira bem diferente a questão da lei imposta ao jornalismo, pois em boa medida se esquivou de lançar opiniões, e levantou sua voz sem convicção quase de maneira *pró-forma*.

²⁸¹ Regime de Servidão. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 10 de jan. de 1967, p. 3.

²⁸² Assim, duas semanas após publicar o editorial “*Regime de Servidão*”, do qual foi extraído trecho acima, o *Diário de Sorocaba*, publicou em sua primeira página a seguinte notícia: “*O presidente Castelo Branco ordenou á Arena que vote a Lei de Imprensa sem emendas inconvenientes. Na mesma oportunidade informou que, se o Congresso insistir essas emendas, outorgará o projeto original de Carlos Medeiros da Silva, aproveitado, talvez, algumas emendas ditatoriais que foram aprovadas pela Comissão Mista. O senador Daniel Krieger, presidente da Arena, tentou modificar, sem exito, a disposição do presidente. Castelo anunciou ainda que, se a Lei não for aprovada até á meia-noite de amanhã, outorgará o projeto original, sem as emendas inconvenientes. O presidente da Republica está especialmente irritado com a atuação de seu ex-ministro da Justiça, senador Mem de Sá, que apresentou emendas proibindo a participação de capital estrangeiro em empresas jornalísticas nacionais – o que atinge O Globo, jornal favorável a Castelo e diminuindo as penas de prisão para jornalistas*”. Lei de Imprensa Poderá Ser Outorgada Sem Emendas. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 21 de jan. de 1967, p. 1.

²⁸³ A nova Constituição. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 24 de jan. de 1967, p.2.

2.4 – O governo militar, a juventude estudantil e os jornais.

Os atritos entre o movimento estudantil e o governo militar foram desde o início um aspecto presente. Logo após o golpe a sede da União Nacional dos Estudantes foi atacada e destruída no Rio de Janeiro. Porém, nesse primeiro momento, não eram os estudantes as maiores preocupações dos golpistas, voltados a realizar um expurgo no interior das forças armadas, cassar mandatos políticos e perseguir os principais nomes da esquerda e do sindicalismo nacional. Para os militares, os estudantes seriam incorporados e com o tempo aceitariam e se acostuariam com os novos rumos dados pelos militares no poder²⁸⁴. Entretanto, já em novembro de 1964 ocorre novo atrito, provocado pelo ministro Suplicy de Lacerda decidido a intervir diretamente na política estudantil por meio de maior controle dos Diretórios e Centros acadêmicos, fosse por via da própria Universidade, ou via órgão federal. Este ministro por meio de lei procurou proibir mobilizações ou manifestações de viés político de órgãos representantes dos estudantes²⁸⁵. O *Diário de Sorocaba* concordou com a rejeição dos estudantes a chamada Lei Suplicy, pois, segundo o periódico a mesma não era capaz de traduzir os verdadeiros interesses da classe estudantil. O jornal tomou o lado dos estudantes e criticou as acusações contra os jovens, em contrapartida as dirigiu ao ministro da Educação, cuja imagem foi apresentada como intransigente²⁸⁶.

O *Cruzeiro do Sul* também acompanhou a situação e trouxe notícias referentes a oposição a lei do ministro Suplicy de Lacerda e comentou: “*O divorcio entre govêrno e estudantes positivou-se com a execrada lei Suplicy. A repulsa tivemos-la nas eleições dos diretórios acadêmicos, que em sua grande maioria, a repudiaram*”²⁸⁷. Nesse sentido, também responsabilizou a política ministerial de então como razão para se aumentar tensões entre governo e estudantes.

²⁸⁴No livro *Brasil, Nunca Mais!*, durante a apresentação e análise do perfil dos processados se afirmou que a razão de poucos processos contra estudantes logo em 1964 residia na crença do governo tentar conseguir cooptar os líderes e movimentos estudantis. Esta crença estava embasada, segundo o livro, no ponto de vista dos militares quanto a condição social dos estudantes. ARNS, 1985. Capítulos 10 e 11. Sobre perfil dos atingidos e atividades visadas respectivamente.

²⁸⁵Lei Suplicy de Lacerda. CPDOC - <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>

²⁸⁶Segundo o jornal: “*Os estudantes brasileiros não se encontram, ainda, com a revolução. A lei Suplicy, invés de resolver o problema da classe criou-lhe maiores dificuldades. O ministério da Educação continua sendo o grande ausente das pejeas estudantis. Sempre que aparece é infeliz [...]*”. Estudantes. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 10 de ago. de 1965, p. 3.

²⁸⁷Olhemos os estudantes. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 20 de set. de 1966, p. 2.

Em 1966 as mobilizações estudantis retornam à vida política do país com maior ênfase e a imprensa local começa a destacar pontos de conflito e de apreensão a esse respeito, como neste trecho: "*O governo de 31 de março, contudo, invés de procurar meios para dialogar com a juventude, notadamente a juventude estudantil, marginalizou-a. Criou-se um estado de choque entre os estudantes e o governo.*"²⁸⁸.

No entanto, a imagem que o jornal apresenta dos estudantes, sobretudo, em momentos de maior tensão, como no segundo semestre de 1966, demonstrou sua impressão a respeito dos jovens e a preocupação decorrente desta: "*O caminho que o atual governo escolheu, para situar as suas relações com a massa estudantil não é o melhor caminho. Está dando margem a que os eternos aproveitadores apareçam e façam as confusões costumeiras.*"²⁸⁹. Os eternos aproveitadores aos quais se refere o jornal são denominados como os introdutores de doutrinas alheias e perversas para os estudantes e a nação, remanescentes de um período anterior a "revolução" e dispostos em retornar a todo custo à vida nacional²⁹⁰. Por tal razão, para o jornal, o governo não poderia deixar de levar o diálogo a massa de estudantes, os quais começam a ter a imagem descrita, como possíveis de serem influenciados e enganados pelos "*aproveitadores de sempre*" e, nessa descrição, incapazes de discernimento e construção de pautas e projetos. Segundo os jornais, os referidos "*maus elementos*" produziam constantes embates internos entre os estudantes, e o resultado seria sempre a piora das relações com o governo e o afastamento do verdadeiro dever da classe estudantil²⁹¹.

Devido o impacto e alcance das manifestações estudantis, mesmo em cidades do interior, os jornais não poderiam ficar ausentes a essa questão, assim, em setembro de 1966, o *Cruzeiro do Sul* dedicou alguns editoriais sobre a relação entre estudantes e o governo militar:

*O movimento de rebeldia estudantil é um sintoma de mal maior.
Isso não é novidade para ninguém. É elementar...
[...]*

²⁸⁸ Além do mais, não poupou críticas a quem considerou o responsável pela inquietação estudantil: "*A principal figura que se incumbiu de aumentar esse abismo, foi o ex-ministro da Educação, sr. Suplicy de Lacerda, através de suas famosas leis e portarias, que acabaram por tolher, decididamente, os passos dos jovens*". Juventude e governo. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 25 de mar. de 1966, p. 3.

²⁸⁹ Estudantes. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 20 de set. de 1966, p. 3.

²⁹⁰ Juventude e governo, 1966, p. 3.

²⁹¹ Idem, ibidem e Estudantes, 1965, p. 3. O *Diário de Sorocaba* chegou a apontar alguns assuntos que não deveriam ser da alçada dos estudantes, e por tal motivo, os jovens sequer teriam porque debater temas como Cuba, Vietnam e eleições diretas, já que tais temas em nada tinham a ver com o interesse estudantil. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 31 de jul. de 1966, p. 9.

Os últimos acontecimentos que enlutam a nação não permitem que se deixe de examinar, a fundo, a causa do mal, resolvendo o govêrno extirpá-la com prudência e sabedoria.

Não a golpes de sabre ou de cassetete. Êsse sistema não resolve, antes agrava o mal. Infeccionando a ferida que pode resultar em gangrena de todo o corpo social.

O caso dos estudantes não é um caso de polícia, como certa vez disse (ou se supõe tenha dito) certo político em se referindo à questão social.²⁹²

O *Cruzeiro do Sul* de maneira sóbria procurou, antes de apontar, identificar a existência de um problema maior, exposto pela manifestação de estudantes contra o governo militar, seja diretamente a pessoa de Castelo Branco, seja contra as medidas adotadas até o momento. O jornal mostrou o quanto estas foram equivocadas, sobretudo as respostas violentas contra os jovens. Tais condutas haviam assustado e repugnado apoiadores convictos do regime, que viram o ataque contra jovens universitários, em um ambiente então considerado com distinção na sociedade, um absurdo.

Certamente que [...] servem os estudantes de trampolim político aos demagogos que dêles se servem aos seus fins excusos.

No entanto, fôrça é convir que as mais das vêzes refletem êles com seus movimentos de rebeldia o estado d'alma de um povo. Separando-se o joio do trigo ver-se-á que sobra muito mais trigo do que joio.

Nós, que vivemos apelando para a mocidade [...] não podemos de uma hora para outra, virar-lhe a costa negando-lhe o que vivemos proclamando a todo passo: a de ser a depositária de nossas esperanças no futuro.

Esperamos que o govêrno que a tudo vê e provê, nesta hora angustiosa, desça à planície e estenda as mãos aos jovens estudantes numa atitude de perdão e de concordia para que, sob êsse gesto, se possam desenvolver conversações de alto nível que interessam a todos [...] em busca do ideal maior que é o bem estar social e a prosperidade nacional.²⁹³

Assim, neste editorial o jornal expressou como o *Diário de Sorocaba*, o desejo de diálogo entre governo e estudantes a quem defendeu, apesar de apontá-los como manipuláveis, por políticos demagogos. No entanto, a mensagem do *Cruzeiro do Sul*, expunha uma ferida aberta, causada pelos rumos tomados pelo governo militar. Porém, com a radicalização e ampliação das manifestações estudantis, os periódicos locais, vão alterar suas opiniões.

Assim como a proporção nacional de universitários, em relação a população era pequena, em Sorocaba tal situação se repetia, ou seja, as escolas de nível superior, atendiam a poucos estudantes, os quais, desde esse período já se dividiam entre os cursos noturnos e integrais das faculdade locais. As quais enfrentavam problemas sérios

²⁹² Olhemos os estudantes. *Cruzeiro do Sul. Sorocaba*, 20 de set. de 1966, p. 2.

²⁹³ Idem, ibidem.

quanto ao repasse de verbas destinados a sua manutenção, como a Faculdade de Filosofia²⁹⁴, ou ainda reivindicavam melhorias em suas condições, enquanto cursos de nível superior, como é caso da Faculdade de Medicina²⁹⁵. Tal aspecto sempre mereceu menções e opiniões dos jornais favoráveis ao atendimento das escolas superiores da cidade.

Em momentos, os jornais locais apontaram os estudantes da cidade, como aliados nas mesmas causas, e muitas vezes elogiaram as ações dos estudantes em suas ações reivindicatórias, como no caso da luta por mais vagas e a integração dos excedentes (alunos aprovados no vestibular, porém, sem ter lugar nas faculdades ou universidades)²⁹⁶.

A repercussão da retomada do movimento estudantil repercutiu e mobilizou os estudantes da cidade e levou a manifestações locais de apoio e solidariedade, pelo lado dos estudantes, e preocupação e crítica, pelo lado da imprensa²⁹⁷. O *Cruzeiro do Sul* destacou a versão oficial, quanto a mobilização estudantil, com ênfase na afirmação de serem fruto de decisão definida na “*Conferência Tricontinental dos Povos, em Havana e no IV Congresso Estudantil Latino-Americano, também na capital cubana.*”²⁹⁸.

Em Sorocaba os estudantes da Faculdade de Filosofia apoiaram as decisões da União Estadual dos Estudantes e entraram em greve de setenta e duas horas, ainda distribuíram comunicado com seguinte trecho: “*Os alunos decidiram tornar público suas decisões para que o povo sinta juntamente com eles o clima de arbitrariedade e radicalismo que impera e que dêse modo se inteirem de que um país onde a liberdade é escoraçada jamais alcançará seu pleno desenvolvimento.*”²⁹⁹. Assim como os estudantes das capitais, os alunos do Diretório e do Centro acadêmico da Faculdade de

²⁹⁴ Dificil a situação da Faculdade de Filosofia. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 06 de jul. de 1965, p. 1.

²⁹⁵ Ver à exemplo: Educação e saúde. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 21 de ago. de 1964, p. 1, Estudantes de Medicina entraram em greve: “tomado” simbolicamente o Hospital Regional. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 8 de abr. de 1965, p. 8 e Estudantes fizeram “marcha” na campanha pelo hospital regional. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 15 de abr. de 1965, p. 1. No entanto, os estudantes da Faculdade de Filosofia, também realizaram mobilizações para tentar conseguir a federalização dessa escola superior. A ideia de federalização tinha apoio de todos os estudantes e também dos diretores e representantes da fundação, ligada a Igreja Católica, mantenedora da faculdade. Faculdade de Filosofia: acadêmicos pedem suspensão de todas as aulas. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 20 de maio de 1967, p. 1.

²⁹⁶ Excedentes. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 16 de abr. de 1967, p. 2.

²⁹⁷ Govêrno vê plano internacional e proíbe manifestações estudantis. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 20 de set. de 1966, p. 1.

²⁹⁸ Idem, ibidem.

²⁹⁹ Filosofia faz 72 horas de greve: apoio à UEE. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 20 de set. de 1966, p. 1.

Filosofia se posicionaram publicamente contra a ditadura e a falta de liberdade existente no país³⁰⁰.

O *Diário de Sorocaba*, por sua vez, também comunicou a nota dos estudantes de filosofia³⁰¹ e ainda outro manifesto, do DARSÍ (Diretório Acadêmico Roberto Simonsen) da Faculdade de Ciências Contábeis. Este Diretório Acadêmico produziu um documento com as seguintes deliberações: “*apelou às autoridades ao sentido de um entendimento amplo com a classe estudantil, visando a justiça e liberdade dos diretamente atingidos pelas ultimas ações policiais*”³⁰². Ou seja, solicitou expressamente a liberdade aos presos nas manifestações em outras cidades, como eles estudantes, aos quais hipotecavam solidariedade, por considerarem arbitrária e injusta tal condição imposta aos manifestantes. Alguns dias depois, no entanto, o *Cruzeiro do Sul* informava a não adesão do DARSÍ à greve de estudantes locais.

Porém, informou estarem em debate a continuidade da greve nas Faculdades de Medicina e Filosofia, e por fim, dedicou espaço para as informações do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito, o qual foi desde o início de oposição ao movimento de greve estudantil³⁰³.

As notícias de realização do 29º Congresso da UNE para agosto 1967 levaram a declarações públicas de Gama e Silva, ministro da justiça, em oposição à realização desse encontro. O *Cruzeiro do Sul* expressou acordo com a contrariedade do ministro, sustentada em ameaças de se aplicar a lei de segurança, frente o ambiente de agitação em torno do caso³⁰⁴. Em seu editorial demonstrou sua opinião a respeito da União Nacional dos Estudantes:

Infelizmente volta a manifestar-se sobre a sigla acima a famigerada organização que os tempos em que a demagogia e a irresponsabilidade compeavam [sic] livremente no govêrno do País, tantos malefícios causou à laboriosa classe estudantil, envolvendo a maioria democrática que, preocupada com seus problemas acadêmicos e, mais que isto, no preparo para o bom desempenho das suas obrigações para com o País, não se envolve em questiúnculas e é assim arrastada pela minoria ativista mais preocupada com interêsses da filosofia que esposa do que com a real representação da classe que pretende dirigir.

³⁰⁰ Tal aspecto é indissociável, pois, na mesma página declarações dos estudantes de Brasília em apoio a seus colegas paulistas e cariocas, posiciona-se claramente contra o autoritarismo e a ditadura vigente no país. Idem, ibidem.

³⁰¹ Estudantes da Faculdade de Filosofia Declararam-se em Greve Por 72 Horas. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 20 de set. de 1966, p. 1.

³⁰² DARSÍ LANÇA MANIFESTO. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 20 de set. de 1966, p. 1

³⁰³ Crise estudantil: Assembléias vão dizer amanhã se a greve continua. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 27 de set. de 1966, p. 1.

³⁰⁴ UNE: um congresso preocupa policia e agita estudantes. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 14 de jul. de 1967, p. 1.

*Lamentavelmente, [sic] fiel a seus propósitos, poderá arrastar toda uma coletividade a uma situação mais difícil, pois estando colocada à margem da lei, não poderá, sem que o governo – sob pena de se desmoralizar e perder todo o princípio de autoridade que lhe é inerente e básico para o desempenho de suas funções – concordar com suas manifestações.*³⁰⁵

O *Cruzeiro do Sul*, para tratar de uma minoria capaz de mobilizar jovens estudantes não se furta a concitar o impedimento do referido Congresso, e ainda, questiona e inflama o governo militar, com a possível quebra de autoridade, como fator utilizado para justificar a intervenção³⁰⁶. Para este jornal a ilegalidade da UNE é justa e não caberia a suas lideranças “*provocar situações mais difíceis à mocidade do País*”³⁰⁷. Ainda aponta para um fator agravante, no qual a ação deletéria de maus estudantes levaria a possível batalha a juventude nacional. Por fim, clama a “maioria” da classe estudantil para que intervenha e recoloca as “*coisas no seu devido lugar*” para isto, mostra o jornal, deveriam os demais estudantes acionar e serem intermediados pelos “*órgãos de classe que legitimamente os representam*”³⁰⁸.

O *Cruzeiro do Sul* ao notar nos discursos estudantis, um clima de animosidade crescente, frente o governo militar, não demorou a modificar sua avaliação sobre a questão estudantil e apontar as lideranças mais fortes e aguerridas como perniciosas.

Em Sorocaba também se movimentou a classe estudantil e novamente o envolvimento maior esteve com os estudantes de filosofia e medicina com as eleições para a direção da União Estadual dos Estudantes³⁰⁹. Entretanto, devido a vigilância da polícia a mesma foi impedida³¹⁰.

Por sua vez o *Diário de Sorocaba*, embalado por esse clima, tentou explicar a situação pela qual atravessava o país, especialmente a relação entre governo e estudantes:

Vivemos num momento de intensa dificuldade. Dificuldade social e cujo móvel – sem duvida alguma – é a agitação que lavra no meio estudantil. Se por um lado, não se pode negar à juventude, o direito de participar da vivência política do país, informando-se das necessidades nacionais e do que precisamos para o futuro, não se pode permitir, também, de braços cruzados que, em meio ao idealismo dessa juventude se alie a ação de subversivos. Reconhecemos no estudantado uma grande chama de ideal. Não se nega isso. Mas, não se nega, também, que a agitação grassa no meio estudantil e, o que é pior, orientada por agentes mercenários ligados aos grandes grupos

³⁰⁵ U.N.E. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 15 de jul. De 1967, p. 2.

³⁰⁶ Idem, ibidem.

³⁰⁷ Idem, ibidem.

³⁰⁸ Idem, ibidem.

³⁰⁹ Polícia impediu eleições da UEE. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 27 de out. de 1967, p. 4 e p. 8.

³¹⁰ Idem, ibidem.

*do comunismo internacional. É preciso, urgente e necessario, que as autoridades publicas adotem providencias eficazes para estabelecer um clima de dialogo com os estudantes. Somente em termos de dialogo é que se pode neutralizar a ação comunizante de falsos lideres que se infiltram entre os nossos estudantes.*³¹¹

Para os jornais as manifestações estudantis tinham legitimidade em seu idealismo juvenil, porém, deveriam ser orientadas pelas autoridades. Por tal motivo, o dialogo com os estudantes se voltava para evitar a infiltração de “*elementos estranhos ao meio*” e informar a classe estudantil dos perigos que a rondavam. Por fim, o *Diário de Sorocaba* denomina direto e claro o inimigo a combater, antes definido genericamente como demagogo ou subversivo, finalmente seriam os “comunistas” os responsáveis pela infiltração de agitadores no meio das escolas, universidades e manifestações de estudantes. Para o jornal, os objetivos dos agentes do “*comunismo internacional*” chegariam a margens extremas:

*Os que manobram pelos bastidores da politica estudantina querem, a todo custo, fabricar um martir. Querem fazer uma vítima e, se as autoridades não agirem pelo bom senso, é possível que essa vítima surja e, então, com redobrados motivos, a agitação se espalhará pelas ruas. A situação é difícil, contudo, não será pela violencia que se encontrará a solução. Essa solução violenta, infelizmente é o que querem os comunistas que agem nos bastidores da politica estudantil.*³¹²

O *Diário de Sorocaba*, por meio de uma lógica absurda, no entanto, acertou parcialmente sua previsão. As forças da repressão realmente levaram a morte de um jovem e aprofundaram os conflitos candentes entre o governo Costa e Silva e estudantes de vários pontos do país. A partir disso a argumentação desse jornal pouco oscilou: as manifestações e conflitos entre governo militar e juventude eram frutos de agitadores externos infiltrados e única solução seria, após o afastamento dos elementos perniciosos, a intervenção das autoridades para orientar os estudantes a aceitação de uma trégua para superar a situação.

O *Cruzeiro do Sul* repetiu as afirmações do *Diário de Sorocaba* a esse respeito, e mesmo dois dias após, a morte de Edson Luis de Lima Souto, no restaurante calabouço, no dia 28 de março de 1968, os jornais não se furtaram a dar os esperados e ensaiados vivas ao aniversário da “revolução”. As críticas ao governo militar não passaram daquelas destinadas a condição econômico-financeira e de afirmação de desejos para “redemocratização”. Apesar de soarem contrariados, nem mesmo a morte de um

³¹¹ Situação difícil. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 05 de ago. de 1967, p. 3.

³¹² Idem, ibidem.

membro da juventude, tão defendida e exaltada por essas folhas, foi capaz de alterar o tom de ambos frente o governo militar. Preferiram silenciar, apenas apresentaram suas opiniões de desaprovação para o ocorrido no momento em que o fato se tornou comoção nacional e repercutiu na cidade.

A explosão de violência no conflito entre estudantes e forças de repressão refletiu entre os jovens de Sorocaba e mobilizou alunos e professores a se posicionarem contra tal situação. A morte de Edson Luís levou a paralisação e luto da Faculdade de Filosofia, assim como mensagem de repúdio e pedidos de justiça dos membros do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito³¹³.

Um dia antes da missa de sétimo dia da morte do estudante foi realizado em Sorocaba uma passeata e ato na praça central da cidade. Acompanhados por viatura de polícia alunos da Faculdade de Filosofia, junto a seu diretor, caminharam pelas ruas da cidade com faixas e cartazes. Na praça cel. Fernando Prestes se realizou ato com discursos do diretor Aldo Vannucchi e de alunos da Filosofia e da Medicina. Os discursos acusaram, conforme os jornais o governo militar e a polícia, não só pelo assassinato de um estudante, mas pela situação de terror experimentada pelo país, sobretudo, naqueles dias. Também, se destacou o repúdio aos acordos MEC-USAID e o problema dos excedentes³¹⁴.

O *Cruzeiro do Sul* descreveu a manifestação como pacífica e silenciosa, afirmou serem, em torno de cinquenta estudantes da Filosofia em passeata, constituído de calouros, pois, os “*veteranos já escolados não se submeteriam tão tolamente ao risco*”; também, comentou sobre boatos acerca da dissolução da passeata e do número de policiais.

Segundo o jornal: “*um público regular acompanhava a passeata, mas, sem muito interesse*”, e, também, sobre a movimentação na Guarda Civil com policiais de “*prontidão para o que desse e viesse*”. Na praça central com maior número de pessoas de outras escolas, superiores e secundaristas, o jornal apontou para a presença de delegados do Dops e outros, presentes a paisana acompanhando os acontecimentos³¹⁵.

Por fim, os dois jornais comentaram ser o final da manifestação produzido por fato inusitado e correria insensata, após, o discurso do estudante de Medicina ter sido

³¹³ Filosofia: luto de três dias pelos estudantes metralhados. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 31 de mar. de 1968, p. 1.

³¹⁴ VANNUCCHI, entrevista concedida ao autor, 2014 e Estudantes Fizeram Passeata: Polícia Acompanhou de Perto. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 04 de abr. de 1968, p. 1 e p. 8.

³¹⁵ Da calma à correria. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 04 de abr. de 1968, p. 1 e Manifestação estudantil transcorreu em muita paz. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 04 de abr. de 1968, p. 12.

tirado de sua mão. Assim, com esse desfecho, os jornais acabaram por minimizar o ato, em especial o *Cruzeiro do Sul*, com a tentativa de levar a conclusão de ser o mesmo desorganizado e de pouca representatividade para a população e mesmo para a maioria dos estudantes.

O jornal *Cruzeiro do Sul*, pela ordem e conservador, tanto em suas ideias e posicionamentos, assim como, no corpo de redatores e editores não nutria maiores estimas por atos como estes, pelo contrário, apoiava atos sóbrios e circunspectos, a esse respeito apontou inclusive o modelo mais apropriado para se “manifestar”:

*Em nossa cidade, merece aplausos a atitude serena dos nossos acadêmicos. Não deixaram de lançar protesto solene, através de mensagens e telegramas, pela maneira vil como a polícia agiu contra os estudantes, ferindo muitos e matando um deles. Não se deixaram levar os nossos estudantes pelo canto das sereias moscovitas que desejavam a decretação de greve, perturbando o ensino, desmoralizando as escolas, gerando mal-estar irreparável. É bom que os nossos acadêmicos continuem assim, desmentido o que corre bôca-em-bôca sobre os universitários, mais voltados, diz-se, aos encantos das greves e da preguiça do que às belezas e garantias de futuro que as aulas oferecem.*³¹⁶

Assim, o jornal apoiaria a indignação dos estudantes desde que não se alterasse a rotina e o andamento das aulas. A manchete que antecedeu o trecho acima detinha esse sentido, de se estar bem próximo os limites do tolerado: “*Estudantes voltam às ruas; polícia acha que já chega*”³¹⁷. As afirmações do *Cruzeiro do Sul* podem em certa medida se estender ao *Diário de Sorocaba*, em particular sobre seus colaboradores, como Maria de Lourdes Ayres Moraes, a qual assinava nessa época apenas por M.L.A.M; João Dias de Souza Filho e Américo T. Bovo. Estes colaboradores emitiram opiniões conservadoras e por vezes reacionárias sobre os acontecimentos que envolviam estudantes e política³¹⁸.

O segundo semestre de 1968 teve por principal acontecimento na esfera estudantil a tentativa de realização do 30º Congresso da UNE. A prisão dos estudantes em Ibiúna foi relatada pelos jornais de Sorocaba com grande interesse, afinal, parte das

³¹⁶ Dois exemplos que ficam. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 02 de abr. de 1968, p. 2.

³¹⁷ Estudantes voltam às ruas; polícia acha que já chega. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 03 de abr. de 1968, p. 1.

³¹⁸ Para o *Diário de Sorocaba*: BOVO. Américo T. Aos jovens do Brasil. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 02 de nov. de 1968, p. 3, SOUZA FILHO, João Dias de. A quem aproveita a crise. *Diarinho. Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 04 de abr. de 1968, p. 6, neste artigo João Dias chega a afirmar ser culpa das “esquerdas” tanto quanto da polícia a morte de Edson Luís; e MORAES, Maria de Lourdes Ayres. A Subversão Condenada Por Estudantes Democratas. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 16 de out. de 1968, p. 3.

tropas policiais a cercar e realizar a operação eram do Sétimo Batalhão do Interior, sediado na cidade. Não sem surpresa, portanto, o *Cruzeiro do Sul*, já no dia doze de outubro divulgou manchete a respeito de possível operação policial na região. Segundo o jornal: “*Ainda na noite de ontem, quando encerrávamos a presente edição surgiram comentários de que elementos do DOPS, da Regional de Sorocaba, teriam sido enviados àquela cidade [Ibiúna]. Mas isso também ninguém dentro da polícia confirmou*”³¹⁹. Porém, a expectativa do jornal se confirmou e no dia seguinte, o mesmo destacava que a polícia fez malograr o Congresso da “*extinta União Nacional dos Estudantes*”.

O jornal de Sorocaba ter dado uma manchete no próprio dia se deu por mais de um motivo. Apesar do agrupamento policial enviado para Ibiúna ter quartel na cidade, nada se falou até então, no entanto, se comentava a mobilização de soldados de última hora. Um dos jornalistas destacados pelo *Estadão* para cobrir a matéria, Sérgio Coelho de Oliveira, era de Sorocaba e relatou o acontecimento da seguinte maneira:

O jornal me telefonou meia noite, pediu para botar terno e tal, seguir na direção de Ibiúna que ia acontecer alguma coisa lá. [...]. Estava dormindo já. [...] O cara [do Estadão] falou assim, não posso falar muita coisa porque tá grampeado. E era grampeado mesmo. Então eu peguei a pauta, liguei para o editor do Cruzeiro que era meu amigo.
[...]

Não contei nada, por que o Estadão me pediu sigilo. Falei: - Caetano tá acontecendo alguma coisa na cidade? Há algum movimento na polícia? Ele me respondeu que não: “Aqui não tem nada”. – Mas, tem certeza, nada mesmo. “Não, aqui não tem nada”. Ai ele grita lá [...]. Pergunta. Ai ele fala: “Espera, Espera aí, parece que tem um rebuliço na polícia sim. O pessoal andou sendo convocado no final da tarde, mas, ninguém sabe o que é”. Daí o Caetano dá a manchete no dia seguinte. Pode ver que a manchete do Cruzeiro do Sul, no dia da prisão, é o único jornal do Brasil que dá alguma notinha, mas ele dá, “suspeita-se”, “talvez” [...].”³²⁰

O *Diário de Sorocaba* apoiou a ação policial contra a ação “*comunizante*” sobre a juventude. Para o jornal os estudantes estavam ali reunidos para fins meramente políticos, e políticos de ação comunista, e para este periódico isto não condizia com a ação de “*estudantes democratas*”³²¹.

³¹⁹ Ibiuna pode ter sido a escolhida para o Congresso proibido da UNE. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 12 de out. de 1968, p. 1.

³²⁰ OLIVEIRA, Sérgio Coelho. Entrevista. [Jan.2015]. Sorocaba – SP. Entrevista concedida ao autor.

³²¹ Fabrica de vítimas. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 16 de out. de 1968, p. 3. Para ter uma ideia do que o jornal considerava como estudantes democratas ver artigo escrito por Maria de Lourdes Ayres Moraes, publicado na mesma edição do editorial acima: A subversão condenada por estudantes democratas. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 16 de out. de 1968, p. 3.

Após a prisão de vários estudantes em Ibiúna, os Centros Acadêmicos das Faculdades de Medicina e Filosofia, não demoraram a se posicionar solidários aos presos. Além de decretarem uma paralisação, os estudantes, aderiram a movimento nacional de protesto³²².

Os dois jornais relataram a eclosão de manifestações em Sorocaba, e o *Cruzeiro do Sul*, deu destaque maior aos acontecimentos na cidade do Rio de Janeiro, onde conflitos entre estudantes e policiais resultaram em mortos e feridos. O *Diário de Sorocaba* destacou a organização da passeata como trabalho de assembleias e reuniões das Faculdades de Medicina e Filosofia, assim como, o conhecimento prévio da polícia quanto ao ato. No entanto, o jornal comentou que a força policial foi ludibriada, pois, esperava a concentração no Largo do Mercado, enquanto os estudantes se mobilizaram na praça central, e daí partiram para o ato³²³. Segundo o *Cruzeiro do Sul*, os estudantes “*em contra mão*” caminharam por meio dos carros, ao espocar de rojões, pelas ruas centrais da cidade³²⁴.

Tanto *Cruzeiro do Sul*, quanto o *Diário de Sorocaba*, deixaram claro ser a manifestação em prol dos estudantes presos no Congresso da UNE e destacaram nos cartazes dos estudantes essas mensagens, assim como a luta contra a ditadura³²⁵. Por fim, os jornais comentaram, além do policiamento intensivo nas ruas centrais após a dispersão dos estudantes, boatos de invasão de outras faculdades, de Direito e de Administração, pelos alunos em greve da filosofia e da medicina³²⁶.

Segundo Aldo Vannucchi os estudantes, de modo geral, se uniram em torno do ideal contrário da ditadura. Na Faculdade de Filosofia onde era diretor, o Centro Acadêmico São Tomas de Aquino – CASTA – seria bastante ativo nesse sentido. No entanto, recordou existirem, além dessa agremiação relacionada a Faculdade, as organizações vinculadas a Ação Católica, como a Juventude Estudantil Católica (JEC) ou a Juventude Universitária Católica (JUC), influenciados pelas ideias propostos pelo Concílio Vaticano II³²⁷.

³²² Acadêmicos de Filosofia Definem Posição Hoje em Face da Prisão dos Estudantes. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 16 de out. de 1968, p. 1, Filosofia de Sorocaba Adere a UNE e Entra em Greve de Protesto. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 17 de out. de 1968, p. 1, Em Sorocaba polícia não chegou a intervir. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 23 de out. de 1968, p. 1 e Estudantes saíram às ruas: era o protesto. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 23 de out. de 1968, p. 3.

³²³ Estudantes Sairam às Ruas Apesar da Vigilância da Polícia. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 23 de out. de 1968, p. 1.

³²⁴ Idem, ibidem.

³²⁵ Idem, ibidem

³²⁶ Idem, ibidem.

³²⁷ VANNUCCHI, entrevista concedida ao autor, 2014.

Por outro lado, o Centro Acadêmico Vital Brasil (CAVB), da Faculdade de Medicina, conforme relembram Aldo Vannucchi, e ainda mais, Miguel Trujillo, teria entre os estudantes a presença de militantes do Partido Comunista Brasileiro³²⁸.

E se existiram os Centros Acadêmicos de oposição existiram os de apoio ou adesão ao *status quo* imposto pelo governo militar, como seria o caso do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito, conforme Aldo Vannuchhi³²⁹. Isto, no entanto, não significa serem todos os estudantes da faculdade de direito envolvidos, ou interessados, em questões políticas, gerais ou estudantis, detentores de tal perfil.

No decorrer do crescente conflito entre governo militar e sociedade, visto no contexto envolvendo os estudantes e suas diversas reivindicações, os jornais acabaram por retomar o mesmo discurso de perigo subversivo utilizado para justificar a realização do golpe em 1964.

A imprensa local respondeu de maneira semelhante as manifestações estudantis em Sorocaba. Mostrou firme posição em concordar com as reivindicações do campo estritamente educacional, como a questão de ampliação de vagas e repasse de verbas. Porém, discordou de outras manifestações, fora das perspectivas consideradas apropriadas para estudantes. Em algumas situações, casos frívolos causaram espécie na imprensa da cidade, como pichações com menções a UNE ou a UEE, consideradas como sintomas de agitação e desancadas de maneira irritadiça³³⁰.

A imagem projetada sobre os estudantes foi modificada conforme a percepção dos jornais de discurso contrário ao governo militar ditatorial. Os periódicos se esforçaram em constituir uma separação e distinção dentro do grupo estudantil. A distinção se baseou entre estudantes conscientes e democráticos, que reconheciam seu papel, reivindicavam dentro da ordem e teriam por finalidade o engrandecer nacional, em contrapartida a estudantes denominados como agitadores e baderneiros, a serviço do comunismo, subversão ou demagogia de políticos. Porém, tais aspectos demonstram que tanto *Cruzeiro do Sul* quanto *Diário de Sorocaba*, respeitadas nuances entre suas opiniões e a maneira de expô-las, se posicionaram de forma semelhante frente o movimento estudantil. Uma dessas formas foi a convicção de existir um tipo de

³²⁸ Segundo Miguel Trujillo este trabalho estaria organizado em torno de um departamento médico social cuja atividade foi de levantamento das condições de saúde de trabalhadores de Sorocaba e Votorantim. Informação verbal fornecida por Miguel Trujillo em 2014.

³²⁹ VANNUCCHI, op. cit., 2014.

³³⁰ Sintomas de agitação, como se viu anteriormente, é um termo utilizado pelo *Cruzeiro do Sul*, ao se referir ao retorno de JK e a pichações de conteúdo subversivo ou agitador, conforme o jornal.

comportamento e inspiração adequada para os estudantes frente as situações ou problemas nacionais.

Para os dois jornais os jovens não deveriam sem se deixar envolver em ações que nada tinham com suas “funções”. Nesse sentido o *Cruzeiro do Sul* elogiou muito os estudantes da faculdade de Direito de Sorocaba, como visto acima. Para estas folhas o jovem estudante brasileiro deveria ser aquele integrado aos grandes projetos nacionais de desenvolvimento, por tal motivo a “Operação Rondon” se tornou exemplo máximo de integração entre país e juventude. O *Diário de Sorocaba* a esse respeito logo em princípios de 1969 comentou:

Uma das realizações profícuas que apareceram nestes ultimos tempos, foi a chamada “Operação Rondon” que se constitui em um trabalho de aproximação de brasileiros. O interessante é que esse trabalho aproxima jovens da grande realidade brasileira. Realidade essa que nos marca com problemas sérios, problemas imensos, problemas de todas as espécies. Os nossos universitarios, se de um lado levam os avanços da técnica e da civilização, aprendem, também, com a gente simples de nossos campos muita coisa de útil e interessante. Esses estudantes nesse contacto salutar com os grandes problemas nacionais, adquirem a maturidade suficiente para as responsabilidades do amanhã. De nada bastam as lições escolares, de nada bastam as elocubrações teóricas ditadas em nossas escolas, se a lição não se apresente a altura pratica, a abertura patriótica de sensibilidade para os grande problemas. Isso tudo nos oferece a “Operação Rondon”, nesta emergência de realização. Ela aproximando os jovens da realidade, ajuda a construir o amanhã da Patria. Temos certeza absoluta que ela consegue realizar o seu ideal e a sua premissa maior. Jovens formados nesse espirito e nesse ideal, certamente saberão reagir aos esquemas subversivos que plantam em muitas de nossas faculdades. Um estudante que faz a “Operação Rondon” ou se interessa pelos seus problemas, é um jovem comprometido com a Patria, reunindo todas as condições de bem servir e de engrandecer essa mesma Patria. A “Operação” passará à história do país pelo seu imenso significado humano, moral social e, sobretudo patriótico.³³¹

O comentário realizado pelo jornal não teve como destinatário unicamente um possível leitor compreendido como estudante ou jovem. O editorial procurou ovacionar uma medida atribuída ao governo federal considerada como salutar pelo jornal por atingir dois pontos em uma única ação. De um lado formava o jovem, o estudante universitário no meio prático, na atividade direta de um país dividido entre sertão e cidade. Por outro lado, o projeto afastaria o jovem dos discursos perniciosos, viciados e de má índole dos mensageiros de países comunistas, ou então, de ideias alienígenas ao meio estudantil.

Para o *Diário de Sorocaba* a função ou papel do estudante era estudar e se formar, a política estudantil deveria ser realizada para que esses dois aspectos fossem

³³¹ “Operação Rondon”. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 12 de jan. de 1969, p. 2.

conformados. O projeto da Operação Rondon caracterizava para o jornal a resposta correta do regime para a questão do estudante, pois, conforme seu entendimento sobre o projeto, este integraria o jovem não apenas ao Brasil, mas as ideologias, com as quais, o regime procurava representar o país.

2.5 – O agravamento da crise política e a resposta autoritária

No ano de 1968, ainda se assistiu a duas greves de grande repercussão, em Minas Gerais e em São Paulo, e ainda nesse contexto, um repúdio ao governo no dia primeiro de maio, na cidade de São Paulo. Abreu Sodré, na época governador de São Paulo eleito indiretamente se viu frente a manifestantes em um comício do dia do trabalhador na Praça da Sé. A manifestação contou com estudantes, militantes da esquerda e principalmente de operários de Osasco e da região do ABC que expulsaram tanto Sodré quanto as lideranças sindicais pelegas do palanque³³². Conforme Marcelo Ridenti os manifestantes se dirigiram para praça da República, após tomarem o comício e realizarem discursos inflamados, atearam fogo no palanque, atacaram uma agência do Citybank enquanto a multidão saudava a luta do povo vietnamita e gritava contra a ditadura no país³³³. Assim, ficou a mostra uma evidente oposição ao governo militar capaz de concentrar grupos diversos, dos quais nesse caso, as lideranças aguerridas ainda existentes nos sindicatos se destacaram. A crise entre parcela da sociedade e governo Costa e Silva, cada vez mais expressiva, enfurecia parcela de militares dispostos a ações mais veementes contra qualquer manifestação contrária a manutenção de seu controle sobre a condução do país.

O *Diário de Sorocaba*, no mês de agosto, apontava para o momento de tensão existente entre governo, o clero, estudantes, políticos e o operariado para cobrar ao governo uma solução de caráter institucional e manter a “*sistemática democrática*” do país³³⁴.

Apenas pouco mais de um mês após esta avaliação nada positiva do jornal frente o contexto nacional ocorreria na Câmara Federal a discurso do deputado Márcio Moreira Alves cujo desdobramento seria grave crise entre o governo Costa e Silva e esta

³³² RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Estadual Paulista, 1993, p. 182.

³³³ Idem, ibidem.

³³⁴ Idos de Agosto. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 27 de jul. de 1968, p. 3.

casa e como resultado desta a justificativa para impor ao país mais um Ato Institucional, o de número 5.

Este caso, a princípio com pouca repercussão, se tornou junto ao contexto agitado do período um caso de crise institucional. O *Cruzeiro do Sul* enfocou este ponto ao relatar “*O caso Márcio Moreira Alves*”, título de um de seus editoriais de outubro de 1968, no qual afirmou:

*Dispõe a Constituição do Brasil que são Poderes da União, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Essas harmonia e independência dos Poderes são da tradição do nosso direito republicano, dispensada a existência do Poder Moderador ao tempo do Império. Isso quer dizer, no dizer do mestre Barbalho, que, em vez de poderes rivais e vivendo em conflito, a Constituição os estatui harmônicos, devendo cada um respeitar a esfera de atribuições dos outros e exercer as próprias de modo que nunca de embaraço, mas de facilidade e coadjuvação sirvam às dos demais, colaborando todos assim a bem da comunhão.*³³⁵

A questão institucional foi o mote estrutural de todo o editorial, do qual o personagem principal, ao contrário do sugerido no título, não foi Márcio Moreira Alves, mas, sim a possibilidade de intervenção do poder executivo, ou seja, de Costa e Silva, sobre decisão do Supremo Tribunal Federal, o qual se decidiu favorável ao deputado. Para o jornal a possibilidade de tal intervenção do executivo sobre o judiciário faria ruir, tanto as estruturas republicanas, de independência entre os poderes, quanto da Constituição, na qual definia a distinção e limites institucionais.

Assim, o *Cruzeiro do Sul*, em seu editorial criticou quaisquer excessos possíveis contra o direito de autonomia do Supremo Tribunal Federal³³⁶. Nesse sentido, comentou declaração supostamente de Costa e Silva como ato de achincalhe ao poder judiciário e ainda questionou se na verdade não estaríamos em um estado de “*poder único e indivisível*”, condição desaprovada pelo jornal, pois, aponta a existência da exceção sobre o país³³⁷.

³³⁵ O caso Márcio Moreira Alves. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 22 de out. de 1968, p. 2.

³³⁶ O jornal faz a seguinte descrição sobre o poder judiciário: “*Pois bem, ao Poder Judiciário, dentre este se destacando como órgão máximo o Supremo Tribunal Federal, criação de Rui Barbosa quando da elaboração do texto-projeto da Constituição de 1891 e no projeto 848, de 1890, dado posição proeminente ao Judiciário, ao S.T.F. cabe salvaguardar, nos casos específicos o cidadão contra as violências e as arbitrariedades. É a palavra final da justiça, em certos casos, e a primeira e definitiva em outras.*” Idem, ibidem. Ou seja, para o jornal a importância das decisões do Tribunal maior seriam inquestionáveis e invioláveis, aspecto na base de sua própria constituição e formação. No entanto, o editorialista se esquecera do ataque de poucos anos a esse mesmo tribunal após a edição do AI-2, no qual os ministros dessa casa foram aposentados compulsoriamente, assim como, o número de seus membros foi alterado por Castelo Branco.

³³⁷ Idem, ibidem.

Desta forma, o caso em torno do deputado Moreira Alves expunha uma situação mais delicada e perigosa, pela perspectiva desse periódico, o da desestruturação das bases institucionais. No entanto, também, no estilo do matutino, a conclusão de seu texto, veio para apaziguar seus próprios ânimos, ao considerar acinte e mexericos a declaração especiosa atribuída a Costa e Silva³³⁸.

Apesar de grupos dentro das Forças Armadas incitarem uma punição para Moreira Alves³³⁹. No dia 12 de dezembro o Congresso decidiu pela não aceitação do pedido de processar o deputado. A recusa do pedido de Costa e Silva foi considerada uma afronta, com fatores que expunham a fragilidade da capacidade de comando do governo, pois, mesmo políticos da ARENA votaram a favor de Márcio Moreira Alves. No dia seguinte os jornais locais informaram sobre a edição do Ato Institucional nº 5 e o Ato Complementar nº 38.

O *Cruzeiro do Sul* em sua primeira página publicou as declarações oficiais, com as justificativas para o AI-5 baseadas na manutenção e defesa da “*Revolução Democrática de 31 de março contra a agitação e a guerra subversiva que estava sendo desencadeada no país pelos inimigos da ordem, e que já atingira o próprio Congresso.*”³⁴⁰. Este jornal procurou retransmitir fielmente a nota de declaração do ministro Gama e Silva. O *Diário de Sorocaba*, por sua vez, não trouxe as justificativas do governo Costa e Silva para a edição do Ato Institucional em sua primeira página, publicou nesta os aspectos considerados principais do conteúdo das novas imposições do governo militar e nas páginas internas apresentou a íntegra do mesmo³⁴¹.

Os jornais estudados acompanharam e divulgaram os desdobramentos imediatos do AI-5 - as cassações de políticos como Márcio Moreira Alves e a produção de uma lista pelo Conselho de Segurança Nacional com outros nomes para sofrer a mesma sanção – e as declarações de Costa e Silva e outros ministros ainda justificando a edição do Ato em nome da “revolução” e contra planos “subversivos”³⁴². Em Sorocaba na

³³⁸ Idem, *ibidem*.

³³⁹ Cassação de Marcio Gera Crise Nos Meios Militares. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 10 de nov. de 1968, p. 3.

³⁴⁰ Costa editou Ato Institucional Nº 5 e decretou o recesso do Congresso. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 14 de dez. de 1968, p. 1.

³⁴¹ Presidente baixa Ato Institucional e decreta recesso do Congresso. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 14 de dez. de 1968, p. 1 e Texto do Ato Institucional N. 5. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 14 de dez. de 1968, p. 5.

³⁴² O jornal divulgou nota de relatório oficial cuja investigação sobre a subversão indicou de maneira conveniente o retorno da ação subversiva já em idos de 1964, após o termino do período estipulado para vigência do Ato Institucional nº 1, sobretudo, seu dispositivo de perseguição e coerção. Ainda, apontou para um conjunto de situações paralelas, de protagonistas distintos – estudantes, clero, políticos cassados

Câmara municipal, o vereador Celidônio do Monte pediu uma moção de aplauso ao presidente pela edição do Ato Institucional nº 5³⁴³.

Algumas opiniões nos jornais a respeito do AI-5 foram dadas por colaboradores³⁴⁴ expressas por meio de artigos assinados, favoráveis a edição do Ato com destaque para o temor de retorno do comunismo e o combate a corrupção³⁴⁵.

O Ato Institucional veio a ser abordado em editoriais a partir de alguns dias após a edição do mesmo, o *Cruzeiro do Sul* reproduziu as afirmações e declarações oficiais, e ainda atribuiu perspectivas diversas as mesmas:

*O Ato número 5, significando uma revolução dentro da revolução, ensejou a oportunidade sempre desejada de se atacar o mal em todas as causas. A primeira revolução, se assim se pode expressar, encontrou certos óbices difíceis de serem superados, de início. Isso se proclamou, como por exemplo, não ter o marechal Castelo Branco expurgado, de fond em comble, todos os elementos corruptos e indignos de marchar ao lado dos autênticos revolucionários. E todos vimos o que sucedeu. O marechal Costa e Silva, agora, cortou pela raiz os males que se avolumavam e punham em perigo o ideal revolucionário. O país estava sendo levado a um plano inclinado que, se não obstado a tempo e hora, como se deu acabaria se afundando no maremoto de apetites insatisfeitos das idéias extremadas, comandadas por agentes estrangeiros.*³⁴⁶

Para o *Cruzeiro do Sul* o AI-5 não foi ato de força e repressão, por mais que a simples leitura do documento diga o oposto, e contrarie exatamente ideias defendidas pouco antes por este mesmo periódico, a respeito da manutenção institucional.

No início de 1969 o Ato Institucional nº 5, ainda recente, repercutia nas opiniões de colaboradores, em charges, em notas ou opiniões dos jornais locais. No *Diário de Sorocaba* a tônica em torno do AI-5 se deu pela justificativa de combate a corrupção ou

e comunistas – como atividades subversivas em marcha e orientadas em congressos em Cuba ou no Brasil, pelo PCB. Governo divulga a história secreta da ação subversiva. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 19 de dez. de 1968, p. 1.

³⁴³ Proposta na Câmara Municipal moção de aplausos ao Ato nº 5. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 18 de dez. de 1968, p. 1.

³⁴⁴ ROCHA, Jurandyr Baddini. Revoluções dentro da Revolução. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 19 de dez. de 1968, p. 7. Baddini Rocha escreveu defendendo o ato do governo o seguinte trecho: “A decisão última do governo federal não surpreendeu o povo, que esperava atitude forte e definitiva, capaz de reprimir e reter manifestações anti-nacionais. Prova? Aí está: - quando o povo comentou contrariamente o ato presidencial? Quando mesmo na intimidade o brasileiro considerou o golpe de força inaceitável o disposto no Ato n.º 5?”. O colaborador do jornal parece desinformado a respeito do próprio meio pelo qual expunha suas opiniões, basta recordar o impedimento de circulação do jornal *O Estado de S. Paulo* devido a seu editorial “*Instituição em frangalhos*”, ou saída engenhosa do *Jornal do Brasil* para comentar o ato ditatorial em meio a censura, para vermos como esta equivocou Baddini Rocha quanto a aceitação nacional do AI-5.

³⁴⁵ Idem, ibidem.

³⁴⁶ Reformas. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 20 de dez. de 1968, p. 2.

ao enriquecimento ilícito, seja via política seja via exploração comercial. Nesse jornal em uma charge de Campos o AI-5 foi representado como um raio que atingia um barco no qual a palavra corrupção estava inscrita em sua lateral. Noutra charge desse jornal se mostrou Costa e Silva com um porrete ou tacape representando o AI-5 a correr atrás de uma bruxa velha – de nariz grande com verruga, toda de preto e com grandes unhas - com as palavras subversão e corrupção escrita em suas pernas. A pancada do tacape do militar com seus característicos óculos escuros mirava o traseiro da referida mulher, numa típica punição de atos pueris. Nesse sentido, o jornal apresentou o Ato como uma ação do governo contra os exploradores da população, de uma maneira ou de outra³⁴⁷.

2.6 – A presença dos jornais no debate político local. Eleições de 1966 e 1968.

A adesão ou posição desses jornais frente aos novos partidos não deixa de ser um ponto relevante, pois, indicou suas respostas a uma condição imposta pelo governo militar. O *Diário de Sorocaba* mostrou ser mais comedido quanto a suas predileções partidárias. Entretanto, em uma de suas colunas demonstrou suas simpatias políticas em Sorocaba³⁴⁸.

O *Cruzeiro do Sul*, por sua vez, de crítico rancoroso da extinção dos partidos, devido a mistura ideológica e moral, se tornou fiel apoiador da Aliança Renovadora Nacional³⁴⁹, e não apenas lhe fez proselitismo, quanto destinou críticas e acusações ao partido oposicionista. Para este jornal, a ARENA, se tornou o partido da revolução e defensor do movimento de 31 de março, por outro lado, o Movimento Democrático Brasileiro, era o partido da desagregação, o qual “*não traz nenhuma solução para os problemas nacionais, senão a de procurar lançar o desespero e a desconfiança na*

³⁴⁷ SOUZA FILHO, João Dias de. Diarinho. Esperanças para o povo. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 07 de jan. de 1969, p. 6, SOUZA FILHO, João Dias de. Diarinho. Quem é honesto nada tem a temer. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 11 de jan. de 1969, p. 6, Campos. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 19 de jan. de 1969, p. 8, Campos. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 10 de jan. de 1969, p. 1.

³⁴⁸ Segundo o jornal: “*Quase todos os vereadores da Camara Municipal de Sorocaba inscreveram-se pela ARENA. Os que deixaram de fazê-lo não se inscreveram noutro partido, isto é, no MDB. Agora está surgindo um problema com a aproximação de um novo pleito eleitoral dia 15 de novembro de 1967 para eleição do novo prefeito, vice prefeito e renovação da Camara Municipal. Será que todos os atuais vereadores vão competir pela ARENA ou será que aqueles que deixaram de se inscrever pela legenda governista vão se entender com os deputados Juvenal de Campos e Emerenciano Prestes de Barros, detentores da legenda da oposição?*”. *Diário na política. Maioria na Arena. Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 18 de dez. de 1966, p. 3.

³⁴⁹ Votemos. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 15 de nov. de 1966, p. 2. A vez e a voz da ARENA. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 09 de nov. de 1966, p. 2 e Definição próxima. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 06 de nov. de 1966, p. 2.

³⁴⁹ Lição das urnas (I). *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba. 17 de nov. de 1966, p. 2 e Lição das urnas (II). *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 19 de nov. de 1966, p. 2.

tarefa saneadora que a Revolução vem executando [...].³⁵⁰. A mudança de postura do jornal e a rápida adesão na ARENA demonstrou sintonia para com quais atitudes tomar e defender para se manter frente as mudanças impostas pelo governo militar.

Neste aspecto são interessantes as informações de Aldo Vannucchi sobre os partidos políticos em Sorocaba, após o bipartidarismo. A respeito da diferenciação na composição dos partidos comentou Vannucchi o seguinte: “*Havia diferença sim. Muito clara. O pessoal, assim, mais [...] de esquerda foi para o MDB.*”³⁵¹. Questionado sobre quem seria “esse pessoal de esquerda”, Vannucchi recordou:

*O Agrário Antunes, por exemplo, o Antônio Figueiredo, o irmão dele [...], antes havia o PDC – Partido Democrata Cristão – ali havia muita gente boa, e de um lado muito ligados a igreja católica, e de outro com muita consciência política e que nesse tempo, viram no MDB o único local possível, único ambiente, para tentar sobreviver.*³⁵²

Assim, conforme as recordações de Aldo Vannucchi, o MDB de Sorocaba chegou a agregar pessoas com perspectivas distintas, porém, respeitadas as diferenças, em suas afinidades políticas, algumas delas detinham contestação e divergência para com o governo militar. Por outro lado, Vannucchi recorda ser a ARENA composta de quadros políticos da “*finá flor de Sorocaba*”, ou seja, “*os grandes, o Pannunzio [...] os industriais em geral, as autoridades públicas quase todas.*”³⁵³.

As eleições aguardadas para o final do ano de 1966, por sua vez, também, inspiraram algumas opiniões dos jornais e estas se voltaram para escolha de candidatos para a cidade. Criticou-se bastante a ausência de algum político local nas esferas legislativas, estadual e federal, e se atribuiu a tal, o fato de serem as demandas de Sorocaba sempre preteridas. Nesse contexto os jornais se moveram contra o que chamavam “*aves de arribação*”³⁵⁴, políticos que vinham à cidade ou região unicamente para angariar votos, com promessas de atendimento aos pedidos da cidade, porém, posteriormente viravam as costas para os problemas de Sorocaba. Neste caso, tanto o *Cruzeiro do Sul* quanto o *Diário de Sorocaba* se bateram em comum acordo e

³⁵⁰ Definição próxima, *Cruzeiro do Sul*, 1966, p.2.

³⁵¹ VANNUCCHI, Aldo. Entrevista [Jul. 2014]. Sorocaba-SP. Entrevista concedida ao autor.

³⁵² Idem, ibidem.

³⁵³ Idem, ibidem.

³⁵⁴ Segundo o *Diário de Sorocaba* o termo “aves de arribação” teria sido cunhado pelo jornalista Carlos José Paschoal, entretanto, já em fins de XIX e início do XX esta expressão aparece na imprensa local. CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro. *Fisionomia da cidade: Sorocaba – cotidiano e desenvolvimento urbano – 1890 – 1943*. 2008 329f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, SP, 2008, p. 82.

procuraram divulgar suas opiniões em relação a necessidade em se eleger alguém da cidade³⁵⁵, a única diferença seriam os candidatos diletos pelos jornais³⁵⁶.

Junto a preocupação acima, havia outra, a respeito da participação nas eleições, pois, se ventilou o boicote as mesmas e se temia com isso a baixa adesão popular na votação, assim, interferindo nos anseios dos dois jornais em levar algum candidato local para as casas legislativas. O principal argumento para o boicote era o fato de serem as eleições um embuste construído pelo governo militar para consolidar ainda mais a ditadura no país³⁵⁷. Tal clima foi exposto nos jornais e ficou demonstrado o esforço dos periódicos em favorecer as eleições como expressão de participação política popular e incentivar as pessoas a irem as urnas escolher seus candidatos desde que fossem da cidade³⁵⁸.

A esse respeito o *Diário de Sorocaba* publicou o editorial a abaixo, intitulado “*Necessidade de Votar*”:

Está em curso, por aí, uma campanha contra as eleições de 15 de novembro. Há quem proclame – em nome do que não se sabe – que o povo deve abster-se de votar, ou votar em branco, ou inutilizar o sufrágio. Esta linha de pensamento está errada. Erradíssima e contrária os princípios mezinhos de moralidade publica e de sadia democracia. Devemos, isto sim, por todos os modos, meios e títulos, prestigiar as eleições populares, porque justamente aí é que se aprimora a democracia e os Estados de Direito. Por circunstancias alheias à vontade do povo, o governo suprimiu as eleições diretas para a presidência e governadorias. Resta-nos, apenas tão somente, o exercício do voto para o Legislativo e aqui cabe-nos uma participação ativa e consciente.

O povo deve comparecer às urnas para prestigiar os melhores. Para escolher os que tenham condições de exercer mandatos legislativos com decoro, decência e honestidade, em consonância com as mais legítimas e nobres aspirações do povo. [...]. Apesar de todos os erros e de todas as falhas que o sistema eleitoral possa apresentar, sempre vale a pena participar dele, com consciencia civica e com patriotismo. [...]. O protesto

³⁵⁵ Os candidatos locais foram os seguintes, pelo “MDB – Juvenal de Campos e Theodoro Mendes (para deputado estadual) e Emerenciano Prestes de Barros para deputado federal. Pela ARENA – Severino Duarte, Diogo Mendes Mercado Gomes, Walter Mendes e Bertoni Junior (deputado estadual) e Walter Coelho para federal.”. Os nomes dos candidatos estavam acompanhados de seus respectivos números. SOUZA FILHO, João Dias de Souza. Eleições do Dia 15 de Novembro Serão Decisivas Para Sorocaba. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 13 de nov. de 1966, p. 3.

³⁵⁶ O *Cruzeiro do Sul* chegou a apontar nominalmente seu candidato para deputado estadual Eurides Bertoni Junior enquanto no *Diário de Sorocaba* se apontou na coluna *Diário na política* dois números (de candidatos) de sua preferência e sugestão para o eleitor em uma “dobradinha” para deputado estadual e federal. No caso os candidatos sugeridos foram Juvenal de Campos e Emerenciano Prestes de Barros, ambos do MDB. Em relação a estes pontos ver no *Cruzeiro do Sul*: Renovação. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 23 de abr. de 1966, p. 2 e Eleições. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 17 de set. de 1966, p. 2. No *Diário de Sorocaba* : Aves de Arribação. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 31 de ago. de 1966, p. 3 e Notas e Opiniões. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 21 de out. de 1966, p. 8.

³⁵⁷ SKIDMORE, 2004, p. 112.

³⁵⁸ ALVES, 2005, p. 95-96.

*deve ser exercido – isso sim – através do voto certo e consciente. É isso que se espera de todos os brasileiros, nesta emergência.*³⁵⁹

Como apontado acima o *Diário de Sorocaba* se demonstrou alarmado com a incitação de boicote as eleições e se opunha radicalmente a tal atitude. O argumento em prol da participação eleitoral, como exercício político direto para o jornal não foi novidade, noutras ocasiões defendeu essa posição, apesar de recuar em alguns momentos e aceitar o achincalhe desse direito sob o manto de uma suposta moralização e melhoria do sistema. Não é tão fácil entender o verdadeiro sentido da mensagem do *Diário de Sorocaba* nesse editorial. Em todo caso, ao se considerar as evocações éticas e morais a respeito da vida pública, do jornalismo e da consciência política com as quais o jornal estruturava sua identidade frente a seu leitor, pode-se dizer sincera a crença do periódico no esforço de se incentivar a participação nas eleições como exercício político ativo, apesar dos “*erros e falhas do sistema eleitoral*” admitidos em seu texto. Em outro sentido, se observou ser o ato de eleger mais do que simples oportunidade de “*aprimoramento democrático*” como justificava o jornal, pois, existiam interesses políticos diretos e vinculados a expectativa com o futuro da cidade.

O *Cruzeiro do Sul* não fugiu da mesma toada, durante os dias precedentes para realização do pleito, pouco tratou outros assuntos. Inclusive os termos de oposição a qualquer ato de negação das eleições foram semelhantes aos do *Diário de Sorocaba*, como se vê neste trecho: “*Nada justifica o absenteísmo ou o voto nulo. É preciso reagir contra a descrença coletiva no poder do voto, que tanto faz como destroi govêrnos*”³⁶⁰. Além disso, manteve o empenho em estabelecer justificativas de estar a vida política do país em uma completa normalidade³⁶¹. Por tal razão, para o jornal abstenção e apatia frente ao voto seriam: “*o caldo cultural necessário para a ditadura, sempre a espreita na vida do país*”³⁶².

Os resultados das eleições de novembro tiveram para os jornais estudados expressões distintas. O *Cruzeiro do Sul* gozou a princípio a ordem e comparecimento popular as urnas, porém, posteriormente se viu desgostoso em ter acertado suas previsões quanto a dificuldade em se eleger alguém da cidade para qualquer uma das

³⁵⁹ Necessidade de Votar. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 04 de nov. de 1966, p. 3.

³⁶⁰ Votemos. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 15 de nov. 1966, p. 2.

³⁶¹ Idem, ibidem.

³⁶² Idem, ibidem.

casas legislativas e acusava desorganização, para a disputa eleitoral objetiva, do partido o qual apoiava³⁶³.

Por sua vez, o *Diário de Sorocaba* lamentou a falta de renovação dos integrantes do legislativo estadual ou federal, em acordo com jornal paulistano do qual retirou maior parte de seu editorial a respeito. Conforme o *Diário de Sorocaba* o povo ainda teria votado em pessoas e não em programas e responsabilizou os próprios partidos e candidatos pela manutenção de falta de evolução, na consciência política da sociedade³⁶⁴.

Chamou atenção os resultados da primeira eleição nacional nas quais estiveram em disputa ARENA e MDB. A despeito dos comentários e explicações dos jornais, seja *Cruzeiro do Sul* ou *Diário de Sorocaba*, nos quais se procurou produzir um entendimento de não existir afinidade da população na escolha de algum dos partidos, ou, ressaltar o continuísmo do voto personalista, e, por fim, até mesmo a falta de experiência dos candidatos por preferirem competição ao invés de união de forças, o eleitorado local se definiu nitidamente por candidatos do MDB. E esta escolha ocorreu tanto em nível local, com a votação majoritária para os candidatos sorocabanos dessa sigla³⁶⁵, quanto no total de votos por legenda³⁶⁶.

Dentre as eleições ocorridas no período, a de 1968, para prefeito municipal, demonstrou de maneira mais clara o papel dos jornais enquanto meios de apoio, participação e disputa política local. Nesta estava em questão a continuidade do projeto político para a cidade iniciado com a chegada de Armando Pannunzio ao poder. Para estas eleições, por exemplo, o grupo proprietário do *Cruzeiro do Sul*, vinculado a Arena, chegou a se animar com a possível participação do diretor e presidente, da Fundação Ubaldino do Amaral proprietária do periódico, sr. Paulo Pence Pereira³⁶⁷. Sua decepção

³⁶³ Lição das urnas (I). *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba. 17 de nov. de 1966, p. 2 e Lição das urnas (II). *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 19 de nov. de 1966, p. 2.

³⁶⁴ Povo Votou em Nomes. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 17 de nov. de 1966, p. 3.

³⁶⁵ O candidato Juvenal de Campos recebeu ao todo 14.267 votos e Emerenciano Prestes de Barros recebeu 12.705. O candidato Bertoni Junior, apoiado pelo jornal *Cruzeiro do Sul*, ficou em quarto lugar como mais votado, dos sete candidatos locais para deputado estadual, com 2.049. Quadro: Resultados Finais das Eleições em Sorocaba. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 17 de nov. de 1966, p. 1. Um nota peculiar no *Diário de Sorocaba*, na coluna Diário na Política, comemorou a pouca adesão a candidato do partido comunista, como exemplo de estar a cidade cada vez mais livre dessa influência, entretanto, o referido candidato, conforme o próprio jornal recebeu em torno de 800 votos o que o deixaria na frente de dois candidatos locais. Diário na política. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 18 de dez. de 1966, p. 5.

³⁶⁶ No total a legenda da ARENA recebeu 13.784 votos e o MDB 20.436 votos. Resultados finais de Sorocaba para deputados federais. MDB venceu. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 22 de nov. de 1966, p. 7-8.

³⁶⁷ ALEIXO IRMÃO, José. *A Perseverança III e Sorocaba* (Da Sagração do Templo ao Centenário). Sorocaba-SP, Fundação Ubaldino do Amaral, 1996. Volume 5. 1996, p. 98.

com a desistência do mesmo, que afirmou não existir coesão e apoio de todos em torno de seu nome, e por tal motivo, preferia não desgastar, a si mesmo e seu grupo em uma causa previamente perdida, foi comentada entre seus pares³⁶⁸. Dentre os comentários se destacava o papel do jornal, enquanto fator de vantagem e elemento de apoio para este, então, ex-candidato, o que, entretanto, não o demoveu de sua decisão³⁶⁹.

Ainda nessa ocasião o nome do sucessor do prefeito a ser apoiado pelo *Cruzeiro do Sul* apareceu na discussão, pois, o próprio Armando Pannunzio estava presente e apontou o nome de Crespo Gonzalez, seu secretário de finanças e antigo colega no Serviço Social da Indústria (Sesi), como o nome à substituí-lo. Assim, para Paulo Pence Pereira foi proposto o papel de vice prefeito, aceito pelo mesmo, pois para o grupo proprietário do jornal era importante “*ter alguém*” dentro da política, em especial na Arena, para que houvesse “*hegemonia dentro do partido*”³⁷⁰.

Este jornal evidentemente foi um apoiador do prefeito Armando Pannunzio, destacava entre suas ações a reorganização das finanças locais, apesar de em ocasiões ter feito ressalvas a sua administração ou a sua pessoa enquanto tal³⁷¹.

Por sua vez o *Diário de Sorocaba* teve um papel de maior oposição a administração desse prefeito, com críticas constantes em especial ao aumento de impostos sobre a população local, em casos reconheceu a maior possibilidade em se

³⁶⁸ Sobre a desistência de Pence para concorrer a prefeitura. “[...] Paulo Pence Pereira [...] após profunda meditação a respeito, chegara a conclusão de que não podia ser candidato a qualquer cargo eletivo nas próximas eleições municipais [...]” porque notara não existir total apoio das lojas maçônicas em torno de seu nome, e que por tal motivo, melhor seria evitar jogar a Maçonaria em tal desprestígio. Comenta que levaria a notícia ao jornal na terça-feira, mas, antes levou-a a sessão para que os irmãos não soubessem pelo jornal”. Idem, ibidem.

³⁶⁹ Ainda nesse texto Laelso Rodrigues lamenta a desistência, no momento em que o *Cruzeiro do Sul* passava por ampliação: “O irmão Laelso Rodrigues manifesta sua contrariedade pelo fato ocorrido mormente agora que esforços enormes foram dispendidos para ampliar e melhorar o alcance de nosso jornal *Cruzeiro do Sul*”. Idem, ibidem.

³⁷⁰ Mais adiante encontra-se fala de Pannunzio e sua alusão a Crespo Gonzales: “O irmão Armando Pannunzio se manifesta agradecendo, inicialmente as gerais manifestações favoráveis ao seu governo, diz que não devemos pretender assumir todos os postos de direção; a Maçonaria deve procurar reunir em seu meio elementos bons que possam influir as organizações sociais, tendo em vista que nem todos os que não pertencem à Ordem são feras. Afirma que tem apoiado a candidatura do Dr. José Crespo, para sua sucessão, pois ele não sendo maçom se comporta como tal. [...] Reclama a publicidade de nosso jornal para os feitos de seu governo [...] reporta-se concluindo que a Loja não deve cruzar os braços escolhendo entre todos o candidato melhor”. Mais adiante em fala de Paulo Breda se vê sua intenção política frente o partido: “Afirma devemos fazer política a longo prazo mas não poderíamos perder oportunidade como esta. Talvez o irmão Paulo não fosse eleito, mas seria o homem útil para nossa hegemonia dentro do Partido – a Arena. Mesmo eleitos, os adversários deveriam vir bater a porta deste partido e então faríamos prevalecer nossos ideais.”. idem, ibidem. No jornal: ARENA sem sublegendas vai com Crespo e Paulo. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 08 de out. de 1968, p. 1, assinado pela iniciais W.G: Nessa terra só sera cego quem não queira enxergar... *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 19 de out de 1968, p. 3 e carta aberta de Paulo Pence publicada no jornal após as eleições: PEREIRA, Paulo Pence. Aos meus Amigos. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 19 de nov. de 1968, p. 1.

³⁷¹ Prefeitura e o silêncio. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 13 de jun. de 1967, p. 2.

cobrar e criar impostos, com algo instituído a partir do governo federal, no entanto, afirmava o exagero do então “*alcaide local*”³⁷².

Outro ponto destacado por esse jornal sobre a administração desse prefeito seria a criação de certos obstáculos para difusão de informações pelo *Diário*, enquanto favorecia outras folhas locais. Por mais de uma ocasião o jornal de Cioffi de Luca reclamou sobre este ponto e questionou a razão dessa espécie de “censura” sobre o seu diário³⁷³.

Em ambos jornais, as eleições municipais de 1968 foram comentadas. Em princípio se questionou a ausência de uma rápida definição de candidatos para competir pelo cargo de prefeito, e também, uma falta de interesse popular para com o pleito. Este último ponto se tornou recorrente em quase todas as eleições seguintes, fossem locais ou não³⁷⁴. Um ponto a ser destacado nessas eleições é a constante utilização nos jornais, e por mais de um de seus colunistas, do termo *sorocabanismo*³⁷⁵. Expressão um tanto indefinida, a qual segundo seus partidários pode ser compreendida com o “*amor a cidade de Sorocaba e suas coisas*”. Porém, não passava de redução limitada de termos que a primeira vista podem parecer congêneres, como americanismo ou nacionalismo. No entanto, tal expressão aparecia como algo a mover o eleitorado, o qual chamado a exercer seu voto deveria trazer consigo essa consciência de *sorocabanismo*³⁷⁶.

O jornal *Cruzeiro do Sul* adicionou até mesmo uma correlação entre ser ou não útil à cidade, no qual baseava sua explicação, pela escolha para eleições municipais conforme o candidato ou predileção política:

Quanto individuo há nascido em Sorocaba, que vive aqui ou aqui vem apenas para receber os produtos que a terra lhe dá, porem a esta nada devolve em beneficio, em auxilio ao seu desenvolvimento e progresso de

³⁷² Governo tributário. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 23 de abr. de 1965, p. 3.

³⁷³ Em editorial o jornal protestou contra o fato de prefeitura negar-se a dar notícias para o mesmo. Na primeira página dessa mesma edição o jornal publicou manchete sobre essa perseguição e coerção de notícias da prefeitura contra o jornal. Monopólio de notícias. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 13 de out. de 1967, p. 3.

³⁷⁴ Sublegendas. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 03 de mar. de 1968, p. 3.

³⁷⁵ Dentre os colunistas que utilizaram-se desta expressão estão João Dias de Souza Filho, à época no *Diário de Sorocaba* e Jurandyr Baddini Rocha, no *Cruzeiro do Sul*. A expressão não entanto, não era recente. Em um busca pelo termo pelos jornais locais encontrou seu uso em 1950. No entanto, não foi possível neste momento encontrar e definir exatamente sua origem. Entretanto, é importante destacar ser sua utilização mais forte e presente nesse período da década de 1960, com alguns ápices, como nesse momento de eleições, para posteriormente retornar a ser visto mais pontualmente. Encontra-se no *Diário de Sorocaba*, coincidentemente também em um contexto eleitoral, o de 1965, o termo como título de editorial: Sorocabanismo. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 10 de ago. de 1965, p. 3. No *Cruzeiro do Sul*, praticamente na mesma época, o termo é também utilizado e correlacionado a um dever incontornável, o de eleger pessoas da cidade: Cumprimento do dever. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 08 de set. de 1965, p. 2.

³⁷⁶ Sorocabano e sorocabanismo. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 12 de jul. de 1968, p. 2.

todos os setores da humana atividade. Dessa espécie de sorocabanos há muitos acotovelando-se nas ruas, criticando sem cooperar com um ceítil para as grandes causas e ao contrário, às vezes entravando até o engrandecimento da cidade. Todos os conhecem e os apontam como exemplos de inutilidade imprestável [...]

Por outro lado, há os que não natos aqui entrosam-se com a vida social, econômica, cultural nossa e se tornam sorocabanos, autênticos seguidores dos grandes vultos do passado nosso.

É a esses que se dá o epíteto – sorocabanismo, que relembra a ânsia de melhorias, de desbravamentos de progresso que tanto animou aqueles homens vestidos de couro, tostados pela soalheira, amantes da liberdade do corpo e do espírito, que tantos feitos conseguiram assombrando a pátria e estremecendo a Nação.

Esse sorocabanismo é que distingue o útil para o inútil, o prestável para o imprestável para a cidade³⁷⁷

O jornal definiu claramente quem era bom ou não para a cidade e atribuiu para aqueles cujo comportamento não concordava a pecha de inúteis. Dentro de um contexto eleitoral se torna claro o interesse do jornal em ressaltar uma definição a ser tomada, a ser seguida pelos seus leitores, sob a pena destes serem considerados como execráveis para a cidade.

O *Cruzeiro do Sul* nesse momento com pretexto da passagem do aniversário da cidade lançou um suplemento no qual a “apresentou ao país”. O jornal exaltou, e exagerou muito em algumas partes³⁷⁸, sobre a condição atual da cidade, algumas evidentes comparações com o passado com interesse de demonstrar uma atual melhora. Antes mesmo deste material vir à público os membros da direção do jornal o circularam entre seus pares, o qual recebeu óbvios elogios enquanto iniciativa³⁷⁹.

O material de propaganda local, não passou despercebido pelo *Diário de Sorocaba*. O jornal por sua vez já apontava sobre o papel de apoio da imprensa a administração local³⁸⁰.

A vitória de Crespo Gonzalez levou a continuidade administrativa na cidade, na qual entre os políticos locais predominou a ARENA, com o retorno de Armando

³⁷⁷Idem, ibidem.

³⁷⁸Os próprios títulos das reportagens demonstram isso: Rodovia Marechal Castelo Branco: um jardim na marcha para o Oeste e Nossa pequena “Wall Street”, já são bons exemplos. Refletindo o passado e o presente de Sorocaba. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 15 de ago. de 1968. Suplemento especial,

³⁷⁹Sobre o suplemento a ser lançado em no aniversário da cidade. “Finalmente anuncia que no mesmo dia 15 será lançado pelo *Cruzeiro do Sul* suplemento especial comemorativo, contendo um retrato de Sorocaba de corpo inteiro. É um magnífico trabalho do nosso jornal pelo qual merece aplausos a direção da FUA. O número 1 entrega desde já ao Ven. M. disse que momentos como estes justificam a dedicação e a luta pela PIII [...] À diretoria do *Cruzeiro do Sul*, encabeçada por Paulo Pence Pereira, os agradecimentos da PIII”, ALEIXO IRMÃO, José, 1996, p. 108.

³⁸⁰. O jornal publicou em um de seus editoriais: “Situações como essa comprometem uma administração que se pretende passar aos olhos do povo como sendo a melhor que já se fez por aqui. É preciso que o povo aquilate bem isso para não se deixar embair por notícias róseas e dirigidas para fins puramente promocionais”. A inoperância. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 21 de ago. de 1968, p. 3.

Pannunzio em 1972. No entanto, a comparação entre as eleições locais de 1968 e as 1972 demonstrou, apesar de algumas passagens um tanto nebulosas³⁸¹, o quanto o interesse na política se tornou menor, mesmo em Sorocaba, cidade em que se mantiveram eleições diretas para prefeito³⁸².

³⁸¹ Em editorial o jornal apresenta explicação a respeito de sua decisão em dar manchete e reportagem sobre caso de candidato de prefeito investigado. Evoca os estatutos da Fundação como basilares de sua posição e procura deixar bem claro não ser uma resposta política a esse candidato mas sim um serviço publico de amor a cidade. O jornal publicou a integra do caso nas páginas 1 e 3. O Referido candidato era Antonio Hernandez Moreno que por sinal no mesmo ano havia entrado com processos contra a administração do SAAE e contra o prefeito Crespo Gonzalez. O caso trata-se de um inquérito de falsificação de assinatura em cheque, configurando estelionato. O processo seria de 1971 com o caso propriamente dito ocorrido em 1965. O porque de nossa posição. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 03 de out. de 1972, p. 2.

³⁸² Os jornais chegaram a diminuir a ênfase sobre estas notícias e se reservaram a disputar qual seria a melhor cobertura dos resultados. Em 1974, por exemplo, o *Cruzeiro do Sul* chegou a cogitar rodar edição extra para dar acompanhamento a apuração das eleições. Em outras ocasiões o jornal, assim como o *Diário de Sorocaba*, manteve repórteres nos locais de apuração. O *Cruzeiro do Sul* manteve contato com repórter local diretamente de Brasília durante a posse de Garrastazu Médici.

3. – Os jornais no final da década de 1960

As manifestações contra o governo militar, primeiro de Castelo Branco e posteriormente Costa e Silva, crescentes desde 1966, aos poucos e paralelamente passaram a ser correlacionadas a ações organizadas para subverter a ordem nacional. Assim, nesse sentido os jornais destacaram nas manifestações a infiltração de agitadores, genericamente incluídos no rol dos subversivos ou comunistas, no qual, também estavam inseridos indivíduos ou grupos anteriormente classificados como terroristas.

Ações de grupos armados no seio da sociedade foram abordadas tanto por *Cruzeiro do Sul* quanto pelo *Diário de Sorocaba*. Nestes se procurava mostrar o perigo de grupos armados interessados em estabelecer uma guerra interna, para enfim atingirem seus objetivos de “*tornarem o país uma sombra do comunismo chinês ou soviético*”. Nesse caso estariam envolvidos desde grupos treinados em Cuba para agirem no Brasil até a insistência de políticos como Leonel Brizola, em retornar e trazer de volta o espectro anterior a “revolução”.

O termo terrorismo para denominar indivíduos ou grupos vinculados a ações de guerrilha contrárias ao recente golpe e governo militar circularam cedo nas páginas de *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba*. Para os jornais a existência de grupos considerados subversivos era uma afronta não apenas ao governo militar, mas, a sociedade brasileira, sempre representada como de índole liberal e pacífica, e por tal motivo, tais atitudes deveriam ser combatidas e liquidadas o quanto antes.

Em 1965 o termo terrorismo foi correlacionado a plano orquestrado por países comunistas para a América Latina, no qual os países do continente seriam envolvidos por ações diretas revolucionárias. Em artigo da agência planalto, assinado por Germano Filho e publicado no *Diário de Sorocaba*, foram destacados casos de viés “subversivo” ocorridos no Brasil³⁸³. Ainda, se cobrou do governo militar uma ação imediata para não se ver a revolução recuar frente a planos “*anti-nacionais e anti-revolucionários*”³⁸⁴.

Com o mesmo sentido da palavra terrorismo a expressão guerrilha foi expressa nos jornais conforme ações ou os próprios grupos, inspirados na luta armada, eram descobertos e desbaratados. Nesse mesmo contexto, por sua vez, aparecem notícias

³⁸³ FILHO, Germano. É preciso reagir contra a provocação. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 13 de maio de 1965, p. 4.

³⁸⁴ Idem, *ibidem*.

sobre a preocupação quanto à preparação de militares, e outros, para o enfrentamento de tal combate, considerado como parte da guerra a ser travada internamente. Tal aspecto pode ser observado em edição do *Cruzeiro do Sul*, na qual um de seus colaboradores locais teceu elogios a Júlio Verlangieri, oficial do 7º Batalhão do Interior durante período de grande intensidade de greves, e cujo currículo continha a participação em curso de táticas contra guerrilha, dadas pelo coronel norte-americano Glen Alan Hill³⁸⁵.

Entre 1965 e 1969 *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba* consolidaram sua posição de crítica e condenação a ações ou casos tidos por atentados terroristas, condenadas como fruto de ações irracionais de radicais ou agentes infiltrados por países comunistas. No entanto, a despeito de fazer parte das justificativas, sustentadas por esses periódicos, para imposição do AI-5, a luta contra o terrorismo ou as guerrilhas dividiu importância com os argumentos de combate a corrupção e exploração popular até o momento em que a incidência e audácia das ações armadas contra o regime militar ganharam maior expressividade³⁸⁶.

No decorrer 1969 já com opiniões definidas os jornais apoiaram as iniciativas na luta contra o denominado “*terrorismo dos grupos de esquerda*”, sobretudo as iniciadas após o sequestro do embaixador norte americano na cidade do Rio de Janeiro. Ação impressionante pelo impacto ocupou as manchetes e colunas de notícias do *Diário de Sorocaba* e *Cruzeiro do Sul* desde o princípio e pelos vários dias decorrentes até a soltura do embaixador³⁸⁷.

³⁸⁵ GASPAR, Antonio Francisco. Dois militares que engrandecem Sorocaba: Julio Cesar Verlangieri e Julio de Sá Bierrencach. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 20 de jan. de 1965, p. 3. A respeito do coronel Glen Hill e dos cursos ministrados por ele: “*Em julho de 1964, o instrutor Glen Allan Hill, tenente coronel do exército americano, ministrou um curso de contra-rebelião no Curso de Aperfeiçoamento de Policiais da Força Pública, a pedido do comando da própria FP. O programa foi adaptado e ampliado com materiais da USAR (US Army School ou Escola do Exército Americano), da Escola de Comando e Estado Maior do Exército americano e com manual sobre a organização de guerrilhas de Ming Fan. A carga horária foi de 18 horas e houve a participação de 20 oficiais. Após o curso de contra-rebelião, seria ministrado o de distúrbio civil, com a duração de 40 horas. Segundo manual produzido por Glen Alan Hill, em outubro de 1964, o termo contra-rebelião se referia a todas as ações de prevenção e eliminação de rebelião (subversiva).*”. BATTIBUGLI, Thaís. *Democracia e segurança pública em São Paulo* (1946-1964). 206. 318f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. São Paulo, SP, 2006, p. 155.

³⁸⁶ Como o caso do roubo de explosivos em Moji das Cruzes cujo responsabilidade segundo o *Cruzeiro do Sul* cabia a grupo liderado por Carlos Marighella: “*Tais fatos vêm comprovar a existência de grupos subversivos altamente treinados em ação de guerrilhas, que demonstram, mais uma vez, o acerto da edição do Ato Institucional número 5.*”. 40 guerrilheiros de Carlos Marighella atacam em Moji e roubam dinamite. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 03 de jan. de 1969, p. 1.

³⁸⁷ Foi raptado o embaixador dos EUA no Brasil. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 05 de set. de 1969, p. 1. Durante todo o caso e posteriormente os jornais notificaram os acontecimentos do sequestro propriamente e da perseguição e identificação inicial dos envolvidos.

Os desdobramentos da ação, do MR-8 em conjunto com a ALN paulista, por sua vez, também geraram manchetes e notícias sobre os rumos e decisões a serem tomadas, como o banimento e a instituição da pena de morte³⁸⁸. Ainda nesse contexto, a designação de presos políticos passou a ser acompanhada da opinião de traição da pátria e da nacionalidade.

Nos dias e semanas posteriores muitas notícias referentes a descoberta e perseguição de participantes do sequestro, de subversivos ou de ações de organizações armadas foram destacadas. As opiniões nesse sentido estavam sempre voltadas a necessidade de se combater e desbaratar agrupamentos políticos de esquerda.

No mês de novembro ocorre a primeira grande vitória dos órgãos de repressão a se tornar pública, com o assassinato de Carlos Marighella em São Paulo. Sua morte foi informada em notas na primeira página. Caso do *Diário de Sorocaba*. Este jornal informou a princípio que a morte de Marighella em plena rua após intenso tiroteio “entre policiais e terroristas” ao contrário da versão oficial na qual o líder da ALN teria sido morto no banco traseiro de um automóvel ao reagir³⁸⁹. No *Cruzeiro do Sul* apresentaram informações equivocadas sobre a existência de um cerco em torno de um “aparelho” e a ação realizada pela polícia federal, posteriormente, na conclusão da nota, a informação apresentada pela polícia sobre a morte Marighella, no interior do veículo “após intenso tiroteio”, a qual viria a prevalecer à toda imprensa³⁹⁰.

Esta ausência de informações e opiniões vai se repetir posteriormente, pois, os jornais vinham a destacar em manchetes ou notícias de primeira página as ações dos grupos de esquerda, fossem ou não no Brasil, como maneira a indicar as complicadas condições do mundo à época, ou então, publicaram as vitórias do regime militar contra estas organizações, sempre em momentos de maior repercussão. Ou seja, os jornais destacavam para seus leitores estes temas nos momentos em que tais assuntos seriam impossíveis de ser ignorados.

Dentre os casos destacados pelos jornais o da morte do tenente do exército Alberto Mendes Júnior, se tornou um exemplo para demonstrar como seria a índole dos membros dos grupos armados contra os militares. Considerada caso de barbarismo

³⁸⁸ De maneira rápida o Estado brasileiro instituiu o banimento como punição aos libertos e estendeu a mesma a qualquer pessoa considerada ameaça para Segurança Nacional, conforme Ato Institucional de número 14. Atos regula penas a terroristas e realização de eleições esse neste ano. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 10 set. de 1969, p. 1, Instituída a pena de morte no Brasil. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 10 set. de 1969, p. 1.

³⁸⁹ Carlo Marighella morre em tiroteio com a policia. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 05 de nov. de 1969, p. 1.

³⁹⁰ Morto em tiroteio o terrorista Marighella. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 05 de nov. de 1969, p. 1.

realizado pelos “terroristas”, no Vale do Ribeira, tal ação resultou em elemento de legitimação moral para as forças de repressão realizar ações com a finalidade de assassinar militantes da esquerda armada, assim como, constituir memória de vítima do terrorismo subversivo. A memória sobre o tenente do exército recebeu por alguns anos o mesmo viés dado a menção a respeito de malograda ação comunista de 1935, sempre ressaltada pelos jornais, no mês de novembro, em especial após a instauração do governo militar³⁹¹.

Após a notícia da morte de Carlos Lamarca considerada a “*cabeça do terrorismo*” ainda em atividade, menos se tratou o tema, pois, com o tempo as ações militares dirigidas para o Araguaia, a censura sobre a imprensa e o perfil local e regional dos jornais de Sorocaba, interessados em outros assuntos e campanhas, pôs termo as notícias e informações sobre os grupos de esquerda.

3.1 – A difusão dos ideais do governo militar por meio da educação formal

Após a chegada dos militares ao poder se iniciou esforço para se estabelecer a sensação de ufanismo e nacionalismo crescente, por meio de propagandas dirigidas e slogans produzidos para esse fim. Com a vitória da seleção brasileira na copa de 1970 adicionado ao vigor econômico atribuído à política no setor, a eclosão nacionalista veio aumentar ainda mais. O auge desse fervor patriótico ocorreu no ano de 1972, entre abril e setembro, relativo a comemorações do sesquicentenário de independência. “*Apogeu dos anos de ouro – e de chumbo – da ditadura*”³⁹². Dentre os projetos grandiosos para estruturar o país em seu caminho de grande potência continental estavam, também, aqueles dirigidos a formação da sociedade.

A partir de então ocorreu reorganização de cursos escolares, e em especial o de educação moral e cívica, instituída de forma obrigatória por meio do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. O perfil dessa disciplina não esteve apenas voltado para difusão de ideias afins com as doutrinas orientadoras do Estado de Segurança Nacional, mas, também com a perspectiva de se educar e civilizar a população do país,

³⁹¹ SOUZA FILHO, João Dias de. In Memoriam. Diário de Sorocaba. Sorocaba, 11 de maio de 1971, p. 7 e Missa em memória dos mortos pelo comunismo. Diário de Sorocaba. Sorocaba, 26 de nov. de 1969, p. 1.

³⁹² REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*; Rio de Janeiro, Zahar, 2014, p. 175.

considerada rudimentar e atrasada³⁹³. Os jornais locais por afirmarem ser função da imprensa, informar, formar e em casos educar a população, não poderiam deixar de apoiar tal esforço. Assim passaram a incentivar continuamente a inclusão obrigatória da disciplina, tanto quanto, fazer proselitismo da mesma.

O *Diário de Sorocaba* em julho de 1969 a respeito da razão de urgência em se instituir o curso de Educação Moral e Cívica em todas as esferas do ensino comentou: “*Em varias oportunidades, destacamos, neste canto editorial, a importancia do ensino de educação cívica e moral em nossas escolas. Hoje, mais do que nunca, esse ensino se faz necessario*”, pois, para o jornal: “*A juventude precisa ser instruída nas coisas da Patria. Esse ensino deve fazer parte de um programa curricular de nossas escolas, desde o primario, até às culminancias do ensino universitário*”³⁹⁴. Assim, o jornal atribuiu necessidade de ampla reformulação educacional, com objetivos específicos e voltados para questões de formação cívica e moral.

Adiante o jornal explicou os motivos de sua insistência e de sua proposta:

*Fala-se de tudo, na Escola, menos do Civismo como virtude, menos da moral, como status conservador dos bons costumes. Hoje, o que se faz, é uma deslavada pregação de liberdade. A palavra em questão, está sendo usada e abusada, inclusive por aqueles que são liberticidas. Como ainda agora, em feliz oportunidade, disse o general Canavarro, ilustre comandante do II Exercito: “A liberdade é uma coisa muito bonita que precisa ser preservada. Liberdade com responsabilidade”. É disto que estamos necessitados: precisamos de liberdade, mas uma liberdade respeitadora de Direitos, uma liberdade inspirada na Justiça e na Moral, uma liberdade que respeite a dignidade humana e que saiba que ela termina quando começa a liberdade de outra pessoa. Essas noções básicas e importantes, devem ser ministradas nas escolas publicas e particulares deste pais. Devem constar de programas escolares. Infelizmente, o que temos visto e percebido é que os nossos educadores não prestam muita atenção a esse problema. Relegam-no a um plano secundário. O espirito cientifico domina a tudo e a todos, colocando-se em segundo plano, as atividades educacionais que se preocupam com o espirito.*³⁹⁵

O jornal procurou apontar para seu leitor os equívocos, de acordo com sua opinião sobre a educação, onde estava ausente o civismo e a moral. As críticas foram dirigidas a formação estudantil, muito criticada pelo *Diário de Sorocaba* já em outros momentos, pois, não estaria a cumprir o papel de afastar a juventude das investidas de discursos ou ideias corruptoras dos bons costumes. A mensagem conservadora

³⁹³ Aparato repressivo do regime militar. Carlos Fico. 1964: 50 anos depois. Universidade Virtual do Estado de São Paulo. São Paulo: UNIVESPTV, 2014. 30 min., son., color. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=RvDG3vKMml0&index=4&list=PLxI8Can9yAHdZVEryKpvgK6UZKOeecvxs>>> Acessado em 22/06/2014

³⁹⁴ Campanha Cívica. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 19 de jul. de 1969, p. 3.

³⁹⁵ Idem, ibidem.

destinada ao leitor procurou se pautar por valores considerados inquestionáveis como a “justiça” e a “moral”.

O *Diário de Sorocaba* em uma acepção sobre liberdade, com menção a afirmação de oficial das forças armadas, procurou reafirmar oposição entre sua concepção frente o uso insensato do tão valorizado termo. Este seria, então, outro motivo para a instituição consciente de programas escolares para formar todos os estudantes e professores.

O princípio orientador maior nesse quesito para o jornal foi apontado na sequência do editorial:

*A patria está acima de tudo. À Patria – como bem diz o poeta parnasiano – tudo se dá e nada se pede. Precisamos regressar ao seio dessa frase e ao seu espírito. Precisamos nos curvar diante das lições de civismo prezadas por Olavo Bilac e que sacudiram o nosso país. Precisamos desenvolver campanhas cívicas valorizando todas as nossas coisas. Partindo dos núcleos interiores, para o Estado e para a Patria em comum. Somente assim com uma educação cívica desenvolvida, conseguiremos evitar que esta Patria seja tumultuada e destruída por marginais colocados a serviço de ideologias outras que não correspondem à nossa índole. Essa minoria atuante e ativista quer, efetivamente acabar com a liberdade no Brasil. Quer transformar-nos em uma terra castrista ou uma China maoísta. O trabalho de todos os dias impedirá esse fato. O trabalho esclarecido de todos nós não permitirá que cheguemos a esse ponto. Neste quadro e panorama, é importante, sem duvida alguma, a presença da Educação Cívica, com desdobramentos de campanhas cívicas. As jornadas empreendidas por Bilac devem voltar com intensidade para dar combate aos que tentam contra os destinos da nacionalidade!*³⁹⁶

Assim, o *Diário de Sorocaba* não apenas apresenta o novo sentido para o qual se deve voltar a disciplina de educação moral e cívica, mas, contra quem deveria se voltar. O jornal, ainda se inclui, como responsável frente a sociedade em contribuir para o “trabalho de todos os dias” a fim de evitar que um mal se estabeleça e, em contrapartida resguardar não apenas os fins nacionais, mas, os jovens dos perigos de comportamentos ou ideologias perniciosas inspiradas em ideias “liberticidas”³⁹⁷. Ou seja, o periódico atribuiu para disciplina escolar em foco todo um esforço de contraposição aos “inimigos dos ideais nacional”, e ainda se postou como aliado empenhado a esta finalidade.

O jornal dirigido por Vitor Cioffi realmente deu grande importância à matéria em questão e também a seus ministrantes, incentivou tanto a abertura de cursos de formação³⁹⁸ pautados pela ideologia de Segurança Nacional³⁹⁹, quanto abriu espaço no

³⁹⁶ Idem, ibidem.

³⁹⁷ Comissão de Moral e Civismo. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 19 de nov. de 1970, p. 7.

³⁹⁸ Estudos Sociais. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 24 de mar. de 1973, p. 5.

nas páginas de seu diário para menção de atividades desenvolvidas ou mesmo textos dos professores da disciplina⁴⁰⁰.

O *Cruzeiro do Sul* também comemorou a instituição do programa moral e cívico em todas as fases do ensino e no mesmo sentido explorou o viés formativo e integrado do caráter do estudante nos aspectos pátrios, sociais e religiosos⁴⁰¹. No entanto, alguns aspectos das projeções para referida formação se mostraram diferentes daquelas sugeridas pelo *Diário de Sorocaba*:

*Ensino metódico, dosado segundo a idade do estudante, há de ser o fundamento de uma nova raça brasileira, aquela que sabe colocar as coisas da pátria e da decência acima de todos os egoísmo e vícios. A nova geração universitária aprenderá verdades até hoje sonegadas ao “aprimoramento do caráter e o aprofundamento dos conhecimentos com vistas à formação completa do homem moral e do cidadão, levando-o ao amor a Deus, ao próximo e à Pátria, assim como a ação decorrente: a análise das características dos fatores básicos da realidade brasileira – o homem, a terra e as instituições – de modo que sejam bem compreendidos os problemas nacionais e sempre que possível estudadas as soluções convenientes”.*⁴⁰²

Como se pode notar, para o *Cruzeiro do Sul*, a formação acadêmica era falha até então, pois, faltavam elementos capazes de mostrar a verdade e formar o cidadão de maneira correta. O jornal não escondia o interesse em resultados práticos, concretizados por uma educação voltada para a identificação e resolução de problemas nacionais, pautados pelo espírito nacionalista, religioso e moralizador. Assim, afirmava dentre suas expectativas uma participação direta e ativa da juventude em problemas nacionais, como os projetos oficiais do governo destinados a esse grupo. No entanto, ao concluir apresentou questão considerada importante:

*Um problema surge, desde logo. Quem serão os mestres para liderar essa cruzada de revisão moral e cívica, no plano educacional brasileiro? É preciso escolhê-los a dedo. Uma profissão de fé nos alicerces da ordem moral e cívica da pátria se impõe a cada ministrante destes cursos. Não basta o título de mestre-escola. É preciso saber até onde serão eles leais aos fundamentos filosóficos da índole brasileira.*⁴⁰³

³⁹⁹ Comissão de Moral e Civismo, *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 19 de nov. de 1970, p.7 e Educação moral e cívica é obrigatória. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 18 de set. de 1969, p. 3.

⁴⁰⁰ Neste ano o *Diário de Sorocaba* resolveu recordar em capítulos fatos da “revolução de 64”. Junto a essas matérias publicou na maior parte das vezes dois pequenos textos de professores e professoras de educação moral e cívica e suas considerações sobre a referida “revolução”. Conceitos e episódios da Revolução de 64. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 02 de abr. de 1971, p. 12.

⁴⁰¹ ABC do Civismo. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 14 de mar. de 1970, p. 2.

⁴⁰² Idem, ibidem.

⁴⁰³ Idem, ibidem.

Para essa ultima questão o jornal apontou como o *Diário* a solução convencional, a formação em escolas superiores, de preferência em cursos abertos na cidade para que os jovens estudantes locais tenham oportunidade e não precisem se deslocar para efetivar sua formação⁴⁰⁴. No entanto, apesar de não apontar, nessa ocasião, qual filosofia da índole do brasileiro, deixou no ar para quem deveriam ser destinadas as cadeiras dessa disciplina escolar. Ou seja, professores integrados aos ideais propostos pelas “*doutrinas nacionais*”, qual fosse, de segurança ou desenvolvimento⁴⁰⁵.

João Dias de Souza Filho, jornalista e redator do *Diário de Sorocaba*, e ainda professor de educação moral e cívica em colégio da cidade deu exemplos do melhor material de estudos para cursos da disciplina:

Recebemos através da 14.a CSM, algumas publicações uteis e interessantes sobre civismo, obras estas editadas pelo próprio Exército Nacional. As obras em questão, são as seguintes: “O Serviço Militar e as Responsabilidades das Autoridades e Lideranças Cíveis”, “Os Símbolos Nacionais”, “Extrato do Regulamento da Lei do Serviço Militar Para Autoridades Cíveis”, “Olavo Bilac, o Homem Cívico”, “Expressão de Civismo: o Serviço Militar”, “Guia do Reservista e do Dispensado do Serviço Militar Inicial” e “União, Ordem e Desenvolvimento.”

*Registre-se que essas obras são plenas de assuntos relacionados com a matéria de Educação Moral e Cívica e oferecem aos mestres da disciplina, aos jornalistas e líderes cívicos, farto material para a ilustração de aulas e de artigos que enfoquem problemas formativos da opinião publica.*⁴⁰⁶

Tais títulos demonstram a orientação da mentalidade e do material para ao menos um dos professores da disciplina. Com tais títulos a condução de seu curso seria puramente de propaganda do governo militar. Porém, o professor no papel de articulista, ainda procurou demonstrar ser o material possível de ser bem utilizado por jornalistas, para se inteirarem da maneira melhor para formar civicamente seu público leitor. A

⁴⁰⁴ Aulas de educação Moral e Cívica: Prefeitura estuda implantação. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 30 de jul. de 1970, p. 1.

⁴⁰⁵ Recordou Aldo Vannucchi sobre os professores mais habituais a ministrar essa disciplina: “Era muito comum, e ideais para lecionar essa matéria na época da ditadura militar, professores que eram, também, delegados, militares, professores bem conservadores, davam essas aulas e ali só falavam da importância dos militares, do perigo do comunismo,[...]”. Porém, ainda sobre a disciplina em questão, o entrevistado comentou existirem professores de cabeça mais aberta e críticos ao governo militar. A esse respeito comentou: “Era uma matéria que se poderia dar dos dois lados”. VANNUCCHI, Aldo. Entrevista. [Jul. 2014] Sorocaba – SP. Entrevista concedida ao autor. Esse perfil fica confirmado na relação dos professores da cadeira de moral e cívica durante a apresentação de temas caros a essa disciplina ao se formar o centro cívico do colégio Ciências e Letras. A esse respeito comentou o jornal *Diário de Sorocaba* ser o mesmo organizado em três bases. Cada base seguia um dos cursos e por sua vez este era coordenado por alguém. Os três coordenadores foram, respectivamente um capitão, um primeiro tenente e um jornalista do *Diário de Sorocaba*. <<Ciências>> em festas com a formação do Centro Cívico. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 23 de jun. 1970, p. 3.

⁴⁰⁶ SOUZA FILHO, João Dias. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 17 de fev. de 1972, p. 5.

mensagem no artigo de João Dias, nesse sentido, se dirigiu a todos os interessados em se aprofundar em questões, de importância nacional. No entanto, bem a gosto do mesmo, estes aspectos seriam direcionados e ditados por um roteiro pré-estabelecido, ausente da possibilidade de sequer instigar uma visão contestadora.

Paralelo à maciça orientação do governo para formatar as diretrizes da disciplina moral e cívica outro aspecto também passava pelo viés pedagógico, ou de formação escolar. No entanto, este mais do que formar cidadãos integrados ao projeto da “*grande nação*” se destinava a sanar grave aspecto da mão-de-obra nacional, considerado vergonhoso “para um país em desenvolvimento”: o número de pessoas analfabetas.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) se insere no conjunto de projetos educacionais voltados a atender jovens e adultos. A proposta de levar educação básica a jovens e adultos foi estimulada pelo Governo militar e nesse contexto planos institucionais foram elaborados. Em 1967, em trabalho de grupo interministerial foi decretada, no mês de dezembro, a Lei 5.379. Esta lei instituía o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, do qual, a Fundação Mobral era parte

O *Cruzeiro do Sul* prontamente aderiu à iniciativa. Paulo Breda Filho, membro do Conselho Editorial do jornal se tornou presidente da comissão municipal para organizar a implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Para este jornal tal iniciativa deveria ser abarcada por todos os cidadãos: “*Tudo porque não há hoje um brasileiro que não saiba que deverá ele mesmo, doar um pouco de si para que desapareçam de uma vez por todas, em nossas estatísticas, os percentuais que acusam um elevado índice de analfabetismo existente entre nós*”⁴⁰⁷.

Dentro do clima de grandes mobilizações nacionais o jornal não se fez de rogado em concitar a participação de todos no apoio à ação pelo Mobral: “*Por isso mesmo é que o movimento, e a participação nele, encerra muito de civismo e [...] amor ao próximo. [...] Mas, fundamentalmente, [...] a afirmação de nossa brasilidade, da nossa união em torno dos ideais comuns*”⁴⁰⁸.

Na esteira dos moldes dessa mentalidade, a participação e apoio a ideia de erradicação do analfabetismo ganhou deste jornal perfil militarizado, como numa convocação para ajudar. Segundo o *Cruzeiro do Sul*, caberia aos alfabetizados encaminhar os analfabetos para as sessões de “*alistamento*”. Nesse sentido em sua

⁴⁰⁷ Uma atuação decisiva. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 02 de ago. de 1970, p. 2.

⁴⁰⁸ Idem, ibidem.

campanha concitou as pessoas a encontrarem e convencerem aqueles que conheciam, em condição de analfabetismo para, como a exercer um dever cívico patriótico, se dirigirem aos locais em que se realizariam as inscrições ou as aulas:

O analfabeto dificilmente tomará a iniciativa de apresentar-se num posto de alfabetização. É preciso motivá-lo. Fazê-lo ciente de que não cabe mais essa condição negativa no Brasil atual. Nem mesmo no mundo contemporâneo. Fazê-lo sentir-se responsável pelo aniquilamento desse fantasma que afronta o nome e o prestígio do Brasil, situado ainda entre nações incultas pela elevada taxa de analfabetos que o povoam.

[...]

Possivelmente o analfabeto que o leitor conhece não seja alcançado por nenhum dos levantamentos concluídos ou em fase de conclusão. Não deixe, portanto, de recensar aquele que conhece e de ser o primeiro a abordá-lo para exortá-lo sobre o dever cívico de integrar-se na vida brasileira pela aptidão de bem usar a língua pátria.⁴⁰⁹

Para o jornal não existia escusas, o analfabetismo deveria erradicado, como uma calamidade a envergonhar o país, e o analfabeto independente de sua vontade seria levado a participar, caso contrário incorreria numa atitude não patriótica. Para este jornal e seus diretores a possibilidade aberta pelo Mobral foi salutar, por este motivo a adesão imediata. Sua mentalidade via na condição do analfabetismo um atraso. Enquanto liderança social, que se afirmava enquanto jornal, por meio de sua responsabilidade na formação e informação da sociedade, estivera disposto a se antepor a situação apresentada como depreciativa para o país⁴¹⁰. Sem duvidar deste papel concitou seus leitores a participar dessa empreitada.

O *Diário de Sorocaba* também aderiu a este ideal, em sua redação o porta-estandarte de apoio do movimento de alfabetização, com alguns artigos de incentivo sobre a ação foi João Dias de Souza Filho. Segundo o articulista:

Dentro de toda essa motivação é que vemos o trabalho cívico, altamente cívico e patriótico, desenvolvido pelo Movimento Brasileiro de alfabetização – o Mobral – que vem sacudindo todo o Brasil, conscientizando a todos, na remissão dos analfabetos. O Movimento Brasileiro de alfabetização, é prova de amor. Sim, é prova de amor, pois que, ao se promover essa cruzada, o que se tem em mira é dar condições mínimas para que milhões de brasileiros se integrem na comunidade nacional e possam participar, efetivamente, da arrancada cívica que o país tem experimentando de tempos à essa parte.

⁴⁰⁹ Onde está o analfabeto? *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 22 de ago. de 1970, p. 2.

⁴¹⁰ Ainda nesse editorial o jornal comenta a campanha para identificar e contabilizar o número de analfabetos na cidade. Em outra edição tratou de pesquisa levada a cabo por alunos do SESI a qual “recensou” mais de dois mil “analfabetos”. Idem, ibidem e Mobral vai ensinar mais de 2.500 pessoas a ler. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 27 de ago. de 1970, p. 1.

Em boa medida as opiniões expressas no *Diário de Sorocaba*, convergem com aquelas expostas no *Cruzeiro do Sul*. O *Diário de Sorocaba* exaltava o movimento e comparava seus desdobramentos, em especial para o interior como um fator de desenvolvimento. Por tal motivo, afirmava o esforço para sua aplicação nas cidades menores, assim como a formação de professores para participar dessa atividade de formação integrada aos objetivos nacionais⁴¹¹.

Para os dois jornais o sucesso do Mobral estava entrelaçado com o projeto de desenvolvimento nacional. Segundo os periódicos locais empolgados em suas propagandas, os frutos já percebidos do movimento indicavam a passagem do mesmo para a próxima fase: a ampliação dos cursos técnicos e profissionalizantes, para integrar os recém-formados do movimento de alfabetização, ou mesmo inserir o curso profissional como continuidade do mesmo⁴¹².

O *Cruzeiro do Sul* por sua vez não deixa de exaltar ser a ação das classes empresariais, em levar adiante a ideia, como motivo de sucesso do Mobral sobre tentativas anteriores de sanar o analfabetismo.

A imprensa local, em suas características era permeável a ideia do projeto de alfabetização, e cantou seus encantos e vitórias, pois, encontrava nessa prática a possível realização de ação para levar a cabo o analfabetismo. Os jornais isentavam de qualquer crítica esta ideia e consideraram assistir os primeiros resultados de uma empreitada de grande esforço, em pouco mais de um ano e meio. E ainda, se empolgavam em difundir a ideia de ser o próximo passo a constituição de cursos técnicos para a continuidade de uma ação da qual não trouxeram resultados efetivos em número e comprovação.

Quanto a esta comprovação, não se tratava de números e tabelas ao molde do convencimento de dados frios, pois, era uma transformação significativa sobre a vida das pessoas, o acesso a leitura, a qual não se pode aferir de maneira simplista e ainda em pouquíssimo tempo como apresentaram os jornais locais. Sobre os resultados do Mobral, Daniel Aarão comentou:

⁴¹¹ Dentre esses objetivos o incentivo para ser um bom cidadão estar quites com o imposto de renda. A brilhante ideia partiu de um dos membros da comissão organizadora do mobral na cidade, que era também delegado da receita federal e provavelmente sequer pisará em uma sala de aulas de alfabetização para verificar quantos possíveis contribuintes de imposto de renda poderia encontrar por lá. Mobral iniciara em São Paulo cursos de Educação Integrada. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 06 de mar. de 1971, p. 5. Sobre o delegado: Mestres planejam a segunda etapa. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 16 de jul. de 1971, p. 1.

⁴¹² Da teoria à prática. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 09 de mar. de 1971, p. 2.

*O [...] ambicioso projeto de erradicar o analfabetismo, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), cuja meta era alfabetizar 8 milhões de pessoas entre 1971 e 1974. Foi deixado de lado, anos mais tarde. Os supostamente alfabetizados pelo Mobral frequentemente não sabiam sequer assinar o nome.*⁴¹³

No entanto, para os jornais locais, integrados a este objetivo o movimento foi um sucesso, mesmo que uma análise simples em torno da dificuldade de se alfabetizar um adulto contrariasse os argumentos dispostos pelos jornais locais. Nem mesmo se pode afirmar se o maior interessado no Movimento esteve disposto para participar dessa “integração ao desenvolvimento nacional”. Provavelmente, não muito, pois, como demonstrou Daniel Aarão Reis Filho a integração nacional pareceu se realizar por outros caminhos⁴¹⁴.

3.1.1 – A formação na ideologia de segurança nacional

Configurados em ciclos de conferências, as palestras organizadas pelo coordenador da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra na cidade, José Norberto Macedo, ocorreram no auditório da Faculdade de Direito de Sorocaba, para seletos auditório⁴¹⁵ e receberam do jornal *Cruzeiro do Sul* o seguinte comentário:

*As conferências pronunciadas durante o ciclo de estudos a ADESG no reduto da “Nossa, de Direito”, a faculdade-menina-dos-olhos da cidade, fincada no alto da colina do Vergueiro, trazem u’a mensagem à preservação dos valores espirituais, trazidos nos valores permanentes, como a liberdade, a honra e a vida, que calou fundo na alma de quantos ali comparecem para se abeberarem dos ensinamentos preciosos ofertados por homens de escol.*⁴¹⁶

Os principais “ensinamentos”, conforme o jornal, direcionados para as questões da sociedade de então, as voltas com a vitória da técnica sobre o espírito e da decadência moral, como consequência dessa condição. O enfoque dado a este aspecto

⁴¹³ REIS FILHO, Daniel Aarão Reis. *Ditadura e democracia no Brasil*. Do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro. Zahar, 2014, p. 86-87.

⁴¹⁴ Daniel Aarão Reis comenta sobre a capacidade da comunicação pela televisão, tornada vedete das classes populares, realizar verdadeiro trabalho de integração nacional, ao torna-se o lazer das pessoas. Idem, ibidem, p. 91.

⁴¹⁵ A seleção de pessoas para o curso em foco seguiu os protocolos da própria ADESG. Procurou selecionar pessoas nos cargos ou profissões tidas por aptas para formar e difundir a doutrina da Escola Superior de Guerra transferida via palestras e cursos. A seleção deu-se por meio de convites a prefeituras e distribuídas a suas secretárias, ou então a outros órgãos, como receita federal, localizados nas cidades, sede e da região, em que ocorreria o curso em vista.

⁴¹⁶ A Mensagem da escola superior de guerra, *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 26 de jan. 1971, p. 2.

das palestras caíra, conforme afirmação do *Cruzeiro do Sul*, como uma luva em sua linha editorial:

Êsse pensamento Adesguinao (se nos permitem o neologismo) se casa, perfeitamente, com a linha de combate dêste periódico, expresso nos estatutos da FUDAÇÃO UBALDINO DO AMARAL. Por isso, desde o início do ciclo de conferências, nós nos pusemos em campo difundindo a presença da ADESG entre nós, e a sua mensagem visando despertar as consciências adormecidas e visando repor nos devidos lugares conceitos retorcidos e deturpados sôbre o govêrno e sôbre o nosso país. [...].⁴¹⁷

O *Cruzeiro do Sul* se colocou difusor dos temas apresentados no ciclo de conferencias com a clara intenção de difundir conceitos da doutrina expressa pelos cursos da ADESG.

Em outra medida, este jornal animado e atinado com seu papel em acordo com o viés estabelecido pela doutrina de segurança nacional, em seu aspecto psicossocial, até mesmo reclamou contra maiores liberdades nesse campo de importância para a “*Segurança Nacional*”. Para o jornal, embebido da ideologia e propaganda oficial o Brasil já era uma grande potência, capaz de interferir e balançar o equilíbrio do jogo das potências mundiais devido ao modelo político e econômico aqui instaurado a partir de 1964. Para o jornal a manutenção deste propalado modelo estava em primeiro lugar:

Acontece que o modelo político brasileiro já está definido e pode ser clara e altamente apregoado, com base no nosso modelo econômico, já consagrado e incontestado, que nos conduz pela senda do desenvolvimento e segurança. Diante desse modelo, que é bem nosso, não cabe nenhuma atitude de timidez, em qualquer preocupação com a opinião alienígena, relativamente ao nosso modo de ver, disciplinar e ordenar a matéria de comunicações de massa.⁴¹⁸

Por tal razão, necessário e aceitável era a intervenção, por parte governo militar, para conter “maus brasileiros ou grupos externos despeitados”, interessados em deitar por terra o “modelo brasileiro” pautado pela segurança e desenvolvimento. Ainda, seria necessária, para o jornal, a contenção e disciplina em matéria de comunicações, em outras palavras a censura, vista como elemento defensivo dos dispositivos nacionais. No trecho seguinte o jornal afirmava:

Os que insinuam em nossos negócios particulares, frequentemente apregoam a liberdade de informação, desejosos de reproduzir no Brasil o que fazem nos Estados Unidos, por exemplo, onde a apregoada liberdade chega a ser liberticida.

⁴¹⁷ Idem, *ibidem*.

⁴¹⁸ O modelo brasileiro. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 13 de nov. de 1973, p. 4.

É inegável e chegaria a ser acaciano comentar que o jornal, o rádio, a televisão, o cinema e também o teatro, penetrando como penetram em todas as classes sociais, perfurando no indivíduo o mais íntimo de sua intelectualidade e espírito, atuam marcadamente como instrumentos de cultura, sendo, como tais, os mais eficientes veículos de formação da opinião pública. E, por isso, não só refletem como também atuam na segurança nacional.

Eis porque estes canais de comunicação carecem do mais completo e perfeito estudo e observação que os oriente e conduza pelos melhores caminhos do ponto de vista dos objetivos nacionais permanentes. Orientação que os leve a influir no campo psico-social de forma positiva, construtiva, dirigida por legítimos ideais patrióticos, ainda mesmo que isso lhes acarrete certas limitações no direito de informar.⁴¹⁹

Enfim, o modelo político brasileiro, “bem nosso” para o jornal, não deveria ser ludibriado por falsas utopias relativas a liberdade de informar. O *Cruzeiro do Sul* reproduz fielmente o discurso da doutrina da escola superior de guerra, no quesito de se dar atenção aos elementos de formação cultural, os quais podem servir a guerra revolucionária ou contra revolucionária e por tal motivo, devem ser obrigatoriamente inseridos na seara da segurança nacional e seus conteúdos, obviamente restringidos.

Por sua vez o *Diário de Sorocaba* também acompanhou e posteriormente fez algumas referências as palestras realizadas em Sorocaba, voltadas a temas como técnica e ser humano, política e segurança nacional, entre outros caros a ideologia da Doutrina de Segurança:

Aquele precioso ciclo de conferencias que a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, realizou, em Sorocaba, no mês de janeiro, teve o condão de reunir os mais destacados elementos da sociedade civil e militar, não somente de Sorocaba, mas de toda região sul-oeste do Estado de São Paulo [...] das mais variadas origens e atividades, que ouviram e indagaram renomados mestres, sobre problemas de segurança e de desenvolvimento. A doutrina da Escola Superior de Guerra, aqui ventilada com correição e lucidez. [...]

Claro está que todo aquele potencial humano que ali se reuniu, na eventualidade do ciclo não pode e não deve ser desperdiçado. Os conhecimentos armazenados durante aqueles dias, devem se unir na conjunção de esforços a fim de que se faça na pratica aquilo que tão bem foi teorizado. É preciso, pois, que caminhemos [...] para que o ciclo produza efetivamente, os frutos desejados.⁴²⁰

O jornalista do *Diário de Sorocaba* se empolgou com a recente atividade, queria ver os elementos debatidos e apresentados em prática o quanto antes e espalhados para o interior paulista. Inclusive sugeriu a reedição do curso, para aquele mesmo ano, para realizar um reencontro com o fim de manter ativas as ideias e possíveis projetos

⁴¹⁹ Idem, ibidem.

⁴²⁰ SOUZA FILHO, João Dias. ADESG e a liderança. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 18 de fev. de 1971, p. 7.

surgidos dentre o auditório dos ministrantes da ADESG. Em especial reforçou a necessidade de se fazer compreender aos selecionados para assistir o curso, em boa medida políticos e autoridades administrativas municipais, para o espírito orientador do mesmo: Segurança e Desenvolvimento.

Para militares, como Juarez Távora, por exemplo, o conceito de Segurança Nacional deveria ultrapassar aos aspectos estritamente políticos ou militares. A complexidade da Segurança Nacional deveria interessar a toda elite, direta ou indiretamente em atividade no governo. No fundo é possível pensar a compreensão da Segurança Nacional como um conceito realizado por civis sob a tutela e orientação militar, sobretudo, após 1964⁴²¹. Távora, por exemplo, viu a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) fundada em 1951 como um instrumento de extensão da ESG. Segundo ele a ADESG seria “*instrumento fundamental de comunicação a amplos setores da elite nacional*” da doutrina e métodos ali elaborados e ministrados. A Associação, na visão militar, teve como missão cuidar e tentar definir para a sociedade alguns conceitos fundamentais vinculados a ideia de segurança nacional⁴²².

Portanto, é interessante pensar, que fez parte da característica doutrinária da ESG, o fato desta instituição considerar as elites políticas civis no país despreparadas, para levar adiante o projeto modernizador do qual tinha em mente. Procurou assim implantar através de seus cursos, uma “*nova metodologia e forma de gerir*” para esta elite⁴²³. Em contrapartida os jornais, *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba*, em suas medidas contribuíram para aprofundar a difusão, com apoio incontestado, da propagação da formação dentro dos parâmetros idealizados pelo núcleo da Doutrina na qual se aquartelava o governo militar.

⁴²¹Anteriormente a este momento esta percepção, ou possibilidade, existia mais entre os setores militares em especial os da ESG. TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. Rio de Janeiro, Biblioteca do exército, 1974, p. 229. ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *O Satânico Doutor GO: A ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. 1999. 238 f. Dissertação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999. Vânia Assunção em sua dissertação demonstrou por meio de citações e referências dos próprios militares brasileiros o esforço dos mesmos em constituir uma linhagem de pensamento própria da Escola de Guerra no Brasil, diferenciando-a, portanto, do modelo norte americano. Respectivamente, p. 39 a 46.

⁴²² TÁVORA, op. cit., p. 229. Para esta discussão ver, também: PUGLIA, Douglas Biagio. *ADESG: Elites locais civis e projeto político*. 2006. 153 f. Dissertação em História. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Franca, 2006, p. 10.

⁴²³ PUGLIA, op. cit., p. 10.

3.2 – Os tipos de censura nos jornais locais

A censura impositiva e prévia sobre a imprensa foi abordada como algo estabelecido, sem maiores comentários⁴²⁴. Dessa forma contribuiu para a conformação do discurso de que se havia censura, esta decorria por irresponsabilidade de jornais, revistas ou periódicos, com relação ao que publicavam.

No entanto, o *Diário de Sorocaba*, apesar de não levantar maiores divergências ou oposições diretamente ao estabelecimento da censura após AI-5, e depois, da censura prévia instituída em lei, publicou por mais de uma ocasião a opinião de outros órgãos de imprensa. Como no caso da resolução decidida em Congresso latino-americano de jornalistas católicos, na qual se afirmou repúdio a “qualquer forma de controle exercido pelos agentes do Poder, direta ou indiretamente sobre os meios de comunicação [...]”⁴²⁵. Em outra ocasião publicou nota sobre relatório da OAB na qual se declarou a afronta ao “Direito Constitucional brasileiro” com questionamentos a constitucionalidade da medida de instituição de censuras aos meios de informação⁴²⁶.

Entretanto, os jornais locais não sofreram com intervenção de censores em suas redações ou com apreensão de edições, por razão de matérias a contragosto do regime⁴²⁷. Porém, isto não significa que estes jornais não fossem observados, recebessem telefonemas, ou mesmo, chamados a dar explicações, receber advertências ou sugestões do mais propício a ser publicado, sobre determinadas questões ou pessoas⁴²⁸.

No caso do *Diário de Sorocaba*, segundo Claudio Grosso, seu diretor, ou em ocasião determinada um representante desse, “era vez ou outra convidado” a visitar a 14ª CSM, o agrupamento militar da cidade:

Então, [...] eu me lembro que o Vitor sempre era convocado para ir lá, para prestar satisfação das notícias que o jornal publicava. Então o coronel da 14ª CSM, os coronéis que foram passando por lá, foram vários, sempre chamavam o Vitor, para querer saber, porque saiu tal notícia, “porque vocês estão publicando sobre isso?”. Então, isso existia muito, e o Vitor ficava cansado de ir na 14ª CSM, para prestar esclarecimento sobre uma série de coisas [...].

⁴²⁴ Ministro confirma reabertura da Assembléia Paulista neste mês. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 08 de maio de 1970, p. 1, Alfredo Buzaid e a Censura Prévia. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 06 de mar. de 1970, p. 3.

⁴²⁵ Jornalistas contra a coação. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 20 de jul. de 1969, p. 3.

⁴²⁶ Advogados contra a censura prévia. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 05 de mar. de 1970, p. 3.

⁴²⁷ GROSSO, Claudio. Entrevista [Jan. 2015]. Sorocaba – SP. Entrevista concedida ao autor. OLIVEIRA, entrevista concedida ao autor, 2015.

⁴²⁸ GROSSO, entrevista concedida ao autor, 2015.

Então, eu não me lembro especificamente o que poderia ser. [...], e eu me lembro que o coronel da 14ª, por sinal era uma pessoa muito boa, uma pessoa educada de bom senso, [...] falava assim: “Eu tenho que prestar contas [para] o pessoal lá de Brasília, então, eu tenho que chamar vocês aqui, para que vocês me esclareçam, porque vocês estão publicando determinadas coisas. [...].

E quando o Vitor, aqui do nosso jornal era chamado lá na 14ª, o coronel sempre perguntava “Vitor você tem que mandar... falar para aquele seu colunista lá o Armando Oliveira Lima, manear mais, ir mais devagar, porque ele está falando um muito contra o que está acontecendo aqui no Brasil, contra nós os militares”.

[...]

E o Vitor, eu me lembro que as vezes comentava com ele o seguinte: “Armando você pode continuar escrevendo aqui, que não tem problema, mas só pra você saber, está todo mundo de olho em você aqui. Porque cada vez que me chamam lá na 14ª eles estão me perguntando a seu respeito, também. Agora você continua escrevendo o que você quiser escrever”. E o próprio Armando de vez em quando ele dava uma parada, porque, ele não queria mexer com o pessoal de exército, e tal.⁴²⁹

Questionado sobre quais as razões ou motivações das convocações para se prestar esclarecimentos, recordou o entrevistado, ser usado como justificativa para as mesmas a produção de relatórios, sobre a cidade e a imprensa local. Segundo Claudio Grosso os esclarecimentos não seriam em torno de notícias ou artigos especificamente, mas, pelo espaço dado pelo jornal a informações ou atividades de políticos locais, considerados “comunistas”, como Santana Guimarães, Agrário Antunes, João dos Santos Pereira⁴³⁰.

Há no relato de Claudio Grosso uma passagem interessante, pela própria expressividade com que foi contada e na qual sugeriu uma suspeição sobre o jornal em investigação levada pela polícia federal para encontrar a procedência de panfletos contra o governo militar. A passagem é a seguinte:

Mas [...] eu me lembro que uma vez estive aqui no jornal, alguém que era da polícia federal. [...]. E eles vieram aqui por que eles descobriram alguém, aqui na cidade, fazendo impressões em máquinas gráficas, que eles haviam conseguido apreender em algum lugar ai que eu não sei onde, então, eles estavam querendo descobrir onde que era feito, quem imprimia aquilo. Certas coisas de propaganda contra os militares. [...]. E eu me lembro que uma vez, dois policiais federais, [...] vieram com uma conversa de que eles queriam saber, como é que funcionavam as máquinas gráficas e não sei o que. E durante essa visita que eles faziam ao jornal eles começaram a comentar, que tinha muita gente, que tinham pessoas, que tinham máquinas gráficas que ajudavam a fazer panfletos [...] para os comunistas. Então [...], eu me lembro disso, porque um dos policiais [...] era até um amigo meu. [...]

⁴²⁹ Idem, ibidem.

⁴³⁰ Segundo Sérgio Coelho de Oliveira as chamadas à 14ª CSM tinham por finalidade advertir sobre informações a serem divulgadas. Segundo o jornalista e na época redator-chefe da *Folha Popular*, os militares advertiam sobre a publicação antecipada de operações ou intervenção programada sobre a cidade e planejada por órgãos oficiais da polícia, exército ou receita federal. OLIVEIRA, entrevista concedida ao autor, 2015.

*eu tinha estudado com ele no ginásio. [...]. E depois, um dia mais tarde, esse meu amigo aí, ele chegou a comentar comigo isso. Que eles estavam investigando quem é que fazia impressão, quem é que imprimia determinadas coisas, impressos em máquinas gráficas para os comunistas. Então, na época ele não me falou nada disso. Ele só veio, queria saber quais as máquinas que a gente tinha. Eu até estranhei uma visita que eles fizeram aqui, mas como ele me conhecia, eu mostrei o jornal inteiro para ele.”.*⁴³¹

Tal passagem em nada modifica o aspecto geral, no qual se fundamentaram os jornais frente o regime, tampouco que o *Diário de Sorocaba* seria realmente um suspeito, no entanto, indica que mesmo uma imprensa obediente poderia ser vista com desconfiança.

Cruzeiro do Sul e *Diário de Sorocaba*, jornais menores, mais “pela ordem” que pela transformação ou oposição, não sofreram ferrenhas perseguições por suas atividades enquanto imprensa⁴³², pois, conforme recordam os próprios jornalistas, foram poucas e efêmeras situações de maior tensão, e mesmo as morosas convocações à circunscrição militar, segundo o relato, tinham mais a finalidade de “vencer pelo cansaço” e fazer com que a própria direção dos jornais definisse os limites daquilo a ser publicado.

O tipo de censura nesses jornais, portanto, não foi externa propriamente. Ocorreu o que se pode identificar como autocensura, realizada pela direção dos jornais, ou interiorizada pelos membros da própria redação. Nesse sentido, de acordo com Roberto Gill Camargo, que trabalhou no *Diário de Sorocaba* na década de 1970, os jornalistas tinham consciência daquilo que poderiam ou não abordar⁴³³.

Entretanto, noutra medida, na esteira do esforço moralizador da sociedade os jornais se mostraram simpáticos a “censura moral” realizada pelo regime. Nesse sentido procuraram apoiar o cerceamento legalizado via exclusão de conteúdos considerados “inapropriados” no teatro, rádio e televisão.

Existem alguns exemplos, em comum entre os jornais, nesse sentido. A música “*Je t’aime*” é um dos casos, pois, ambos apoiaram sua censura por considerarem material imoral e sensual. No mesmo sentido, se criticou conteúdos de programas de televisão, sobre os quais se afirmava exercerem resultados perniciosos à formação e

⁴³¹ GROSSO, entrevista concedida ao autor, 2015.

⁴³² A esse respeito Roberto Gill comentou que enquanto trabalhava no *Diário de Sorocaba* não viu nenhuma posição mais radical ou incisiva do jornal, em suas opiniões contra o regime militar propriamente. Ao contrário, recorda serem as matérias sobre o governo em boa medida apenas relatos informativos, ausentes de uma opinião crítica. CAMARGO, Roberto Gill. Entrevista [Dez. 2014]. Sorocaba –SP. Entrevista concedida ao autor.

⁴³³ Idem, ibidem.

caráter dos indivíduos. Por fim, mesmo o teatro ao representar alguns comportamentos discordantes, daquilo considerado pelos maestros de moral e cívica como de bom tom merecia a censura.

No entanto, é interessante apontar nas páginas dos jornais, para presença de críticos a censura sobre as artes, os quais debitavam apoio a diretores de teatro e questionavam a capacidade intelectual dos censores, por estes barrarem ou intervirem em algumas peças⁴³⁴.

Contudo, o principal argumento em favor dessa censura de base moralista ou de costumes, realizada pela polícia federal desde a década de 1940, orbitava em torno da questão moral e do necessário fortalecimento do caráter do brasileiro⁴³⁵. No mesmo sentido, a condenação de práticas aparentemente novas, acusadas como porta de entrada para uma vida sem sentido, ou condução aos entorpecentes, se tornaram recorrentes e relacionadas a uma crescente deterioração de valores⁴³⁶. Em boa medida esses argumentos foram acompanhados de exemplos de exaltação ao esforço profissional e o ideal de responsabilidade pela construção nacional⁴³⁷.

3.3 – Desenvolvimento e modernização da cidade

A indústria têxtil da cidade em franco declínio levava os jornais a se baterem por uma solução frente a esta crise econômica local. Em meados da década de 1960, o *Diário de Sorocaba* chegou a comentar a ausência de diversificação industrial na cidade:

Somos uma cidade que muitos insistem em classificar como sendo das indústrias e das escolas. Mas que indústrias realmente possuímos? Praticamente só aquelas que tiveram seu berço e que, em sua maioria, continuam insistindo na produção de tecidos baratos de algodão, cujo mercado encontra-se cada vez mais difícil em virtude

⁴³⁴ Música foi vetada. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 18 de set. de 1969, p. 3 e “Je T’aime” e Silvio Santos atingidos pela censura. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 24 de set. de 1969, neste jornal outra matéria a respeito foi publicada em 26 do A nossa televisão. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 25 de maio de 1969, p. 2. Sobre o teatro: SOUZA FILHO, João Dias. Diarinho. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 03 de maio de 1969, p. 6, Censura enquadrando BACCO como peça pornográfica. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 23 de set. de 1969, p. 7.

⁴³⁵ A mensagem da escola superior de guerra. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 26 de jan. de 1971, p. 2 e Momento para reflexão. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 31 de mar. de 1972, p. 2. No *Diário de Sorocaba*: SOUZA FILHO, João Dias. A lição das pedras. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 15 de set. de 1971, p. 3.

⁴³⁶ Movimento antitóxico aos moldes do mobral. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 11 de maio de 1971, p. 1 e Salvemos a juventude. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 11 de mar. de 1971.

⁴³⁷ “Paz, amor, turismo” e “Luta pela sobrevivência”, na mesma página da edição que procuram um comparativo entre os casos. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 09 de maio de 1972, p. 10.

*do aparecimento de tecidos plasticos e sintéticos que no momento recebem preferencia popular.*⁴³⁸

Esse epíteto de cidade das indústrias e das escolas, apontado e questionado pelo jornal, era recorrente na imprensa local e por vezes foi utilizado pelo próprio *Diário de Sorocaba*. Os jornais, no entanto, relatavam casos preocupantes, como o das indústrias pertencentes ao grupo Gasparian, a Santa Maria, em Sorocaba, e a Santa Adélia na cidade de Tatuí que ameaçavam fechar suas portas, deixando trabalhadores em má situação⁴³⁹.

A condição em que se mostrava o ramo têxtil apontava serem apenas as indústrias bem consolidadas, e em casos, com diversificação de sua produção, aquelas capazes de sobreviver à crise do setor⁴⁴⁰. Não era sem motivo encontrar pelos jornais reclamos, reivindicações e cobranças para tudo o quanto levasse à reestruturação e modernização da vida econômica e funcional de Sorocaba, foi nesse contexto tratado o projeto industrial e de modernização da cidade.

Essa reorganização socioeconômica da cidade em parte foi expressa no esforço de fazer aprovador novo plano diretor, voltado a dotar a mesma de condições de crescimento planejado e racional⁴⁴¹. Nesse sentido *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba* estiveram de comum acordo e coincidiram não apenas o dia de seus editoriais, mas, os assuntos tratados.

Sobre essa questão escreveu o *Cruzeiro do Sul*:

Dorme ainda nos escaninhos das gavetas de alguma comissão, o projeto de Plano Diretor de Sorocaba, o sono da displicência e do desinteresse. Vemos a cidade crescer diuturnamente, no erguer-se dos arranha-ceus centrais, no surgimento de novas construções nos bairros e periferia, e sentimos o agravamento dos problemas do tráfego, de distribuição de água e esgotos, de localização de escolas e indústrias em virtude deste mesmo desenvolvimento. [...]. Verdadeiramente eufóricos lemos e sabemos todos os dias de planos para novas construções de fabricas, escolas, centros de educação física e esportiva, que fazem prever um acelerado crescimento, recolocando o nosso município no lugar de destaque que sempre ocupou e deve novamente

⁴³⁸Papelão. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 23 de abr. de 1967, p. 3.

⁴³⁹ O *Diário de Sorocaba*, por mais de uma vez tratou como “situação aflitiva” esta que se encontravam os trabalhadores e chegou a sugerir que a prefeitura da cidade os ajudasse de alguma forma. Continua a dificuldade dos trabalhadores. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 23 de abr. de 1970, p. 1. O *Cruzeiro do Sul* com título mais “otimista” informou que a resolução quanto o atraso de pagamentos dependia de entendimentos entre ministros da fazenda e trabalho: Na próxima semana a solução sobre o atraso nos salários. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 25 de abr. de 1970, p. 1.

⁴⁴⁰ Como a Companhia Estamparia Nacional, a Ciane, a qual reunia várias fábricas, ou mesmo a Votorantim que a muito havia diversificado suas indústrias.

⁴⁴¹Sorocaba e o plano diretor. *Cruzeiro de Sul*. Sorocaba, 13 de set. de 1964, p. 1, A volta do plano diretor. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 19 de set. de 1965, p. 2.

alcançar no concerto dos seus pares. Mas, ao mesmo tempo nos afligimos, pois ignoramos em que bases se darão estas novas construções e sentimos a dificuldade do próprio Executivo no autorizá-las.

Já por mais de uma vez temos apelado ao Legislativo sorocabano, no sentido de apressar este estudo, de fornecer à cidade normas científicas, do desenvolvimento e deparamos sempre com a indiferença dos edis, que parecem esquecidos da razão de ser sua existência [...] de trabalhar para o povo e pelo povo. E então quando as críticas mais contundentes são feitas, quando se fala da inoperância das Câmaras, quando, se chega mesmo a duvidar das suas necessidades ofendem-se os senhores vereadores e tacham de anti-democráticos [...] os que assim procedem.

Talvez devêssemos apelar às autoridades maiores no sentido que se estendessem às Câmaras Municipais prazos fatais para votação dos projetos oriundos do Executivo que ficaria assim autorizado a promulga-los vencido aquele tempo.⁴⁴²

O texto do jornal a princípio em torno de uma preocupação urbanística, voltada de modo geral ao interesse público, fosse de leitores ou das autoridades municipais, após estas considerações se colocou a favor do executivo municipal, o qual o *Cruzeiro do Sul* defendia. Nota-se em contraposição a cobrança para com os vereadores da cidade em aceitar não apenas o plano diretor, mas também outros projetos do prefeito.

Na época, o prefeito Armando Pannunzio, anteriormente diretor do Serviço Social da Indústria (Sesi) local, era próximo ao grupo detentor do *Cruzeiro do Sul*, do qual recebia apoio. Para este jornal, a gestão iniciada ainda em 1964 seria a expressão e possibilidade de modernização da administração local. Os termos que acompanham as preocupações do jornal em torno das diretrizes sobre o plano diretor, “*estudos*” e as “*normas científicas de desenvolvimento*”⁴⁴³, e estendidas ao executivo demonstram isso. Em contrapartida, para o jornal os responsáveis pelo entrave à matéria eram os vereadores e, por tal razão, sugere até uma intervenção sobre a autonomia da Câmara Municipal, bem ao estilo do governo militar, no entanto, com o cuidado de ser respaldado por um discurso de benefício para cidade.

O *Diário de Sorocaba* por sua vez, deu o seguinte tratamento a questão:

Sorocaba, cidade tricentenária, como todas as suas co-irmãs em idade, cresceu sem planejamento. [...] O resultado aí está. Uma cidade com inúmeros problemas que somente poderão ser resolvidos com a aplicação urgente, mas metódica, de um plano diretor. Esse esforço já foi feito. Urbanistas e outros técnicos no assunto, estudaram-no com acerto, procurando dar a Manchester Paulista, uma estrutura moderna. A este estado-de-coisas não atinaram muitos dos atuais edis, que através de projetos e mais projetos, começam a esfacelar um plano tecnicamente elaborado. Ora senhores. Vamos pensar no assunto com mais seriedade e menos [sic] demagogia. O planejamento hoje é “condio sine qua nom” de progresso e de bem estar. Há uma mística de planejamento em todos os

⁴⁴² Ainda o Plano Diretor. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 13 de set. de 1964, p. 2.

⁴⁴³ Idem, ibidem.

*setores a começar do urbano a terminar em termos de administração pública ou privada. Um pouco mais de arejamento e menos [sic] demagogia é o que se exige desses vereadores, miraculosamente transformados em urbanistas.*⁴⁴⁴

O sentido do editorial é o mesmo do *Cruzeiro do Sul*. Assim como o destinatário de sua mensagem, a Câmara Municipal. Entretanto, apesar de não ser possível de afirmar com certeza esta condição⁴⁴⁵ se pode destacar os elementos comuns entre os diários locais: a crítica ao legislativo por atrapalhar e intervir em um documento considerado válido pelos jornais.

O *Diário de Sorocaba*, no entanto, se manteve na fronteira da crítica em torno da habilidade técnica e científica dos vereadores para julgar um plano constituído nesses moldes, em contrapartida, assim como o outro jornal, questionava o perfil político de suas intromissões. Porém, ao contrário do *Cruzeiro do Sul* não dedicou menção ao executivo municipal.

A técnica e o planejamento foram recorrentes nas argumentações desses jornais, fosse para o campo da administração pública, da economia ou da política. Os argumentos abrigados por esses aspectos se mostravam a público, pelos jornais locais, de grande autoridade e não havia espaço para contraposições ou replicas frente aos mesmos.

Ainda nesse quesito o *Cruzeiro do Sul* realizou uma continua campanha em prol da aprovação do novo plano diretor, mais incisiva que o *Diário de Sorocaba*, e após sua não aprovação, continuou com o tema em tom de protesto, inclusive nominando os políticos que votaram em contrário⁴⁴⁶. O debate em torno do Plano Diretor estava em boa medida relacionado com as discussões em torno da condição da vida econômica da indústria local.

Enquanto defensor do empresariado, o *Cruzeiro do Sul*, por vezes reclamou quanto a pesada carga tributária imposta à indústria e que junto à ausência de crédito formaria fator central para dificultar o crescimento e desenvolvimento do país e causar pessimismo entre empresários, por esta razão, não se furtou em mais de uma ocasião, sugerir reformas nesse campo para atender o “*setor produtivo*” o qual reclamava de um “*confisco tributário*” a alimentar “*insaciável fome dos cofres públicos*”. Segundo o

⁴⁴⁴ Plano Diretor. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 13 de set. de 1964, p. 3.

⁴⁴⁵ De maneira incomum o *Diário de Sorocaba* nesse dia publicou dois editoriais. Este sobre o Plano Diretor figurava abaixo de outro denominado “*Aumento de impostos*”. Aumento de impostos. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 13 de set. de 1964, p. 3.

⁴⁴⁶ A volta do plano diretor. *Cruzeiro do Sul*, 1965, p. 2

jornal a falta de crédito à indústria e lavoura levava a “*situações angustiosas aos produtores*”⁴⁴⁷.

O *Diário de Sorocaba* em boa medida se aproximou das opiniões e pautas do *Cruzeiro do Sul* para resolução da crise econômica sobre a indústria e comércio, no âmbito local ou nacional. A respeito da relação entre Estado e iniciativa privada, o jornal preferiu certa dose de intervenção, considerada necessária para uma economia em desenvolvimento como o Brasil:

*Em vista que até grandes nações de estrutura econômica liberal adotam ações intervencionistas na economia, na proteção de suas indústrias e economia, porém, receita que aos poucos seria preciso reduzir essa intervenção, para que o capital investidor possa ter maior interesse em chegar para o país*⁴⁴⁸.

O jornal apontava para a necessária superação da inflação a deteriorar a economia nacional e ressaltava ser preciso manter a linha de crédito a indústria e ao comércio, os quais sofreriam duplamente com a política econômica levada a cabo pelo governo, pois, enfrentavam dificuldades tanto na produção quanto na venda de seus produtos⁴⁴⁹.

O *Diário de Sorocaba* destacou os principais fatores da retomada do processo de atração e implantação de novas indústrias à cidade em substituição ao parque industrial têxtil em franco declínio⁴⁵⁰. Em um de seus editoriais afirmou o jornal:

A base do progresso está na industria, na grande industria. É preciso que as nossas autoridades todas empenhem-se, com objetividade, no sentido de atrair novos capitais e investimentos para a Manchester Paulista. Essas possibilidades de ampliação de nosso parque industrial, agora estão sendo redobradas com a construção da auto-estrada São Paulo-Oeste. Esse magnífico empreendimento do governo estadual irá propiciar uma onda tremenda de progresso em toda a sua faixa e, Sorocaba por suas condições naturais de progresso e de liderança dentro do prisma da região sul, precisa aproveitar-se dessa oportunidade. Em assim sendo, espera-se que a Comissão de Desenvolvimento Industrial trabalhe com afinco, objetividade, e com toda a força de seu prestígio, a fim de consolidar a vinda de novas indústrias para a nossa cidade. E tem mais. Dê-se preferência acendrada às indústrias de máquinas e motores, indústrias pesadas e que reúnem condições e gabarito para alicerçamento do progresso da terra de Baltazar

⁴⁴⁷ O pessimismo dos industriais. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 29 de maio de 1968, p. 2. Solução para a crise. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 13 de jul. de 1966, p. 2.

⁴⁴⁸ Desafio ao governo e a iniciativa privada. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 18 de fev. de 1966, p.4.

⁴⁴⁹ A este respeito é bom salientar a constante defesa da indústria média e pequena nacional, realizadas pelas folhas locais, as quais estavam preteridas da política econômica do governo federal. Inflação. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 06 de mar. de 1965, p. 3, Desemprego. *Dário de Sorocaba*. Sorocaba, 19 de mar. de 1965, p. 3.

⁴⁵⁰ Desemprego. *Dário de Sorocaba*. Sorocaba, 19 de mar. de 1965, p. 3.

*Fernandes. O tempo do sono profundo, solto, do RIP, já passou. A dinâmica, deve ser a característica de nossas reivindicações!*⁴⁵¹

Neste editorial do *Diário de Sorocaba* se encontram os elementos centrais, nos quais se fiaram os jornais, em apoio ao projeto de renovação das indústrias da cidade: a infraestrutura, os incentivos para atração de novas indústrias e a constante reafirmação de Sorocaba enquanto cidade pólo regional cuja tradição de progresso deveria ser mantida.

Assim, sobre o esforço e incentivo para renovação do parque fabril da cidade os jornais estiveram de comum acordo, com os objetivos da administração local, que procurava colocar em prática seu plano, com a instalação de Comissão Municipal de Desenvolvimento Industrial, a qual divulgou os incentivos fiscais do município para empresas comerciais, indústrias e mesmo embaixadas, consulados ou câmaras de comercio estrangeiro⁴⁵². Um dos jornais chegou a sugerir que proprietários fossem mais liberais quanto a venda dos terrenos, pensassem na cidade, e mesmo se possível, doassem suas terras em prol do projeto de industrialização.

Noutra medida, os jornais cobravam do poder público estadual comprometimento com acordos firmados, e atenção à região, definida pelos próprios periódicos como atrasada e empobrecida, em comparação a outras do estado de São Paulo⁴⁵³. Assim, se produziu a imagem de contradição constante sobre a condição da cidade e região, como se vê neste trecho do *Diário de Sorocaba*:

*Prepara-se, a Prefeitura Municipal de Sorocaba para [...] mais uma Feira que apresentará o que Sorocaba e região produzem no setor do agro pecuarismo, bem como, no setor industrial. Uma mostra de qualidade e da riqueza da região sul do Estado de São Paulo. [...] A região sul do Estado, capitaneada por nossa cidade, até agora não teve maiores atenções de parte das autoridades governamentais. Dentro desse prisma, por exemplo, é comum ao visitar-se cidades de nossa região, ver-se que elas ainda se debatem com problemas elementares, ficando na esteira do progresso. [...] A Feira [...] será, portanto, uma oportunidade valiosa a que os homens de Governo vejam o quanto somos capazes e o quanto necessitamos em realizações e iniciativas do Poder Publico.*⁴⁵⁴

⁴⁵¹ Industrias. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 07 de mar. de 1965, p. 3.

⁴⁵² Sergio Coelho de Oliveira à época membro do governo de Armando Pannunzio comentou que o projeto de reindustrializar a cidade era meta desde o princípio. De tal forma que o prefeito, segundo Sérgio Coelho, se cercou de pessoas com boas relações entre os industriais, fluência em outras línguas e com as quais poderia contar para esse fim. OLIVEIRA, entrevista concedida ao autor, 2015.

⁴⁵³ Feira Agro-Industrial. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 12 de jul. de 1966, p. 3 e Incentivos Fiscais. *Cruzeiro do Sul. Sorocaba*, 02 de abr. de 1967, p. 2.

⁴⁵⁴ Feira Agro-Industrial, op. cit., 1966, p. 3.

O *Cruzeiro do Sul*, por sua vez, destinou parte de seus argumentos aos empresários paulistas, os quais segundo informação atribuída à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e outros institutos tinham grande participação no desenvolvimento da região atendida pela superintendência⁴⁵⁵. Assim, dentro do quesito “incentivos fiscais” o jornal considerava:

Não resta dúvida que a forma de se promover o desenvolvimento é através de incentivos dessa natureza. E por isto mesmo, entendemos que o próprio Estado de São Paulo deva voltar suas vistas para determinadas regiões – notadamente a Zona Sul – não desenvolvidas a ponto de se poder equipará-las a outras zonas do Estado.

[...]

*Além dos incentivos fiscais que se criarem, o desenvolvimento do plano rodoviário – nele se incluindo a pleiteada estrada que interligará a antiga BR-2 à Auto Estrada e à Via Anhanguera, dando o sentido direcional do Sul a Brasília.*⁴⁵⁶

O *Cruzeiro do Sul* afirmava ser este o caminho para a atração das empresas, nesse sentido, indiretamente sugere a administração municipal oferecer melhores condições ao empresariado, já disposto a levar indústrias para fora de São Paulo. O jornal estava atento aos debates sobre a questão da desconcentração industrial da capital e demonstrava ao poder público, a necessidade de não perder tempo⁴⁵⁷.

Outros aspectos inseridos nesse debate e inerentes a um projeto maior, vinculado ao governo federal e estadual levaram, por sua vez, os jornais a propalarem a descentralização administrativa, iniciada no governo Abreu Sodré, como base para consolidação de Sorocaba como sede regional⁴⁵⁸. Nesse contexto, se ampliavam as possibilidades da constituição de agrupamentos ou associações de municípios interessados em se aproveitar e receber os melhoramentos do plano de interiorização do desenvolvimento, tida por contrapartida complementar da desconcentração industrial de São Paulo⁴⁵⁹.

No *Cruzeiro do Sul* as questões em torno do município frente ao desenvolvimento procuraram levar as condições, regional e estadual em consideração,

⁴⁵⁵ Incentivos fiscais, op. cit., 1967, p. 2.

⁴⁵⁶ Idem, ibidem.

⁴⁵⁷ Idem, ibidem.

⁴⁵⁸ Em algumas ocasiões a imprensa local auto-declarava Sorocaba como representante das comunidades interioranas em afirmações sempre relacionadas a reivindicações ao governo do Estado. Estrada do Oeste. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 03 de abr. de 1966, p. 3. Capital Regional. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 07 de jan. de 1968, p. 3. No *Cruzeiro do Sul*: Política Regional. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 22 de out. de 1967, p. 2.

⁴⁵⁹ Integrar para desenvolver. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 02 de ago. de 1967, p. 2, Planejamento para administrações municipais. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 26 de jun. de 1969, p. 3.

em uma perspectiva de integração e auxílio entre as partes, desde que a autonomia municipal fosse mantida. O papel de Sorocaba para o jornal, como capital de região administrativa, nesse aspecto estaria privilegiada e deveria ser aproveitada.

A defesa da autonomia municipal acaba de alcançar nova vitória depois de encerrado o primeiro Encontro de Prefeitos das Capitais, oportunidade em que o tema veio a debate, defendido pelo prefeito da capital paulista, durante as considerações que se faziam em torno da criação das chamadas “regiões metropolitanas”.

É bem verdade que em se tratando de uma necessidade imperiosa para ordenar o desenvolvimento dos aglomerados urbanos, que se formam em torno dos municípios de maior pujança econômica, um órgão multi-municipal encontraria melhores meios para tanto, se bem que o temor maior é que o de se concluir pela extinção dos municípios menores, que acabariam sendo absorvidos por um único.

Entretanto, cremos que devem se desenvolver estudos no sentido de encontrar melhor definição para o problema, através do conjunto das Divisões Regionais representativas de cada Secretaria estadual, poderiam passar a analisar, também em seu conjunto, todos os planos diretores de desenvolvimento integrado que cada município foi obrigado, por lei, a traçar.

Isto, aliás, é assunto com o qual já temos nos preocupado aqui. Não basta, para atingir o desenvolvimento no interior paulista ou mesmo em torno da Grande São Paulo, que se executem, em âmbito municipal, os planos diretores que integram os diversos e variados serviços de um só e único município através do chamado PDDI. Torna-se necessário a integração de vários planos integrados para que os objetivos não se limitem à circunscrição territorial, mas se estendam em âmbito regional.⁴⁶⁰

O discurso do jornal se dirige para os órgãos da administração estadual responsáveis pela realização da organização regional e configuração de áreas metropolitanas. Por sua vez, foi também uma exposição de ideias em nome de interesses de cidades menores, as quais existentes ao redor de cidades como Sorocaba formariam um aglomerado urbano sob a influência de cidades consideradas com melhor capacidade.

A partir de 1969 se tornou frequente nos jornais locais notícias sobre o esforço para atrair comitivas de industriais para a cidade, assim como as notícias, sempre comemoradas, de instalação futura de novas fábricas na cidade, mediante a doação de terrenos, os quais receberiam de antemão serviços de terraplanagem e equipamentos necessários a seu funcionamento. Conforme destacou o *Diário de Sorocaba*: “A visita que o Consul alemão fez a Sorocaba e a assinatura da escritura de doação de terreno a

⁴⁶⁰ Regiões Metropolitanas. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 11 de fev. de 1973, p. 2.

*uma indústria alemã, trazem um novo alento em favor do nosso desenvolvimento. Sorocaba precisa de novas indústrias para que possa projetar seu progresso*⁴⁶¹.

No início dos anos de 1970 com os primeiros resultados de crescimento econômico do país, o processo de nova industrialização para a cidade empolgava os jornais. Neste contexto, estes passaram a ter um viés marcadamente regional, com um sensível afastamento de questões nacionais. No mesmo sentido, redobraram a sua adesão ao projeto de desenvolvimento do interior, por meio da apropriação e interpretação das promessas contidas em programas nacionais e estaduais com essa proposta⁴⁶².

Um dos elementos considerados essências para a consolidação desses projetos governamentais foi a “*extensão da infraestrutura, em especial de transportes e comunicação, com o fim de eliminação das barreiras do abastecimento, expansão da produção e capacitar o homem brasileiro para o processo de desenvolvimento [...] estímulo a pesquisa científica e estímulo a indústrias básicas*”⁴⁶³.

No quesito infraestrutura rodoviária a estrada entre o oeste do país e o estado de São Paulo e todo o processo, desde sua construção e extensão de pista entre Sorocaba e a futura rodovia Castelo Branco, se tornou reivindicação constante para os jornais.

Enquanto ainda era denominada apenas como Estrada do Oeste, o *Diário de Sorocaba* não poupou comentários a seu respeito e importância. Tratou da superação da Rodovia Raposo Tavares, por esta estrada, a qual conforme seu projeto comportaria mais veículos e seria ainda mais segura⁴⁶⁴. Comentou sobre seu alcance a atingir regiões longínquas e integrar o país, mas em especial preocupou-se com a questão de sua realização e atendimento a cidade:

Na marcha célere do tempo, vemos obras e mais obras, que não serão concluídas em tempo hábil e pelas atuais circunstâncias e contingências do país, estamos a temer que essas obras sofram paralisações, em franco detrimento do interesse público. Entre as obras pelas quais tememos, está a estrada do oeste, que é tida e havida, como ponto de honra do atual governo do estado. Essas obras precisam continuar, sob pena de termos um prejuízo notável, no tempo e no espaço. Essa estrada é altamente necessária e vem dar margem a que se desenvolvam as regiões do oeste paulista e, sobretudo, do oeste brasileiro. Milhões e milhões de pessoas serão beneficiadas com essa obra que o sucessor do sr. Ademar de Barros, seja ele militar ou civil,

⁴⁶¹Notas e opiniões. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 05 de maio de 1970, p. 3. Visita do Consul. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 22 de fev. de 1969, p. 1. A título de comentário, além do cônsul alemão, estiveram em Sorocaba, um representante dos EUA e outro do Japão.

⁴⁶² Planejamento Dinâmico. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 13 de out. de 1972, p. 2.

⁴⁶³ Governo da Republica Prepara Plano de Diretrizes Basicas. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 15 de jul. de 1967, p. 3.

⁴⁶⁴ Estrada do Oeste, *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 20 de abr. 1966, p. 2.

*deve e precisa continuar. As cidades que se situam em faixas limítrofes à estrada, como é o nosso caso, estão em obrigação imediata de fazer sentir ao governador que, ao lado da conclusão da via principal, devem ser construídas, também as vias de acesso. Não se compreenderia uma estrada desse porte e com essa técnica, com a capacidade de volume de trânsito, com vias de acesso superadas ou e que não oferecessem condições de segurança.*⁴⁶⁵

O trecho acima mostra em boa medida o quanto debitava o jornal importância para a conclusão da obra. Independente do governante e de seu estilo, a estrada em questão seria não um ponto de honra a ser cobrado por este periódico, o qual compreendia e afirmava seu benefício para a cidade, mas um elemento chave para esta sair de uma paralisia econômica.

Por sua vez o *Cruzeiro do Sul* chegou a levar uma campanha em prol da aproximação da estrada de ligação entre o estado de São Paulo e a região oeste, com a apresentação de estudos, gráficos, comentários de especialistas, e assim como o *Diário de Sorocaba*, se incomodava com a demora na conclusão da referida obra. No entanto, esta história seria longa e demandaria muito mais tinta e papel dos jornais, pois, estes reiteravam em mostrar a importância de dotar a cidade de infraestrutura nos transportes, fosse rodoviário, ferroviário e mesmo aeroviário⁴⁶⁶. Nesse contexto, o *Cruzeiro do Sul* na década de 1970 sobre as vias de transporte para produção comentou:

De fato, muito embora tivesse previsto (como consequência lógica, alias) a implantação da zona industrial do Município de Sorocaba ao longo da Rodovia que liga Sorocaba até a Auto-Estrada, ao longo daquela que nos ligará por trajeto moderno e seguro até a mesma-auto-pista em direção ao Município de Porto Feliz, ou ainda ao longo de um sonhado “anel rodoviário”, a verdade é que o planejamento da expansão industrial do Município não passou do papel.

[...]

Todavia, há outros fatos que merecem a análise mais acurada, como aqueles da formação profissional de nossos futuros técnicos de nível médio ou superior, ou aqueles ligados à própria infra-estrutura que se há de oferecer através da implantação das redes de telefones locais, da rede viária urbana a entrelaçar-se (eliminando-se os pontos de conflito) com a malha rodoviária, da rede ferroviária e os grandes pátios de carga, enfim, merecendo estudos imediatos por parte dos órgãos municipais do planejamento, sem estreita colaboração e frequentes contatos com os órgãos federais e estaduais, com as entidades e instituições particulares, com permissionários e concessionários de serviços de utilidade pública.

⁴⁶⁵ Idem, ibidem e Estrada D'Oeste. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 22 de jan. de 1969, p. 3.

⁴⁶⁶ Apenas no ano de 1972 foram pelo menos dezenove menções, em textos a tratar especialmente a questão dos eixos de transporte, sobretudo o rodoviário, a serem melhorados ou construídos para fornecer melhores condições de mobilidade para a cidade e região. O sistema de transporte. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 04 de abr. de 1972, p. 2 e Editorial. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 10 de nov. de 1972, p. 2. Sobre a importância em se estabelecer um aeroporto capaz de atender o desenvolvimento: Aeroporto. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba 11 de fev. e 10 de mar. de 1968, p. 3.

*Tudo há de ser devidamente estudado e encaminhado para soluções reais e objetivas, para que não se perca a oportunidade rara que se oferece a Sorocaba e sua Região de conhecerem níveis de desenvolvimento e diversificação de atividades como nunca antes haviam visto, ou pelo menos, desde o surto das feiras de muars e da implantação das primeiras indústrias do algodão até a presente data.*⁴⁶⁷

A mensagem do jornal, de seu lado “industrialista”, se dirigiu claramente ao poder público local devido a morosidade para se realizarem e instituírem condições necessárias para algo previamente projetado, na perspectiva do próprio *Cruzeiro do Sul*. Às reivindicações para se estabelecer condições para ampliação e construção de área industrial, com o aproveitamento da rodovia passariam por ações levadas pelo poder público, e nesse sentido, a integração entre suas esferas deveria ser efetivada. Nesse caso, a administração política, para o jornal detinha o claro papel de dispor meios para o desenvolvimento. Entretanto, como se demonstra acima a permanência do discurso em prol da modernização da cidade, em boa medida, corresponde a ausente implantação desses meios para corresponder às necessidades exigidas para um novo surto industrial. Em especial o conjunto de equipamentos e serviços capazes de garantir o sucesso e efetivação de tal projeto.

Na mesma medida o *Diário de Sorocaba* despontava em seus editoriais debates e discussões em torno da questão do desenvolvimento planejado. Para este jornal, no entanto, os temas para o dia foram a cidade e a questão industrial:

Sorocaba deve seu índice de progresso e de desenvolvimento, em grade parte à iniciativa particular, representada pelo nosso comercio e pela nossa indústria. Durante muitos anos o que caracterizou Sorocaba foi a indústria têxtil e, graças a esse tipo de empresa, conquistamos o cognome de Manchester Paulista em honra e semelhança ao grande centro têxtil que é a cidade de Manchester na Inglaterra. O ramo têxtil foi sempre, o esteio de nosso mundo empresarial, mas, o tempo, incumbiu-se de mostrar o inconveniente de se insistir em um tipo de empresa. A partir dessa conscientização, os nossos políticos e administradores começaram a entender a necessidade de se atrair novas industrias.

Na luta quase insana para se atrair novas industrias, por muitos anos perdemos a parada. Ora por culpa dos próprios políticos, ora por obra e graça de certos elementos que, por ação e omissão se incumbiram de mostrar a sociedade que, em Sorocaba o elemento esquerdizante era muito grande. Na época em que se apregoava isto, esta difamação calava profundamente no empresariado que, na defesa de seu capital não queria empregá-lo em uma terra em que greves poderiam ser constantes e atrapalhar qualquer empreendimento industrial. Por causa disto, perdemos muitas e muitas industrias e o eixo industrial passou-se naturalmente, ao longo da via Anhanguera, Anchieta, Dutra, e etc. Claro esta que estas cidades além de não contarem com a fama que tínhamos, apresentavam também outras condições naturais ligadas a estrutura e infra-estrutura.

⁴⁶⁷ Falta um plano industrial. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 11 de out. de 1972, p. 2.

O tempo se incumbiu de mostrar ao Estado e ao país que Sorocaba não era aquela cidade esquerdizante [...].

Se de um lado é muito grato assinalarmos esse fato, de outra parte, é justo que se analise que a situação está a exigir, de parte dos Poderes Municipais, uma outra atitude. Precisamos, além de uma atualização de nossa lei de incentivos fiscais, tomarmos providências rápidas e objetivas no sentido de criarmos o nosso distrito industrial.

Esta na hora pois de se adotar uma legislação mais agressiva. Está na hora e no momento de dotar o governo de um arcabouço jurídico que lhe possibilite formar um distrito industrial, preferentemente, no eixo do ramal de acesso da Castelo Branco, onde já se instalam várias indústrias, nos termos preconizados pelo Plano Diretor. O distrito industrial, é pois, uma urgência e nada como um início de governo para se pensar, seriamente no assunto. É planejar já, para se prever o futuro.⁴⁶⁸

O tema abordado pelo *Diário de Sorocaba* não se dirigiu apenas para o poder público local, mas também, para outras esferas de administração política regional, responsáveis pelo desenvolvimento. No entanto, o texto acima enfocou especialmente a cidade e sua administração frente a questão da ampliação de meios para se competir pela atração de indústrias. Em comum com os editoriais do *Cruzeiro do Sul* no período, se encontram o incentivo e defesa do planejamento, o qual, deveria ser integrado com organismos estaduais voltados para o desenvolvimento do interior, e a cobrança dos resultados da adequação da cidade aos planos estaduais e federais, designada por estes órgãos.

O aspecto essencial destes pontos acima procurou demonstrar a afinação das propostas dos jornais, condição econômica da cidade em relação aos projetos econômicos implantados após o golpe de 1964. Assim se pode afirmar ser a razão da favorável posição destes jornais, às políticas econômicas e de desenvolvimento, o fato dos mesmos procurarem se integrar à modernização do país, aspecto fundamental com a qual concordavam na década de 1970.

Esta modernização definida por Jacob Gorender como “*modernização conservadora*” foi um dos elementos importantes para a conjugação da burguesia em oposição às reformas de base e consequentemente apoio para conspiração e efetivação do golpe em 1964⁴⁶⁹. Conforme este autor tal ideia arregimentou parcela da burguesia e

⁴⁶⁸ Distrito Industrial. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 11 de fev. de 1973, p. 17.

⁴⁶⁹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo. Ática, 2011, pp 56-57. Tal perspectiva, do papel da burguesia no golpe em 1964, explica, porque parte desse setor nos anos seguintes cobrou o governo militar por melhores condições para produção e manutenção de suas empresas, no caso as de tamanho pequeno e médio, as quais não foram atendidas. Este setor como resultado se sentiu a princípio deixado de lado e preterido pela “revolução” que ajudou a realizar. Tal sentimento só seria amenizado com os acenos da melhora da economia e dos projetos de ampliação do desenvolvimento, porém restritos em regiões em condições econômicas para deles se aproveitarem como é o caso de São Paulo. Nos jornais tal aspecto pode ser notado em: SOUZA FILHO, João Dias. Valorização do trabalhador. *Diário de*

abriu para a mesma perspectiva de ver possibilitados seus projetos sem maiores obstáculos e perturbações sociais e políticas.

A expressão “modernização conservadora” foi elaborada por Barrington Moore Junior em sua análise sobre o modelo de desenvolvimento de Alemanha e Japão⁴⁷⁰, no qual o autor procurou demonstrar a decorrente propensão autoritária desses países em suas tentativas de modernização. Segundo o autor a verticalização e os acordos entre elite aristocrática e burguesia levaram para o afastamento da população das decisões e participação político-sociais, ao contrário de outras experiências liberais, como a norte-americana. Este termo foi utilizado por cientistas sociais brasileiros, conforme Fernando Perlatto⁴⁷¹ para discutir o processo de desenvolvimento realizado no país a partir de 1930, com a manutenção da oligarquia agrária no poder, e a constituição de um projeto de desenvolvimento e modernização conservador do modelo arcaico de expropriação e limite ao acesso a terra, e no mesmo sentido, o impedimento da população rural e urbana – então incipiente - de participar da vida política⁴⁷².

Na década de 1960, com o golpe militar, esse modelo de sociedade com a população alijada de participação política de fato se tornou fator do “projeto de desenvolvimento” da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Os aparentes ganhos desse processo de modernização e desenvolvimento foram muito comemorados e até mesmo compreendidos como saldo positivo do governo militar por setores da sociedade os quais se acreditaram beneficiados⁴⁷³.

Os discursos dos jornais locais divulgaram os esforços da administração local em aproveitar as oportunidades de desenvolvimento, com apoio ao empenho para a atração de novas indústrias e diversificação das atividades, no município de Sorocaba, e

Sorocaba. Sorocaba, 18 de jul. de 1972 e Recuperação da cidade das indústrias. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 13 de dez. de 1969, p. 2

⁴⁷⁰ PIRES, Murilo José de Souza e RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. Documentos Técnico-Científicos. *Revista Econômica do Nordeste*. Volume 40, nº 03, p. 411-424, Julho – Setembro, 2009.

⁴⁷¹ PERLATTO, Fernando. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis. *Revista Estudos Políticos*: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, Vol. 5, nº 2, pp. 461 – 481, dez. 2014. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

⁴⁷² No entanto, por outro lado, Murilo José de Souza Pires e Pedro Ramos realizaram críticas a respeito da utilização desse termo para a realidade brasileira, sem considerar sua composição original, ou seja, ter decorrido de uma análise, voltada a discussão sobre a expropriação de trabalhadores do acesso à terra, na Alemanha e no Japão.

⁴⁷³ Mesmo pesquisas recentes voltadas a compreender um salto de desenvolvimento regional não realizaram crítica necessária do contexto em que este decorreu e atribuíram a este processo características unicamente positivas. Como é o caso da pesquisa de MELO, Danilo Godoy. *A desconcentração produtiva, interiorização e o desempenho exportador de São Paulo*. 2007 [Monografia] 46 f. Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2007.

nesse caso o discurso se voltou para renovação industrial, ou para a região, sob a “influência” da cidade, a qual se desenvolveria em suas atividades de abastecimento.

Daniel Aarão Reis, no livro *Ditadura e Democracia no Brasil*⁴⁷⁴, após resumo acurado das resultantes do processo de modernização, apresentados como parte do “milagre”, nos quais se incluem efeitos diversos concluiu suas observações da seguinte maneira:

*A primeira metade dos anos de 1970, considerados anos de chumbo, tende a ficar pesada como o metal da metáfora, carregando para as profundezas do silêncio a memória nacional. Esses anos precisam ser revisitados, pois foram também anos de ouro, descortinando horizontes, abrindo fronteiras, geográficas e econômicas, movendo as pessoas em todas as direções da rosa dos ventos, para cima e para baixo nas escalas sociais, anos obscuros para quem descia, mas cintilantes para os que ascendiam. Naquelas areias movediças, havia os que afundavam e os que emergiam, surgiam de todos os lados, desenraizados, em busca de referências, querendo aderir. Anos carregados de terror e medo, porém prenhes de fantasia esfuziantes, transmitidas pela televisão, em cores, alucinados anos, com seus magníficos desfiles carnavalescos e tigres e tigresas de toda sorte dançando ao som de frenéticos dancin' days.*⁴⁷⁵

O autor elencou aspectos sobre o período na perspectiva de apresentar as contradições do próprio período, de “anos de chumbo e ouro” e faz refletir sobre as motivações sociais frente às condições impostas e levadas a cargo pelo regime militar, em especial no âmbito socioeconômico. Assim, Daniel Aarão mostrou as tentativas inócuas de ocupação da Amazônia e outros programas “faraônicos”, como mesma medida da aceitação passiva do regime, mediante as melhorias econômicas, vistas na integração ao consumo de automóveis e eletrodomésticos. Todavia, não deixou de demonstrar as contradições resultantes do próprio “milagre” e o grande preço pago pelos marginalizados ou opositores do regime que realizou essa modernização⁴⁷⁶.

Daniel Aarão Reis Filho destacou contradições sociais, incapazes de serem escamoteadas mesmo pelo mais eficiente trabalho de propaganda do regime. *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba* não ficaram alheios a estas contradições e sem exceção à regra informaram sobre estes frutos do modelo de desenvolvimento⁴⁷⁷. Entretanto, como dito acima, não foi esta a regra, e tais críticas, se não passaram ao largo dos jornais, ficaram minimizadas, em primeiro pelo esforço em aproveitar de um suposto surto de

⁴⁷⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro. Zahar, 2014, pp 85-92.

⁴⁷⁵ Idem, p. 91.

⁴⁷⁶ Idem, p. 90.

⁴⁷⁷ Face oculta de uma cidade que cresce. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 27 de maio de 1969, p. 3.

desenvolvimento nunca visto. Em segundo, e nisso se destacou o *Cruzeiro do Sul*⁴⁷⁸, na permanente exaltação das “conquistas” do regime militar, na economia e na política.

⁴⁷⁸ O melhor exemplar desse aspecto do jornal encontra-se no suplemento especial de dez anos de aniversário da “revolução”, assim como na edição, na qual veio encartado. O *Diário de Sorocaba* por sua vez aproveitou ensejos comemorativos a presença dos militares no poder, ou então de datas “cívicas” correlatas para, por meio de páginas, ou pequeno suplemento, exaltar o regime, e ainda ganhar com publicidade. Edição Especial 10º Aniversário da Revolução. Março 10 anos Construindo o Brasil. *Cruzeiro do Sul*. Sorocaba, 31 de mar. de 1974, pp 1-10. Suplemento especial, e Você Constrói este país. *Diário de Sorocaba*. Sorocaba, 30 de abr. de 1972. Suplemento regional. Este suplemento continha oito páginas, porém, as mesmas não estavam numeradas.

Considerações finais

A pesquisa sobre o *Cruzeiro do Sul* e o *Diário de Sorocaba* buscou a reconstituição do sentido dos discursos produzidos e expressos por estas folhas. Nesta pesquisa se analisou e avaliou a trajetória da imprensa local, assim como, se manteve olhos atentos às correlações constantes para o contexto no qual os jornais estavam inseridos, enquanto fruto de tensões, fazeres e interesses localizáveis. Do mesmo modo, se reconheceu o papel desses jornais, como interessados transformadores da sociedade e como veículo condutor de projetos, instrumentos arregimentadores em nome de perspectivas para sociedade.

Algo continuamente reafirmado nos jornais, e por alguns dos diretamente envolvidos com as folhas locais, foi o caráter local e regional dos periódicos de Sorocaba, existentes entre meados dos anos de 1960 e 1970. Concorro com essas afirmações, em parte. Isto porque, em mais de uma ocasião esses jornais movidos pela situação nacional não se esquivaram em definir uma posição. Em outras ocasiões foram protagonistas nessa ação, e assim, procuraram chamar a sociedade a participar.

Nesse sentido, não foram *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba* jornais a olharem para a cidade, e posteriormente com mais afinco para a região, enquanto voltavam suas costas para as questões nacionais. Estes jornais não existiam, enquanto ilhas deslocadas do restante do país. O caminho trilhado por esses jornais nesses dez anos demonstra esta característica.

Por essa perspectiva, frente às medidas do regime militar, os jornais encararam os desdobramentos dos primeiros anos de governo militar, cada qual dentro de suas características, com cobranças de estabilização da vida política e econômica, para se estruturar, enfim, a condição social do país.

Neste estudo, se observou que tanto *Diário de Sorocaba*, quanto *Cruzeiro do Sul* demonstraram apoio incontestado ao golpe militar em 1964. Na mesma medida, foi comum a estes diários locais, o incentivo ao desenvolvimento da cidade. Em suas perspectivas, para este se realizar, era preciso antes ocorrer uma adequação da vida política, econômica e social nacional. Isto significava encerrar com o clima de crises políticas, para se ordenar e organizar a sociedade e isso renovou continuamente o apoio ao regime militar.

Com a edição do AI-5 as alusões quanto a vida democrática ou de retorno a “democracia” de maneira contraditória continuaram a ordenar a concepção desses

jornais frente à política nacional. Nesse sentido a imprensa local chegou a paradoxos inconciliáveis com a realidade, em especial, se refletirmos sobre a atribuição do termo democracia a governos avessos a essa prática. Este aspecto, por outro lado aponta para o sentido dado por *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba* para a palavra democracia.

Segundo o dicionário de política de Norberto Bobbio. O termo democracia, em princípio sempre obteve oposições, para com os partidários da monarquia e da oligarquia, os quais viam na democracia um sistema imperfeito. Em outro momento a oposição se fez ainda mais ampla, pois, se definiu democracia como governo da maioria, porém, essa maioria definida como os pobres, assim democracia seria o governo de uma parte em oposição à outra parte⁴⁷⁹.

Porém, este sentido de democracia não foi aceito pelos jornais pesquisados. Ao contrário, seria compreendido como uma noção a ser evitada, pois, contradizia as afirmações em prol dos argumentos que procuravam justificar as afirmações de se vivenciar um período democrático, de harmonia entre as classes.

Segundo Norberto Bobbio em referência a Aristóteles: “*Democracia enquanto oposição a governo autocrático, encerra um elemento fundamental da democracia moderna, a qual entende democracia como governo de oposição ao despotismo*”. Tal aspecto foi redimensionado e ampliado para configurar a democracia liberal, ou a democracia em um Estado liberal. Neste modelo, a soma das liberdades individuais, conquistadas na luta contra o Estado absoluto - e a decisão livre, na escolha de representantes - com o direito político de organizar o Estado, se tornou o elemento de definição para Democracia.

Os aspectos apontados por Norberto Bobbio com os quais se definem as democracias liberais são semelhantes às definições de Democracia tanto de *Cruzeiro do Sul* quanto do *Diário de Sorocaba*. Em comum esses jornais afirmaram mesmo durante a vigência de um Estado Autoritário a manutenção do regime democrático, por existirem eleições, e estas constituírem um corpo representativo, sem discutir o papel dessa representatividade, a quem, e se era realmente permitido, o direito político de fato. Ainda se deve considerar que para estes jornais a oposição ao comunismo ou socialismo se configurava como contrapartida de regime democrático, por oposição a um sistema acusado como despótico. Com estes argumentos e posições os jornais pesquisados, por

⁴⁷⁹ BOBBIO, Norberto. In: BOBBIO, Norberto et alii (org.s). *Dicionário de Política*. 12.^a ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 319 – 320.

um lado, mascararam a evidencia de uma condição de autoritarismo, e por outro, legitimaram essa mesma condição.

Considerado pelos jornais como ação de saneamento do país, o AI-5, após sua edição foi exaltado como tranquilizador e pacificador da sociedade. Assim, as críticas ao país, realizadas no exterior foram vistas como projetos arquitetados para derrubada de uma nação em ascensão. O combate ao “*terrorismo da esquerda*”, na mesma medida, foi incentivado, pois, se combatiam a “maus brasileiros”.

Ao mesmo tempo se intensificou o perfil conservador das duas folhas locais. O moralismo, fervorosamente cívico-militar, intransigente e exagerado passou a ser mais freqüente. Em alguns momentos se tornou até mesmo descolado da realidade e demonstrou a incapacidade dos jornais compreenderem os limites da propaganda oficial que difundiam.

Se por um lado, isto se deu por decorrência de um momento em que a imprensa estava, de modo geral, coagida pela censura ou autocensura, por outro lado, é também fruto do perfil dos periódicos locais, que adotaram em várias ocasiões a ideologia do regime, a qual combinava com suas características conservadoras.

De acordo com Tiziano Bonazzi o conservadorismo se identifica com ideias e atitudes que visam “*à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento*”⁴⁸⁰. Conforme indicou o autor, para a tendência conservadora o poder político deve ser centralizado e isto se justifica pela capacidade de se impor certa “harmonia” a sociedade⁴⁸¹.

O elogio para o “*modelo brasileiro*” de desenvolvimento, também, se tornou parte do conteúdo dos jornais. Nesse sentido, os jornais se enxergaram como integrantes de um novo modelo de nação. Estes brandiram a bandeira do esforço em prol da modernização e do desenvolvimento. Nesses termos, *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba*, se adequaram ao ideal de “*Brasil Grande*”. Assim, para os jornais, os anos posteriores ao final da década de 1960 se tornaram de empenho a modernização e esforço para a consolidação da região, com Sorocaba à frente dos municípios vizinhos. Não sem motivo, é a partir desse momento a criação de páginas exclusivas da vida regional, produzidas na esteira da descentralização administrativa e da criação das divisões regionais a partir dos últimos anos de 1960.

⁴⁸⁰BONAZZI, Tiziano. In: BOBBIO, Norberto et alii (org.s). *Dicionário de Política*. 12.^a ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 242.

⁴⁸¹ Idem, p. 243-246.

Cruzeiro do Sul e *Diário de Sorocaba* reafirmaram nesse momento seu aspecto de imprensa regional, porém, inseridos no ideal de apoio a política do governo militar, para a modernização do país.

Ao final de 1973 o modelo brasileiro, ovacionado pelas folhas começou a sentir os efeitos de deterioração. Porém, em contrapartida a imagem áurea das conquistas do regime e os frutos colhidos da “revolução” ainda eram difundidos pela imprensa local. A percepção da crise do modelo junto a transformações políticas recentes não foi capaz de produzir um abalo imediato na maneira de compreensão de mundo nessas folhas. Porém, tais aspectos e desdobramentos são parte de outro momento.

Enfim, a pesquisa demonstrou as características com que a imprensa de Sorocaba lidou com as questões postas pelo governo militar. *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba* apoiadores do governo militar, apesar de ventilarem pontos de críticas em momentos de maior tensão política, como a reforçar o verniz de liberalismo com o qual se revestiram, em seguida, se esforçaram para se adequar as imposições do regime.

A fidelidade ao governo militar e sua ideologia se deu na perspectiva do viés econômico, considerado salutar para imprensa, de uma cidade interiorana, interessada em se beneficiar das promessas do projeto de desenvolvimento.

Fontes

Jornais:

*Cruzeiro do Sul**Diário de Sorocaba*

Fontes Orais

CAMARGO, Roberto Gill. Entrevista. [Dez. 2014]. Sorocaba-SP. Entrevista cedida ao autor.

GROSSO, Claudio. Entrevista [Jan. 2015]. Sorocaba – SP. Entrevista concedida ao autor.

OLIVEIRA, Sérgio Coelho, entrevista. [Jan. 2015]. Sorocaba-SP. Entrevista concedida ao autor.

VANNUCCHI, Aldo. Entrevista. [Jul. 2014]. Sorocaba – SP. Entrevista concedida ao autor.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Cláudio. *A Regra do Jogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ABRAMO, Perseu. *Padrões de Manipulação na Grande Imprensa*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2004.

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ALBERTI, Verena. *História Oral, a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, CPDOC-FVG, 1989.

ALEIXO IRMÃO, José. *A Perseverança III e Sorocaba (Do suicídio de Vargas à*

Sagração do Templo). Sorocaba-SP, Fundação Ubaldino do Amaral, 1996. Volume 4.

_____. *A Perseverança III e Sorocaba (Da Sagração do Templo ao Centenário)*. Sorocaba-SP, Fundação Ubaldino do Amaral, 1996. Volume 5.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados. Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-80)*. 1994, 310 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de S. Paulo e Movimento*. 1990, 166 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

ARBEX JÚNIOR, José. *O Jornalismo Canalha: A promíscua relação entre a mídia e o poder*. São Paulo. Casa Amarela, 2003.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1987.

ASSIS, Carolina Silva de. O Correio da Manhã no processo de modernização e concentração da imprensa carioca nos anos 1960-70. In: *CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE*, 14, 2009. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0470-1.pdf>>. Acesso em: 20 mar de 2014.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade em uma vila de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX)*. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo - Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1994.

BADDINI, Cássia Maria. *Sorocaba no império. Comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2002.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BOBBIO, Norberto et alii (org.s). *Dicionário de Política*. 12.^a ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CAETANO, Kati Eliana. *História, sociedade e discurso jornalístico: análise de alguns jornais veiculados em Corumbá-MS durante o Estado Novo*. Dissertação, 192 f., Dissertação de Mestrado na área de linguística, Faculdade de Filosofia E Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1981.

CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*(Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”), Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1980.

CARVALHO, José M. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2005.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-1964)*. Niterói: Editora da UFF, Editora NitPress, 2010.

CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro. *Fisionomia da cidade: Sorocaba – cotidiano e desenvolvimento urbano – 1890 – 1943*. 2008 329f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, SP, 2008.

CHAMMAS, Eduardo. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Dissertação de mestrado em História Social, USP, 2012.

CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Cortez, 2001.

CODATO, Adriano. “O golpe de 64 e o regime de 68”. História, *Questões e Debates*, 40, 11-36, Editora UFPR, 2004.

COMBLIN, Joseph. *A doutrina de segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842*. Matizes do vocabulário político e social. Petrópolis: Vozes; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979.

COTTA, Pery. *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana- 1890-1915*, São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, SP, 2000.

D’ARAÚJO, Maria Celina et alli (orgs.) *Os Anos de chumbo. A Memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. (orgs.) *A volta aos quartéis. A Memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. (orgs.) *Visões do golpe. A Memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1987,

DORNELES, Carlos. *Deus é inocente: a imprensa, não*. São Paulo: Editora Globo 2002.

DREIFUSS, René Armand - *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Marieta M (org). *João Goulart. Entre a memória e a história*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2006.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

_____. (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, civilização brasileira, 2001.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001

_____. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004.

FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo, Atual, 1988.

FON, Antônio Carlos. *Tortura. A História da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1981.

FONSECA, Francisco. *O consenso forjado*. São Paulo: Hucitec, 2005.

FREIRE, Alípio et. al. (orgs.). *Tiradentes, um presidio da ditadura*. Memória dos presos políticos. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

_____. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

_____. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GAZZOTTI, Juliana. O Jornal da Tarde e o pós-AI-5: o discurso da imprensa desmistificado. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar – novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2006.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1998.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. *A produção do real em gêneros do jornal impresso*. São Paulo: Humanitas, 2004.

KOVACH, Bill, ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo, Scritta Editorial, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo editorial/Fapesp, 2004.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O Problema da imprensa*. 3ª.ed. São Paulo: Edusp, 1997.

LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e Jornalismo: A Saga dos cães de perdidos*. São Paulo: Hacker, 2000.

MARCONI MARCOLINO, Paolo. *A Censura Política na imprensa Brasileira: 1969-1978*. São Paulo: Global editora, 1980.

MARTINS FILHO, João R.. *O palácio e a caserna*. São Carlos, Ed. UFSCAR, 1994.

MARTINS FILHO, João Roberto. “Forças armadas e política, 1945-64: a ante-sala do golpe” IN: FERREIRA, J. et alli (orgs). *O Brasil republicano* (3). Civ. Brasileira, 2003.

MELO, José Marques de; DINES, Alberto; VOGT, Carlos (orgs.). *A Imprensa em Questão*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

MIRANDA, Nilmário e TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*, São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

MOTA JÚNIOR, Vidal Dias da. *Atores, estratégias e motivações na criação de municípios paulistas nos períodos democráticos pós-1946: Um estudo na Região Administrativa de Sorocaba*. 2006. 208f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, Perspectiva: FAPESP, 2002.

OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

PAIVA, Raquel (org.). *Ética, cidade e imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*; Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

_____. 1968, o curto ano de todos os desejos. *Tempo Social*. Rev. Sociol. USP, São Paulo, outubro, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo P. S. (orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois* (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre Alerta: Condições e contradições do trabalho jornalístico*. 3ª. ed. 2001.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SANTOS, Guarino Fernandes dos. *Nos Bastidores da Luta Sindical*. São Paulo, Ícone editora, 1987.

SERBIN, Kenneth P., *Diálogos na sombra. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Gláucio Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TELES, Edson e SAFTLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas, Editora Unicamp, 1997.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são.* (Vol I). Florianópolis: Insular, 2004.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *A preservação do legislativo pelo regime militar brasileiro? (1964-1968)* – Rio de Janeiro, 2004. 334p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Rio de Janeiro, 2004.

VIEIRA BARBOSA, Sílvio Henrique. *Imprensa e Censura: As ameaças ao Direito à informação.* 1999. 97 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

WESCHLER, Lawrence. *Um Milagre, um universo. O Acerto de contas com os torturadores.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Referências em audiovisual (Acessados na Web)

1964: Francisco Weffort. 1964: 50 anos depois. Universidade Virtual do Estado de São Paulo. São Paulo: UNIVESPTV, 2014. 30 min., son., color. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=slX2EYgpPGQ&index=6&list=PLxI8Can9yAHc4knQjGE4JEkP7jtLz7ZCU>>>. Acesso em: 18 de jun. de 2014.

Aparato repressivo do regime militar. Carlos Fico. 1964: 50 anos depois. Universidade Virtual do Estado de São Paulo. São Paulo: UNIVESPTV, 2014. 30 min., son., color. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=RvDG3vKMml0&index=4&list=PLxI8Can9yAHdZVjEryKpvgK6UZKOeecvxs>>> Acessado em 22/06/2014